

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

# 2010

## VOLUME I

## **FICHA TÉCNICA**

### **Relatório de Execução 2010 do COMPETE (POFC - Programa Operacional Factores de Competitividade)**

Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POFC  
a 7 de Junho de 2011.

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC  
a 17 de Junho de 2011.

Aceite pela Comissão Europeia a 11 de Julho de 2011, em conformidade com o n.º 3 do  
artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

## APRESENTAÇÃO

*Para um Programa dirigido à economia e às empresas, a actuação e os correspondentes resultados do COMPETE, no ano de 2010, não podem deixar de ficar marcados pelos efeitos da crise financeira e económica internacional, que influenciou os mercados internos e internacionais, espectro da recessão e da crise internacional.*

*O presente Relatório de Execução dá conta da capacidade de adaptação do Programa num enquadramento de instabilidade económica e financeira, articulando necessárias medidas de natureza mais conjuntural de facilitação do acesso aos seus instrumentos de apoio, com medidas de natureza mais estrutural, designadamente na maior focalização dos incentivos no investimento empresarial na vertente internacionalização (exportações).*

*A resposta a este desafio por parte das empresas está justamente referenciada na quantidade de projectos gerados pela procura aos sistemas de incentivos, bem como pelo potencial e qualidade dos projectos aprovados. Neste particular, um relevo muito especial para o incremento dos projectos de natureza colectiva, quer no âmbito da I&DT, através dos projectos de co-promoção e mobilizadores, quer dos projectos conjuntos de qualificação das PME, em especial quando enquadrados em Pólos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e outros Clusters, cujo impacto esperado constitui um potencial de mudança e de diferenciação competitiva assinalável.*

*De salientar, ainda, a evolução positiva registada nos domínios das medidas orientadas para as áreas da Ciência e da Administração Pública, ultrapassando de forma gradual as dificuldades inicialmente surgidas.*

*Como se pode observar, de modo mais detalhado, no presente Relatório, os resultados de 2010 representam, apesar de todos os constrangimentos, uma aceleração significativa da execução do COMPETE. Durante este ano, foram aprovados financiamentos no valor total de 820 M€, conduzindo o Programa para uma taxa de compromisso do orçamento 2007-13 de 80%. Também a execução (medida pela despesa validada sobre o orçamento total 2007-13) reportada ao final do ano ascendeu a 22%.*

*O ano de 2011 será marcado pelo contributo e esforço do Programa para a necessária superação da crise actual. Num quadro previsível de medidas de austeridade, o desafio assenta fundamentalmente no seu desempenho na urgente melhoria da competitividade empresarial.*

*Neste sentido, o COMPETE, no quadro das prioridades que têm sido desenvolvidas, reforçará a focalização nos processos de internacionalização das empresas, designadamente na sua vertente exportadora, a par do apoio à inovação e às actividades com maior valor acrescentado e intensivas em conhecimento e tecnologia. Numa lógica de incentivo ao objectivo da especialização e alteração do perfil produtivo, será acentuada a opção de concentração de projectos nas cadeias de valor com maior potencial de mercado, dando relevo estratégico aos Pólos e outros Clusters.*

*Dar-se-á particular atenção às medidas necessárias à sustentabilidade de uma envolvente empresarial favorável ao investimento, designadamente aprofundando as linhas de intervenção da “engenharia financeira”, reduzindo custos de contexto na Administração Pública e criando instrumentos de suporte à transferência e disseminação de conhecimento para as PME, no âmbito de acções colectivas.*



*Uma palavra especial de reconhecimento, pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano, pelo Secretariado Técnico do COMPETE e pelos Organismos Intermédios, num contexto de dificuldades de gestão acrescidas.*

*A Comissão Directiva do COMPETE*

| ii

*Nelson de Souza*

*Isabel Matalonga*

*Piedade Valente*

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório de Execução do ano de 2010 foi estruturado em torno de oito capítulos, respondendo ao conteúdo tipificado no art. 67.º do Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 7 de Abril de 2009, que alterou o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Junho.

O Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) foi aprovado a 5 de Outubro de 2007, tendo sido estruturado em torno de 6 Eixos Estratégicos, dispoñdo de **quatro tipos de instrumentos**: Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas; mecanismos de Engenharia Financeira; apoios a Acções Colectivas e apoios a Acções Públicas.

Durante o ano de 2010, verificou-se uma **alteração das fontes de financiamento nacionais do Eixo III** (aumento da componente privada nacional com a correspondente diminuição ao nível da dotação pública nacional).

Relativamente ao **âmbito territorial**, os apoios do Programa aplicam-se às regiões de Portugal continental do Objectivo Convergência, ou seja, Norte, Centro e Alentejo.

### REALIZAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

No final do ano de 2010 verifica-se uma **elevada realização (superior a 80%)** das metas dos **Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento fixadas por Eixo Prioritário**.

De um total de **9.789 candidaturas recepcionadas**, envolvendo um investimento total proposto de 14,9 mil milhões de euros, **encontravam-se analisadas 93%**, envolvendo 92% do investimento associado.

No âmbito dos projectos analisados em concursos COMPETE, **40% foram seleccionados para financiamento, representando 68% do investimento proposto**.

Tendo por base a programação financeira (2007-2013), verifica-se no final do ano um nível de **compromisso na ordem dos 80%**, destacando-se o **overbooking (115,6%) registado no Eixo II**, demonstrativo da importância do apoio directo às empresas (**representando ¾ do investimento elegível total apoiado pelo COMPETE**).

Em termos regionais, constata-se que é na **Região Centro que se verifica um maior investimento elegível apoiado** (48% do total), embora, a nível do **incentivo aprovado, haja uma equivalência entre as Regiões Norte e Centro** (37% e 39%, respectivamente).

Tal como se tem vindo a assinalar nos Relatórios anteriores, regista-se uma **elevada taxa de contratação**, representando, no final do ano, 84% dos projectos aprovados e 92% do investimento elegível.

Dos compromissos, verifica-se um nível de pagamentos na ordem dos 33%, reflectindo o forte incremento registado em 2010 (em que **quase duplicou o valor de pagamentos efectuados no ano anterior**).

Tendo sido realizada uma **execução de 692 milhões de euros** de fundo comunitário, verifica-se que se encontra **largamente ultrapassada a meta comunitária n+3, a aferir em 2011**.

Ao nível da execução, verifica-se uma **forte concentração a projectos inseridos em Temas Prioritários considerados como Earmarking**, absorvendo perto de 99% da execução.

Tal como consta da decisão do Programa, o mecanismo de apoio ("**regra spill-over effects**") a regiões fora da Convergência tem assumido um **carácter de excepcionalidade**, representando apenas 5% do investimento elegível apoiado.

Ao nível da Agenda da Competitividade, envolvendo o COMPETE e os PO Regionais do Continente, tem sido **cumprido o limite de 60% de apoios directos a PME.**

#### CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Durante o ano foi assegurado o cumprimento dos dispositivos comunitários em termos de **Regras da Concorrência, Contratação Pública, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Oportunidades.**

#### MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO COMPETE

Após a severa crise económico-financeira, que atingiu o seu pico no princípio do primeiro semestre de 2009, **2010 pode ser considerado o ano da retoma mundial**, apesar de, na **Área Euro, o crescimento do PIB se ter mantido relativamente modesto.**

Na economia portuguesa, após um ano de recessão, em que o PIB decresceu 2,5%, **o ano terminou com uma taxa de crescimento modesta.**

#### PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

Constituindo **a envolvente macroeconómica nacional e internacional o principal constrangimento externo**, o COMPETE apresentou um conjunto de **medidas integradas de política pública, envolvendo instrumentos alternativos de financiamento** e, ao nível dos sistemas de incentivos, **medidas de flexibilização** no acesso aos apoios e à execução de projectos já aprovados.

Neste sentido, foram introduzidas **alterações aos regulamentos** dos instrumentos do Programa, nomeadamente dos Sistemas de Incentivos, SAFPRI e SAMA, mas também no Manual de Procedimentos.

#### SISTEMAS DE GESTÃO, CONTROLO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Em 2010 foram **ultrapassadas as insuficiências** detectadas na descrição dos **sistemas de gestão e controlo do COMPETE**, nomeadamente no que se referia aos Organismos Intermédios FCT e Ciência Viva.

Neste sentido, foi aprovada em 2010, pela Comissão Directiva, a versão actualizada da **Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE.**

Durante o ano, a Autoridade de Gestão, enquanto coordenadora da **Rede Sistemas de Incentivos QREN**, preparou um conjunto de documentação relevante de monitorização dos Sistemas de Incentivos, tendo preparado a documentação de suporte a 12 reuniões formais da Comissão de Selecção.

Enquanto responsável pelo acompanhamento e avaliação do instrumento de política nacional **“Estratégias de Eficiência Colectiva”**, desenvolveu, igualmente, um conjunto de actividades de monitorização das dinâmicas vivenciadas pelos Pólos e Clusters reconhecidos.

Para além dos PO Regionais do Continente, foi ainda desenvolvida a devida **articulação** (estabelecida através de protocolos assinados) com o **PRODER** e com o **PO Potencial Humano.**

Durante o primeiro semestre do ano foi elaborado o **Plano de Controlo Interno para 2010**, tendo sido seleccionada uma amostra de 30 operações para realização de acções de controlo a realizar em 2011 por Auditores Externos.

Durante 2010 realizaram-se **Verificações no Local** a 5 projectos, em conformidade com o Plano de 2009, tendo-se detectado um nível de irregularidades de 0,02% da despesa total controlada.

Foi também aprovado o **Plano anual de verificações no local**, abrangendo 19 projectos, a realizar em 2011.

Tiveram ainda lugar **6 acções de Controlo Externo** realizadas pela Comissão Europeia, pela Estrutura de Autoridade Segregada (IFDR) e pela Autoridade de Auditoria (IGF).

Em 2010 foi **ajustado o Plano de Avaliação do COMPETE**, tendo-se reduzido o número de estudos temáticos e reprogramado os *timings* da realização dos estudos previstos no Plano.

Conforme previsto, o COMPETE colaborou na elaboração do Programa de Concurso do Estudo de **Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos** no contexto da Agenda da Competitividade.

#### GRANDES PROJECTOS

Encontram-se aprovados **9 Grandes Projectos**, envolvendo um investimento elegível de 2,2 mil milhões de euros e um incentivo de 336 milhões de euros.

#### INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

No ano em análise, registou-se o cumprimento dos objectivos delineados no **Plano de Comunicação**, tendo-se procurado consolidar a imagem institucional do Programa e associá-lo aos valores de selectividade, inovação,

qualidade e eficácia, promover a disseminação do conhecimento, transmitir a pertença à União Europeia e garantir o cumprimento das regras de publicitação.

#### EVOLUÇÃO PREVISÍVEL PARA 2011

Durante o ano de 2011 é esperado um agravamento da crise económica em Portugal, com reflexo quer ao nível da diminuição do investimento empresarial e não empresarial, quer do acesso ao crédito, sendo necessária, por isso, uma **monitorização incidindo sobre eventuais medidas adicionais de flexibilização** e, por outro lado, sobre a identificação de projectos que possam já não ser realizáveis e que estão a ser contabilizados no compromisso (incluídos na **Bolsa de Descativação de Incentivo**).

Durante o ano de 2011 prevê-se a realização de **Pedidos de Pagamento FEDER** à Comissão Europeia de 467 milhões de euros.

## ÍNDICE GERAL

### Página

| vi

|  |           |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO.....  | i         |
| SUMÁRIO EXECUTIVO .....  | iii       |
| ÍNDICE GERAL .....   | vi        |
| ÍNDICE DE TABELAS: .....   | ix        |
| ÍNDICE DE FIGURAS .....  | xi        |
| ÍNDICE DE GRÁFICOS.....  | xii       |
| INTRODUÇÃO .....   | xv        |
| <b>1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....</b>  | <b>17</b> |
| <b>2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....</b>  | <b>27</b> |
| 2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS.....   | 27        |
| 2.1.1. Realização física do Programa Operacional .....   | 27        |
| 2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional .....   | 30        |
| Programação Financeira.....  | 30        |
| Financiamento Aprovado .....   | 30        |
| Pagamentos Realizados .....  | 31        |
| Execução Financeira .....  | 33        |
| Fluxos Financeiros com a CE .....  | 35        |
| 2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos .....  | 37        |
| Regra <i>Spill-Over Effects</i> .....  | 40        |
| 2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos-alvo .....  | 43        |
| 2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado.....  | 43        |
| 2.1.6. Análise qualitativa.....  | 44        |
| Limite Máximo de Apoio a Não-PME .....   | 52        |
| 2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO.....   | 52        |
| 2.2.1. Regras da Concorrência.....   | 53        |
| 2.2.2. Regras de Contratação Pública.....  | 56        |
| 2.2.3. Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.....  | 57        |
| A integração do ambiente nas actividades de gestão e de aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do COMPETE ..... | 57        |
| 2.2.4. Igualdade de Oportunidades.....   | 62        |
| 2.2.5. Limite Máximo de Apoio a Despesas de Formação Profissional.....   | 65        |
| 2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER .....  | 66        |
| 2.3.1. Constrangimentos Internos.....  | 66        |
| 2.3.2. Constrangimentos Externos.....  | 66        |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| 2.4       | MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL .....  | 70         |
| 2.4.1.    | <i>Contexto Socioeconómico</i> .....  | 70         |
|           | Economia Internacional .....  | 70         |
|           | Economia Portuguesa.....  | 77         |
| 2.4.2.    | <i>Regulamentos Publicados em 2010</i> .....  | 88         |
| 2.4.3.    | <i>Manuais de Procedimentos</i> .....   | 89         |
| 2.4.4.    | <i>Orientações Técnicas e de Gestão</i> .....   | 91         |
| 2.4.5.    | <i>Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas</i> .....   | 92         |
| 2.5       | ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEPTÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006.....                | 96         |
| 2.6       | COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS OU INICIATIVAS DA UNIÃO .....                               | 96         |
| 2.6.1.    | <i>Complementaridade com outros instrumentos financeiros ou Programas</i> .....                       | 96         |
|           | PO Regionais do Continente e Rede Sistemas de Incentivos.....   | 96         |
|           | PRODER 99   |            |
|           | PO Potencial Humano .....   | 100        |
| 2.6.2.    | <i>Participação nas iniciativas JEREMIE e JESSICA</i> .....   | 102        |
| 2.7       | ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....  | 103        |
| 2.7.1.    | <i>Acompanhamento</i> .....   | 103        |
|           | Autoridade de Gestão .....  | 103        |
|           | Sistemas de Gestão e Controlo .....   | 104        |
|           | Sistema de Informação .....   | 117        |
|           | Organismos Intermédios e Subvenções Globais.....  | 119        |
|           | Comissão de Acompanhamento.....   | 121        |
|           | Encontro Anual .....  | 122        |
|           | Outras Parcerias .....  | 123        |
| 2.7.2.    | <i>Avaliação</i> .....  | 124        |
| 2.7.3.    | <i>Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)</i> .....  | 126        |
| <b>3.</b> | <b>EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO</b> .....  | <b>133</b> |
| 3.1       | EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO .....                                 | 133        |
| 3.1.1.    | <i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i> .....   | 134        |
| 3.1.2.    | <i>Análise qualitativa</i> .....  | 135        |
|           | SAESCTN 137   |            |
|           | SI I&DT 143   |            |
| 3.1.3.    | <i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> .....                  | 152        |
| 3.2       | EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO<br>152 |            |
| 3.2.1.    | <i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i> .....   | 153        |
| 3.2.2.    | <i>Análise qualitativa</i> .....  | 155        |
| 3.2.3.    | <i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> .....                  | 163        |
| 3.3       | EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO .....                            | 164        |
| 3.3.1.    | <i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i> .....   | 165        |
| 3.3.2.    | <i>Análise qualitativa</i> .....  | 166        |
| 3.3.3.    | <i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> .....                  | 172        |
| 3.4       | EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE.....                         | 172        |
| 3.4.1.    | <i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i> .....   | 173        |
| 3.4.2.    | <i>Análise qualitativa</i> .....  | 174        |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| 3.4.3.    | <i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> ..... | 178        |
| 3.5       | EIXO PRIORITÁRIO V– REDES E ACÇÕES COLECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL .....   | 179        |
| 3.5.1.    | <i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i> .....                            | 180        |
| 3.5.2.    | <i>Análise qualitativa</i> .....   | 182        |
|           | Acções Colectivas.....   | 182        |
|           | Estratégias de Eficiência Colectiva.....   | 188        |
| 3.5.3.    | <i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i> ..... | 190        |
| <b>4.</b> | <b>GRANDES PROJECTOS E PROJECTOS AMBIENTAIS</b> .....                                | <b>191</b> |
| 4.1       | GRANDES PROJECTOS .....  | 191        |
| 4.2       | PROJECTOS AMBIENTAIS COM CUSTO TOTAL ENTRE 25 E 50 MILHÕES DE EUROS.....             | 193        |
| <b>5.</b> | <b>ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b> .....   | <b>195</b> |
| <b>6.</b> | <b>INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO</b> .....   | <b>197</b> |
| 6.1       | SITES .....  | 198        |
| 6.1.1.    | <i>Site COMPETE</i> .....  | 198        |
| 6.1.2.    | <i>Site Incentivos às Empresas</i> .....   | 200        |
| 6.2       | EVENTOS.....   | 201        |
| 6.3       | CONTACTO COM O PÚBLICO.....  | 210        |
| 6.4       | INTERVENÇÕES .....   | 211        |
| 6.5       | MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO .....   | 211        |
| 6.6       | PARTICIPAÇÃO NA REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN: .....                | 215        |
| 6.7       | ACÇÕES DE COMUNICAÇÃO DESENVOLVIDAS PELOS ORGANISMOS INTERMÉDIOS .....               | 216        |
| 6.8       | CAMPANHAS DE MEIOS.....  | 217        |
| 6.9       | COMUNICAÇÃO INTERNA.....   | 220        |
| 6.10      | MONITORIZAÇÃO .....  | 221        |
| 6.11      | AValiação DAS MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE .....                              | 222        |
| <b>7.</b> | <b>CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2010</b> .....  | <b>225</b> |
| 7.1       | CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2010.....                                 | 225        |
| 7.2       | PREVISÕES PARA 2011 .....  | 227        |
|           | <b>Glossário de siglas</b> .....   | <b>229</b> |
|           | <b>Bibliografia</b> .....  | <b>231</b> |
|           | <b>Anexos</b> .....  | <b>233</b> |

## ÍNDICE DE TABELAS:

|   | PÁGINA |
|---|--------|
| Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE .....   | 19     |
| Tabela 1.2: Dotação Orçamental do COMPETE .....   | 22     |
| Tabela 2.1: Indicadores Comuns de Realização, 2007-2010 .....   | 28     |
| Tabela 2.2: Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Factores de Competitividade, 2007-2010 .....                                     | 29     |
| Tabela 2.3: Pagamentos Realizados, 2007-2010 .....  | 31     |
| Tabela 2.4: Realização Financeira, 2007-2010 .....  | 34     |
| Tabela 2.5: Repartição da contribuição comunitária por NUTS II, 2007-2010 .....   | 37     |
| Tabela 2.6: Repartição da contribuição comunitária por NUTS II e NUTS III, 2007-2010 .....  | 38     |
| Tabela 2.7: Repartição da Contribuição Comunitária por Formas de Financiamento, 2007-2010 .....                                     | 39     |
| Tabela 2.8: Repartição da Contribuição Comunitária por Actividade Económica, 2007-2010 .....  | 39     |
| Tabela 2.9: Aplicação Regra Spill-Over Effects, 2007-2010 .....   | 40     |
| Tabela 2.10: Projectos de I&D em Co-Promoção Aprovados ao Abrigo da Regra Spill-Over Effects, 2007-2010 .....                       | 42     |
| Tabela 2.11: Lista de Projectos Aprovados ao Abrigo da Regra Spill-Over Effects, 2007-2010 .....                                    | 43     |
| Tabela 2.12: Candidaturas Recepcionadas por Eixo Prioritário, 2007-2010 .....   | 44     |
| Tabela 2.13: Projectos com Variação dos Valores de Aprovação em 2010, 2007-2010 .....   | 46     |
| Tabela 2.14: Projectos com Variação dos Valores de Aprovação em 2010, 2007-2010 .....   | 47     |
| Tabela 2.15: Projectos Aprovados por Fase de Candidatura, 2007-2010 .....   | 48     |
| Tabela 2.16: Projectos Aprovados por Região, 2007-2010 .....  | 48     |
| Tabela 2.17: Projectos Aprovados por Tipologia de Promotor, 2007-2010 .....   | 49     |
| Tabela 2.18: Projectos Contratados por Eixo Prioritário, 2007-2010 .....  | 50     |
| Tabela 2.19: Aprovações e Execução por Tema Prioritário (Contribuição Comunitária) .....  | 51     |
| Tabela 2.20: Nível de Apoio a PME no âmbito da Agenda da Competitividade, 2007-2010 .....   | 52     |
| Tabela 2.21: Regimes de Auxílio Utilizados no Âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário .....                                | 53     |
| Tabela 2.22: Apoios Concedidos em Termos de Auxílios de Estado no Âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário, 2007-2010 ..... | 54     |
| Tabela 2.23: Lista de Projectos objecto de Notificação à DG Concorrência .....  | 55     |
| Tabela 2.24: Lista de Projectos Objecto de Envio Ex-post à DG Concorrência .....  | 55     |
| Tabela 2.25: Projectos Aprovados com Componente de Formação Profissional, por Eixo Prioritário, 2007-2010 .....                     | 65     |
| Tabela 2.26: Medidas para Acelerar a Execução dos Projectos .....   | 67     |
| Tabela 2.27: Medidas para Acelerar a Execução dos Projectos .....   | 68     |
| Tabela 2.28: Principais Indicadores Económicos – Área do Euro, 2006-2011 .....  | 73     |
| Tabela 2.29: Principais Medidas de Consolidação Orçamental anunciadas em 2010 .....   | 79     |
| Tabela 2.30: Principais Indicadores Económicos – Portugal, 2007-2011 .....  | 80     |
| Tabela 2.31: Evolução do VAB por Sectores – Portugal, 2007-2010 .....   | 84     |
| Tabela 2.32: Indicadores Sectoriais – Portugal, 2007-2010 .....   | 85     |
| Tabela 2.33: Condições extra de admissibilidade para os AAC lançados em 2010 .....  | 94     |
| Tabela 2.34: Determinação da Autoridade de Gestão Competente .....  | 97     |
| Tabela 2.35: Domínios de Clarificação e Articulação .....   | 100    |
| Tabela 2.36: Entidades com projectos aprovados no COMPETE e no POPH, por Eixo, 2007-2010 .....                                      | 102    |
| Tabela 2.37: Plano de Controlo Interno .....  | 107    |
| Tabela 2.38: Amostra de Projectos do Plano de Controlo Interno 2010, por Dimensão do Plano .....                                    | 108    |
| Tabela 2.39: Amostra de Projectos do Plano de Controlo Interno 2010, por Estrutura de Gestão .....                                  | 109    |
| Tabela 2.40: Amostra de Projectos do Plano de Controlo Interno, 2010 .....  | 109    |
| Tabela 2.41: Amostra de Projectos do Plano de Verificações no Local 2009 .....  | 111    |
| Tabela 2.42: Calendarização das Acções relativas ao Plano de Verificações no Local 2009 .....                                       | 111    |
| Tabela 2.43: Resultados/Conclusões das Acções relativas ao Plano de Verificações no Local 2009 .....                                | 112    |
| Tabela 2.44: Follow-Up Recomendações – Acções de Controlo Externo de 2009 .....   | 116    |
| Tabela 2.45: Organismos Intermédios envolvidos na Gestão do Programa .....  | 120    |
| Tabela 3.1: Indicadores de Realização do Eixo I .....   | 134    |
| Tabela 3.2: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo I, 2010 .....   | 135    |
| Tabela 3.3: Candidaturas e Projectos Aprovados por Instrumento .....  | 136    |
| Tabela 3.4: Concursos Enquadrados no COMPETE, 2007-2010 .....   | 137    |
| Tabela 3.5: Concursos Analisados de Projectos do SAESCTN, 2007-2010 .....   | 138    |
| Tabela 3.6: Projectos de IC&DT Aprovados por NUTS II .....  | 140    |
| Tabela 3.7: Candidaturas e Projectos Aprovados no SI I&DT, por Instrumento, 2007-2010 .....   | 144    |
| Tabela 3.8: Projectos Aprovados no SI I&DT, por NUTS II, 2007-2010 .....  | 145    |
| Tabela 3.9: Projectos Aprovados no SI I&DT, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....   | 146    |
| Tabela 3.10: Projectos Mobilizadores Aprovados, 2007-2010 .....   | 149    |
| Tabela 3.11: Indicadores de Realização do Eixo II .....   | 154    |
| Tabela 3.12: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo II, 2010 .....   | 154    |
| Tabela 3.13: Candidaturas e Projectos Aprovados no Eixo II por Instrumento, 2007-2010 .....   | 156    |

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 3.14: Projectos Aprovados do Eixo II por NUTS II, 2007-2010 .....  | 158 |
| Tabela 3.15: Projectos Aprovados do Eixo II por Sector de Actividade, 2007-2010.....                                | 158 |
| Tabela 3.16: Indicadores de Realização do Eixo III.....   | 165 |
| Tabela 3.17: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo III, 2010 .....  | 166 |
| Tabela 3.18: Candidaturas Aprovadas do SAFPRI, 2007-2010.....   | 167 |
| Tabela 3.19: Projecto 5734 - Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual (FICA).....                        | 168 |
| Tabela 3.20: Projecto 16143 - FCR - Patris Capital Partners .....   | 169 |
| Tabela 3.21: Projecto 16156 - Linha de Financiamento a Business Angels.....   | 169 |
| Tabela 3.22: Resultados das Linhas de Crédito PME Investe I e II, 2007-2010.....                                    | 169 |
| Tabela 3.23: Execução Financeira das Linhas de Crédito, 2007-2010.....  | 170 |
| Tabela 3.24: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por NUTS II, 2007-2010 .....                                 | 170 |
| Tabela 3.25: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Dimensão de Empresa, 2007-2010 .....                     | 170 |
| Tabela 3.26: Operações aprovadas nas Linhas de Crédito por Instituições Financeiras, 2007-2010 .....                | 171 |
| Tabela 3.27: Operações aprovadas nas Linhas de Crédito por Classe de Risco, 2007-2010 .....                         | 171 |
| Tabela 3.28: Indicadores de Realização do Eixo IV.....  | 174 |
| Tabela 3.29: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo IV, 2010.....  | 174 |
| Tabela 3.30: Projectos Aprovados no Eixo IV, por NUTS II, 2007-2010.....  | 176 |
| Tabela 3.31: Projectos Aprovados do Eixo IV, por Tipo de Projecto, 2007-2010 .....                                  | 176 |
| Tabela 3.32: Indicadores de Realização do Eixo V.....   | 181 |
| Tabela 3.33: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo V, 2010.....   | 181 |
| Tabela 3.34: Projectos Aprovados do Eixo V por Concurso, 2007-2010.....   | 183 |
| Tabela 3.35: Projectos Aprovados de EEC, por Tipo de Estratégia, 2007-2010 .....                                    | 189 |
| Tabela 4.1: Lista de Grandes Projectos .....  | 191 |
| Tabela 4.2: Alterações à Lista Indicativa de Grandes Projectos (Versão revista em Out-2010) .....                   | 192 |
| Tabela 4.3: Lista de Grandes Projectos Concluídos .....   | 192 |
| Tabela 5.1: Indicadores de Realização do Eixo VI.....   | 195 |
| Tabela 5.2: Candidaturas e Projectos Aprovados do Eixo VI por Beneficiário, 2007-2010 .....                         | 196 |
| Tabela 5.3: Investimento Elegível Aprovado no Eixo VI por Tipologia de Despesa, 2007-2010 .....                     | 196 |
| Tabela 6.1: Sessões de Esclarecimento – Reformulação de Projectos QREN .....  | 206 |
| Tabela 6.2: Estatísticas do Centro de Atendimento Telefónico, 2010 Diária.....                                      | 210 |
| Tabela 6.3: Estatísticas de E-mail, 2010Diária .....  | 211 |
| Tabela 6.4: N.º de Inserções na Rádio Campanha Medidas para Aceleração da Execução .....                            | 217 |
| Tabela 6.5: N.º de Inserções na Imprensa (Nacional e Regional) - Campanha Medidas para Aceleração da Execução ..... | 218 |
| Tabela 6.6: Notícias Veiculadas sobre o COMPETE, 2010 .....   | 219 |
| Tabela 6.7: Temas das Notícias.....   | 220 |
| Tabela 6.8: Indicadores de Informação e Divulgação, 2007-2010.....  | 222 |
| Tabela 7.1: Cumprimento em 2010 dos objectivos fixados em 2009.....   | 226 |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|   | PÁGINA |
|---|--------|
| Figura 1.1: Organigrama do Secretariado Técnico ..... | 24     |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Página

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 2.1: Cumprimento das Metas dos Indicadores Físicos de Realização por Eixo Prioritário, 2007-2010 .....  | 28  |
| Gráfico 2.2: Taxas de Compromisso por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2010 .....   | 31  |
| Gráfico 2.3: Pagamentos Realizados (Fundo Comunitário), por Ano, 2007-2010 .....  | 32  |
| Gráfico 2.4: Pagamentos realizados, por tipologia de incentivo, 2007-2010 (Fundo Comunitário) .....   | 32  |
| Gráfico 2.5: Execução Realizada (Fundo Comunitário), 2007-2010 .....  | 34  |
| Gráfico 2.6: Execução Acumulada (Fundo Comunitário), por Ano, face às Metas N+3/N+2, 2007-2010 .....  | 35  |
| Gráfico 2.7: N.º de Candidaturas Recepcionadas, por Tipologia, 2010 .....   | 44  |
| Gráfico 2.8: Volume de Investimento (m€) Recepcionado em AAC, por Fase de Candidatura, 2007-2010 .....  | 45  |
| Gráfico 2.9: Situação das Candidaturas Recepcionadas (N.º) a 31-12- 2010, 2010 .....  | 45  |
| Gráfico 2.10: Tipologia das Candidaturas em fase de Decisão, 2010 .....   | 45  |
| Gráfico 2.11: N.º de Candidaturas Objecto de Desistência/Anulação, por Eixo Prioritário, 2007-2010 .....  | 46  |
| Gráfico 2.12: Taxas de Aprovação e Não Aprovação (Investimento Proposto), 2007-2010 .....   | 47  |
| Gráfico 2.13: Projectos Aprovados por Região, 2007-2010 .....   | 49  |
| Gráfico 2.14: Projectos Aprovados no SI PME com Componente de Ambiente, por Principais Sectores de Actividade, 2007-2010 .....                              | 59  |
| Gráfico 2.17: Evolução do PIB, 2004-2012 .....  | 70  |
| Gráfico 2.18: Exportações, 2004-2012 .....  | 70  |
| Gráfico 2.19: Evolução do Indicador de Sentimento Económico – EU e Portugal, 2000-2011 .....  | 71  |
| Gráfico 2.20: Evolução dos Saldos Orçamentais – UE, 2007-2011 .....   | 72  |
| Gráfico 2.21: Contributos para o Crescimento do PIB – Portugal, 2007-2012 .....   | 77  |
| Gráfico 2.22: Evolução da Taxa de Rendibilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos – Portugal, 1999-2011 .....   | 78  |
| Gráfico 2.23: Grau de Intensidade Tecnológica dos Produtos Industriais transformados transaccionados por Portugal no mercado internacional, 2006-2010 ..... | 82  |
| Gráfico 2.24: Taxa de Emprego - Portugal, 2007-2010 .....   | 84  |
| Gráfico 2.25: Taxa de Desemprego - Portugal, 2007-2010 .....  | 84  |
| Gráfico 2.26: Evolução dos Indicadores de Confiança, 2006-2010 .....  | 86  |
| Gráfico 2.27: Previsões para 2010 e 2011 - Diferença face à média da Área do Euro .....   | 86  |
| Gráfico 2.28: PIB per capita em PPS – UE, 2009 .....  | 87  |
| Gráfico 2.29: Incentivo aprovado no AAC n.º 33/2009 - SI Inovação – Inovação Produtiva, por Programa .....  | 93  |
| Gráfico 2.30: AAC decididos e respectivas candidaturas analisadas, por ano, 2007-2010 .....   | 94  |
| Gráfico 2.31: Tempos médios de comunicação da decisão ao Promotor, por fase de concurso, 2007-2010 .....  | 95  |
| Gráfico 2.32: Tempos médios de Comunicação da decisão ao Promotor dos projectos COMPETE, por instrumento, 2007-2010 .....                                   | 95  |
| Gráfico 2.33: Candidaturas Recepcionadas nos Concursos, por Organismo Intermédio, 2007-2010 .....   | 120 |
| Figura 2.34: Quadro de Responsabilidade na Monitorização Ambiental Estratégica .....  | 128 |
| Gráfico 3.1: Evolução da entrada de Candidaturas e Aprovações, 2007-2010 .....  | 135 |
| Gráfico 3.2: Projectos Aprovados por Região, 2007-2010 .....  | 136 |
| Gráfico 3.3: Projectos s de IC&DT Aprovados no SAESCTN, por Domínio Científico, 2007-2010 .....   | 139 |
| Gráfico 3.4: Incentivo de Projectos de IC&DT Aprovados no SAESCTN, por Tipo de Beneficiário, 2007-2010 .....  | 139 |
| Gráfico 3.5: Projectos Aprovados de IC&DT no SAESCTN, por Tipo de Projecto, 2007-2010 .....   | 139 |
| Gráfico 3.6: Investimento em sede de Candidatura no SI I&DT, por Tipologia de Projecto, 2007-2010 .....   | 143 |
| Gráfico 3.7: Investimento de Candidaturas ao SI I&DT Recepcionado pelo COMPETE e PO Regionais (Convergência), 2007-2010 .....                               | 144 |
| Gráfico 3.8: Investimento Aprovado nos Projectos em Co-Promoção, por Tipo de Co-Promotor, 2007-2010 .....   | 145 |
| Gráfico 3.9: Incentivo Aprovado no SI I&DT, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....   | 146 |
| Gráfico 3.10: Volume de Investimento de Candidatura Recepcionado pelo COMPETE, 2007-2010 .....  | 155 |
| Gráfico 3.11: Investimento de Candidaturas ao Eixo II Recepcionado pelo COMPETE e pelos PO Regionais (Convergência), 2007-2010 .....                        | 156 |
| Gráfico 3.12: Volume de Investimento Elegível Apoiado no Eixo II, por Tipologia de Apoio e por Ano, 2007-2010 .....   | 157 |
| Gráfico 3.13: Distribuição do Investimento Elegível no Eixo II, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....   | 159 |
| Gráfico 3.14: Investimento Elegível do Eixo II, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....   | 159 |
| Gráfico 3.15: Investimento Elegível dos AAC do SI Inovação, por Tipologia e por Fase de Candidatura, 2007-2010 ..   | 160 |
| Gráfico 3.16: Investimento Elegível do SI PME, por Tipologia de Projecto, 2007-2010 .....   | 161 |
| Gráfico 3.17: Investimento Elegível dos Projectos Conjuntos, por Fileira, 2007-2010 .....   | 161 |
| Gráfico 3.18: Investimento em Sede de Candidatura no Eixo IV, por Ano de Recepção, 2007-2010 .....  | 175 |
| Gráfico 3.19: Aprovações no Eixo IV, por Fase, 2007-2010 .....  | 175 |
| Gráfico 3.20: Distribuição das Candidaturas Recepcionadas no Eixo V, por Fase, 2007-2010 .....  | 182 |
| Gráfico 3.21: Aprovações do Concurso Geral de 2008, por Tipologia de Projecto, 2007-2010 .....  | 183 |
| Gráfico 3.22: Aprovações no Eixo V, por Área de Intervenção, 2007-2010 .....  | 184 |
| Gráfico 3.23: Investimento Elegível Aprovado no Eixo V, por Output dos Projectos, 2007-2010 .....   | 184 |
| Gráfico 3.24: Investimento Elegível Aprovado no Eixo V, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....   | 185 |

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 3.25: Candidaturas com Controlo EEC, 2007-2010 .....                | 188 |
| Gráfico 3.26: Aprovações de EEC (Incentivo), por Medida 2008-2010 .....     | 189 |
| Gráfico 3.27: Aprovações de EEC (Incentivo), por NUTS II 2008-2010 .....    | 189 |
| Gráfico 6.1: Favorabilidade das Notícias sobre o COMPETE, 2007-2010 .....   | 198 |
| Gráfico 6.2: N.º de Visitas ao Site COMPETE, 2010 .....                     | 199 |
| Gráfico 6.3: Site COMPETE – Menus mais Visitados, 2010.....                 | 199 |
| Gráfico 6.4: Site COMPETE – Menus com Maior Número de Downloads, 2010 ..... | 200 |
| Gráfico 6.5: N.º de Visitas ao Site Incentivos às Empresas, 2010.....       | 201 |
| Gráfico 6.6: Meios que Veicularam Notícias sobre o COMPETE, 2010 .....      | 219 |
| Gráfico 6.7: Reconhecimento da Marca.....                                   | 223 |
| Gráfico 6.8: Avaliação de Materiais de Divulgação.....                      | 223 |
| Gráfico 6.9: Regularidade de Consulta ao Site.....                          | 223 |
| Gráfico 6.10: Qualidade de Conteúdos do Site.....                           | 223 |
| Gráfico 6.11: Apreciação Global sobre a Lista dos Beneficiários .....       | 224 |
| Gráfico 6.12: Apreciação Global sobre o Guia dos Beneficiários .....        | 224 |



## INTRODUÇÃO

O presente Relatório visa a prestação de contas sobre a actividade do COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade ao longo do ano de 2010. Foi elaborado em conformidade com as orientações que constam do artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 7 de Abril de 2009, que alterou o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Junho, bem como com as orientações emanadas pelo IFDR.

O **Capítulo 1** inicia com uma breve apresentação do Programa, dos seus objectivos, eixos e instrumentos de actuação e modelo de governação.

O **Capítulo 2** respeita à apresentação dos níveis gerais de execução do Programa, quer em termos financeiros, quer físicos. São ainda abordadas as medidas tomadas para garantir a conformidade com as regras comunitárias, incluindo as acções desenvolvidas ao longo do ano, em termos de acompanhamento e avaliação.

Segue-se o **Capítulo 3** com o devido aprofundamento da realização do Programa por Eixo Prioritário, com focalização ao nível da procura (candidaturas recepcionadas), aprovação

(apoios concedidos) e indicadores de realização.

Os grandes projectos, na acepção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, são analisados no **Capítulo 4**.

No **Capítulo 5** apresentam-se as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão, financiadas através do Eixo da Assistência Técnica, com vista o suporte à gestão e implementação de forma eficaz e eficiente do Programa.

As acções de divulgação, informação e publicidade realizadas ao longo do ano são elencadas no **Capítulo 6**.

No **Capítulo 7**, apresentam-se as conclusões da realização anual, perspectivando-se ainda a evolução do Programa para 2011

Este relatório é, ainda, complementado com um **segundo volume**, dedicado à análise temática de algumas áreas determinantes para a prossecução dos objectivos do Programa, como sejam a I&DT e Inovação, o Empreendedorismo ou a Internacionalização. Inclui, também, um capítulo sobre as Estratégias de Eficiência Colectiva.



## 1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

|  |  |
|--|--|
| Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE) | Objectivo Convergência   |
|  | Norte, Centro e Alentejo                                       |
|  | 2007-2013  |
|  | CCI n.º 2007PT161PO001   |
| Relatório Anual de Execução                                | Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE)     |
|  | 2010   |
|  | Aprovado pela Comissão de Acompanhamento a 17 de Junho de 2011 |

Inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional, o Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE), aprovado a 5 de Outubro de 2007<sup>1</sup>, visa a melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa num contexto de mercado global, intervindo sobre dimensões consideradas estratégicas, como a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização da Administração Pública.

Assume como **principais objectivos**:

- Qualificar o tecido produtivo, por via do *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Estimular a orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transaccionável ou internacionalizável;
- Qualificar a Administração Pública e tornar mais eficiente a acção do Estado, por via da modernização e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;
- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

<sup>1</sup> Decisão CE n.º C (2007) 4623, de 5 de Outubro

Para concretizar estes objectivos, o COMPETE dispõe de quatro tipos de **instrumentos**, dispostos em torno de 6 Eixos Prioritários (Tabela 1.1):

- Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas;
- Mecanismos de Engenharia Financeira;
- Acções Colectivas;
- Acções Públicas dinamizadoras da modernização da Administração Pública e do desenvolvimento da capacitação do sistema científico e tecnológico nacional.

Relativamente ao **âmbito territorial**, os apoios do Programa aplicam-se às regiões de Portugal continental do Objectivo Convergência, ou seja, Norte, Centro e Alentejo.

Em 2010, foram introduzidas as seguintes alterações ao texto do Programa:

- As micro e pequenas empresas passaram a ser consideradas potenciais beneficiárias dos Eixos I e II;
- As intervenções no Eixo III passaram a poder ser efectuadas directamente pelas entidades participantes (definir como destinatários das intervenções deste Eixo a sociedade gestora do FINOVA e sociedades gestoras de fundos ou de outros instrumentos de financiamento, bem como prever fontes de financiamento privado nacional);
- Foi clarificado o Anexo II – Regras para a determinação da elegibilidade das despesas em função da localização e quantificação dos efeitos de difusão (*spill-over effects*);
- Na sequência da mudança de instalações, foram actualizados os contactos da Autoridade de Gestão;
- Foi actualizado o Anexo III – Lista Indicativa dos Grandes Projectos, incluindo novos projectos aprovados e eliminando desistências e anulações.

Nas tabelas seguintes apresenta-se, por Eixo Prioritário, uma síntese dos objectivos específicos, instrumentos e tipologias de projectos inerentes ao Programa.

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

**Eixo I. Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico**  
[500 milhões de euros Fundo = 16,1% COMPETE]

| Objectivos Específicos  | Instrumentos   | Tipologias de projecto  |
|---|--|---|
| a) Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista ao desenvolvimento do País e ao aumento da sua competitividade;   | a) Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) | a1. Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico (IC&DT) coordenados por entidades do SCTN inseridos nas seguintes modalidades; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos em todos os domínios científicos;</li> <li>- Projectos de redes temáticas de Ciência e Tecnologia;</li> <li>- Projectos de criação e operação de consórcios de I&amp;D;</li> <li>- Projectos orientados para a implementação de políticas públicas ou para a valorização dos resultados da investigação científica;</li> <li>- Projectos de cooperação internacional.</li> </ul> |
| b) Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas. | b) Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)        | a2. Projectos de estímulo à participação no Programa Quadro de IC&DT;   |
|   |  | a3. Projectos de promoção da cultura científica e tecnológica;  |
|   |  | b1. Projectos de I&DT individuais;  |
|   |  | b2. Projectos de I&DT em co-promoção;   |
|   |  | b3. Projectos mobilizadores;  |
|   |  | b4. Vale I&DT;  |
|   |  | b5. I&DT colectiva;   |
|   |  | b6. Núcleos de I&DT;  |
|   |  | b7. Centros de I&DT;  |
|   |  | b8. Projectos demonstradores.   |

**Destinatários:** Empresas; Entidades do Ensino Superior e do Sistema Científico e Tecnológico; Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados e Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial.

**Eixo II. Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização**  
[1.220 milhões de euros Fundo = 39,3% COMPETE]

| Objectivos Específicos  | Instrumentos   | Tipologias de projecto  |
|---|--|---|
| a) Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;              | a) Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualific. de PME) | a1. Projectos individuais;  |
| a) Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de factores dinâmicos de competitividade;                          |  | a2. Projectos conjuntos;  |
| b) Incentivar o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o feminino;  |  | a3. Projectos de cooperação;  |
| b) Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transaccionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor; | b) Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)  | a4. Projectos simplificados de inovação (Vale Inovação).  |
| b) Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento.  |  | b1. Projectos de produção de novos bens e serviços ou de melhorias significativas da produção actual através da transferência e aplicação de conhecimento;  |
|   |  | b2. Projectos de adopção de novos ou significativamente melhorados processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de <i>marketing</i> ;  |
|   |  | b3. Projectos de expansão de capacidades de produção em actividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas;  |
|   |  | b4. Criação de empresas e actividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam actividades em sectores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as resultantes do empreendedorismo feminino ou jovem. |

**Destinatários:** Empresas e Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial.

**Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE**

**Eixo III. Financiamento e Partilha de Risco da Inovação**  
[360 milhões de euros Fundo = 11,6% COMPETE]

| Objectivos Específicos   | Instrumentos  | Tipologias de projecto  |
|--|---|---|
| Estimular a intervenção do capital de risco na criação e desenvolvimento de empresas;  |   |   |
| Consolidar o sistema de garantia mútua e alargar o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias;   |   |   |
| Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente o microcrédito, destinados a potenciar o financiamento a PME;   | a) Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) | a1. Instrumentos de reforço do capital próprio – Fundos de Capital de Risco, Fundos de Sindicância de Capital de Risco;   |
| Apoiar o financiamento da inovação numa perspectiva integrada (capital e dívida);  |   | a2. Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios – Fundo de Contra-garantia Mútua, Sociedades de Garantia Mútua, Fundo de Garantia para Titularização de Créditos, Fundos de Investimento Imobiliário, etc. |
| Incentivar o empreendedorismo, garantindo o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco;   | FINOVA  |   |
| Incrementar o empreendedorismo feminino como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica activa, bem como apoios às iniciativas empresariais, particularmente propícias à promoção dos factores da igualdade entre homens e mulheres. |   |   |

**Destinatários:** Sociedade gestora do FINOVA e sociedades gestoras de fundos ou outros instrumentos de financiamento.

**Eixo IV. Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade**  
[685 milhões de euros Fundo = 22,1% COMPETE]

| Objectivos Específicos  | Instrumentos   | Tipologias de projecto  |
|---|--|---|
| Aumentar a eficácia e a eficiência da actividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interacção do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos; |  | a1. Operações individuais e transversais de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas; |
| Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua actividade;   | a) Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA) | a2. Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública;   |
| Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;   |  | a3. Operações no domínio da administração em rede;  |
| Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam directamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.                   |  | a4. Operações globais.  |

**Destinatários:** Entidades da Administração Pública Central.

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

**Eixo V. Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial**

[260 milhões de euros Fundo = 8,4% COMPETE]

| Objectivos Específicos  | Instrumentos  | Tipologias de projecto  |
|---|---|---|
| <p>Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos pólos de crescimento;<sup>2</sup></p> <p>Reforçar a oferta de serviços às empresas reforçando e capacitando as infra-estruturas e orientando as suas actividades para as necessidades das PME;</p> <p>Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração;</p> <p>Promover o desenvolvimento de acções inovadoras de teste a novas abordagens de política pública nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial da inovação.</p> <p><b>Destinatários:</b> Entidades Públicas e sector empresarial local e Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (Associações Empresariais e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico).</p> | <p>a) Sistema de Apoio a Acções Colectivas (SIAC)</p> | <p>a1. Actividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e actividades com relevância para a economia nacional;</p> <p>a2. Informação, observação e vigilância prospectiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;</p> <p>a3. Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;</p> <p>a4. Sensibilização para os factores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;</p> <p>a5. Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;</p> <p>a6. Actividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Colectiva.</p> <p>b1. Pólos de competitividade e tecnologia;</p> <p>b2. Outros <i>clusters</i>.</p> |

**Eixo VI. Assistência Técnica**

[78.789 mil euros Fundo = 2,5% COMPETE]

| Objectivos Específicos   | Instrumentos   | Tipologias de projecto   |
|--|--|--|
| <p>Dinamizar, gerir e implementar de forma eficaz e eficiente o Programa</p> | <p>a) Regulamento de Execução da Assistência Técnica</p> | <p>a1. Criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico e respectivo apoio logístico;</p> <p>a2. Informação, divulgação e publicitação de Programa e seus instrumentos;</p> <p>a3. Análise de projectos, verificação e acompanhamento da execução do Programa e dos projectos aprovados;</p> <p>a4. Auditoria e controlo interno;</p> <p>a5. Desenvolvimento, actualização e manutenção de sistemas de informação;</p> <p>a6. Estudos de avaliação globais e específicos;</p> <p>a7. Estudos de análise da implementação do Programa;</p> <p>a8. Outras intervenções que se revelem imprescindíveis para garantir níveis adequados de gestão e controlo.</p> |

**Destinatários:** Órgãos de Gestão do Programa.

<sup>2</sup> A concretização da política associada às Estratégias de Eficiência Colectiva é efectuada através dos instrumentos disponíveis no âmbito do QR EN, PROMAR e PRODER. No âmbito do COMPETE, são utilizados os instrumentos previstos nos restantes Eixos Prioritários.

O Programa tem associado um **financiamento total** (público e privado) superior a 5,5 mil milhões de euros, sendo cerca de 3,1 mil milhões provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

**Tabela 1.2: Dotação Orçamental do COMPETE**

Unid: Mil Euros

| Eixos de Intervenção   | Financiamento Total | Financiamento Comunitário (FEDER) | Financiamento Nacional |                  |
|--|---------------------|-----------------------------------|------------------------|------------------|
|  |                     |                                   | Público                | Privado          |
| Eixo I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico                                | 773.800             | 500.000                           | 150.000                | 123.800          |
| Eixo II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização | 2.760.000           | 1.220.000                         | 0                      | 1.540.000        |
| Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação                           | 514.286             | 360.000                           | 79.286                 | 75.000           |
| Eixo IV - Administração Pública Eficiente e de Qualidade                           | 978.571             | 685.000                           | 293.571                | 0                |
| Eixo V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial                  | 371.429             | 260.000                           | 53.929                 | 57.500           |
| Eixo VI - Assistência Técnica  | 112.556             | 78.789                            | 33.767                 | 0                |
| <b>TOTAL COMPETE</b>   | <b>5.510.641</b>    | <b>3.103.789</b>                  | <b>610.552</b>         | <b>1.796.300</b> |

Fonte: COMPETE

O **modelo de governação** do COMPETE foi estabelecido no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define os modelos de governação do QREN e dos respectivos Programas Operacionais, sendo particularmente relevantes para este efeito (Governação dos PO temáticos), os artigos 31.º, 32.º, 40.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 50.º, 51.º e 56.º.

Compreende três órgãos:

- Órgão de direcção política: a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE que integra o Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, que coordena, o Ministro da Presidência, o Ministro da Justiça e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Órgão de gestão: a Autoridade de Gestão, formada pela Comissão Directiva e pelo Secretariado Técnico;
- Órgão de acompanhamento: a Comissão de Acompanhamento.

O **Órgão de Direcção Política**, a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE, tem como função a coordenação global da execução do Programa, onde se inclui, designadamente, a promoção da participação económica, global e institucional no acompanhamento, a aprovação dos regulamentos, o estabelecimento de orientações específicas, a confirmação da decisão de financiamento para algumas tipologias de

investimento, a aprovação de contratos entre a Autoridade de Gestão e os Organismos Intermédios, a apreciação dos relatórios de execução e de avaliação e a apreciação de propostas de revisão e reprogramação.

O **Órgão de Gestão** do Programa integra a Comissão Directiva e o Secretariado Técnico. A Comissão Directiva foi nomeada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de Outubro, e é constituída pelo Gestor do Programa, Nelson de Souza, que preside e por dois vogais executivos. Assume, como principais funções, a definição das tipologias de investimentos e acções, a apreciação do mérito e tomada de decisão de financiamento sobre projectos, garantir o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, promover uma boa gestão financeira, assegurar a criação de um sistema de informação que permita o adequado acompanhamento, avaliação e controlo do Programa, elaborar e submeter às entidades responsáveis os relatórios de execução, entre outras.

O Modelo de Governação definido estabelece, ainda, que a Comissão Directiva do COMPETE tem como funções assegurar a articulação com as Comissões Directivas dos PO Regionais no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial apoiados pelo FEDER, visando a eficácia e uma gestão coordenada, no que respeita nomeadamente à elaboração e aprovação do Plano Anual de Concursos dos Sistemas de Incentivos, à promoção da abertura dos avisos para apresentação de candidaturas, e ao funcionamento da Comissão de Selecção dos Sistemas de Incentivos.

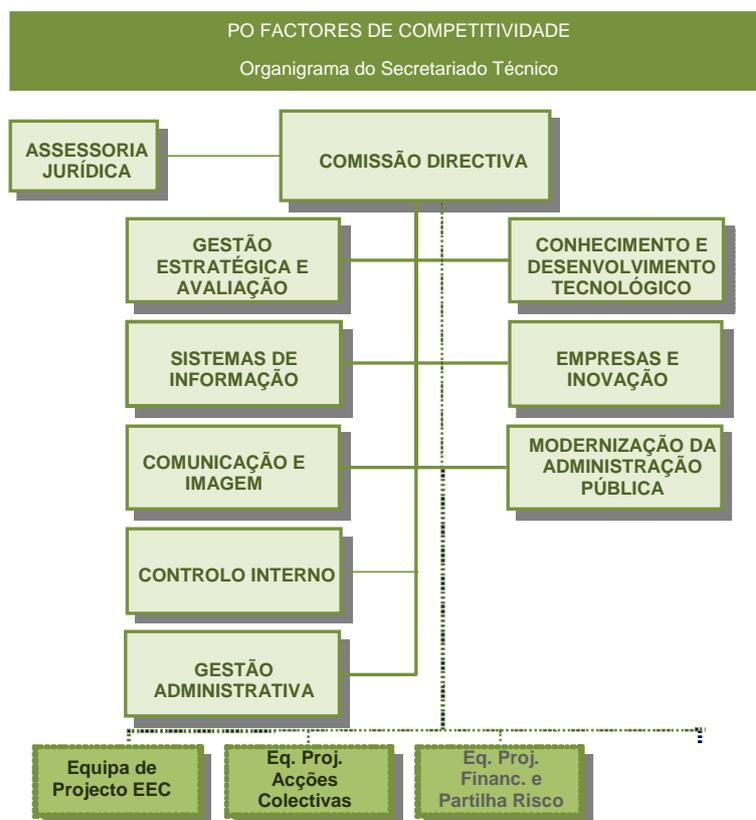
A Autoridade de Gestão do COMPETE é ainda a entidade competente pelo processo de reconhecimento, acompanhamento e avaliação dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters.

O Secretariado Técnico tem por missão apoiar tecnicamente o Gestor e a Comissão Directiva no exercício das suas competências. A sua configuração foi estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro. O Despacho n.º 25291/2008, de 10 de Outubro, e o Despacho n.º 3006/2010, de 8 de Fevereiro, procedem à nomeação dos secretários técnicos responsáveis pelas áreas que dão corpo à estrutura orgânica do Secretariado Técnico do COMPETE.

De referir que, a partir de 1 de Outubro de 2008, e por despacho do Ministro Coordenador da CMC n.º 25290/2008, de 10 de Outubro, a Autoridade de Gestão do COMPETE assumiu as atribuições, direitos e obrigações da Autoridade de Gestão do PRIME, absorvendo o pessoal da estrutura de apoio técnico daquele Programa. O mesmo sucedeu relativamente ao POSC e ao POCl, a partir de 1 de Julho de 2009, na sequência dos Despachos n.º 15280/2009 e n.º 15281/2009, ambos de 19 de Junho.

Na figura seguinte, apresenta-se o organigrama do Secretariado técnico do COMPETE.

Figura 1.1: Organigrama do Secretariado Técnico



Fonte: COMPETE.

O Secretariado Técnico é composto pelas seguintes áreas:

- Três áreas de natureza operacional de gestão – “Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico”, “Empresas e Inovação” e “Modernização da Administração Pública”;
- Cinco áreas de natureza horizontal e de suporte – “Gestão Estratégica e Avaliação”, “Sistemas de Informação”, “Comunicação e Imagem”, “Controlo Interno” e “Gestão Administrativa”;
- Como estrutura de apoio transversal de apoio, um Núcleo de Assessoria Jurídica.

Está ainda prevista, de acordo com a RCM n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, a possibilidade da Comissão Directiva poder constituir, sempre que a natureza do trabalho o justifique, até quatro Equipas de Projecto de natureza temporária. Nesse contexto, a Comissão Directiva considerou, ser adequada a constituição de três equipas de projecto, uma no âmbito das Acções Colectivas (SIAC), outra no Eixo III – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação e uma terceira, de natureza horizontal, relativa às Estratégias de Eficiência Colectiva.

A Comissão de Acompanhamento é o **Órgão de Acompanhamento** do Programa, que assegura a eficácia e a qualidade da respectiva execução e que tem como competências, entre outras, analisar e aprovar os critérios de selecção a que os projectos vão ser sujeitos, analisar o cumprimento dos objectivos e metas fixadas para os vários eixos de intervenção, analisar e aprovar os relatórios de execução e os resultados das avaliações estratégicas realizadas e, caso necessário, propor novas avaliações, receber informação e analisar as conclusões do relatório anual de controlo e apresentar propostas que contribuam para a melhoria dos resultados do PO.

A Comissão de Acompanhamento reúne-se, a título ordinário, pelo menos uma vez por ano e é composta pelo Gestor do COMPETE, que a preside e pelos seguintes membros:

- Representantes do Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, do Ministro da Presidência, do Ministro da Justiça e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Vogais da Comissão Directiva do Programa;
- Representantes de cada um dos Organismos Intermédios:
  - Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER;
  - Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
  - Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- Quatro representantes dos parceiros económicos e sociais nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente;
- Um representante da área da igualdade de género.

As comissões de acompanhamento integram, também, a título consultivo, representantes da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Fundo Europeu de Investimento (FEI) e dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP e do FSE, podendo também, mediante proposta do Presidente, incluir outros representantes de entidades públicas, personalidades ou especialistas com competências específicas em áreas abrangidas pelo Programa.

Podem, ainda, participar na reunião, na qualidade de observadores, representantes do Observatório do QREN, do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, da Autoridade de Auditoria, do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais e da Autoridade de Certificação do FSE, bem como das autoridades de gestão dos outros PO temáticos e regionais.

Na sequência de protocolos celebrados em 2008, parte das competências da Autoridade de Gestão do COMPETE, nomeadamente no que se refere à análise e acompanhamento das operações, foram delegadas nos **Organismos Intermédios**:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI);
- Turismo de Portugal, I.P.;
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE (AICEP);
- Agência de Inovação, S.A. (AdI);
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT);
- Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT);
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA).

## 2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

No presente capítulo, pretende-se apurar os níveis gerais de execução do COMPETE, em termos da sua realização física e financeira, bem como identificar os problemas significativos que influenciaram a execução do Programa, com especial destaque para as alterações da conjuntura macroeconómica.

Serão ainda abordadas as medidas tomadas para garantir a conformidade com as regras comunitárias, relevando-se as acções de acompanhamento e avaliação desenvolvidas durante o ano de 2010, bem como identificadas as complementaridades com outros instrumentos e eventuais alterações substanciais.

No capítulo 3 será detalhada a informação de execução por eixo prioritário.

### 2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS

Esta secção centra-se na realização física e financeira do Programa, seguindo-se uma análise mais qualitativa, abordando as dinâmicas da procura e dos apoios concedidos.

#### 2.1.1. Realização física do Programa Operacional

No âmbito do QREN, para aferição do cumprimento dos objectivos dos Programas Operacionais, foi estabelecida uma bateria de indicadores aferida por Eixo Prioritário. Para além destes, foi ainda criado um conjunto de indicadores comunitários comuns de realização e resultado, de forma a sistematizar informação comparável e agregável à escala nacional e comunitária, bem como um Sistema de Indicadores Comuns Nacionais para a Agenda Factores de Competitividade.

Os indicadores de realização são apurados anualmente tendo presente a dinâmica dos ritmos de aprovação/execução dos vários instrumentos do PO. Os indicadores de resultado, face à sua natureza, são apenas apurados em sede de encerramento dos projectos.

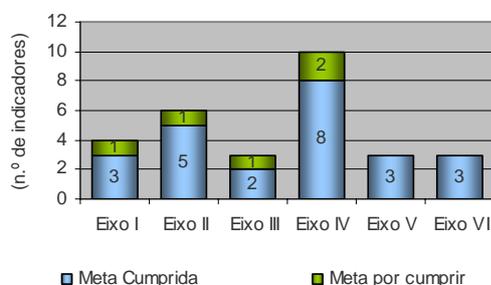
Apresenta-se de seguida um resumo de alguns indicadores apurados a 31 de Dezembro de 2010, constando no Anexos I, V e VI a tabela completa dos Indicadores de Realização Física

(Comuns Nacionais, por Eixo Prioritário e Comuns Comunitários).

Relativamente ao cumprimento das metas dos Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento fixadas por Eixo Prioritário, verifica-se, no final de 2010, uma elevada realização, encontrando-se atingida ou ultrapassada a meta de mais de 80% dos indicadores (para os quais, nesta fase, é possível contabilizar<sup>3</sup>).

A tabela 2.1, apresenta a realização a 31 de Dezembro de 2010 dos Indicadores Comuns de Realização definidos para o Programa.

**Gráfico 2.1: Cumprimento das Metas dos Indicadores Físicos de Realização por Eixo Prioritário, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

**Tabela 2.1: Indicadores Comuns de Realização, 2007-2010**

| Áreas                                      | Indicador  | Eixos Relevantes  | Valor |
|--|--|-------------------|-------|
| Emprego criado                             | 1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)            | Total do PO       | (*)   |
| Investigação e Desenvolvimento Tecnológico | 4. N.º de projectos de I&DT  | Total do PO       | 1.694 |
|  | 5. N.º de projectos de cooperação empresas - instituições de investigação                | Eixo I            | 196   |
|  | 6. Empregos na investigação criados  | Eixo I            | (*)   |
| Ajudas directas ao investimento nas PME    | 7. N.º de projectos  | Eixos I, II e III | 4.778 |
|  | 8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)         | Eixos I e II      | 89    |
|  | 9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                                       | Eixos I e II      | (*)   |
|  | 10. Investimento total induzido (em milhões de euros)                                    | Eixos I, II e III | 2.020 |
| Sociedade de Informação                    | 11. N.º de projectos   | Total do PO       | 430   |
| Energias Renováveis                        | 23. N.º de projectos   | Total do PO       | 5     |
|  | 24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh) | Total do PO       | (*)   |
| Alterações Climáticas                      | 30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)             | Eixo II           | (*)   |
| Turismo                                    | 34. N.º de projectos   | Total do PO       | 243   |
|  | 35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                               | Total do PO       | (*)   |
| Saúde                                      | 38. N.º de projectos   | Total do PO       | 15    |

Nota: (\*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados. Fonte: SI POFC.

<sup>3</sup> Saliente-se que há Indicadores de Acompanhamento que apenas podem ser contabilizados após o encerramento dos projectos. Face ao actual estágio de realização do Programa, o número de projectos encerrados é ainda pouco relevante, pelo que não é possível ainda apresentar a sua contabilização.

A análise da criação de Postos de Trabalho, incluindo a sua contabilização por Género, será efectuada após a aferição do cumprimento das metas associadas à aprovação dos projectos empresariais (em especial do SI Inovação).

Tendo em vista aferir e transmitir uma imagem dos progressos ao nível das realizações e resultados das intervenções do FEDER, foi criado um Sistema de Indicadores Comuns Nacionais para a Agenda Factores de Competitividade.

**Tabela 2.2: Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Factores de Competitividade, 2007-2010**

| Ref.ª Indicador | Indicador   | Eixos Relevantes | Realização Acumulada |
|-----------------|---|------------------|----------------------|
| ICN-Tri-001     | N.º de empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos Sistemas de Incentivos)   | I e II           | 1.382                |
| ICN-Anual-002   | N.º de empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento no âmbito dos Sistemas de Incentivos em Sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia | I e II           | 363                  |
| ICN-Tri-002     | Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos (mil €)   | I e II           | 5.261.503            |
|                 | Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos (mil €)  | I e II           | 4.432.123            |
| ICN-Tri-003     | N.º de novas empresas/ <i>start-up</i> apoiadas (não tinha iniciado actividade um ano antes do projecto ser apresentado) no âmbito dos sistemas de incentivos               | I e II           | 79                   |
| ICN-Tri-004     | N.º de novas empresas/ <i>start-up</i> apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia   | I e II           | 34                   |
| ICN-Anual-004   | N.º de empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável  | I e II           | 1.207                |
| ICN-Anual-009   | Garantias prestadas a PME   | III              | 3.741                |
| ICN-Tri-005     | N.º de empresas apoiadas através de Instrumentos de Engenharia Financeira   | III              | 3.679                |
| ICN-Anual-010   | Investimento realizado em capital de risco (mil €)  | III              | 7.338                |
| ICN-Tri-006     | Investimento total em I&DT (mil €)  | I                | 613.526              |
|                 | Investimento elegível em I&DT (mil €)   | I                | 541.418              |
| ICN-Anual-012   | Investimento total em projectos de cooperação empresas - instituições de investigação (mil €)   | I                | 206.847              |
|                 | Investimento elegível em projectos de cooperação empresas - instituições de investigação (mil €)  | I                | 193.012              |
| ICN-Tri-007     | N.º de Acções Colectivas com contratado celebrado   | V                | 164                  |
| ICN-Anual-014   | Investimento total nas Acções Colectivas (mil €)  | V                | 202.959              |
|                 | Investimento elegível nas Acções Colectivas (mil €)   | V                | 178.485              |
| ICN-Tri-008     | N.º de lojas do cidadão, de centros multiserviços e balcões únicos em projectos contratados   | IV               | 880                  |

Fonte: SI POFC.

Conforme se poderá constatar ao longo do Relatório de Execução, quer pela aferição do actual nível de cumprimento dos indicadores quer pela caracterização das empresas promotoras e projectos apoiados, o Programa tem demonstrado eficácia relativamente aos seus objectivos essenciais, designadamente na sua focalização nos sectores transaccionáveis e internacionalizáveis e na orientação dos seus projectos para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico com vista à qualificação e alteração do modelo competitivo nacional.

### 2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional

Tendo em conta a actual fase do Programa, o ano de 2010 caracterizou-se pela manutenção do ritmo de aprovações (tendo-se atingido um nível de compromisso de 80%) e pelo aumento da execução, que, face à execução verificada no final de 2009, registou um aumento de cerca de 126%.

Nos Anexos II e III, disponibiliza-se um conjunto de dados complementares à análise efectuada no presente ponto. No Anexo VII é apresentada a lista completa dos projectos aprovados no âmbito do COMPETE.

#### **Programação Financeira**

No que respeita à programação financeira do COMPETE, tal como consta do ponto 2.7.1, foi aprovada na Comissão de Acompanhamento do Programa a possibilidade das intervenções no Eixo III serem efectuadas directamente pelas entidades participantes. Neste sentido, foi efectuada uma transferência de fontes de financiamento nacionais no Eixo III: aumento de 75 milhões de euros de financiamento privado nacional, em contrapartida da correspondente diminuição ao nível do financiamento público nacional.

Não se verificou qualquer alteração ao nível dos restantes Eixos Prioritários.

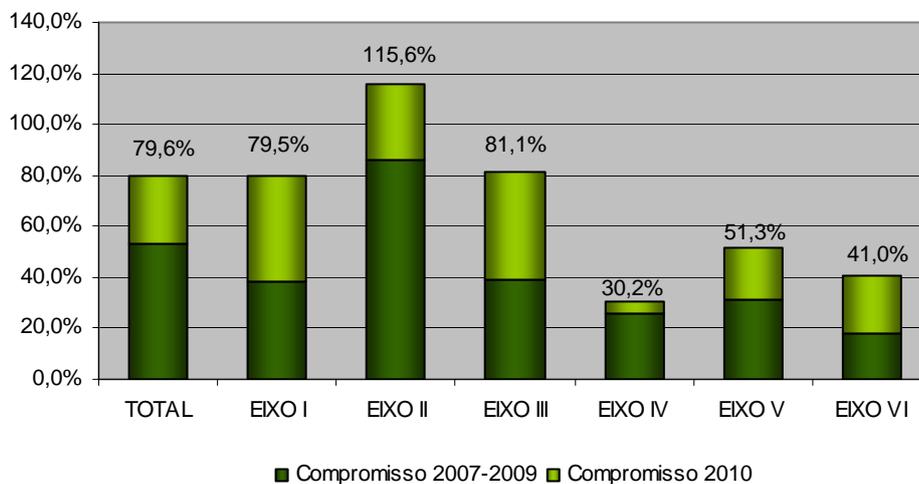
O plano de financiamento revisto (conforme ponto 1.1 – Apresentação do Programa) foi aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C(2010) 7982 de 8 de Dezembro.

#### **Financiamento Aprovado**

O financiamento aprovado durante o ano de 2010 ascendeu a um montante de custo total elegível de 1,7 mil milhões de euros, ao qual corresponde uma comparticipação do fundo comunitário FEDER de 820 milhões de euros.

Tendo por base a programação financeira do Programa aprovada, verifica-se um nível geral de compromissos face à dotação 2007-2013 na ordem dos 80%, destacando-se o Eixo II com uma actual situação de *overbooking* de 115,6%, compensando o menor grau de compromisso dos Eixos IV, V e Assistência Técnica.

Gráfico 2.2: Taxas de Compromisso por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2010



Fonte: SI POFC.

No ponto 2.1.6 (Análise Qualitativa) e no capítulo 3 (análise por Eixo Prioritário) é analisado, com mais profundidade, o compromisso assumido.

### Pagamentos Realizados

Durante o ano de 2010, o montante total de pagamentos realizados ascendeu a 454 milhões de euros de fundo comunitário FEDER. Em termos acumulados a 31 de Dezembro de 2010, o montante total de pagamentos realizados era de 802 milhões de euros de FEDER, o qual se traduzia numa taxa de pagamento do Programa, calculada pelo rácio Pagamentos/Aprovações, na ordem dos 32,5%.

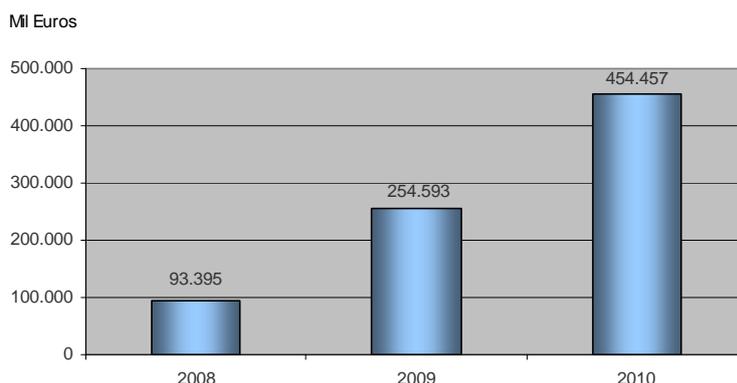
Tabela 2.3: Pagamentos Realizados, 2007-2010

| Eixo Prioritário  | Unid: Mil Euros |                |
|---|-----------------|----------------|
|   | 2010            | 2007-2010      |
| EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico                             | 70.129          | 86.274         |
| EIXO II – Inov. e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização | 286.940         | 495.116        |
| EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação                        | 26.727          | 132.514        |
| EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade                    | 24.771          | 32.592         |
| EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial               | 35.426          | 42.227         |
| EIXO VI - Assistência Técnica   | 10.465          | 13.721         |
| <b>TOTAL COMPETE</b>  | <b>454.457</b>  | <b>802.445</b> |

Fonte: SI POFC.

Tendo o COMPETE, durante o ano de 2008, estabilizado as suas normas de pagamento a beneficiários finais e de verificação de despesa e, durante o ano de 2009, incrementado os seus níveis de pagamento, o objectivo para 2010 passava pelo reforço desse mesmo nível de pagamento. Assim, verifica-se que em 2010 quase se duplicou o valor de pagamentos realizados no ano anterior.

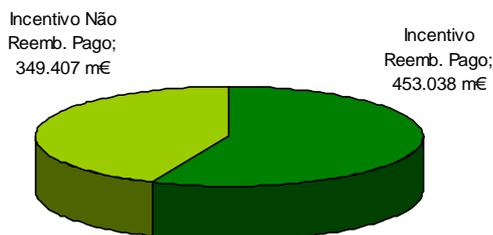
**Gráfico 2.3: Pagamentos Realizados (Fundo Comunitário), por Ano, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologia de incentivo, constata-se que 56% do incentivo pago até final do ano de 2010 assumia a natureza de incentivo reembolsável, sendo que parte poderá eventualmente ser convertido em não reembolsável em função do cumprimento dos objectivos fixados.

**Gráfico 2.4: Pagamentos Realizados, por Tipologia de Incentivo, 2007-2010 (Fundo Comunitário)**



Fonte: SI POFC.

Até ao final do ano, face aos prazos de carência associados aos pagamentos reembolsáveis, verifica-se que não tinha sido efectuado pelos promotores qualquer reembolso ao Programa.

## Execução Financeira

O conceito de execução adoptado pelo COMPETE baseia-se numa execução apurada com base nas disposições previstas no artigo 78.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, e na sua nova redacção dada pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 08 de Abril.

A execução financeira reportada em sede de Relatório Anual traduz-se, deste modo, na despesa que reúne as condições para certificação e reembolso pela Comissão Europeia (incluindo os adiantamentos a beneficiários certificáveis).

A tabela que a seguir se apresenta reúne toda a informação de carácter financeiro reportada a 31 de Dezembro de 2010, por Eixo Prioritário, a qual abrange:

- As despesas pagas pelos beneficiários finais incluídas em pedidos de pagamento e validadas pela Autoridade de Gestão, as quais contêm, conforme o Regulamento Comunitário acima referido, os adiantamentos certificáveis e susceptíveis de reembolso pela Comissão Europeia (corresponde ao Custo Total Elegível apurado com base com conceito de execução financeira);
- Despesas pagas aos beneficiários finais, ou seja, corresponde aos pagamentos realizados pelos Organismos Pagadores do COMPETE, a título de adiantamento e de reembolso de despesa;
- A contribuição pública correspondente (comunitária e nacional) – despesa pública executada nos termos do conceito de execução explicitado;

No final do ano, a execução realizada ascendia a 1,7 mil milhões de euros de custo total elegível, ao qual corresponde uma despesa pública de 777,2 milhões de euros, dos quais 691,6 milhões de euros provêm de comparticipação comunitária do Fundo FEDER.

O custo total elegível apurado no final de 2010 representa uma taxa de execução, face ao financiamento total do Programa, na ordem dos 31%.

No contexto da taxa de execução, destacam-se os Eixos II e III, que apresentam como executado cerca de 50% e 29% do seu financiamento total, respectivamente, verificando-se deste modo que têm sido os Eixos Prioritários destinados ao apoio às empresas que se encontram numa fase mais adiantada.

Tabela 2.4: Realização Financeira, 2007-2010

| Unid: Euros          |                                |                                       |   |                                     |                      |
|----------------------|--------------------------------|---------------------------------------|---|-------------------------------------|----------------------|
| Eixo Prioritário     | Financiamento total do COMPETE | Base de cálculo da contribuição da UE | Despesa elegível certificada paga pelos beneficiários | Contribuição Pública correspondente | Taxa de Execução (%) |
| Eixo Prioritário I   |                                | Custo Total                           |   |                                     |                      |
| Fundo FEDER          | 773.800.000                    |                                       | 83.876.432  | 72.587.365                          | 10,84%               |
| Eixo Prioritário II  |                                | Custo Total                           |   |                                     |                      |
| Fundo FEDER          | 2.760.000.000                  |                                       | 1.379.973.594   | 465.116.356                         | 50,00%               |
| Eixo Prioritário III |                                | Custo Total                           |   |                                     |                      |
| Fundo FEDER          | 514.285.712                    |                                       | 150.748.713   | 150.748.713                         | 29,31%               |
| Eixo Prioritário IV  |                                | Custo Total                           |   |                                     |                      |
| Fundo FEDER          | 978.571.429                    |                                       | 44.001.201  | 44.001.201                          | 4,50%                |
| Eixo Prioritário V   |                                | Custo Total                           |   |                                     |                      |
| Fundo FEDER          | 371.428.550                    |                                       | 40.676.280  | 32.389.526                          | 10,95%               |
| Eixo Prioritário VI  |                                | Custo Total                           |   |                                     |                      |
| Fundo FEDER          | 112.555.730                    |                                       | 12.390.503  | 12.390.503                          | 11,01%               |
| <b>TOTAL COMPETE</b> | <b>5.510.641.421</b>           |                                       | <b>1.711.666.723</b>                                  | <b>777.233.664</b>                  | <b>31,06%</b>        |
| <b>Fundo FEDER</b>   | <b>5.510.641.421</b>           |                                       | <b>1.711.666.723</b>                                  | <b>777.233.664</b>                  | <b>31,06%</b>        |

Fonte: SI POFC.

A execução financeira acumulada do COMPETE, à semelhança do ocorrido nos anos anteriores, apesar de se repartir por todos os Eixos Prioritários do Programa, concentra-se essencialmente no Eixo Prioritário II, o qual regista 68% da execução realizada em Fundo Comunitário e 81% em termos de despesa elegível certificada.

Gráfico 2.5: Execução Realizada (Fundo Comunitário), 2007-2010

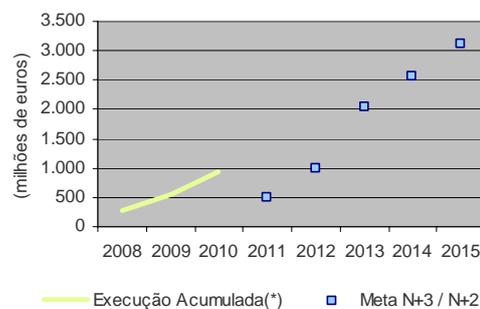


Fonte: SI POFC.

À semelhança do que ocorreu nos pagamentos realizados, também ao nível da execução se verificou uma evolução positiva, tendo a execução de 2010 mais do que duplicado o valor de execução realizado no ano anterior.

Relativamente à meta comunitária n+3, constata-se que a execução acumulada realizada no final do ano de 2010 permite ultrapassar largamente a meta fixada para o final do próximo ano (186% da meta), encontrando-se, inclusive, praticamente cumprida a meta a cumprir em 2012.

**Gráfico 2.6: Execução Acumulada (Fundo Comunitário), por Ano, face às Metas n+3/n+2, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

(\*) Para o cumprimento da regra n+3, contabiliza-se como execução o pagamento por conta realizado pela Comissão Europeia (232,8 M€)

### Fluxos Financeiros com a CE

Durante o ano de 2010, o COMPETE realizou quatro Pedidos de Certificação de Despesa à Autoridade de Certificação, cuja apresentação ocorreu em Fevereiro, Maio, Julho e Dezembro, envolvendo uma despesa total acumulada na ordem dos 1,5 mil milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária de 588,6 milhões de euros.

Os correspondentes Certificados e Declaração de Despesa e Pedido de Pagamento foram remetidos pela Autoridade de Certificação à Comissão Europeia, respectivamente, em Março, Junho, Novembro e Dezembro de 2010, apresentando uma despesa total acumulada na ordem dos 1,1 mil milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária de 489,8 milhões de euros.

De salientar que o 3.º Pedido de Certificação apresentado pela Autoridade de Gestão, foi anulado pela Autoridade de Certificação.

Todos os Certificados e Declaração de Despesa e Pedido de Pagamento remetidos pela Autoridade de Certificação foram reembolsados pela Comissão Europeia ainda no ano de 2010, perfazendo um montante de 371,9 milhões de euros e um total acumulado reembolsado pela CE de 489,8 milhões de euros.

Assim, o ponto de situação, a 31 de Dezembro de 2010, traduz um montante acumulado pago pela CE ao COMPETE de cerca de 722,6 milhões de euros, dos quais 232,8 a título de pré-financiamento.

**Tabela 2.5: Pedidos de Certificação de Despesas apresentados à Autoridade de Certificação, 2010**

Unid: Euros

| Nº do Pedido         | Data de envio à AC | Data da despesa | Montantes                                    |                                     |   |
|----------------------|--------------------|-----------------|--|-------------------------------------|---|
|                      |                    |                 | Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários | Contribuição pública correspondente | Contribuição comunitária correspondente |
| 1.º/2010             | 05-02-2010         | 29-01-2010      | 712.333.355                                  | 330.600.105                         | 284.543.032                             |
| 2.º/2010             | 18-05-2010         | 27-04-2010      | 1.010.748.477                                | 442.018.922                         | 385.926.849                             |
| 3.º/2010 (1)         | 26-07-2010         | 14-07-2010      | 1.221.940.371                                | 539.454.750                         | 474.689.387                             |
| 4.º/2010             | 03-12-2010         | 22-11-2010      | 1.502.309.620                                | 660.559.386                         | 588.602.642                             |
| <b>TOTAL COMPETE</b> |                    |                 | <b>1.502.309.620</b>                         | <b>660.559.386</b>                  | <b>588.602.642</b>                      |

Fonte: SI POFC. Nota: (1) Anulado pela AC, tendo em conta a necessidade de esclarecimento de questões suscitadas pela Comissão Europeia, que foi devidamente prestado em 2011.

**Tabela 2.6: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) Apresentados à CE pela Autoridade de Certificação, 2010**

Unid: Euros

| Nº do Pedido         | Data de envio do CDDPP à CE | Data da despesa | Montantes                                    |                                     |   |
|----------------------|-----------------------------|-----------------|--|-------------------------------------|---|
|                      |                             |                 | Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários | Contribuição pública correspondente | Contribuição comunitária correspondente |
| 1.º/2010             | 04-03-2010                  | 29-01-2010      | 711.968.935                                  | 330.235.685                         | 280.648.241                             |
| 2.º/2010             | 08-06-2010                  | 27-04-2010      | 796.070.908                                  | 441.061.791                         | 383.928.266                             |
| 3.º/2010 (1)         | 23-11-2010                  | 14-07-2010      | -  | -                                   | -                                       |
| 4.º/2010             | 17-12-2010                  | 22-11-2010      | 1.056.336.254                                | 516.328.541                         | 489.831.632                             |
| <b>TOTAL COMPETE</b> |                             |                 | <b>1.056.336.254</b>                         | <b>516.328.541</b>                  | <b>489.831.632</b>                      |

Fonte: SI POFC. Nota: (1) Anulado pela AC, tendo em conta a necessidade de esclarecimento de questões suscitadas pela Comissão Europeia, que foi devidamente prestado em 2011.

**Tabela 2.7: Pagamentos Efectuados pela CE, 2007-2010**

Unid:Euros

| Tipo Pagamento       | N.º                | Data   | Montante           |
|----------------------|--------------------|--------|--------------------|
| Pré-Financiamento    | 1.ª fracção (2%)   | Nov-07 | 62.075.780         |
| Pré-Financiamento    | 1.ª fracção (3%)   | Abr-08 | 93.113.670         |
| Pré-Financiamento    | 1.ª fracção (2,5%) | Abr-09 | 77.594.725         |
| <b>Subtotal</b>      |                    |        | <b>232.784.176</b> |
| Reembolso            | 1.º/2009           | Nov-09 | 117.883.215        |
| Reembolso            | 1.º/2010           | Mar-10 | 162.765.026        |
| Reembolso            | 2.º/2010           | Dez-10 | 103.280.025        |
| Reembolso            | 3.º/2010           |        | -                  |
| Reembolso            | 4.º/2010           | Dez-10 | 105.903.366        |
| <b>Subtotal</b>      |                    |        | <b>489.831.632</b> |
| <b>TOTAL COMPETE</b> |                    |        | <b>722.615.808</b> |

Fonte: IFDR.

No que respeita às previsões de Pedidos de Pagamento à CE para o ano de 2010, foi comunicado e definido como meta um montante de 345,5 milhões de euros de Fundo Comunitário FEDER. Face aos dados apresentados na tabela anterior, podemos verificar que, na sequência dos pedidos submetidos durante o ano, a CE efectuou um reembolso no montante de 371,9 milhões de euros, o que se traduz num cumprimento da meta em 107%.

### 2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

| 37

A informação sobre a repartição da utilização dos fundos comunitários, abordada neste ponto, incide sobre a repartição regional – NUTS II e sobre as dimensões Formas de Financiamento, Actividade Económica e Tema Prioritário.

Como se poderá confirmar pela análise mais detalhada que vai sendo desenvolvida ao longo do Relatório, onde a dimensão regional está devidamente abordada, em termos globais, é na Região Norte que mais projectos foram apoiados (59% do total de projectos aprovados tem investimento elegível realizado na Região Norte) embora, devido a um apoio médio por projecto mais elevado, seja a Região Centro que mais incentivo absorveu (39% do incentivo aprovado, face a 37% dos projectos localizados na Região Norte).

Existe igualmente uma parcela do montante das aprovações realizadas que está imputado à região de Lisboa, a qual decorre do efeito *Spill-Over*, e que representa cerca de 5% do total aprovado (detalhado em cada um dos Eixos respectivos e mais adiante neste ponto).

**Tabela 2.5: Repartição da contribuição comunitária por NUTS II, 2007-2010**

*Unid: Euros*

| Região (NUTS II)     | Fundo FEDER  |                      |                    |            |
|----------------------|--------------|----------------------|--------------------|------------|
|                      | Aprovação    |                      | Execução           |            |
|                      | N.º Proj.    | Montante             | Montante           | Tx EX/AP   |
| Norte                | 2.265        | 918.847.666          | 260.601.556        | 28%        |
| Centro               | 1.823        | 966.160.029          | 309.082.451        | 32%        |
| Alentejo             | 425          | 416.884.094          | 101.176.979        | 24%        |
| Lisboa               | 199          | 170.256.591          | 20.692.181         | 12%        |
| Multi-Regiões (*)    |              |                      |                    |            |
| <b>TOTAL COMPETE</b> | <b>3.824</b> | <b>2.472.148.381</b> | <b>691.553.168</b> | <b>28%</b> |

Nota: (\*) Os 957 projectos Multi-Regiões aprovados foram alocados (em termos de número de projectos e montantes de aprovação e execução) às respectivas Regiões, pelo que o totalizador do N.º Proj não equivale à soma das parcelas

Fonte: SI POFC.

Apresenta-se de seguida a distribuição de valores aprovados e executados por NUTS II e NUTS III. Para mais informação, sugere-se a consulta ao Anexo III deste Relatório.

**Tabela 2.6: Repartição da contribuição comunitária por NUTS II e NUTS III, 2007-2010**

Unid.: Euros

| Região (NUTS II / NUTS III) | Fundo FEDER  |                      |                    |            |
|-----------------------------|--------------|----------------------|--------------------|------------|
|                             | Aprovação    |                      | Execução           |            |
|                             | N.º Proj.    | Montante             | Montante           | Tx EX/AP   |
| Alto Trás-os-Montes         | 9            | 5.269.713            | 1.209.359          | 23%        |
| Ave                         | 94           | 61.534.568           | 21.789.275         | 35%        |
| Cávado                      | 251          | 49.118.592           | 19.521.877         | 40%        |
| Douro                       | 19           | 10.374.804           | 5.137.819          | 50%        |
| Entre Douro e Vouga         | 121          | 75.716.646           | 26.678.008         | 35%        |
| Grande Porto                | 793          | 299.961.924          | 82.337.261         | 27%        |
| Minho-Lima                  | 29           | 23.373.907           | 1.970.161          | 8%         |
| Tâmega                      | 107          | 57.786.366           | 24.367.445         | 42%        |
| Multi-Regiões               | 101          | 35.191.791           | 6.695.721          | 19%        |
| <b>Total Norte</b>          | <b>1.524</b> | <b>618.328.310</b>   | <b>189.706.926</b> | <b>31%</b> |
| Baixo Mondego               | 379          | 158.776.754          | 84.599.081         | 53%        |
| Baixo Vouga                 | 281          | 212.426.098          | 77.758.508         | 37%        |
| Beira Interior Norte        | 6            | 6.698.636            | 1.380.773          | 21%        |
| Beira Interior Sul          | 6            | 21.967.726           | 13.500.933         | 61%        |
| Cova da Beira               | 28           | 18.246.170           | 315.939            | 2%         |
| Dão-Lafões                  | 51           | 79.752.461           | 18.421.468         | 23%        |
| Médio Tejo                  | 50           | 81.370.489           | 3.474.060          | 4%         |
| Oeste                       | 54           | 49.194.290           | 5.069.283          | 10%        |
| Pinhal Interior Norte       | 18           | 20.761.638           | 11.011.830         | 53%        |
| Pinhal Interior Sul         | 2            | 5.911.776            | 4.022.640          | 68%        |
| Pinhal Litoral              | 131          | 49.370.070           | 17.345.258         | 35%        |
| Serra da Estrela            | 1            | 656.413              | 260.832            | 40%        |
| Multi-Regiões               | 81           | 39.327.209           | 19.247.659         | 49%        |
| <b>Total Centro</b>         | <b>1.088</b> | <b>744.459.728</b>   | <b>256.408.264</b> | <b>34%</b> |
| Alentejo Central            | 76           | 111.746.689          | 4.854.584          | 4%         |
| Alentejo Litoral            | 5            | 44.094.297           | 20.534.611         | 47%        |
| Alto Alentejo               | 6            | 9.249.359            | 5.131.986          | 55%        |
| Baixo Alentejo              | 9            | 54.213.506           | 14.742.824         | 27%        |
| Lezíria do Tejo             | 42           | 36.410.096           | 13.802.217         | 38%        |
| Multi-Regiões               | 3            | 3.561.335            | 490.730            | 14%        |
| <b>Total Alentejo</b>       | <b>141</b>   | <b>259.275.282</b>   | <b>59.556.951</b>  | <b>23%</b> |
| Grande Lisboa               | 113          | 124.365.993          | 17.888.741         | 14%        |
| Península de Setúbal        | 1            | 1.058.049            | 82.480             | 8%         |
| <b>Total Lisboa</b>         | <b>114</b>   | <b>125.424.042</b>   | <b>17.971.220</b>  | <b>14%</b> |
| <b>Total Multi-Regiões</b>  | <b>957</b>   | <b>724.661.019</b>   | <b>167.909.806</b> | <b>23%</b> |
| <b>TOTAL COMPETE</b>        | <b>3.824</b> | <b>2.472.148.381</b> | <b>691.553.168</b> | <b>28%</b> |

Nota: A diferença de valores face à Tabela 2.5 resulta do tratamento dos projectos multi-regiões, que no presente quadro se encontram individualizados, enquanto no quadro anterior estão repartidos pelas respectivas NUTS II. Fonte: SI QREN

Relativamente à repartição da contribuição comunitária por Formas de financiamento, verifica-se uma predominância dos apoios através de instrumentos cuja tipologia de apoio é não reembolsável (88% dos apoios concedidos). No entanto, tendo em conta o peso do SI Inovação no Programa, instrumento que utiliza predominantemente incentivo reembolsável,

verifica-se que mais de metade do incentivo assumiu esta natureza.

**Tabela 2.7: Repartição da Contribuição Comunitária por Formas de Financiamento, 2007-2010**

*Unid.: Euros*

| Código               | Designação   | Fundo FEDER  |                      |                    |            |
|----------------------|--|--------------|----------------------|--------------------|------------|
|                      |  | Aprovação    |                      | Execução           |            |
|                      |  | N.º Proj.    | Montante             | Montante           | Tx EX/AP   |
| 1                    | Ajuda não reembolsável   | 3.360        | 949.535.406          | 158.147.319        | 17%        |
| 2                    | Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias e incentivo reembolsável) | 437          | 1.338.762.404        | 528.173.349        | 39%        |
| 3                    | Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)                   | 27           | 183.850.570          | 5.232.500          | 3%         |
| 4                    | Outras formas de financiamento   | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| <b>TOTAL COMPETE</b> |  | <b>3.824</b> | <b>2.472.148.381</b> | <b>691.553.168</b> | <b>28%</b> |

Fonte: SI POFC.

A tabela seguinte refere-se à repartição da contribuição comunitária aprovada e executada por Actividade Económica.

**Tabela 2.8: Repartição da Contribuição Comunitária por Actividade Económica, 2007-2010**

*Unid.: Euros*

| Código               | Designação   | Fundo FEDER  |                      |                    |            |
|----------------------|--|--------------|----------------------|--------------------|------------|
|                      |  | Aprovação    |                      | Execução           |            |
|                      |  | N.º Proj.    | Montante             | Montante           | Tx EX/AP   |
| 01                   | Agricultura, caça e silvicultura   | 7            | 6.332.251            | 184.149            | 3%         |
| 02                   | Pesca  | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| 03                   | Indústrias alimentares e das bebidas   | 103          | 80.456.367           | 17.555.576         | 22%        |
| 04                   | Fabrico de têxteis e produtos têxteis  | 173          | 101.370.682          | 33.749.833         | 33%        |
| 05                   | Construção de material de transporte   | 76           | 123.776.101          | 24.026.605         | 19%        |
| 06                   | Indústrias transformadoras diversas  | 894          | 946.070.252          | 333.776.502        | 35%        |
| 07                   | Extracção de produtos energéticos  | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| 08                   | Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente                               | 3            | 2.445.892            | 0                  | 0%         |
| 09                   | Captação, tratamento e distribuição de água  | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| 10                   | Correios e telecomunicações  | 1            | 1.517.639            | 0                  | 0%         |
| 11                   | Transportes  | 28           | 12.949.846           | 2.385.408          | 18%        |
| 12                   | Construção   | 41           | 5.116.804            | 528.009            | 10%        |
| 13                   | Comércio por grosso e a retalho  | 71           | 37.971.534           | 4.037.183          | 11%        |
| 14                   | Hotéis e restaurantes  | 30           | 108.316.355          | 30.486.759         | 27%        |
| 15                   | Actividades financeiras  | 25           | 152.000.570          | 0                  | 0%         |
| 16                   | Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (inclui actividades de I&D) | 2.020        | 313.787.905          | 63.793.591         | 20%        |
| 17                   | Administração pública  | 177          | 365.573.200          | 134.946.045        | 37%        |
| 18                   | Educação   | 22           | 14.586.583           | 1.324.027          | 9%         |
| 19                   | Actividades de saúde humana  | 5            | 14.295.698           | 0                  | 0%         |
| 20                   | Ação social e serviços colectivos, sociais e pessoais  | 111          | 92.602.399           | 24.074.529         | 26%        |
| 21                   | Actividades associadas ao ambiente   | 17           | 27.270.508           | 2.152.860          | 8%         |
| 22                   | Outros serviços não especificados  | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| 00                   | Não aplicável  | 20           | 65.707.795           | 18.532.091         | 28%        |
| <b>TOTAL COMPETE</b> |  | <b>3.824</b> | <b>2.472.148.381</b> | <b>691.553.168</b> | <b>28%</b> |

Fonte: SI POFC.

Destaca-se o peso dos apoios directos à Indústria Transformadora (perto de 40% do incentivo total atribuído), bem como a importância do número de projectos aprovados do sector “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (53% do total de projectos aprovados), essencialmente devido ao número considerável de projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) inseridos no SAESCTN que, pela sua tipologia, são considerados neste sector de actividade segundo esta tabela.

| 40

Refira-se ainda que não foi reproduzida a tabela relativa à repartição da contribuição da União por tipo de território, dado que a mesma não se aplica ao Programa.

### Regra *Spill-Over Effects*

O texto do COMPETE, aprovado pela Comissão Europeia, estabelece (na chamada “regra *spill-over effects*”) que podem ser apoiadas despesas realizadas em Lisboa e no Algarve, de forma excepcional e devidamente justificadas em função da natureza das operações e do efeito multiplicador que provoca nas Regiões de Convergência, no âmbito dos projectos de I&D em co-promoção, dos projectos do Eixo III (flexibilização que não foi implementada no âmbito do COMPETE) e dos projectos de modernização da Administração Pública.

Deste modo, foram instituídos vários mecanismos cruzados de controlo da sua aplicação, com apoio do Sistema de Informação, que passam por uma primeira aferição em sede de análise do projecto e posteriormente por parte da área de Gestão Estratégica e Avaliação.

Relativamente à possibilidade de recorrer a esta excepção, a sua utilização permanece limitada e com um carácter de excepcionalidade, representando, no final de 2010, apenas 5% do investimento elegível total do Programa.

Tabela 2.9: Aplicação Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2010

| <i>Unid: Mil Euros</i>                 |                                    |  |                                    |  |
|--|------------------------------------|--|------------------------------------|--|
| Instrumento                            | N.º Proj.<br>( <i>spill-over</i> ) | Investimento Elegível<br>( <i>spill-over</i> ) | Incentivo<br>( <i>spill-over</i> ) | % Investim. Elegível no Total<br>( <i>spill-over/Total</i> ) |
| SI I&DT em Co-Prom.                    | 59                                 | 17.422   | 12.339                             | 6%   |
| SAMA                                   | 140                                | 329.339  | 157.918                            | 83%  |
| <b>Total <i>Spill-Over Effects</i></b> | <b>199</b>                         | <b>346.761</b>                                 | <b>170.257</b>                     | <b>51%</b>   |
| Outros Instrumentos                    | 0                                  | 0  | 0                                  | 0%   |
| <b>TOTAL COMPETE</b>                   | <b>199</b>                         | <b>346.761</b>                                 | <b>170.257</b>                     | <b>5%</b>  |

Fonte: SI POFC.

Em anexo encontra-se a lista dos apoios concedidos ao abrigo desta regra (Anexo XIII), onde se poderá constatar, projecto a projecto, o cumprimento dos limites estabelecidos.

## EIXO I – PROJECTOS DE I&DT EM CO-PROMOÇÃO

Os projectos em co-promoção do SI I&DT visam o reforço da competitividade empresarial, através da agregação de um conjunto de competências complementares detidas por várias entidades (empresas e entidades do SCT) que se associam para a prossecução de objectivos partilhados de I&D, potenciando a geração de sinergias e partilha de riscos, custos e resultados.

Neste sentido, estes projectos são sempre liderados por uma empresa, podendo os consórcios promotores integrar outras empresas e/ou entidades do SCT, assumindo estas um papel de reforço da articulação entre o SCT e as empresas, sendo que os resultados económicos da I&D apoiada devem ser maioritariamente internalizados pelo sector empresarial.

A regra de excepção “*Spill-over Effects*”, devidamente explicitada no Anexo II do Programa, no âmbito dos projectos em co-promoção do SI I&DT, permite que empresas localizadas nas Regiões de Convergência possam agregar ao projecto entidades de SCT localizadas fora das Regiões de Convergência.

Os apoios concedidos ao abrigo desta regra são excepcionais e objecto de um escrutínio apertado fundamentado em condições objectivas que confirmem que a não admissibilidade dessas parcerias tecnológicas inviabilizaria ou condicionaria o sucesso dos projectos, além de se assegurar que os benefícios económicos deles decorrentes são apropriados pelos promotores (empresas e/ou entidades do SCT) localizados nas Regiões Convergência.

Está prevista a co-promoção de projectos no âmbito das tipologias de projecto I&DT em Co-Promoção e Projectos Mobilizadores, ambas inseridas no Sistema de Incentivos à I&DT.

Assim, foram apoiados 59 projectos do SI I&DT em co-promoção, nas tipologias SI I&DT em Co-Promoção e Projectos Mobilizadores de I&DT (a lista dos projectos, com indicação dos co-promotores, encontra-se no Anexo XII), em que se recorreu à referida excepção, representando as referidas despesas um peso de 6% do investimento elegível total apoiado no âmbito desta tipologia de projectos até 31 de Dezembro de 2010.

Deste modo, conclui-se que a aplicação deste mecanismo tem assumido um carácter essencialmente de excepção e marginal no quadro dos apoios concedidos no âmbito do SI I&DT.

**Tabela 2.10: Projectos de I&D em Co-Promoção Aprovados ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2010**

Unid: Mil Euros

| Tipo de Projecto                                    | Projectos Aprovados |   |  |                                    |
|---|---------------------|---|--|------------------------------------|
|   | N.º Proj.           | Invest. Elegível – Regiões Convergência | Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i> | Inv. <i>Spill-Over</i> /Inv. Total |
| Projectos sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>       | 163                 | 190.686                                 | 0  | 0%                                 |
| Projectos com Regra <i>Spill-Over Effects</i>       | 59                  | 75.939                                  | 17.422                                       | 19%                                |
| <b>TOTAL SI I&amp;DT – Projectos em Co-Promoção</b> | <b>222</b>          | <b>266.626</b>                          | <b>17.422</b>                                | <b>6%</b>                          |

Fonte: SI POFC.

### Eixo IV – SAMA

No âmbito do SAMA e com base na excepção à regra geral de elegibilidade territorial das despesas relativas a operações com efeitos de difusão relevantes, traduzida na Regra “*spill-over effects*”, podem ser apoiados investimentos localizados na região NUTS II de Lisboa, por se considerar que têm impactos muito relevantes para o desenvolvimento das regiões objectivo “Convergência” do Continente.

Com efeito, apesar da maioria das entidades e serviços da Administração Pública se encontrar localizada na Região NUTS II de Lisboa, onde se concentra uma parte significativa dos investimentos a realizar, a realidade é que os efeitos e impactos visam, exactamente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Administração Central aos cidadãos e às empresas, a sua reorganização global e o funcionamento e acesso em rede.

Em termos práticos, de acordo com a metodologia estabelecida no Anexo V do QREN (e no Anexo II do texto do Programa), os efeitos de difusão dos investimentos realizados na Região NUTS II de Lisboa sobre as Regiões de Convergência (NUTS II do Norte, Centro e Alentejo), foram quantificados em 68,5%<sup>4</sup>, sendo esta a taxa a aplicar aos investimentos que se localizam na Região NUTS II de Lisboa para efeitos de determinação do investimento elegível para financiamento pelo Programa.

Como se pode constatar pela tabela abaixo, foram apoiados 140 projectos onde se recorreu à referida excepção.

<sup>4</sup> Valor calculado a partir da concentração da população residente nas Regiões Norte, Centro e Alentejo no quadro da população residente do Continente (Eurostat, 2004).

**Tabela 2.11: Lista de Projectos Aprovados ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2010**

Unid: Mil Euros

| Tipo de Projecto                                    | Projectos Aprovados |                          |   |  |
|---|---------------------|--------------------------|---|--|
|   | N.º Proj.           | Invest. Elegível Inicial | Corte Elegibilid. – <i>Spill-Over Effects</i> | Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i> |
| Projectos totalmente localizados em Lisboa          | 114                 | 261.573                  | 68,5%   | 179.177                                      |
| Projectos parcialmente localizados em Lisboa        | 26                  | 112.940                  |   | 46.420                                       |
| <i>Valores relativos às Regiões de Convergência</i> |                     | 45.174                   |   |  |
| <i>Valores relativos à Região de Lisboa</i>         |                     | 67.766                   | 68,5%   | 46.420                                       |
| Projectos com Regra <i>Spill-Over Effects</i>       | 140                 | 374.513                  |   | 225.597                                      |
| Projectos sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>       | 18                  | 24.562                   | 0   |  |
| <b>TOTAL SAMA</b>                                   | 158                 | 399.074                  |   | 225.597                                      |

Fonte: SI POFC.

#### 2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos-alvo

A análise por grupos-alvo encontra-se desenvolvida no ponto 2.1.6 – Análise Qualitativa.

#### 2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Até ao final do ano de 2010 foram registadas quatro situações de anulação total ou parcial por motivo de irregularidades verificadas durante a implementação do Programa Operacional, tal como previsto no n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006:

- 2 situações detectadas em sede de Verificação no Local (ver tabela com os resultados/conclusões das acções relativas ao plano de verificação no local, no ponto 2.7.1 – Acompanhamento e Avaliação/Controlo Interno);
- 2 anulações totais, decorrentes de rescisão contratual.

### 2.1.6. Análise qualitativa

Durante o ano de 2010, foram recepcionadas 867 candidaturas com um investimento total associado de 2,4 mil milhões de euros. Assim, desde o início do Programa, foram recebidas 9.789 candidaturas, envolvendo um investimento total proposto de 14,9 mil milhões de euros.

**Tabela 2.12: Candidaturas Recepcionadas por Eixo Prioritário, 2007-2010**

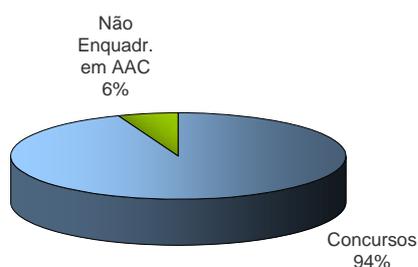
*Unid: Mil Euros*

| Eixo Prioritário   | Candidaturas (2010) |                  | Candidaturas (2007-2010) |                   |
|--|---------------------|------------------|--------------------------|-------------------|
|  | N.º Proj.           | Investimento     | N.º Proj.                | Investimento      |
| EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico                                | 200                 | 311.769          | 6.895                    | 2.004.351         |
| EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização | 442                 | 1.506.483        | 2.132                    | 11.142.139        |
| EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação                           | 26                  | 286.552          | 31                       | 500.252           |
| EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade                       | 80                  | 187.361          | 336                      | 797.549           |
| EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial                  | 111                 | 99.899           | 363                      | 394.496           |
| EIXO VI - Assistência Técnica  | 8                   | 16.525           | 32                       | 62.410            |
| <b>TOTAL COMPETE</b>   | <b>867</b>          | <b>2.408.590</b> | <b>9.789</b>             | <b>14.901.197</b> |

Fonte: SI POFC.

Apesar da opção, referida no ponto 2.4.5, de não abrir no início de 2010 novos concursos nos Sistemas de Incentivos, constata-se que a esmagadora maioria das candidaturas foram recepcionadas em 2010 através de Avisos de Abertura de Concursos.

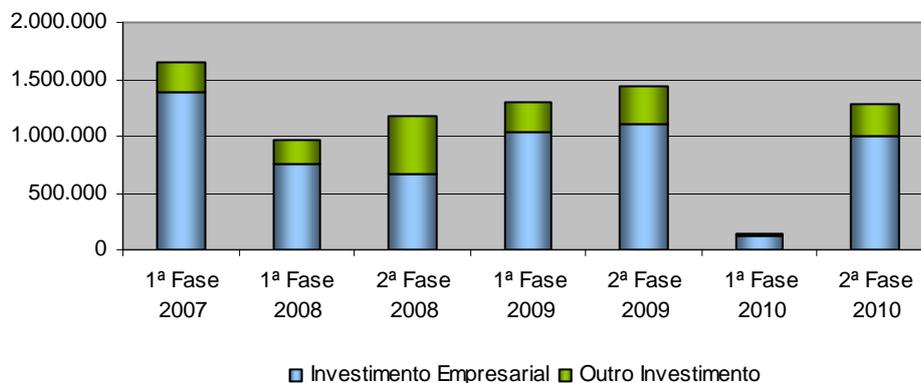
**Gráfico 2.7: N.º de Candidaturas Recepcionadas, por Tipologia, 2010**



Fonte: SI POFC.

Relativamente aos Concursos lançados em 2010 (entrando em linha de conta com as candidaturas recepcionadas já em 2011), verifica-se que, apesar da difícil conjuntura macroeconómica (conforme referido no ponto 2.4.1) e das exigentes condições de entrada nesses Concursos (conforme referido no ponto 2.4.5), se registou uma elevada resposta dos beneficiários do Programa (investimento empresarial e outro investimento).

Gráfico 2.8: Volume de Investimento (m€) Recepcionado em AAC, por Fase de Candidatura, 2007-2010



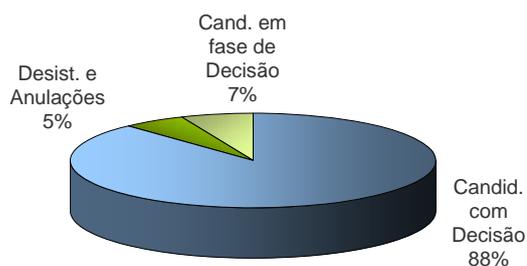
Fonte: SI POFC.

NOTA: Os dados das candidaturas da 2ª fase de 2010 incluem as candidaturas que foram recepcionadas durante o mês de Janeiro de 2011. As Fases correspondem ao Semestre de lançamento dos AAC

Do total de candidaturas recepcionadas desde o início do Programa, verifica-se que, no final de 2010, se encontravam analisadas (com decisão ou com desistência) 93% das candidaturas, envolvendo 92% do investimento total apresentado.

As candidaturas em fase de decisão no final do ano referem-se, essencialmente, a projectos recepcionados no âmbito de Avisos de Abertura de Concursos.

Gráfico 2.9: Situação das Candidaturas Recepcionadas (N.º) a 31-12-2010, 2010



Fonte: SI POFC.

Gráfico 2.10: Tipologia das Candidaturas em fase de Decisão, 2010



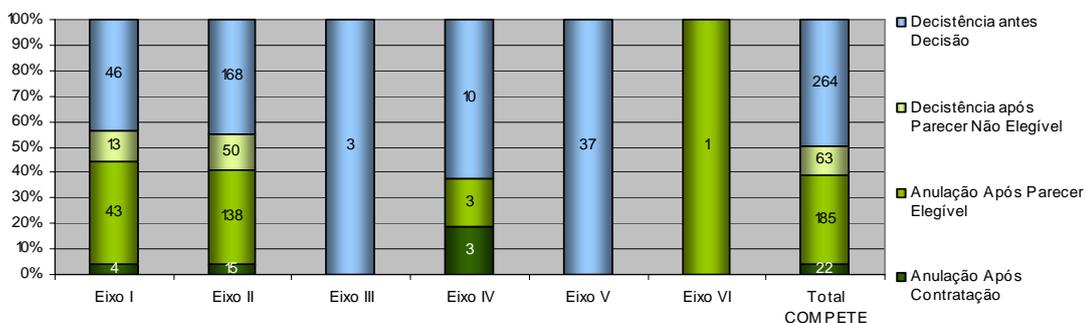
Fonte: SI POFC.

Tal como em 2009, as desistências correspondem a cerca de metade dos projectos alvo de desistência/anulação<sup>5</sup>, ou seja, a quebra do projecto ocorre essencialmente antes da decisão. Continua a ser residual o número de candidaturas anuladas após contratação (4% do total).

<sup>5</sup> Por desistência entende-se a opção de desistir da candidatura manifestada pelo promotor durante o processo de decisão do projecto. As anulações traduzem as desistências formalizadas após decisão elegível de financiamento dos projectos.

Os 207 projectos anulados, que já tinham sido objecto de aprovação, deram origem a uma descativação de 177,2 milhões de euros de incentivo.

**Gráfico 2.11: N.º de Candidaturas Objecto de Desistência/Anulação, por Eixo Prioritário, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Em 2010, 1.824 projectos obtiveram a primeira decisão de aprovação, envolvendo um investimento elegível de 2,6 mil milhões de euros e um incentivo de 934,3 milhões de euros. Dos projectos aprovados em anos anteriores, 73 sofreram alterações nos valores de aprovação (decorrentes de novas decisões e encerramento de projectos) e 46 foram objecto de anulação.

**Tabela 2.13: Projectos com Variação dos Valores de Aprovação em 2010, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| EIXO         | Proj. com 1.ª decisão de aprovação em 2010 |                  |                | Proj. aprovados em 2007-2009 com variação dos valores de apoio em 2010 |                |               | Proj. aprovados em 2007-2009 com anulação em 2010 |                 |                 |
|--------------|--|------------------|----------------|--|----------------|---------------|---|-----------------|-----------------|
|              | N.º Proj.                                  | Inv. Elegível    | Incentivo      | N.º Proj.  | Inv. Elegível  | Incentivo     | N.º Proj.   | Inv. Elegível   | Incentivo       |
| EIXO I       | 1.284                                      | 355.850          | 206.212        | 18   | 1.618          | 495           | 6   | -2.725          | -1.638          |
| EIXO II      | 402  | 1.803.805        | 474.103        | 45   | -13.761        | -8.066        | 34  | -924.129        | -103.391        |
| EIXO III     | 25   | 276.622          | 152.001        | 0  | 0              | 0             | 0   | 0               | 0               |
| EIXO IV      | 24   | 59.058           | 30.770         | 1  | 448            | 177           | 0   | 0               | 0               |
| EIXO V       | 73   | 79.026           | 52.467         | 7  | 247            | 177           | 6   | -3.585          | -1.719          |
| EIXO VI      | 16   | 26.827           | 18.779         | 2  | 0              | -403          | 0   | 0               | 0               |
| <b>TOTAL</b> | <b>1.824</b>                               | <b>2.601.188</b> | <b>934.331</b> | <b>73</b>  | <b>-11.449</b> | <b>-7.620</b> | <b>46</b>   | <b>-930.439</b> | <b>-106.748</b> |

Fonte: SI POFC.

Em termos acumulados, encontram-se aprovados, no final de 2010, 3.824 projectos com um investimento elegível de 6,4 mil milhões de euros e um incentivo de 2,5 mil milhões de euros.

As aprovações de 2010<sup>6</sup> resultam, como vimos atrás, de um aumento de 1.824 projectos aprovados e de um acréscimo de 1,7 mil milhões de euros de investimento elegível e de 820 milhões de euros de incentivo aprovado.

<sup>6</sup> Nas aprovações do ano são contabilizadas, em termos de valores, todas as variações ocorridas; no entanto, para evitar duplicação de contagem do número de projectos, no número de projectos são inseridos apenas os que foram objecto de primeira aprovação em 2009.

**Tabela 2.14: Projectos com Variação dos Valores de Aprovação em 2010, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

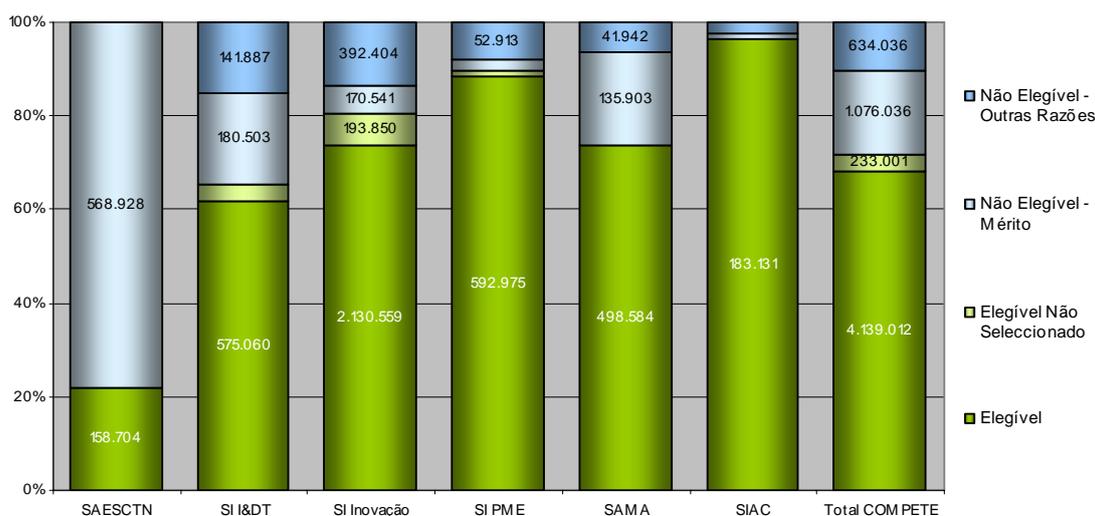
| EIXO                 | 2010         |                  |                | 2007-2010    |                  |                  |
|----------------------|--------------|------------------|----------------|--------------|------------------|------------------|
|                      | N.º Proj.    | Inv. Elegível    | Incentivo      | N.º Proj.    | Inv. Elegível    | Incentivo        |
| EIXO I               | 1.284        | 354.742          | 205.069        | 2.198        | 691.557          | 397.513          |
| EIXO II              | 402          | 865.916          | 362.646        | 1.239        | 4.592.275        | 1.410.384        |
| EIXO III             | 25           | 276.622          | 152.001        | 28           | 476.322          | 291.791          |
| EIXO IV              | 24           | 55.921           | 29.229         | 158          | 399.074          | 206.733          |
| EIXO V               | 73           | 79.272           | 52.644         | 171          | 192.570          | 133.451          |
| EIXO VI              | 16           | 26.827           | 18.376         | 30           | 46.110           | 32.277           |
| <b>TOTAL COMPETE</b> | <b>1.824</b> | <b>1.659.300</b> | <b>819.964</b> | <b>3.824</b> | <b>6.397.910</b> | <b>2.472.148</b> |

Fonte: SI POFC.

No âmbito dos projectos analisados nos Avisos de Abertura de Concursos (AAC) COMPETE, constata-se que 40% foram seleccionados para financiamento (representando 68% do investimento proposto).

Relativamente às razões de não elegibilidade, verifica-se que 67% dos projectos não foram aprovados devido ao seu mérito (55% com decisão não elegível, que não atingiram as pontuações mínimas previstas nos AAC e os restantes 12% com decisão de elegível não seleccionado, cujas pontuações não foram suficientes para garantir o apoio), sendo a não aprovação dos restantes 33% devido ao não cumprimento de condições de elegibilidade do promotor e/ou do projecto.

**Gráfico 2.12: Taxas de Aprovação e Não Aprovação (Investimento Proposto), 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Quanto à recepção de candidaturas, é nas fases de 2009 que se concentra o maior nível de apoio em termos de incentivo, em parte decorrente do aumento dos *plafonds* previstos nos AAC da 2.ª fase de 2009, em especial no SI Inovação, tal como referido no ponto 2.4.5.

Destaque-se que 43% do investimento elegível apoiado se refere a projectos não enquadráveis em concursos, correspondendo a grandes projectos de investimento inseridos no SI Inovação.

**Tabela 2.15: Projectos Aprovados por Fase de Candidatura, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| Fase de Candidatura           | Dotação Prevista em Concurso | Projectos Aprovados |                       |                  |
|-------------------------------|------------------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
|                               |                              | N.º Proj.           | Investimento Elegível | Incentivo        |
| 1.ª Fase de 2007              | 212.500                      | 280                 | 648.236               | 280.615          |
| 1.ª Fase de 2008              | 297.500                      | 274                 | 460.756               | 201.702          |
| 2.ª Fase de 2008              | 256.750                      | 1.056               | 440.957               | 247.890          |
| 1.ª Fase de 2009              | 415.950                      | 505                 | 615.536               | 340.534          |
| 2.ª Fase de 2009              | 342.416                      | 773                 | 716.216               | 394.923          |
| 1.ª Fase de 2010              | 50.880                       | 123                 | 82.709                | 39.426           |
| 2.ª Fase de 2010              | 410.796                      | 24                  | 59.058                | 30.770           |
| Não Enquadráveis em Concursos |                              | 789                 | 3.374.442             | 936.290          |
| <b>TOTAL COMPETE</b>          | <b>1.986.792</b>             | <b>3.824</b>        | <b>6.397.910</b>      | <b>2.472.148</b> |

Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados. Fonte: SI POFC.

Em termos de aprovação, é na região Norte que mais projectos foram aprovados (cerca de 40%), sendo, no entanto, na região Centro que mais investimento elegível foi apoiado (3 mil milhões de euros já contabilizando os projectos Multi-Regiões).

**Tabela 2.16: Projectos Aprovados por Região, 2007-2010**

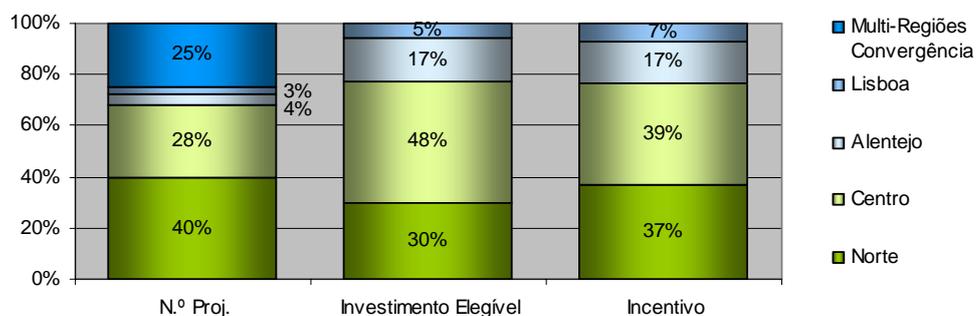
*Unid: Mil Euros*

| Região (NUTS II)                            | Projectos Aprovados |                       |                  |
|---|---------------------|-----------------------|------------------|
|   | N.º Proj.           | Investimento Elegível | Incentivo        |
| Norte                                       | 1.524               | 1.392.497             | 618.328          |
| Centro                                      | 1.088               | 2.689.048             | 744.460          |
| Alentejo                                    | 141                 | 841.696               | 259.275          |
| Lisboa                                      | 114                 | 261.573               | 125.424          |
| Multi-Regiões Convergência                  | 872                 | 1.006.795             | 600.581          |
| <i>Valores referentes à Região Norte</i>    |                     | <i>446.214</i>        | <i>263.683</i>   |
| <i>Valores referentes à Região Centro</i>   |                     | <i>308.929</i>        | <i>189.195</i>   |
| <i>Valores referentes à Região Alentejo</i> |                     | <i>251.651</i>        | <i>147.703</i>   |
| Multi-Regiões Convergência + Lisboa         | 85                  | 206.302               | 124.080          |
| <i>Valores referentes à Região Norte</i>    |                     | <i>56.819</i>         | <i>36.836</i>    |
| <i>Valores referentes à Região Centro</i>   |                     | <i>49.277</i>         | <i>32.505</i>    |
| <i>Valores referentes à Região Alentejo</i> |                     | <i>15.017</i>         | <i>9.905</i>     |
| <i>Valores referentes à Região Lisboa</i>   |                     | <i>85.188</i>         | <i>44.833</i>    |
| <b>TOTAL COMPETE</b>                        | <b>3.824</b>        | <b>6.397.910</b>      | <b>2.472.148</b> |

Fonte: SI POFC.

De salientar, ainda, o facto do investimento médio por projecto ser substancialmente maior na região do Alentejo (5,9 milhões de euros por projecto), face à média total de 1,7 milhões de euros).

**Gráfico 2.13: Projectos Aprovados por Região, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Como referido no Capítulo 2.6.1, no âmbito da Agenda da Competitividade, o COMPETE apoia sobretudo as Médias e Grandes Empresas (das Regiões de Convergência), cabendo aos respectivos PO Regionais o apoio às micro e pequenas empresas. Têm enquadramento no COMPETE apenas os projectos promovidos por micro e pequenas empresas com investimento localizado em mais do que uma Região de Convergência e os projectos ao abrigo da regra “*Spill-over Effects*”.

Deste modo, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, a análise da dimensão das empresas promotoras dos projectos aprovados deverá ser lida em conjugação com os dados dos PO Regionais (Norte, Centro e Alentejo).

**Tabela 2.17: Projectos Aprovados por Tipologia de Promotor, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| Tipo de Promotor                  | Projectos Aprovados |                       |                  |
|-----------------------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
|                                   | N.º Proj.           | Investimento Elegível | Incentivo        |
| Micro empresa                     | 27                  | 46.718                | 31.226           |
| Pequena empresa                   | 45                  | 126.493               | 78.638           |
| Média empresa                     | 1.116               | 968.183               | 492.318          |
| Não PME                           | 380                 | 3.725.258             | 958.047          |
| <b>TOTAL Empresas</b>             | <b>1.568</b>        | <b>4.866.652</b>      | <b>1.560.230</b> |
| Entidades públicas                | 1.636               | 1.144.670             | 683.075          |
| Ent. privadas sem fins lucrativos | 620                 | 386.588               | 228.844          |
| <b>TOTAL Outros Promotores</b>    | <b>2.256</b>        | <b>1.531.258</b>      | <b>911.918</b>   |
| <b>TOTAL COMPETE</b>              | <b>3.824</b>        | <b>6.397.910</b>      | <b>2.472.148</b> |

Fonte: SI POFC.

Constata-se, igualmente, que 41% dos projectos aprovados, envolvendo mais de  $\frac{3}{4}$  do investimento elegível, se referem a projectos empresariais.

Tal como se tem vindo a verificar, no COMPETE, regista-se uma elevada taxa de contratação, representando, no final do ano, 84% dos projectos aprovados, representando 92% do investimento elegível aprovado.

**Tabela 2.18: Projectos Contratados por Eixo Prioritário, 2007-2010**

Unid: Mil Euros

| Eixo Prioritário   | Projectos Contratados |                       |                  |
|--|-----------------------|-----------------------|------------------|
|  | N.º Proj.             | Investimento Elegível | Incentivo        |
| EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico                                | 1.694                 | 541.418               | 300.913          |
| EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização | 1.158                 | 4.287.443             | 1.297.995        |
| EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação                           | 28                    | 476.322               | 291.791          |
| EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade                       | 133                   | 336.323               | 173.611          |
| EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial                  | 164                   | 178.485               | 123.603          |
| EIXO VI - Assistência Técnica  | 23                    | 39.792                | 27.854           |
| <b>TOTAL COMPETE</b>   | <b>3.200</b>          | <b>5.859.784</b>      | <b>2.215.768</b> |

Fonte: SI POFC.

No que respeita à afectação das aprovações por dimensão Tema Prioritário, constata-se que as aprovações realizadas até final de 2010 se concentram essencialmente em dois Temas Prioritários: Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) e Inovação e Empreendedorismo e Sociedade da Informação, com cerca de 90% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

Neste sentido, verifica-se uma forte concentração dos apoios concedidos a projectos inseridos em Temas Prioritários considerados como *Earmarking*, absorvendo perto de 99% do incentivo. Conclui-se assim que se encontra cumprida a disposição prevista no artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que prevê que 60% das despesas apoiadas, no mínimo, devem estar afectas às prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos (*“Earmarking”*).

**Tabela 2.19: Aprovações e Execução por Tema Prioritário (Contribuição Comunitária)**

Unid: Mil Euros

| Código  | Designação do Tema Prioritário   | Fundo        |                      |                    |            |
|---|--|--------------|----------------------|--------------------|------------|
|   |  | Aprovação    |                      | Execução           |            |
|   |  | N.º Proj.    | Montante<br>€        | Montante<br>€      | Tx EX/AP   |
| <b>Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo</b>      |  | <b>3.532</b> | <b>2.201.455.081</b> | <b>659.560.277</b> | <b>30%</b> |
| 01*   | Actividades de I&DT em centros de investigação                           | 1.027        | 79.820.196           | 15.585.408         | 20%        |
| 02*   | Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia    | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| 03*   | Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...         | 959          | 249.939.780          | 28.449.271         | 11%        |
| 04*   | Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços ..... | 191          | 63.928.124           | 16.776.873         | 26%        |
| 05*   | Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais              | 171          | 133.450.662          | 28.755.142         | 22%        |
| 06*   | Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos ...        | 20           | 3.402.019            | 733.629            | 22%        |
| 07*   | Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação      | 449          | 1.065.443.101        | 304.040.673        | 29%        |
| 08*   | Outros investimentos nas empresas  | 687          | 313.680.628          | 159.695.182        | 51%        |
| 09*   | Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...  | 28           | 291.790.570          | 105.524.099        | 36%        |
| <b>Sociedade da informação</b>  |  | <b>240</b>   | <b>235.414.584</b>   | <b>23.118.138</b>  | <b>10%</b> |
| 11*   | Tecnologias da informação e comunicação                                  | 51           | 49.782.191           | 4.011.775          | 8%         |
| 13*   | Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...   | 30           | 38.454.024           | 5.476.237          | 14%        |
| 15*   | Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...       | 159          | 147.178.368          | 13.630.126         | 9%         |
| <b>Energia</b>  |  | <b>22</b>    | <b>3.001.730</b>     | <b>201.401</b>     | <b>7%</b>  |
| 41*   | Energias renováveis: biomassa  | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| 42*   | Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras                 | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| 43*   | Eficiência energética, co-geração, gestão da energia                     | 22           | 3.001.730            | 201.401            | 7%         |
| <b>Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local</b> |  | <b>0</b>     | <b>0</b>             | <b>0</b>           | <b>0%</b>  |
| 81  | Mecanismos para promover boas políticas e melhorar a concepção...        | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| <b>Assistência Técnica</b>  |  | <b>30</b>    | <b>32.276.986</b>    | <b>8.673.352</b>   | <b>27%</b> |
| 85  | Preparação, execução, acompanhamento e inspecção                         | 30           | 32.276.986           | 8.673.352          | 27%        |
| 86  | Avaliação e estudos; Informação e comunicação                            | 0            | 0                    | 0                  | 0%         |
| <b>TOTAL Temas Prioritários</b>   |  | <b>3.824</b> | <b>2.472.148.381</b> | <b>691.553.168</b> | <b>28%</b> |
| <b>TOTAL Earmarking</b>   |  | <b>3.794</b> | <b>2.439.871.394</b> | <b>682.879.816</b> | <b>28%</b> |

Nota: \* Categorias de earmarking.  
Fonte: SI POFC.

Para além destes temas prioritários, apresenta-se, no capítulo 2.2.4, uma análise do contributo do COMPETE para a temática da igualdade de género.

## Limite Máximo de Apoio a Não-PME

Constitui compromisso da Autoridade de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente assegurar que pelo menos 60% dos apoios directos totais a empresas são concedidos a PME (excluindo os apoios directos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e incluindo os instrumentos de financiamento e partilha de risco da inovação).

A aferição desta meta, e o respectivo controlo, é efectuada ao nível do COMPETE e dos PO Regionais, sendo objecto de monitorização permanente em sede da Rede Sistemas de Incentivos QREN.

Conforme se pode constatar, no final do ano verifica-se um nível de 66% de apoios a PME no total dos apoios concedidos no SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAFPRI, valores acima do referido limite mínimo estabelecido.

**Tabela 2.20: Nível de Apoio a PME no âmbito da Agenda da Competitividade, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| Programa Operacional | Projectos Aprovados a PME |                  |                 | Total de Projectos Aprovados |                  |
|----------------------|---------------------------|------------------|-----------------|------------------------------|------------------|
|                      | N.º Proj.                 | Incentivo        | (% PME / Total) | N.º Proj.                    | Incentivo        |
| COMPETE              | 1.065                     | 887.770          | 52%             | 1.267                        | 1.702.175        |
| PO Norte             | 1.292                     | 294.245          | 100%            | 1.292                        | 294.245          |
| PO Centro            | 806                       | 241.143          | 100%            | 806                          | 241.143          |
| PO Lisboa            | 93                        | 24.903           | 82%             | 104                          | 30.400           |
| PO Alentejo          | 240                       | 134.970          | 100%            | 240                          | 134.970          |
| PO Algarve           | 85                        | 19.230           | 84%             | 87                           | 22.939           |
| <b>TOTAL</b>         | <b>3.581</b>              | <b>1.602.261</b> | <b>66%</b>      | <b>3.796</b>                 | <b>2.425.873</b> |

Fonte: SI QREN

## 2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Neste capítulo são identificadas as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão para garantir o respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente as que se referem às regras da concorrência, aos mercados públicos, ao ambiente e à promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Não se verificou qualquer dificuldade, durante o ano de 2010, no cumprimento da legislação comunitária.

### 2.2.1. Regras da Concorrência

As regras da Comissão Europeia determinam que, antes da concessão de qualquer Auxílio de Estado, os regimes de auxílios devem ser enquadrados em termos das regras da concorrência (num processo que pode obrigar à aprovação explícita da Comissão Europeia, como foi o caso do SI I&DT, ou apenas do envio de informação sobre o regime a ser implementado, como foi o caso dos restantes instrumentos e da nova versão do SI I&DT<sup>7</sup>).

Neste sentido, é assegurado o cumprimento das regras da concorrência para a totalidade dos auxílios de estado concedidos no COMPETE com a estrita aplicação dos regimes nacionais.

Não se tendo registado qualquer alteração ao enquadramento comunitário dos auxílios de estado concedidos no âmbito do COMPETE durante o ano de 2010, mantém-se o enquadramento comunitário dos Regimes de Auxílio aplicados.

**Tabela 2.21: Regimes de Auxílio Utilizados no Âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário**

| N.º Auxílio | Enquadramento Comunitário  | Regulamento Nacional               | Situação Actual                      | Datas   |
|-------------|--|------------------------------------|--------------------------------------|---|
| XR 60/2008  | Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de Outubro relativo aos Auxílios Regionais  | SI Inovação                        |                                      | Envio para CE: Mar-2008   |
| XS 73/2008  | Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios às PME   | SI Inovação;<br>SI I&DT;<br>SI PME | Regimes substituídos pelo X 404/2009 | Envio para CE: Mar-2008   |
| XT 70/2008  | Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional  | SI Inovação;<br>SI PME             |                                      | Envio para CE: Jun-2008   |
| AE N 780/07 | Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006) | SI I&DT;<br>SI PME                 |                                      | Envio para CE: Dez-2007<br>Aprov. pela CE: Jun-2008<br>(Carta CE (2008) 2902) |
| X 404/2009  | Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria  | SI Inovação;<br>SI I&DT;<br>SI PME |                                      | Envio para CE: Mar-2009   |
| X 316/09    | Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria  | SAFPRI                             |                                      | Envio para CE: Fev-2009   |

Constata-se assim que a totalidade das despesas apoiadas através dos Sistemas de Incentivos (SI I&DT, SI Inovação e SI PME) e no SAFPRI são compatíveis com o Regulamento de Isenção por Categoria (Regulamento (CE) n.º 800/2008 de 6 de Agosto) ou, em alternativa, com a regra de *De Minimis* (Regulamento (CE) n.º 1998/2006 de 15 de Dezembro). Nos restantes instrumentos, apesar de não estar previsto qualquer apoio directo a empresas, os eventuais apoios que possam existir serão enquadrados ao abrigo da Regra *De Minimis*.

<sup>7</sup> Apesar do SI I&DT ter sido aprovado pela CE, as Autoridades Portuguesas optaram por enquadrar, aquando da revisão de legislação, este regime como respeitando o Reg.(CE) N.º 800/2008.

Tabela 2.22: Apoios Concedidos em Termos de Auxílios de Estado no Âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário, 2007-2010

Unid: Mil Euros

| Regulamento Nacional                              | Enquadramento Comunitário<br>(Regulamento de Isenção por Categoria/<br><i>Minimis</i> ) | Apoios Concedidos     |                  |
|---|---|-----------------------|------------------|
|   |   | Investimento Elegível | Incentivo        |
| SI Inovação                                       | Auxílios Regionais (Art.º 13º)  | 4.089.847             | 1.180.474        |
|   | Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)   | 45.568                | 23.852           |
|   | Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)   | 14.039                | 7.999            |
|   | <i>De Minimis</i>   | 43.478                | 17.342           |
| SI Qualificação e Internacionalização das PME (a) | Auxílios Regionais (Art.º 13º)  | 73.787                | 28.440           |
|   | Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)   | 75.834                | 30.075           |
|   | Auxílios ao Ambiente (Art.º 19º)  | 414                   | 186              |
|   | Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)   | 2.893                 | 2.213            |
|   | Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)  | 3.841                 | 2.872            |
|   | <i>De Minimis</i>   | 28.372                | 11.279           |
| SI I&DT (a)                                       | Auxílios Regionais (Art.º 13º)  | 10.442                | 3.813            |
|   | Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)   | 0                     | 0                |
|   | Auxílios à I&D&I (Art.º 31º)  | 471.073               | 247.671          |
|   | Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)  | 1.682                 | 1.254            |
|   | <i>De Minimis</i>   | 5.382                 | 2.759            |
| SAFPRI (b)  | <i>De Minimis</i>   | 1.453.500             | 182.067          |
| <b>TOTAL</b>                                      |   | <b>6.320.152</b>      | <b>1.742.297</b> |

Notas:

(a) – Há apoios a entidades não empresariais que não são considerados como auxílios de estado;

(b) – Os valores apresentados referem-se às operações financiadas pela PME INVEST;

Fonte: SI POFC.

Conforme se refere no ponto 3.3, foram ainda criados, ao abrigo do artigo 29.º do Regulamento (CE) 800/2008 (X316/09), 26 Fundos de Capital de Risco, tendo sido intervencionadas 6 PME com um valor de 7,3 milhões de euros.

Os apoios concedidos ao abrigo da regra de *De Minimis* não carecem de qualquer autorização prévia por parte da Comissão Europeia, cabendo ao Estado-Membro o controlo do cumprimento das respectivas regras, nomeadamente no que se refere ao limite de apoio por empresa durante três exercícios financeiros. Neste sentido, foi decidido criar uma base de dados nacional, cujo registo é da responsabilidade do IFDR, na qual se congregam todos os apoios, independentemente do organismo público financiador e a forma de apoio, desde que concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro.

A DG Concorrência define ainda a necessidade de comunicação *ex-post* ou mesmo notificação (com a necessidade de aprovação explícita por parte da Comissão Europeia) para projectos que ultrapassem determinados níveis de apoio.

Durante o ano de 2010, tal como foi reportado no anterior Relatório de Execução, foi objecto de anulação o apoio ao Grande Projecto da REPSOL, tendo tal informação sido enviada para a DG Concorrência.

Tendo em conta o limiar de notificação previsto nas Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013 (2006/C 54/08), os projectos aprovados à RPP SOLAR - ENERGIAS SOLARES, SA<sup>8</sup> e à NISSAN BATTERY MANUFACTURING PORTUGAL, SA ficam condicionados à respectiva aprovação por parte da DG Concorrência.

Neste sentido, não há alteração ao nível dos apoios notificados e decididos pela DG Concorrência.

**Tabela 2.23: Lista de Projectos objecto de Notificação à DG Concorrência**

| N.º Proj. | Eixo Priorit. | Beneficiário                          | Razão da Notificação | Auxílio de Estado | Observações                           |
|-----------|---------------|---------------------------------------|----------------------|-------------------|---------------------------------------|
| 001943    | II            | Artenius Sines Pta, SA                | Aux. Regionais       | N 899/2006        | Auxílio aprovado pela CE em 10-Jul-07 |
| 001944    | II            | Celulose Beira Industrial (Celbi), SA | Aux. Regionais       | N 900/2006        | Auxílio aprovado pela CE em 27-Jun-07 |

Fonte: SI POFC.

Foram ainda enviados, desde o início do Programa, 13 projectos aprovados no âmbito do COMPETE para controlo *Ex-post*, 4 dos quais durante o ano de 2010.

**Tabela 2.24: Lista de Projectos Objecto de Envio *Ex-post* à DG Concorrência**

| N.º Proj. | Eixo Priorit. | Beneficiário   | Razão da Envio Ex-Post | Observações       |
|-----------|---------------|--|------------------------|-------------------|
| 001411    | I             | IBERFER – Equipamentos e Construções Técnicas, S.A                   | I&D&I                  | Enviado em Ago-08 |
| 003484    | I             | MARTIFER Energia - Equipamentos para Energia, S.A.                   | I&D&I                  | Enviado em Dez-08 |
| 000027    | I             | BIAL-PORTELA & Cª SA   | I&D&I                  | Enviado em Jan-09 |
| 000037    | I             | BIAL-PORTELA & Cª SA   | I&D&I                  | Enviado em Jan-09 |
| 004584    | I             | BIAL-PORTELA & Cª SA   | I&D&I                  | Enviado em Set-10 |
| 004859    | I             | BIAL-PORTELA & Cª SA   | I&D&I                  | Enviado em Set-10 |
| 004920    | I             | BIAL-PORTELA & Cª SA   | I&D&I                  | Enviado em Set-10 |
| 001945    | II            | CUF - Químicos Industriais, SA                                       | Aux. Regionais         | Enviado em Jan-07 |
| 001948    | II            | Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliário, Lda ("IKEA") | Aux. Regionais         | Enviado em Jan-07 |
| 001942    | II            | Soc. Portuguesa do Arlíquido `Arlíquido`, Lda                        | Aux. Regionais         | Enviado em Jul-08 |
| 003519    | II            | EMBRAER E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS SA                        | Aux. Regionais         | Enviado em Out-08 |
| 005771    | II            | ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA                                       | Aux. Regionais         | Enviado em Dez-09 |
| 000017    | II            | CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA                           | Aux. Regionais         | Enviado em Jan-10 |

Fonte: SI POFC.

Na sequência do envio de informação *ex-post* e, posteriormente, da notificação à DG REGIO, a

<sup>8</sup> O formulário de notificação foi remetido à DG Concorrência em Novembro de 2010, aguardando-se a respectiva decisão durante o ano de 2011.

DG Concorrência solicitou um conjunto de esclarecimentos sobre o apoio à EMBRAER E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS SA, com incidência particular sobre a separação técnica e funcional face ao apoio à EMBRAER EC Compósitos. A referida investigação *ex officio* (Auxílio Estatal CP 55b/09), iniciada em Fevereiro de 2009, culminou em Julho de 2010, tendo concluído que os apoios foram concedidos em conformidade com as regras aplicáveis.

Em Dezembro de 2010, a DG Concorrência informou as Autoridades Nacionais que tinha recebido uma denúncia referente à concessão de auxílios estatais à EMBRAER – Portugal, tendo solicitado contributos adicionais, remetidos em Fevereiro de 2011. À data da elaboração do Relatório não existia ainda qualquer decisão sobre a referida denúncia.

Os restantes apoios atribuídos (SAESCNTN, SAMA, SIAC e Assistência Técnica) não contêm qualquer elemento de auxílio de estado.

### 2.2.2. Regras de Contratação Pública

No que concerne ao **cumprimento das regras de contratação pública**, previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, destaca-se o seu acolhimento na Orientação de Gestão em 2009, a qual foi objecto de revisão através da Orientação de Gestão N.º 04.REV1/POFC/2010, com vista à sua aplicação quer pela Autoridade de Gestão (AG) quer pelos Organismos Intermédios (OI) com funções delegadas no âmbito do COMPETE.

De referir que a preocupação sobre o adequado cumprimento das regras em causa, embora transversal a todo o Programa, faz-se sentir com maior incidência no âmbito das Acções Colectivas e do Sistema de Apoios à Modernização da Administração, atendendo à tipologia de entidades passíveis de serem beneficiárias dos referidos Sistemas de Apoio.

Nesse contexto, o Núcleo de Apoio Jurídico para além do trabalho que tem vindo a desenvolver de estreita colaboração com todas as áreas operacionais, em concreto com a área das Acções Colectivas, assegura a **elaboração de memorandos** de apreciação sobre o possível enquadramento destas entidades no âmbito do regime legal em apreciação.

Paralelamente, e como garante de uma correcta utilização deste regime legal, o Núcleo de Apoio Jurídico intervém, sempre que solicitado, nas diversas situações em que se verifique a actuação do Programa enquanto entidade adjudicante nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do citado Diploma Legal, designadamente no que concerne aos procedimentos pré-contratuais adequados aos contratos a celebrar.

Ainda no âmbito do trabalho desenvolvido relativo ao cumprimento do regime dos contratos

públicos, no respeito pelos normativos nacionais e comunitários e de molde a dotar os recursos humanos das competências específicas para uma abordagem clara e uma operacionalização eficiente da temática, que constitui uma preocupação e um objectivo a alcançar pelo COMPETE, foram realizadas várias **acções de formação** durante o ano de 2010, concebidas à medida das necessidades do Programa, para a grande maioria, quase totalidade, dos colaboradores da AG, tendo em conta a complexidade da temática.

### 2.2.3. Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

#### **A integração do ambiente nas actividades de gestão e de aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do COMPETE**

As acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem respeitar os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e da protecção e melhoria do ambiente referidos no Tratado, bem como a legislação comunitária em matéria de ambiente (incluindo a obrigatoriedade, num conjunto relevante de situações, da realização de estudos de impacte ambiental), o que face ao défice de actuação das empresas portuguesas neste domínio, constitui uma importante alavanca para a concretização dos objectivos nacionais e comunitários em matéria de desenvolvimento sustentável e de protecção e melhoria do ambiente.

Neste sentido, a actuação do Programa situa-se numa lógica preventiva, actuando ao nível da admissibilidade dos projectos e dos promotores, e numa lógica pró-activa, com apoio a medidas orientadas para o desenvolvimento sustentável, designadamente nas dimensões Ambiente, Qualidade, Eficiência Energética e Responsabilidade Social.

Deste modo, os apoios às empresas ficam subordinados à comprovação do cumprimento de todas as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente nos que se referem à legislação em matéria de ambiente.

Quanto aos grandes projectos apoiados (analisados no ponto 4.5), é ainda efectuada uma análise aprofundada em termos de impacte ambiental que incide sobre a sua sustentabilidade ambiental, a eventual necessidade de acções preventivas e a respectiva correcção e o respeito pelo princípio do poluidor-pagador. Esta análise é determinante para a pertinência do apoio aos grandes projectos.

Neste âmbito, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto entidade nacional responsável, é consultada sobre o cumprimento de todas as regras nacionais e comunitárias, cabendo ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território a emissão da Declaração de Impacte Ambiental relativa à Avaliação de Impacte Ambiental de todos os grandes projectos

Saliente-se ainda que os grandes projectos são igualmente avaliados em termos de efeitos nos sítios da Rede Natura 2000.

Em termos de apoios para o fomento do desenvolvimento sustentável, destacam-se os seguintes instrumentos do COMPETE:

- **Apoios à I&D:** está previsto o apoio a projectos nos referidos domínios, quer numa lógica de investimento empresarial (SI I&DT), quer numa lógica de reforço das competências de investigação científica e tecnológica (SAESCTN);
- **Apoios do SI Inovação:** está previsto o apoio a projectos empresariais, com introdução de tecnologia inovadora com impacte ao nível da eficiência energética e ambiental. Podem ainda ser financiadas despesas imateriais ligadas à certificação nas áreas ambientais, energéticas e qualidade;
- **Apoios à Qualificação das PME:** está previsto o apoio a projectos de:
  - Ambiente - investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS), aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas em matéria de ambiente;
  - Qualidade - certificação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total;
  - Diversificação e eficiência energética - aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;
  - Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho - investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, de sistemas de gestão da segurança alimentar, de sistemas de gestão de recursos humanos e de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ;
- **Apoios a acções colectivas:** está previsto o apoio a projectos de natureza colectiva (SIAC), que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento

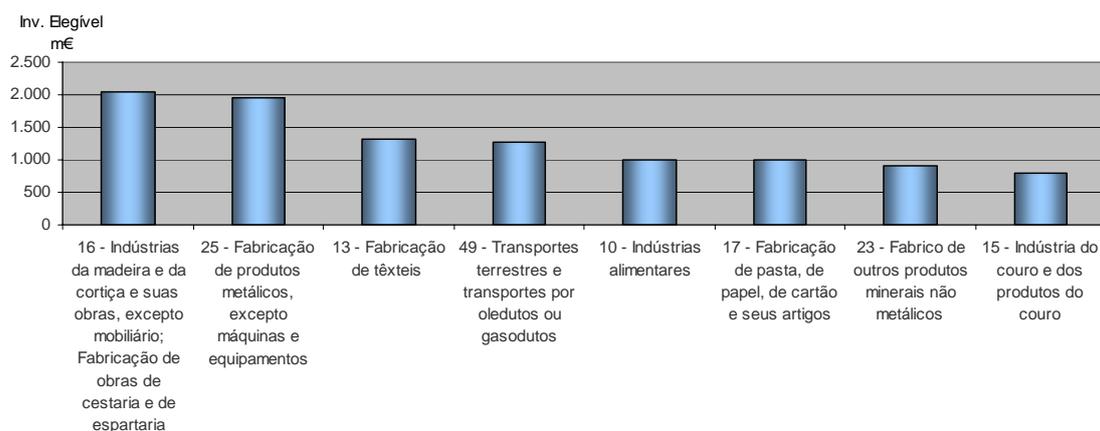
na economia, nas áreas da Eficiência e diversificação energética, Ambiente e desenvolvimento sustentável e Promoção da responsabilidade social das empresas.

#### O AMBIENTE COMO TIPOLOGIA DE APOIO NO ÂMBITO DO SI PME

No âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME, foram apoiados até final do ano 185 projectos com um investimento da componente Ambiente na ordem dos 13,6 milhões de euros, representando cerca de 23% dos projectos.

Sectorialmente, destaque-se a aposta das PME inseridas em sectores de baixa ou média-baixa intensidades tecnológicas, em particular nas CAE 16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria, CAE 25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos, CAE 13 - Fabricação de têxteis e CAE 49 - Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos.

**Gráfico 2.14: Projectos Aprovados no SI PME com Componente de Ambiente, por Principais Sectores de Actividade, 2007-2010**



Fonte: SI POF.

#### O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS SISTEMAS DE INCENTIVOS

Utilizando uma visão mais lata do conceito de ambiente, ou seja, onde se incluem igualmente os projectos com intervenção na área da diversificação e eficiência energética, qualidade e responsabilidade social, segurança e saúde no trabalho, conclui-se que foram apoiados 499 projectos no âmbito do SI PME, SI Inovação e SI I&DT, representando cerca de 30% do total de projectos apoiados no âmbito desses Sistemas de Incentivos, com um investimento elegível nestas áreas de 117 milhões de euros.

## O AMBIENTE COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS DE ACÇÕES COLECTIVAS

No SIAC, foram apoiados 12 projectos com intervenção na área do ambiente com um investimento elegível de 3,8 milhões de euros, totalizando 28 acções colectivas se se incluírem os projectos de eficiência energética e responsabilidade social, com um investimento elegível associado de 11,7 milhões de euros.

### MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A ACÇÕES COLECTIVAS (SIAC)

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**N.º DE PROJECTO:** 8074

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** RESÍDUOS MENOS

**PROMOTOR:** AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

**LOCALIZAÇÃO:** Norte, Centro e Alentejo

**INVESTIMENTO APROVADO:** 187.060,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 130.942,00 euros

### DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

O projecto pretende ser um exemplo de proactividade e de Inovação em matéria da promoção das boas práticas de gestão de resíduos, contribuindo para:

- Incentivar fortemente as empresas a formularem adequadamente as suas estratégias de gestão de modo a integrarem a nova abordagem da gestão de resíduos, deixando de pensar em "RESÍDUOS" e começar a pensar em termos de "RECURSOS";
- Estimular as empresas a procurar as causas da produção de resíduos e não apenas os sintomas;
- Potenciar a adopção de boas práticas que contrariem as tendências relacionadas com a elevada produção de resíduos, o consumo exagerado e inadequada gestão dos recursos naturais;
- Aumentar a competitividade das empresas.

Os objectivos do projecto serão atingidos através da implementação das seguintes actividades:

- Seminário de Apresentação do Projecto;
- Ciclo de Conferências e Seminários patrocinados por um Fórum para a Sustentabilidade em PME onde serão debatidas questões relacionadas com a problemática da Gestão de Resíduos e em particular com o novo Paradigma "RESIDUO COMO UM VALOR" e com a necessidade de implementar medidas que potenciem a mudança de atitudes e comportamentos dos agentes económicos orientados para os Princípios da Sustentabilidade;
- Centro de Competências para a Sustentabilidade: o Centro de Competências para a Sustentabilidade foi criado ao abrigo do Projecto "Futur-Compet". No entanto, este Centro dará o seu contributo neste projecto, permitindo garantir a sustentabilidade pós projecto;
- Fórum para a Sustentabilidade;

- Elaboração de Fichas de Resíduos;
- Elaboração de Manual de Gestão de Resíduos Industriais;
- Seminário de Encerramento do Projecto.

Como fase complementar do projecto prevê-se a possibilidade de se dar sequência ao estudo das práticas actuais de sustentabilidade nas PME. Assim, admite-se como desejável a continuidade do projecto para uma segunda fase, em que as acções concretas nas empresas possam ser objecto de candidaturas para apoio à sua implementação com base no regime de Qualificação PME, como projectos individuais, em cooperação ou conjuntos.

#### **RESULTADOS ESPERADOS:**

A AEP, procurando com a sua intervenção ser indutor de mudanças positivas no mundo empresarial espera obter, com a implementação deste Projecto, os seguintes resultados e impactos:

- Colocar a "GESTÃO DOS RESÍDUOS" no centro da atenção dos empresários das PME, enquanto motores do crescimento económico, principalmente os das zonas alvo do presente projecto (NUTS II Norte, Centro, Alentejo);
- Contribuir para o paradigma da promoção do resíduo como fonte de valor, de materiais e de energia;
- Potenciar a dissociação do crescimento económico e a crescente produção de resíduos;
- Potenciar a adopção de boas práticas que contrariem as tendências relacionadas com a elevada produção de resíduos, o consumo exagerado e inadequada gestão dos recursos naturais;
- Dar um contributo para a minimização dos impactes negativos da gestão dos resíduos pelos agentes económicos, tendo em conta ainda a respectiva repercussão na gestão dos recursos naturais, procurando assim contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento;
- Potenciar a hierarquia das opções de gestão dos resíduos;
- Contribuir para que se alcancem as metas de reciclagem determinadas para Portugal;
- Fomentar a partilha de experiências e conhecimento na área da eco-eficiência na produção de resíduos;

e ainda a produção de:

- Fichas de Resíduos;
- Manual de Gestão de Resíduos Industriais.

Espera-se que este Projecto tenha um público-alvo de cerca de 300 mil empresários e quadros sobretudo PME que poderão ter acesso directo e indirecto a todas as acções que serão implementadas.

O projecto visa 10.000 empresas como alvo, das quais 9.700 são PME.

#### 2.2.4. Igualdade de Oportunidades

Apesar dos progressos sentidos nos últimos anos, com destaque para a crescente participação feminina no mercado de trabalho e para a diminuição do *gap* em termos de emprego entre homens e mulheres (de 18,2 p.p. em 1998, para 13,7 p.p. em 2008), existem muitos domínios em que a desigualdade ainda persiste: as mulheres enfrentam maior precariedade no mercado de trabalho, salários inferiores, maior desemprego, maior risco de não encontrar novo emprego, maior risco de pobreza, menor participação nos cargos de decisão, maior peso nas tarefas familiares, entre outros.

A situação de crise económica tende a agravar esta situação, não só pelos seus efeitos sobre o mercado de trabalho, como pelas políticas de consolidação das contas públicas que poderão contribuir para um maior desemprego feminino, dada a preponderância das mulheres no sector público e para o adiamento de reformas/políticas em prol da igualdade de género.

Ao longo dos anos, têm sido várias as iniciativas por parte da União Europeia no sentido de conferir à Igualdade de Género um lugar de destaque na agenda política, não só por se tratar de um direito fundamental, mas também pelo potencial que a participação das mulheres no mercado de trabalho representa na prossecução dos objectivos de crescimento sustentável e inclusivo, inicialmente enunciados na Estratégia de Lisboa e actualmente transpostos para a Estratégia Europa 2020.

##### **Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2010-2015**

A Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2010-2015 constitui o programa de trabalho da Comissão Europeia no domínio da igualdade entre homens e mulheres e o quadro para a coordenação das políticas nesta área, para os anos 2010 a 2015, estando estruturada em torno de cinco domínios de intervenção:

- Igualdade na independência económica;
- Igualdade na remuneração por trabalho igual e por trabalho de igual valor;
- Igualdade na tomada de decisões;
- Promover a dignidade e a integridade, pôr fim à violência de género;
- Igualdade entre homens e mulheres na acção externa (promover a igualdade em países terceiros).

Para cada uma destes domínios, estabelece acções-chave que visam promover a mudança e conseguir progressos, quer intervindo directamente sobre as questões do género, quer reforçando a incorporação desta dimensão nos vários domínios da política comunitária.

*CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Concelho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2010-2015, COM (2010) 491 final, 21-09-2010, PT*

Em 2010, celebraram-se os 15 anos da adopção da Declaração e da Plataforma de Acção na Conferência Mundial sobre a Mulher da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Pequim, bem como os 30 anos da Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Para celebrar esta ocasião, a Comissão Europeia adoptou a **Carta das Mulheres**<sup>9</sup>, onde reforça o compromisso de atingir a igualdade de oportunidades entre os dois géneros, na Europa e onde estabelece cinco domínios prioritários de intervenção nesta área. Em torno destes domínios e tendo por base o Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2006-2010 e o Pacto Europeu para a Igualdade entre os Sexos<sup>10</sup>, foi consubstanciada a **Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2010-2015** (ver caixa).

Em Portugal, basta analisar os números do emprego (ver ponto 2.4.1) para perceber que a igualdade de género está longe de ser um dado adquirido: a taxa de desemprego das mulheres era, no final do 2010, cerca de 2 p.p. superior à dos homens e a taxa de emprego menor 12 p.p. Apesar de uma melhoria face a 2009, o país ainda ocupava, em 2010 e em 134 países, a 32.ª posição no “*Global Gender Gap Index*”, calculado pelo Fórum Económico Mundial<sup>11</sup>.

Com vista a reforçar o combate à desigualdade de género em todos os domínios da vida social, política, económica e cultural, esteve em vigor entre 2007 e 2010, o **III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género 2007-2010**. Já em Janeiro de 2011, foi aprovado, o **IV Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género 2011-2013**<sup>12</sup>, que prevê a adopção de 97 medidas, em 14 áreas estratégicas, das quais aqui se destacam: integração da dimensão de género na administração pública, central e local, como requisito de boa governação; independência económica, mercado de trabalho e organização da vida profissional, familiar e pessoal e investigação e sociedade do conhecimento. Este Plano refere-se à Agenda da Competitividade, essencialmente no que respeita à importância do empreendedorismo feminino.

Considerando as orientações das políticas nacionais e comunitárias, a igualdade de género não pode deixar de estar bem presente no actual quadro de programação financeira. A recente Estratégia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015, propõe, inclusive, “uma melhor integração das questões da igualdade de género na execução dos programas em curso”.

---

<sup>9</sup> CE, Comunicação da Comissão, Empenhamento reforçado na Igualdade entre Mulheres e Homens - Uma Carta das Mulheres, COM (2010) 78, 05-03-2010, PT

<sup>10</sup> Aprovado no Conselho Europeu de Março de 2006.

<sup>11</sup> World Economic Forum, The Global Gender Gap Report, 2010.

<sup>12</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de Janeiro, DR n.º 12, I Série

Neste âmbito, tal como consta do texto do Programa, a actuação do COMPETE tem como princípios:

- Minimizar as barreiras de informação, técnicas ou económicas de acesso das mulheres e demais indivíduos aos vários instrumentos disponíveis no Programa;
- Assegurar a não discriminação da participação feminina em domínios relevantes para a competitividade nacional (ciência e tecnologia, TIC, empreendedorismo qualificado);
- Divulgar informação e acções de sensibilização sobre os apoios financeiros disponíveis, direccionados para públicos-alvo discriminados, para a criação de empresas qualificadas e demais iniciativas associadas à melhoria da competitividade e internacionalização das empresas existentes;
- Recolher e analisar informação de realização do Programa pertinente para a definição de estratégias de actuação visando a igualdade de oportunidades;
- Assegurar a participação de representante do domínio da Igualdade de Oportunidades na Comissão de Acompanhamento do Programa;
- Promover a articulação temática com o PO Potencial Humano visando uma melhor integração e prossecução dos objectivos de Igualdade de Oportunidades no QREN.

Actuando sobre os agentes económicos, nomeadamente ao nível das empresas, o COMPETE tem potencial para induzir comportamentos em prol da igualdade e da não-discriminação, contribuir para a sensibilização neste domínio e para fomentar a participação das mulheres, nomeadamente, apoiando-as como empresárias. Assim sendo, é de destacar:

- Abertura de concursos com dotação preferencial ou exclusiva para o empreendedorismo feminino: no âmbito do **SI Inovação** - Empreendedorismo Qualificado, os primeiros AAC de 2008 previam uma dotação específica para o fomento do empreendedorismo feminino (5 milhões de euros em cada AAC);
- **Majoração de projectos empreendidos por mulheres:** o SI Inovação prevê a majoração do incentivo em 10 p.p. para projectos de empreendedorismo feminino. No total de 10 concursos no âmbito do empreendedorismo qualificado, receberam esta majoração 4 projectos, envolvendo um incentivo de 2,6 milhões de euros.
- Definição da “Igualdade de Oportunidades” (mais abrangente que a igualdade de género) como tipologia de investimento para o **SI Qualificação de PME**, sendo apoiáveis projectos de definição e implementação de planos de igualdade com efeitos sobre a conciliação entre a vida familiar e profissional e de facilitação do mercado de trabalho inclusivo. Até ao final de 2010, nenhuma das candidaturas apresentadas ou projecto aprovado apresentou investimentos nesta tipologia.

- Apoio, no **SIAC**, de projectos na área do empreendedorismo feminino e da sensibilização para a igualdade de oportunidades e responsabilidade social das empresas: foram apoiados 6 projectos de sensibilização e campanhas para a igualdade de oportunidades e responsabilidade social das empresas, envolvendo um investimento elegível de 2,6 milhões de euros.

### 2.2.5. Limite Máximo de Apoio a Despesas de Formação Profissional

O n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 determina que se podem financiar com o FEDER, de forma complementar e até um limite de 10% do financiamento comunitário de cada Eixo Prioritário de um Programa Operacional, operações que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE.

No final de 2010 contabilizavam-se 231 projectos aprovados com componente de formação profissional, envolvendo um incentivo<sup>13</sup> de 20,5 milhões de euros, pelo que, ao nível de compromissos, se encontra cumprido o referido limite de 10% (Eixos II e IV).

**Tabela 2.25: Projectos Aprovados com Componente de Formação Profissional, por Eixo Prioritário, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| Eixo Prioritário     | Projectos Aprovados com Componente de Formação Profissional |                       | Total de Projectos Aprovados no Eixo Prioritário |                        |
|----------------------|---|-----------------------|--|------------------------|
|                      | N.º Proj.   | Incentivo em Formação | Incentivo  | % da Formação no Total |
| Eixo Prioritário I   | 0   | 0                     | 397.513  | 0,0%                   |
| Eixo Prioritário II  | 188   | 15.586                | 1.410.384  | 1,2%                   |
| Eixo Prioritário III | 0   | 0                     | 291.791  | 0,0%                   |
| Eixo Prioritário IV  | 43  | 4.924                 | 206.733  | 2,2%                   |
| Eixo Prioritário V   | 0   | 0                     | 133.451  | 0,0%                   |
| Eixo Prioritário VI  | 0   | 0                     | 32.277   | 0,0%                   |
| <b>Total COMPETE</b> | <b>231</b>  | <b>20.510</b>         | <b>2.472.148</b>                                 | <b>3,4%</b>            |

Fonte: SI POFC.

<sup>13</sup> Note-se que, no âmbito do COMPETE, o incentivo é financiado na sua totalidade com FEDER.

## 2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

### 2.3.1. Constrangimentos Internos

A **aceitação pela Comissão Europeia da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE relativo aos Organismos Intermédios** (FCT e a Ciência Viva) apenas em 20 de Setembro de 2010, constituiu um constrangimento interno para a gestão, porquanto só após esta data passaram a estar reunidas as condições para que os pedidos de pagamento intermédio à CE pudessem incluir despesas referentes a operações abrangidas pelos protocolos celebrados entre a Autoridade de Gestão e os referidos Organismos Intermédios.

Outro constrangimento sentido pela gestão do COMPETE, no 2.º semestre de 2010, resultou da decisão da Comissão Europeia, de 28 de Julho, de **interrupção do prazo de pagamento** (artigo 91.º do Regulamento n.º 1083/2006) e primeiro procedimento no sentido de uma eventual suspensão dos pagamentos (artigo 92.º do mesmo Regulamento). Esta questão foi solucionada apenas a 8 de Dezembro de 2010, após carta das Autoridades Nacionais, onde se demonstra que a referida interrupção do prazo de pagamento foi extemporânea e destituída de fundamento (conforme pontos 3.2.3 e 3.3.3).

### 2.3.2. Constrangimentos Externos

Em 2009, em pleno período de crise internacional, o COMPETE apresentou um conjunto de medidas integradas de política pública, envolvendo instrumentos alternativos de financiamento no âmbito do Eixo III (FINOVA), com as Linhas de Crédito PME Investe I e II, e outras medidas, com carácter transitório, no âmbito dos sistemas de incentivos, com relevado impacte na flexibilização no acesso aos apoios e à execução dos projectos.

Destas, destacam-se:

- O aumento dos níveis de incentivos (subida das taxas de incentivo no SI PME, garantia de financiamento aos projectos elegíveis com o conseqüente alargamento do *plafond* orçamental sempre que necessário, flexibilização das metas mínimas para concessão do prémio e alargamento do período de carência para os incentivos reembolsáveis);

- A facilitação e aumento dos adiantamentos de incentivos;
- O alargamento da tipologia de projectos apoiáveis (alargamento do conceito de inovação<sup>14</sup>, abertura ao sector da Construção, exclusão do limite, no SI PME, para investimentos em equipamentos, desde que ligados à intervenção em factores dinâmicos da competitividade);
- Adaptação dos critérios à situação financeira das empresas (menor exigência de autonomia financeira e de grau de cobertura de investimentos por capitais próprios).

Ainda que tenha sido registado um crescimento modesto da economia em 2010, o contexto socioeconómico, com as políticas contraccionistas de consolidação orçamental e as restrições ao crédito por parte do Sistema Financeiro (ver ponto 2.4.1), condicionou as decisões dos agentes económicos, dos promotores e, consequentemente, a execução do Programa no ano em análise.

Neste contexto, em Julho de 2010, foram apresentadas 12 medidas destinadas a acelerar a execução de projectos empresariais, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

**Tabela 2.26: Medidas para Acelerar a Execução dos Projectos**

| Medida  | Execução e Resultados   |
|---|---|
| <b>1 – Criação da Linha de Crédito QREN Investe, no valor de 800 M€</b>       | A Linha de Crédito QREN INVESTE dirigiu-se a empresas com projectos entrados no QREN até 30 de Junho do 2010 e foi disponibilizada, através do Sistema Bancário ou SGM, no início de 2011.  |
| <b>2 – Criação de novos Fundos de Capital de Risco, no valor de 274 M€</b>    | No âmbito desta medida foram criados 24 Fundos de capital de risco: 12 para a Inovação e Internacionalização, 3 de “ <i>corporate venture capital</i> ” e 9 para empresas novas e nascentes (capital semente, pré-semente e <i>start-ups</i> ), bem como uma linha de apoio a <i>business angels</i> , no valor de 44 M€. No final de 2010, encontravam-se já disponíveis para financiamento das PME 40 M€ no âmbito de 3 Fundos de capital de risco  |
| <b>3 – Introdução de um mecanismo excepcional de ajustamento de projectos</b> | De natureza excepcional, este mecanismo conferiu às empresas a possibilidade de adequarem os seus projectos às condições actuais de cada um dos promotores, sem que de tal processo tenha resultado qualquer penalidade para os mesmos.<br><br>Desta forma, os promotores com candidaturas apresentadas até ao dia 30 de Junho de 2010 tiveram, de 6 de Agosto a 15 de Outubro, a possibilidade solicitar uma reformulação do seu projecto, com vista à redução do valor do investimento e/ou prorrogação do prazo da sua execução por um período adicional. Paralelamente puderam solicitar o acesso à Linha QREN INVESTE.<br><br>Foram recepcionados 1.028 pedidos de ajustamento (ver caixa seguinte). |
| <b>4 – Eliminação da exigência de comprovativos de licenciamento</b>          | A Orientação de Gestão n.º7/2010, publicada em Agosto, alterou os requisitos necessários para comprovar a existência de situação regularizada em matéria de licenciamento, eliminando a exigência de comprovativos de licenciamentos no SI I&DT e SI PME e mantendo a condição de licenciamento, no SI Inovação, apenas para projectos da indústria e do turismo.   |

<sup>14</sup> Aplicado apenas numa fase de Concurso do SI Inovação.

Tabela 2.27: Medidas para Acelerar a Execução dos Projectos

| Medida   | Execução e Resultados  |
|--|--|
| <b>5 - Simplificação e aceleração do processo de pagamentos e comprovação do investimento</b>  | Em Agosto, foi alterada a Norma de Pagamentos, no sentido da simplificação e aceleração do processo de pagamentos e comprovação do investimento, eliminando o limite máximo de n.º de pedidos de pagamento, introduzindo uma nova modalidade para as empresas – adiantamento contra factura e posterior apresentação do recibo e dispensando a certificação de ROC em pedidos de pagamento com despesa inferior a 200 m€ ou a empresas não sujeitas a certificação legal de contas.  |
| <b>6 - Eliminação da necessidade de pré-avaliação favorável no SI Inovação</b>   | A revisão ao Regulamento do SI Inovação, publicada em Outubro, contemplou esta alteração na alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º, permitindo a inclusão de despesas a partir da data de candidatura, em vez de se aguardar pela notificação da aprovação prévia de concessão de incentivos para iniciar o investimento.   |
| <b>7 - Celeridade na resposta aos processos de alegações contrárias e de ajustamento de decisões</b>                                       | No final do ano encontravam-se analisados todos os 1.415 pedidos de alegações contrárias, reclamações e de ajustamento à decisão recepcionados até 1 de Julho.   |
| <b>8 - Balcão único (PRODER+QREN) para o sector agro-alimentar e florestal</b>   | O objectivo é criar um portal único para projectos dos sectores agro-industriais e florestais, que deverá, numa 1.ª fase, disponibilizar informação prévia de enquadramento no QREN ou PRODER e, numa 2.ª fase, incluir um receptor único de candidaturas, capaz de as distribuir automaticamente entre o PRODER e o QREN. No final de 2010, tinham já sido iniciados os trabalhos para estabelecimento do balcão único de informação e apresentação de candidaturas, com base em protocolo a estabelecer.   |
| <b>9 - Revisão de formulários de candidatura e pedidos de pagamento</b>  | Os Avisos de Abertura de Concursos lançados no último trimestre do ano já contemplaram ajustes aos formulários de candidatura, no sentido de exigir apenas a informação necessária para a avaliação do projecto e para o acompanhamento da sua execução. Esta Medida pressupõe ainda a revisão dos formulários de pedidos de pagamento e a simplificação do processo de candidatura de projectos de I&DT, bem como do processo do acompanhamento da sua execução.  |
| <b>10 - Descatificação de incentivos em projectos não contratados</b>  | Esta medida, que surge na sequência da possibilidade de reformulação de projectos por parte dos promotores, inclui a criação de uma Bolsa de Descatificação de Incentivo (BDI), onde foram incluídos os projectos aprovados há mais de 40 dias úteis sem contrato e os projectos contratados, mas sem níveis mínimos de execução.<br><br>A BDI foi implementada em Janeiro de 2011, no seguimento da Orientação de Gestão n.º 10/2011.   |
| <b>11 - Novo regime de incentivos a serviços transaccionáveis de elevado valor acrescentado (em função dos postos de trabalho criados)</b> | Esta medida permitiu a atribuição de incentivos, não em função do investimento em capital fixo, mas tendo como despesa elegível os custos salariais da contratação de trabalhadores durante 24 meses.<br><br>A revisão ao Regulamento do SI Inovação contemplou no n.º 5 do artigo 5.º que, no âmbito de investimentos de produção de bens e serviços ou de melhorias significativas da produção através da transferência e da aplicação de conhecimento, sejam susceptíveis de apoio projectos de criação de empresa ou de novas unidades de serviços intensivos em tecnologia e conhecimento e que se proponham criar postos de trabalho qualificados. |
| <b>12 - Concentração dos SI QREN em actividades transaccionáveis e em EEC e novos concursos</b>  | Com esta medida pretendeu-se limitar a elegibilidade a actividades transaccionáveis ou a outras consideradas essenciais a Estratégias de Eficiência Colectiva ou ao desenvolvimento de regiões de muito baixa densidade empresarial. Os concursos lançados na segunda fase de 2010 seguiram já esta orientação.  |

Na caixa seguinte apresentam-se alguns resultados sobre o mecanismo de reformulação de projectos, ao nível dos Sistemas de Incentivos do QREN.

### Pedidos de Reformulação de Projectos QREN

Foram recepcionados, de 6 de Agosto a 15 de Outubro, 1.028 pedidos (excluindo desistências) de promotores dos SI QREN (incluindo projectos recepcionados no âmbito dos PO Regionais do Continente) com candidaturas apresentadas até 30 de Junho, 340 das quais no âmbito do COMPETE.

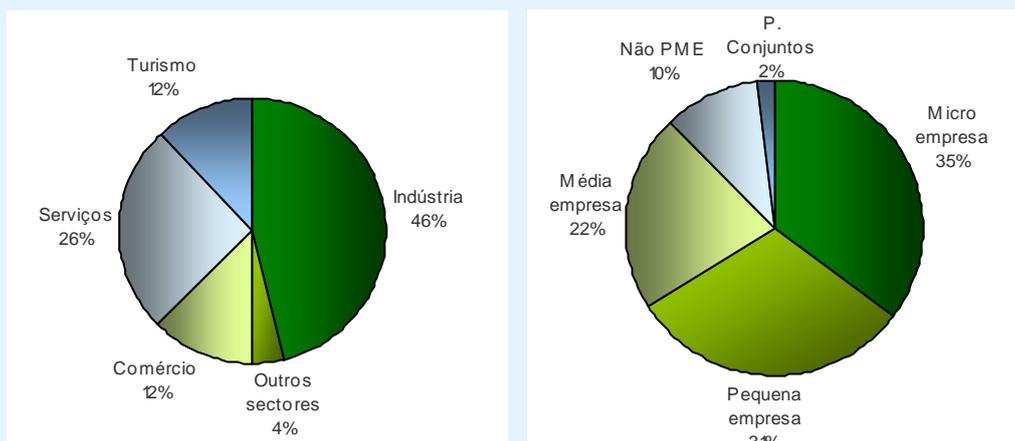
No final de 2010, encontravam-se aprovados 933 pedidos, 92% dos quais com alterações ao calendário, 51% com alterações ao investimento e 31% com pedido de acesso à QREN Investe.

Destes resultou uma variação média do calendário dos projectos de 402 dias, uma quebra do Investimento elegível aprovado de cerca de 13% e a fixação de um limite de crédito ao abrigo da QREN Investe num valor superior a 187 milhões de euros.

Por Sistema de Incentivos, destaca-se o SI Inovação, com 79% dos pedidos de reformulação aprovados, seguindo-se o SI Qualificação de PME (41%) e o SI I&DT (10%)

Perto de metade dos pedidos aprovados foram provenientes da Indústria. As PME, como principais beneficiárias dos Programas, foram as que mais recorreram a este mecanismo (90% do total dos pedidos aprovados).

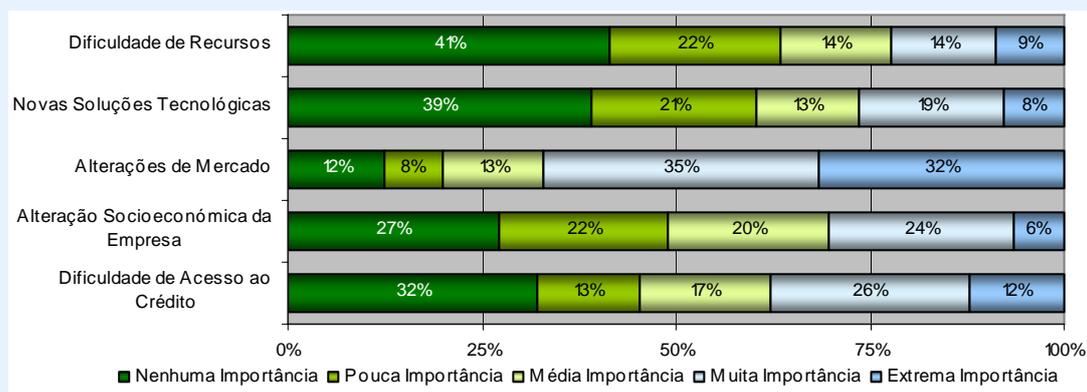
**Gráfico 2.16: Pedidos de Reformulação Aprovados por Sector de Actividade e por Dimensão, 2010**



Fonte: SI QREN 2011-01-04

Quanto aos motivos assinalados pelos promotores para a reformulação dos projectos, assume pertinência a alteração de condições de mercado, segue-se a dificuldade de acesso ao crédito e a existência de alterações socioeconómicas nas empresas.

**Gráfico 2.16: Motivos para a Reformulação de Projectos (Pedidos Aprovados), 2010**



Fonte: SI QREN 2011-01-04

## 2.4 MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

### 2.4.1. Contexto Socioeconómico

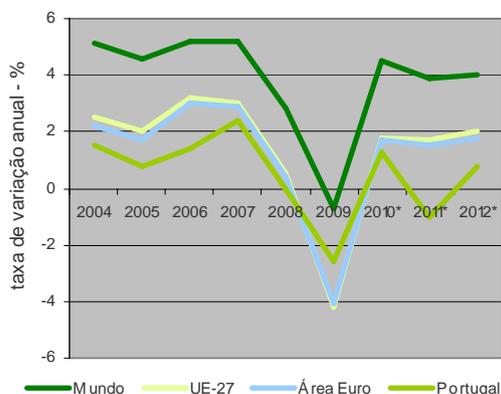
Este subcapítulo pretende ilustrar, de forma sintética, a evolução socioeconómica vivenciada no ano em análise, colocando particular ênfase nos aspectos que, directa ou indirectamente, influenciaram as decisões dos agentes económicos, determinaram medidas de política económica e contribuíram ou condicionaram a execução do Programa em 2010.

| 70

#### Economia Internacional

Após a severa crise económico-financeira, que atingiu o seu pico no primeiro semestre de 2009 e não obstante o nível considerável de incerteza que ainda subsiste, 2010 pode ser considerado o ano da retoma da economia mundial (os primeiros sinais fizeram sentir-se no último trimestre de 2009), com o PIB a apresentar taxas de crescimento positivas, ainda que inferiores às registadas em 2007.

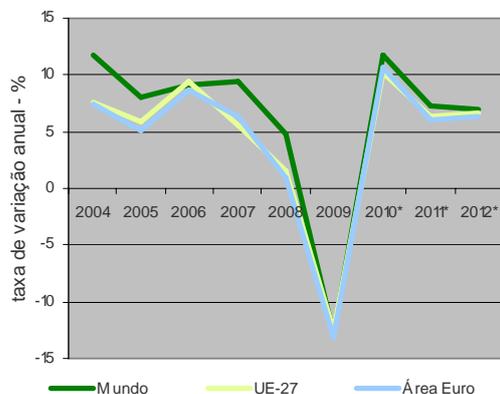
Gráfico 2.17: Evolução do PIB, 2004-2012



Notas: 2010, 2011 e 2012 – Previsões.

Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2009*, Outubro 2009, CE, *European Economic Forecast - Autumn 2010*, Outubro 2010

Gráfico 2.18: Exportações, 2004-2012



Notas: 2010, 2011 e 2012 – Previsões.

Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2009*, Outubro 2009, CE, *European Economic Forecast - Autumn 2010*, Outubro 2010

A recuperação, apesar de lenta em comparação com períodos de crise anteriores, tem vindo a fazer-se a um ritmo superior ao inicialmente previsto, sendo determinante a boa *performance* registada no segundo trimestre do ano, em particular, nas economias emergentes e em desenvolvimento (China, Índia, Brasil,...).

O comércio internacional tem vindo a ser o principal motor da recuperação. Em 2010, o comércio mundial de mercadorias registou uma variação homóloga de 15,1% face a 2009, as exportações mundiais cresceram 16,1% e as importações 14% (mais, se considerarmos apenas as economias emergentes). Paralelamente, verificou-se um aumento de 9,8% da produção industrial (7,4% nas economias avançadas e 12,1% nas economias emergentes).

Uma análise por trimestres, permite constatar um pico no 2.º trimestre do ano, a partir do qual se começou a sentir novo abrandamento da actividade económica mundial.<sup>15</sup>

Embora seja expectável que este abrandamento se mantenha em 2011 e 2012, o PIB mundial deverá crescer a uma taxa próxima dos 4%, com a China (9,2%) e a Índia (8,3%)<sup>16</sup> a liderarem esta tendência, acompanhadas pela Rússia e pelas economias da América Latina, também com taxas de crescimento assinaláveis.

Em 2010, na **Área do Euro**, o crescimento do PIB manteve-se modesto comparativamente à média mundial e aos EUA (2,7%) e ao Japão (3,5%), estando a ser empurrado, sobretudo, pela economia alemã (crescimento previsto de 3,7% em 2010<sup>17</sup>). Depois de um ano em que todos os países da Área do Euro registaram uma taxa de crescimento negativa, as previsões para 2010 apontam para um aumento médio do PIB de 1,7%. Para 2011, perspectiva-se um novo abrandamento, como consequência da desaceleração do comércio internacional, das medidas de consolidação orçamental impostas nos Estados-membros e da instabilidade registada nos mercados financeiros, sendo que no caso de Portugal e da Grécia, o cenário será, muito provavelmente, de recessão.

**Gráfico 2.19: Evolução do Indicador de Sentimento Económico – EU e Portugal, 2000-2011**



Fonte: CE, Economic and Financial Affairs, Economic Databases and Indicators.

<sup>15</sup> GEE et al, BMEP, n.º2, GEE, Fevereiro de 2010.

<sup>16</sup> CE, *European Economic Forecast – Autumn 2010* (2010).

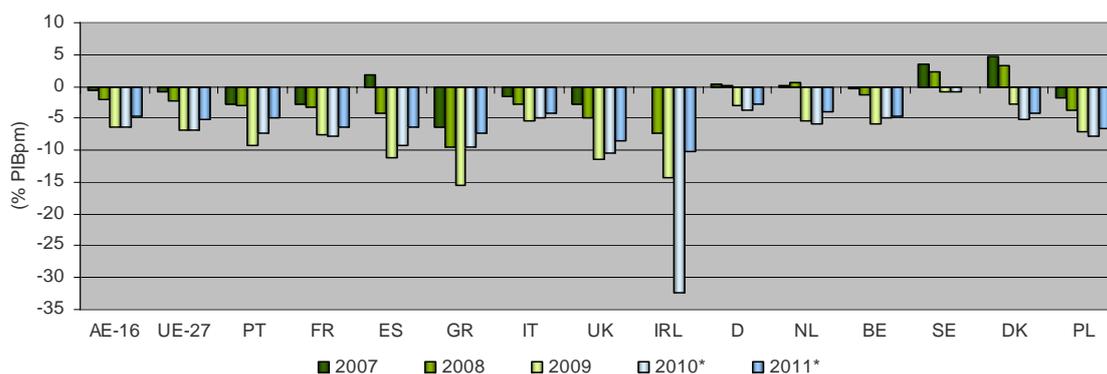
<sup>17</sup> CE, *European Economic Forecast – Autumn 2010* (2010).

A evolução do Indicador de Sentimento Económico na União Europeia, permite constatar a evidente quebra de confiança dos agentes económicos em 2009 e a recuperação que se tem vindo a verificar a partir daí. De realçar o comportamento do índice em Portugal, que, a partir do último trimestre de 2009, começa a evidenciar um maior pessimismo face ao índice europeu.

Não obstante ter afectado a generalidade dos países, a recessão económica dos últimos anos não se fez sentir da mesma forma em todos eles, variando, designadamente, em função do grau de exposição a produtos financeiros de risco, do nível de consolidação orçamental e dimensão da dívida pública, do grau de abertura ao mercado externo, do tipo de produção, da maior ou menor sobreavaliação do mercado imobiliário, entre outros. Assim sendo, também a recuperação se tem vindo a fazer de forma distinta. Existe, no entanto, para os anos de 2010 e 2011 e para a maior parte dos países da Área do Euro, um denominador comum – a necessidade de **consolidação das contas públicas**.

A redução da receita fiscal originada pela crise e as medidas expansionistas de política económica e monetária que permitiram, em 2008 e 2009, minimizar os seus efeitos, provocaram desequilíbrios, mais ou menos graves, nas contas públicas dos países da Área do Euro, que tem agora que ser corrigidos. O valor médio do défice na Área do Euro, que em 2008 se situava nos 2% do PIB, atingiu os 6,3% em 2009 e os mesmos 6,3% em 2010.

**Gráfico 2.20: Evolução dos Saldos Orçamentais – UE, 2007-2011**



Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2010* (2010).

Notas: \* Previsão. O valor registado para o défice da Irlanda deve-se, em parte, ao resgate do Anglo Irish Bank.

Os resultados do processo de consolidação orçamental, baseado na eliminação das medidas anti-crise e na implementação de fortes medidas contraccionistas, começam a ser visíveis, com a diminuição dos défices em grande parte dos Estados-Membros já em 2010. Em movimento

inverso, a dívida pública deverá continuar a aumentar, atingindo, no ano em análise, os 84,1% do PIB da Área do Euro, 86,5% em 2011 e 87,8% em 2012.

As previsões relativamente ao **consumo público** comprovam a tendência, sendo que o mesmo que tinha vindo a crescer pelo menos desde 2006, deverá registar um abrandamento em 2010, e uma diminuição em 2011.

**Tabela 2.28: Principais Indicadores Económicos – Área do Euro, 2006-2011**

| Indicadores Económicos          | 2006 | 2007 | 2008 | 2009  | (Crescimento real em %) |      |      |
|---------------------------------|------|------|------|-------|-------------------------|------|------|
|                                 |      |      |      |       | Previsões               |      |      |
|                                 |      |      |      |       | 2010                    | 2011 | 2012 |
| PIB                             | 3,0  | 2,9  | 0,4  | -4,1  | 1,7                     | 1,5  | 1,8  |
| Consumo Privado                 | 2,1  | 1,7  | 0,4  | -1,1  | 0,6                     | 0,9  | 1,4  |
| Consumo Público                 | 2,1  | 2,3  | 2,4  | 2,4   | 1,0                     | -0,1 | 0,2  |
| FBCF                            | 5,4  | 4,7  | -0,8 | -11,4 | -0,8                    | 2,2  | 3,6  |
| Exportação de bens e serviços   | 8,6  | 6,3  | 1,0  | -13,2 | 10,7                    | 6,1  | 6,3  |
| Importações de Bens e Serviços  | 8,5  | 5,8  | 0,8  | -12,0 | 8,7                     | 5,1  | 5,9  |
| Procura Final                   | 4,6  | 3,7  | 0,6  | -6,5  | 3,5                     | 2,5  | 3,0  |
| Emprego                         | 1,5  | 1,7  | 0,6  | -2,0  | -0,7                    | 0,3  | 0,6  |
| Taxa de Desemprego              | 8,4  | 7,5  | 7,5  | 9,5   | 10,1                    | 10   | 9,6  |
| Produtividade (PIB/Emprego)     | 1,6  | 1,2  | -0,1 | -2,1  | 2,5                     | 1,1  | 1,2  |
| Custo Unitário Real do Trabalho | -0,9 | -0,9 | 1,4  | 3,0   | -1,1                    | -0,8 | -0,6 |
| Deflactor do PIB                | 1,9  | 2,4  | 2,0  | 1,0   | 0,5                     | 1,5  | 1,5  |
| Deflactor do Consumo Privado    | 2,2  | 2,3  | 2,7  | -0,2  | 1,7                     | 1,7  | 1,6  |
| Taxa de Juro de curto prazo     | 3,1  | 4,3  | 4,6  | 1,2   | 0,8                     |      |      |
| Dívida Bruta SPA (%PIB)         | 68,4 | 66,0 | 69,7 | 79,1  | 84,1                    | 86,5 | 87,8 |
| Saldo Global SPA (%PIB)         | -1,4 | -0,6 | -2,0 | -6,3  | -6,3                    | -4,6 | -3,9 |

Legenda: PIB – Produto Interno Bruto; FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; SPA – Sector Público Administrativo.

Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2010* (2010).

Aumentos de impostos, diminuição de prestações sociais, cortes nos custos com a função pública, diminuição dos gastos públicos, são políticas fortemente inibidoras da actividade económica e que reduzem o rendimento disponível das famílias. Neste sentido, o **consumo privado** deverá continuar a ressentir-se, apresentando em 2010 e 2011 taxas de crescimento pouco significativas.

Relativamente ao investimento, as previsões apontam para nova quebra em 2010, de 0,8%, devendo a **FBCF** começar a crescer apenas em 2011, embora a um ritmo muito inferior ao verificado antes da crise.

Quanto ao **mercado de trabalho**, deverá registar-se, ainda, em 2010, um decréscimo do emprego e um aumento da taxa de desemprego, que se prevê que atinja, nesse ano, os 10,1% na Área do Euro. A introdução de medidas contraccionistas contribuiu também para agravar esta tendência, dados os seus efeitos depressivos sobre a actividade económica. Ainda assim, refira-se o conseqüente crescimento do indicador da produtividade aparente do trabalho, que a par da diminuição dos custos unitários reais do trabalho, pode indiciar alguma melhoria da competitividade da Área do Euro.

| 74

Para 2011 e 2012, prevê-se uma ligeira redução do desemprego. Com vista a minimizar este problema, com graves impactes sociais, tem vindo a ser tomadas e existem várias orientações nesse sentido, em diferentes Estados-Membros, medidas para flexibilizar o funcionamento do mercado de trabalho. A este nível, refira-se ainda a existência de algumas reestruturações entre sectores, nomeadamente na função pública.

No que concerne a ganhos de competitividade, é de assinalar a **depreciação do euro** face ao dólar verificada em 2010, em particular no segundo trimestre do ano.

Apesar de ser evidente a trajectória de recuperação, o **nível de incerteza permanece elevado** e disso é exemplo a instabilidade financeira registada nos mercados durante o mês de Maio de 2010, com a crise da dívida da Grécia e os possíveis impactes do alastramento sobre outros parceiros europeus e sobre a própria estabilidade da moeda única (os dados da economia grega de 2009, apontam para um défice e para uma dívida pública de 14,2% e 127% do PIB, respectivamente)<sup>18</sup>. Este problema veio evidenciar a fragilidade da União Europeia neste domínio, na medida em que não existiam mecanismos a nível europeu que dessem resposta a esta situação. A solução passou por negociar, com a Grécia, um acordo de ajuda financeira, para o qual contribuíram os Estados-membros, o BCE e o FMI.

Face à necessidade de evitar problemas semelhantes, bem como de proteger a moeda única e garantir a estabilidade da área do euro, a União Europeia criou, então, dois instrumentos:

- o **Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF)**<sup>19</sup>, que visa dar uma resposta coordenada, rápida e eficaz, sob a forma de empréstimo ou linha de crédito, a qualquer um dos Estados-Membros “afectado ou seriamente ameaçado por perturbações severas de natureza económica ou financeira causadas por ocorrências excepcionais que não possa controlar”, com um montante disponível de 60 mil milhões de euros;

---

<sup>18</sup> CE, *European Economic Forecast - Autumn 2010* (2010): 89.

<sup>19</sup> Criado pelo Regulamento (UE) n.º 407/2010 do Conselho, de 11 de Maio de 2010

- o **Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF)**, um mecanismo temporário (até ao momento) ao dispor dos 16 países da Área do Euro, que poderá, se necessário, emitir títulos nos mercados aumentando os recursos disponíveis para financiar os Estados-Membros em dificuldades, dispondo de um montante inicial global de 440 mil milhões de euros, sob a forma de garantias dos Estados-Membros.<sup>20</sup>

A estes 500 mil milhões de euros, somam-se mais 250 mil milhões de euros provenientes do FMI, o que perfaz um montante total de 750 mil milhões de euros. Este apoio conjunto da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional pode revestir a forma de empréstimo ou linha de crédito e pressupõe a apresentação de um programa de ajustamento económico e financeiro, por parte do país em dificuldade. O primeiro país a recorrer ao MEEF e ao FEEF, foi a Irlanda, no final do mês de Novembro de 2010.

No sector bancário, onde a crise despoletou efectivamente<sup>21</sup>, verificou-se, por parte da Comissão Europeia, em 2010, a preocupação em defender a sua credibilidade, tendo-se, para tal, realizado testes de *stress* aos vários bancos europeus, que vieram comprovar, apesar de subsistirem algumas situações de vulnerabilidade, a resistência das principais instituições bancárias europeias (incluindo dos principais bancos que operam em Portugal). Em Novembro de 2010, foi criada uma nova estrutura de supervisão financeira a nível europeu, com vista a monitorizar as actividades e os produtos das diferentes empresas financeiras, controlando o aparecimento de produtos de risco elevado ou outras ameaças à estabilidade financeira.

As **taxas de juro** de referência mantiveram-se em níveis historicamente baixos, subindo ligeiramente ao longo do ano. Para 2011, perspectivam-se novas subidas, nomeadamente para controlar o aumento dos preços.

As baixas taxas de crescimento verificadas na Europa, nomeadamente em relação às registadas nos EUA, revelam a existência de problemas estruturais, cuja resolução está dependente de políticas a médio e longo prazo, aceites e implementadas com veemência por todos os Estados-membros.

Assim sendo, a fim de acelerar o processo de recuperação e dinamizar a economia europeia, a Comissão Europeia definiu, em Maio de 2010, a **Estratégia Europa 2020**, que estabelece 5 grandes objectivos, a atingir em 2020, nas áreas do Emprego, Investigação e Inovação, Alterações Climáticas e Energia, Educação e Luta contra a Pobreza. Trata-se de um conjunto de políticas com vista a dar resposta aos desafios futuros do envelhecimento da população e a tornar a Europa num espaço mais competitivo, coeso e ambientalmente sustentável (ver caixa).

---

<sup>20</sup> ESFS, <http://www.efs.europa.eu>

<sup>21</sup> Com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers a 15 de Setembro de 2008.

## Estratégia Europa 2020

A Comissão Europeia propõe 5 objectivos para atingir em 2020, com vista a "transformar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social" e que deverão ser incorporados pelos diferentes Estados-Membros, como objectivos e políticas nacionais:

- **Emprego:** 75% da população com idade entre 20 e 64 anos deve estar empregada.
- **Investigação e Inovação:** 3% do PIB da UE deve ser investido em I&D.
- **Alterações climáticas e energia:** os objectivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos (Reduzir a emissão de gases com efeito de estufa em 20% face a 1990 ou uma subida para 30% do objectivo para a redução das emissões, se as condições o permitirem; aumentar para 20% a quota das energias renováveis no consumo final de energia e aumentar em 20% a eficiência energética).
- **Educação:** a taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior.
- **Luta contra a pobreza:** 20 milhões de pessoas devem deixar de estar em risco de pobreza.

Para atingir estes objectivos, a Comissão Europeia apresenta sete iniciativas emblemáticas:

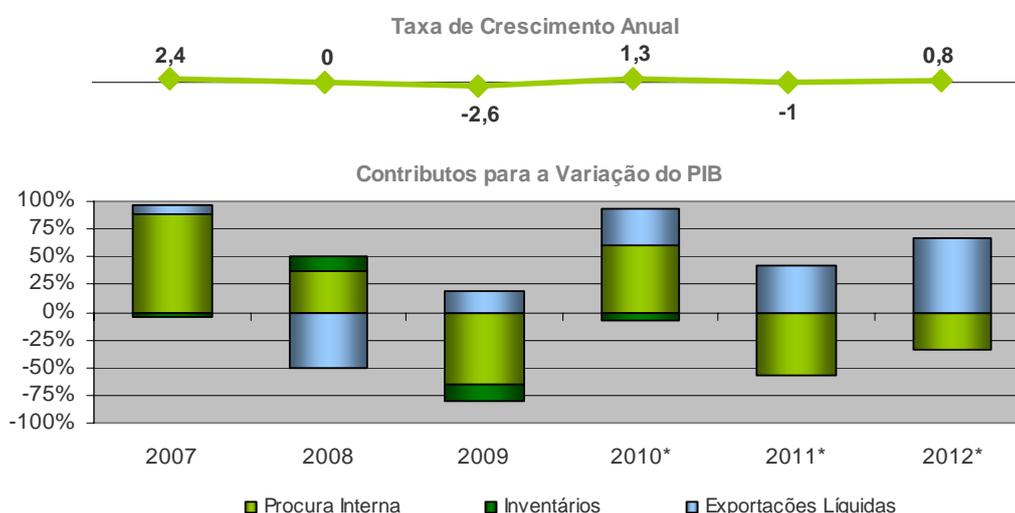
- **“Uma União da inovação”** para melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para assegurar que as ideias inovadoras são transformadas em produtos e serviços que criam crescimento e postos de trabalho.
- **“Juventude em movimento”** para melhorar os resultados dos sistemas de ensino e facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho.
- **“Agenda digital para a Europa”** para acelerar a implantação da Internet de alta velocidade e para que as famílias e as empresas possam tirar partido de um mercado único digital.
- **“Uma Europa eficiente em termos de recursos”** destinada a contribuir para dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos, assegurar a transição para uma economia hipocarbónica, aumentar a utilização das fontes de energia renováveis, modernizar o nosso sector dos transportes e promover a eficiência energética.
- **“Uma política industrial para a era de globalização”** para melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME, e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial forte e sustentável, susceptível de enfrentar a concorrência mundial.
- **“Agenda para novas qualificações e novos empregos”** para modernizar os mercados de trabalho e capacitar as pessoas desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra, nomeadamente através de uma maior mobilidade dos trabalhadores.
- **“Plataforma europeia contra a pobreza”** para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar activamente na sociedade.

CE, Comunicação da Comissão Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, COM (2010) 2020 final, Março de 2010.

## Economia Portuguesa

Em Portugal, após um ano de recessão, em que o PIB decresceu 2,5%, 2010 terminou com uma **taxa de crescimento modesta**, mas positiva de 1,4%. Para este desempenho contribuíram não só as medidas expansionistas anti-crise, elaboradas no quadro do Plano Europeu de Recuperação Económica, lançado no final de 2008, mas também a boa evolução das exportações, estimulada pela dinâmica dos mercados internacionais, e da procura interna (principalmente da componente de consumo privado), em particular no primeiro semestre do ano.

Gráfico 2.21: Contributos para o Crescimento do PIB – Portugal, 2007-2012



Nota:\* Previsão. Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2010* (2010).

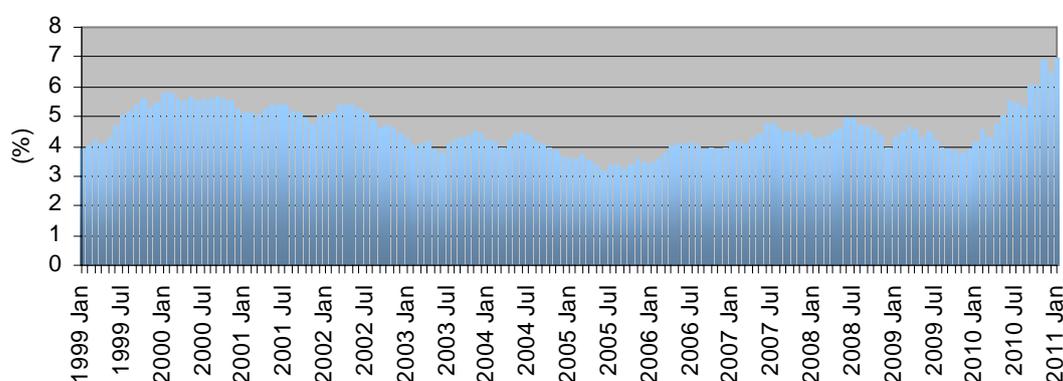
Não obstante, tal como na maior parte dos seus parceiros comunitários, a introdução das referidas medidas anti-crise e a consequente interrupção do processo de consolidação orçamental em curso até 2007, a par do aumento da pressão do desemprego sobre as contas da Segurança Social, provocaram uma evidente **deterioração das contas públicas** nacionais – o saldo orçamental que em 2008 era inferior a 3%, subiu para os 9,3% em 2009, reduzindo-se para os 7,3% no ano em análise. Neste contexto, o abandono das medidas expansionistas e a introdução de fortes **medidas de consolidação orçamental** (cf. tabela), com especial impacte no segundo semestre do ano, foram dois aspectos que marcaram a evolução económica em 2010.

As primeiras medidas foram anunciadas em Março, na sequência da apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento. No entanto, em Maio de 2010, a crise grega fez

questionar os investidores sobre a sustentabilidade da dívida de outros Estados-Membros, entre os quais Portugal, o que levou à apresentação de novo pacote de medidas contraccionistas, por parte do Governo. Destas, tem particular destaque o aumento das taxas de IVA, com efeito a partir de Julho.

Ainda assim, estas medidas não foram suficientes para acalmar os mercados, tendo-se verificado, durante o ano de 2010, uma subida acentuada das **taxas de juro da dívida soberana** (a taxa de juro para das Obrigações do Tesouro a 10 anos que, no final de 2009 se encontrava abaixo dos 4%, já estava próxima dos 7% no final de 2010), com as necessárias consequências sobre o montante de juros a pagar pela República Portuguesa.

**Gráfico 2.22: Evolução da Taxa de Rendibilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos – Portugal, 1999-2011**



Notas: Médias mensais de valores diários. Fonte: Banco de Portugal, *Boletim Estatístico - Estatísticas Monetárias e Financeiras (Cap. A21 Taxas de Juro)*, Fevereiro de 2011.

Estando presente um possível recurso ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira e a entrada do FMI no país, o Governo português apresentou, em Setembro, novo conjunto de medidas, severas e com forte impacte económico e social, a maioria das quais com reflexo no Orçamento de Estado para 2011. Destas, são de destacar a redução de vencimentos dos funcionários públicos, a redução de prestações familiares e o aumento da taxa geral do IVA.

No seu conjunto, as medidas fortemente contraccionistas e inibidoras da procura interna apresentadas em 2010 (cf. Tabela), a par do expectável aumento da taxa de desemprego, deverão anular a taxa de crescimento tímida do Produto verificada durante o ano, prevendo-se que o País entre novamente em recessão em 2011 (previsões: CE: -1%<sup>22</sup> e Banco de Portugal: -1,4%<sup>23</sup>).

<sup>22</sup> CE, *European Economic Forecast - Autumn 2010* (2010).

<sup>23</sup> Banco de Portugal, *Boletim Económico – Primavera 2011* (2011)

**Tabela 2.29: Principais Medidas de Consolidação Orçamental anunciadas em 2010**

| Programa de Estabilidade e Crescimento<br>2010-2013<br>Apresentado em Março   | Medidas anunciadas em Maio<br>(Lei 12-A/2010, de 30 de Junho)  | Medidas anunciadas em Setembro<br>(com reflexo no OE 2011 <sup>24</sup> )   |
|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Maior controlo das admissões na função pública, contenção salarial, revisão de carreiras e corpos especiais;</li> <li>■ Definição de tectos para prestações sociais; generalização da “condição de recursos”; convergência do regime de pensões dos funcionários públicos com o regime geral da Segurança Social; alteração do subsídio de desemprego;</li> <li>■ Racionalização e controlo da despesa em Saúde;</li> <li>■ Redução das despesas de consumo intermédio, definição de tecto máximo para outsourcing (estudos, pareceres, projectos e consultoria); promoção da gestão partilhada de recursos; introdução de melhorias de gestão na Educação e Justiça;</li> <li>■ Adiamento das linhas de alta velocidade Lisboa-Porto e Porto-Vigo e não assunção de novos compromissos com concessões rodoviárias;</li> <li>■ Adopção da regra do endividamento líquido nulo para Administração Local e Regional;</li> <li>■ Limitação do endividamento das empresas públicas; revisão de encargos com sistemas de pensões e planos de saúde; alinhamento do SEE com as medidas de contenção da AP; reestruturação e reorganização interna das empresas;</li> <li>■ Tributação de mais-valias mobiliárias à taxa de 20%;</li> <li>■ Implementação de limites para deduções e benefícios fiscais e redução das deduções para pensões acima dos €22.500;</li> <li>■ Introdução de portagens em auto-estradas Sem Custos para o Utilizador (SCUT);</li> <li>■ Criação de novo escalão de IRS (45% para rendimentos acima dos €150.000);</li> <li>■ Privatizações no SEE (encaixe estimado de €6 mil milhões).</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Antecipação para 2010 de medidas previstas no PEC para 2011, como a prova de condição de recursos; alterações ao subsídio de desemprego; tributação das mais-valias; criação de um escalão de 45% de IRS; introdução de portagens;</li> <li>■ Eliminação das medidas anti-crise;</li> <li>■ Redução das transferências para o SEE e para a administração local e regional;</li> <li>■ Congelamento de admissões no sector público e controlo de recrutamentos na administração regional e local;</li> <li>■ Redução de 5% do vencimento de titulares de cargos políticos e nas remunerações dos gestores públicos e equiparados;</li> <li>■ Limitação da capacidade das autarquias locais de contracção de novos empréstimos;</li> <li>■ Redução geral de despesas na Administração Central (comunicações, representação, limites de despesa aos Fundos e Serviços Autónomos, cativação de suplementos remuneratórios não obrigatórios, congelamento de admissão de pessoal);</li> <li>■ Aumento de 1 p.p. a todas as taxas de IVA;</li> <li>■ Introdução de uma taxa de 2,5% sobre lucros tributáveis das empresas acima dos €2 milhões;</li> <li>■ Adicional de 1% até ao 3.º escalão de IRS e de 1,5% a partir do 4.º escalão. Adicional de 1,5% nas taxas liberatórias aplicáveis.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Redução de 5% do total das remunerações ilíquidas dos funcionários públicos; redução das ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções; congelamento de admissões, promoções e progressões e redução de contratados;</li> <li>■ Congelamento de pensões;</li> <li>■ Redução de prestações familiares (abonos de família, subsídio de desemprego e rendimento social de inserção);</li> <li>■ Redução de despesas com a Saúde e dos encargos da ADSE;</li> <li>■ Redução das despesas de funcionamento, em particular dos gabinetes ministeriais, serviços centrais e regionais;</li> <li>■ Redução das transferências para o Ensino e Subsectores da Administração: autarquias locais, regiões autónomas, serviços e fundos autónomos;</li> <li>■ Redução das despesas do PIDDAC);</li> <li>■ Redução em 20% das despesas com a frota automóvel;</li> <li>■ Redução em 15% dos custos operacionais do SEE;</li> <li>■ Extinção ou fusão de organismos e reorganização e racionalização do SEE;</li> <li>■ Redução de deduções e benefícios fiscais (pessoas e empresas);</li> <li>■ Aumento em 2 p.p. da taxa normal de IVA – de 21 para 23%;</li> <li>■ Aumento em 1 p.p. das contribuições dos funcionários públicos para a Caixa Geral de Aposentações,</li> <li>■ Revisão e actualização do sistema de taxas, multas e penalidades;</li> <li>■ Introdução de uma contribuição ao Sistema Financeiro.</li> </ul> |

Legenda: SEE :- Sector Empresarial do Estado; PIDDAC - Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

Analisando o ano de 2010, considerando os principais agregados macroeconómicos, constata-se, tal como sucedeu a nível internacional, a existência de diferenças entre os dois semestres do ano, o primeiro com um melhor desempenho económico e responsável, em boa parte, pela taxa de crescimento do produto verificada em 2010 e o segundo, em que se

<sup>24</sup> Lei 55-A de 2010, de 31 de Dezembro

registou um claro abrandamento da actividade económica, já na sequência das medidas de consolidação orçamental anunciadas em Maio.

Tabela 2.30: Principais Indicadores Económicos – Portugal, 2007-2011

| Indicadores Económicos                       | Peso em 2010 | 2007 | 2008  | 2009  | 2010 | 2010 |      |      |      | Previsões |      |     |
|--|--------------|------|-------|-------|------|------|------|------|------|-----------|------|-----|
|  |              |      |       |       |      | 1T   | 2T   | 3T   | 4T   | 2011      | 2012 |     |
| PIB pb                                       | 100,0        | 2,4  | 0,0   | -2,5  | 1,4  | 1,7  | 1,3  | 1,4  | 1,2  | -1,4      | 0,3  | VHR |
| Consumo Privado                              | 66,6         | 2,5  | 1,8   | -1,0  | 2,0  | 2,7  | 2,8  | 1,6  | 0,9  | -1,9      | -1,0 | VHR |
| Consumo Público                              | 21,3         | 0,5  | 1,1   | 3,4   | 3,2  | 1,6  | 6,4  | 0,1  | 4,6  | -6,6      | -1,0 | VHR |
| FBCF   | 19,5         | 2,6  | -1,8  | -11,6 | -4,8 | -3,0 | -5,1 | -6,9 | -4,4 | -5,6      | -1,3 | VHR |
| Exportação de bens e serviços                | 28,0         | 7,6  | -0,3  | -11,6 | 8,7  | 8,8  | 9,2  | 8,6  | 8,1  | 6,0       | 6,5  | VHR |
| Importações de Bens e Serviços               | 35,6         | 5,5  | 2,8   | -10,6 | 5,3  | 5,6  | 9,9  | 1,6  | 4,5  | -1,6      | 2,0  | VHR |
| Procura Interna                              | 107,6        | 2,0  | 1,2   | -2,9  | 0,8  | 1,2  | 2,2  | -0,5 | 0,5  | -3,6      | -1,0 | VHR |
| IHPC   |              | 2,4  | 2,7   | -0,9  | 1,4  | 0,3  | 1    | 2    | 2,3  | 3,6       | 2,0  |     |
| Taxa de Juro de curto prazo                  |              | 4,3  | 4,6   | 1,2   | 0,8  |      |      |      |      | 1,5       | 2,3  |     |
| Investimento Directo do Exterior em Portugal |              | 1,3  | 1,9   | 1,2   | 0,6  |      |      |      |      |           |      | VH  |
| Investimento Directo de Portugal no Exterior |              | 2,4  | 1,1   | 0,3   | -3,8 |      |      |      |      |           |      | VH  |
| Balança de Bens e Serviços (% PIB)           |              | -7,5 | -9,5  | -7,0  | -6,5 | -7,3 | -8,2 | -3,3 | -7,2 | -5,5      | -3,7 | VH  |
| Balança Corrente e de Capital (% PIB)        |              | -8,9 | -11,1 | -10,1 | -8,7 | -9,1 | -    | 12,6 | -5,2 | -8,3      | -8,9 | VH  |
| Emprego                                      |              | 0,2  | 0,5   | -2,8  | -1,5 | -1,8 | -1,7 | -1,1 | -1,5 |           |      | VH  |
| Taxa de Desemprego                           |              | 8,0  | 7,6   | 9,5   | 10,8 | 10,6 | 10,6 | 10,9 | 11,1 |           |      | VH  |
| Produtividade Aparente do Trabalho           |              | 2,5  | 0,0   | 0,4   | 2,8  | 3,8  | 3,2  | 2,2  | 2,2  |           |      | VH  |
| Custo Unitário Real do Trabalho              | *            | -1,6 | 1,1   | 3,3   | -1,2 |      |      |      |      | -2,3      | -1,4 |     |
| Dívida Bruta SPA (%PIB)                      | *            | 62,7 | 65,3  | 76,1  | 82,8 |      |      |      |      | 88,8      | 92,4 | VH  |
| Saldo Global SPA (%PIB)                      | *            | -2,8 | -2,9  | -9,3  | -7,3 |      |      |      |      | -4,9      | -5,1 | VH  |

Legenda: PIBpb – Produto Interno Bruto a preços base (ano 2000); FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumo; SPA – Sector Público Administrativo; VHR – Variação Homóloga Real, VH – Variação Homóloga; T – Trimestre. Fonte: INE; GEE, *Indicadores de Actividade Económica* (2011); Previsões: Banco de Portugal, *Boletim Económico da Primavera 2011* (2011); \*CE, *European Economic Forecast - Autumn 2010* (2010).

Na evolução do **consumo privado**, em 2010, foram determinantes os efeitos de antecipação dos aumentos da taxa de IVA, que tiveram lugar no 2.º semestre do ano e no início de 2011, bem como o fim dos incentivos fiscais ao abate a veículos em fim de vida, que contribuíram para o aumento da aquisição de automóveis (crescimento de 38,8% das vendas de ligeiros em 2010) e de outros bens duradouros. Registou-se também um crescimento na componente de bens não duradouros. Nota-se, ainda assim, uma tendência de contracção do consumo ao longo dos trimestres, à medida que são introduzidas as medidas de consolidação orçamental e que vão baixando as expectativas dos agentes económicos.

O **consumo público** cresceu a uma taxa ligeiramente inferior à registada em 2009, como resposta às primeiras medidas de consolidação orçamental, sendo de referir, no último trimestre do ano a existência de uma componente importante de importações de bens militares. As medidas mais sérias terão efeito a partir de 2011, sendo que as previsões apontam para um

decréscimo acentuado desta variável a partir desse ano.

Quanto ao **investimento**, considerando a FBCF, ou seja a aquisição de bens de capital, como máquinas, equipamentos e infra-estruturas, com impacte sobre a capacidade produtiva, verificou-se um decréscimo de 4,8% em 2010, ainda assim, inferior à quebra de 11,6% verificada em 2009. Ao longo da década, a taxa de investimento, que vinha a ser superior à média europeia, tem apresentado uma tendência negativa (em 2000, a FBCF correspondia a 27,7% do PIB, em 2008, 22,2%, descendo abaixo dos 20% nos últimos 2 anos), registando, em 2010, valores próximos da Europa a 27 (20,7% em 2000 e 18,8% em 2010).

Relativamente ao tipo de investimento, em 2010, 95,1% visou a reposição da actividade produtiva (cobrir amortizações) sendo inferior a 5% a percentagem de novo investimento (em 2005, esta foi de 25,8%). A estrutura do tipo de investimento pouco se alterou relativamente aos anos anteriores, com o sector privado a assumir 86,6% do total da FBCF.<sup>25</sup> Com a contracção da procura interna, a incerteza internacional, as restrições ao financiamento das empresas e as perspectivas pouco animadoras de crescimento da economia portuguesa perspectiva-se que esta quebra se agrave nos próximos anos, podendo condicionar, num ciclo vicioso, a capacidade produtiva do país.

Os indicadores sobre **Investimento Directo Estrangeiro** apontam para um desinvestimento por parte dos investidores nacionais no exterior, e para um ligeiro aumento (0,6%) do investimento directo do exterior em Portugal, muito embora o valor registado em 2010, em percentagem do PIB, seja o mais baixo dos últimos 10 anos (0,7%). O maior volume de investimento dirigiu-se a actividades financeiras, seguindo-se actividades imobiliárias e indústria extractiva. No lado oposto, a Construção sofreu o maior desinvestimento, seguida da indústria transformadora.<sup>26</sup>

Quanto ao **comércio externo**, atingido com alguma severidade na sequência da crise económica (as exportações e as importações decresceram a taxas superiores a 10% em 2009), registaram-se, em 2010, taxas positivas, com as exportações a crescerem 8,7% e as importações um pouco menos, na ordem dos 5,3%. Refira-se, ainda, que o índice de novas encomendas na Indústria cresceu 0,2% para o mercado nacional e 19,1% para o mercado externo, o que evidencia a importância do comércio internacional para a recuperação da economia portuguesa

Estes valores traduziram-se numa melhoria, face ao PIB, do défice da **balança de bens e serviços** em 2010, à qual não está alheia a evolução registada em termos de produtividade e de custos do trabalho, mas que, ainda assim, representava 6,5% do PIB no final do ano.

---

<sup>25</sup> GEE, Ficha de Competitividade (2011).

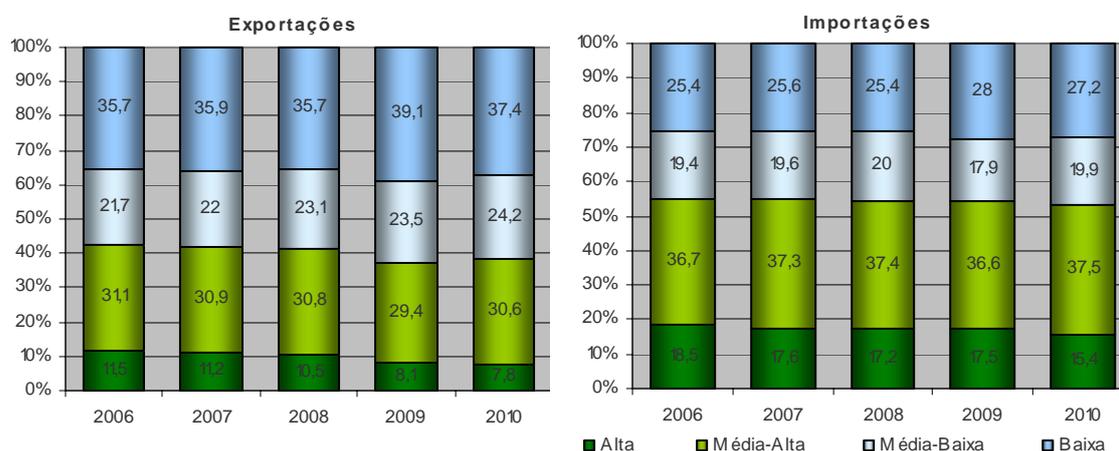
<sup>26</sup> GEE, Ficha de Competitividade (2011).

Relativamente aos mercados, verificou-se, face a 2009, uma maior diversificação dos destinos das mercadorias portuguesas – com as exportações extra-UE a crescerem acima (3 p.p.) das exportações para o mercado comunitário, com destaques para destinos como o México e o Brasil.

Importa também referir um ligeiro aumento do total de exportações de alta e média alta intensidades tecnológicas (+0.9 p.p. que em 2009) e uma evolução no sentido inverso desta componente nas importações. Ainda assim, apesar dessa tendência que se tem vindo a verificar (à excepção do ano de 2009), ao longo da década<sup>27</sup>, mantém-se o perfil do país, exportador de bens com baixo grau de transformação e importação de bens de alto valor acrescentado.

| 82

**Gráfico 2.23: Grau de Intensidade Tecnológica dos Produtos Industriais transformados transaccionados por Portugal no mercado internacional, 2006-2010**



Fonte: GEE et al., *Boletim Mensal da Economia Portuguesa* (2011).

Relativamente aos serviços, verificou-se um aumento das exportações em 2010, com o turismo a representar a maior fatia dos serviços vendidos ao exterior.

De assinalar ainda, o impacte negativo sobre a balança comercial da subida, em 2010, do **preço do petróleo**, em especial no primeiro trimestre do ano. Esta, a par da subida das taxas de IVA conduziram ao aumento da taxa de **inflação**, esperando-se nova subida no início de 2011 na sequência da nova subida do imposto e da instabilidade verificada em algumas economias produtoras de petróleo.

Depois de atingirem níveis historicamente baixos e perspectivando-se o aumento das taxas de referência do Banco Central Europeu como resposta às pressões inflacionistas, verificou-se, em 2010, uma tendência crescente de aumento das **taxas de juro** (quer para habitação, quer

<sup>27</sup> GEE et al., *Boletim Mensal da Economia Portuguesa* (Março 2011): 37.

para empresas). Em relação aos empréstimos bancários, o crédito habitação registou um aumento de 2,5%, o crédito ao consumo, um aumento de 0,5%, tendo os empréstimos às empresas verificado um crescimento nulo. Esta situação no mercado financeiro traduz-se num aumento das dificuldades das empresas na obtenção de crédito, o que representa um claro constrangimento para o Programa, quer condicionando a execução dos projectos aprovados e quer limitando a apresentação de novos projectos.

Quanto ao **subsector Estado**, o défice deverá iniciar uma trajectória decrescente já em 2010, na sequência das medidas de consolidação orçamental implementadas no decorrer do ano. A acumulação dos défices e a falta de confiança dos mercados internacionais, implícita na subida dos juros da dívida, contribuirão, no entanto para o acréscimo da Dívida bruta, que em 2010 ultrapassou 80% do PIB.

No mercado de trabalho, a taxa de **desemprego** que rondava os 8%, em 2008, registou uma subida acentuada na sequência da crise económica, situando-se nos 11,1% no último trimestre de 2010. Das regiões de convergência, é no Norte que este problema assume maior gravidade (12,6%), seguindo-se o Alentejo (11,2%) e o Centro (7, 7%)<sup>28</sup>.

Uma das consequências mais graves deste elevado nível de desemprego consiste na sua transformação em **desemprego estrutural**, sendo que em Portugal, segundo dados da OCDE<sup>29</sup>, existe uma maior propensão para a subida do desemprego nesta componente, pelo seu maior peso no total do desemprego, relativamente a outros países. Os números para 2010 revelam um aumento considerável do número de desempregados há mais de 1 ano (a taxa média de desemprego de longa duração passou dos 3,8% em 2008, para os 4,4% em 2009 e para os 5,9% em 2010), com os consequentes custos em termos de desmotivação e degradação das qualificações do mercado de trabalho.

Paralelamente à subida do desemprego, verificou-se igualmente uma diminuição da participação no mercado de trabalho, comum aos diferentes sectores, mas com maior intensidade na Indústria, Construção, Energia e Água.<sup>30</sup>

---

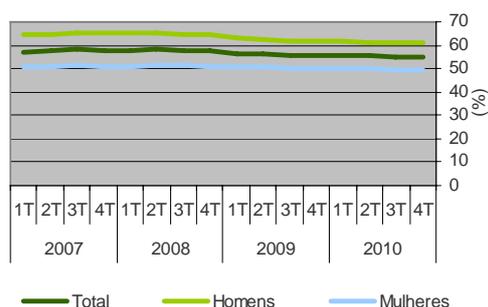
<sup>28</sup> INE, Taxa média de desemprego (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2001) e Grupo etário; Anual - INE, Inquérito ao Emprego

<sup>29</sup> OCDE, *OCDE Economic Surveys – Portugal*, (2010): 35.

<sup>30</sup> GEE et al, *Boletim Mensal da Economia Portuguesa* (Março 2011):19.

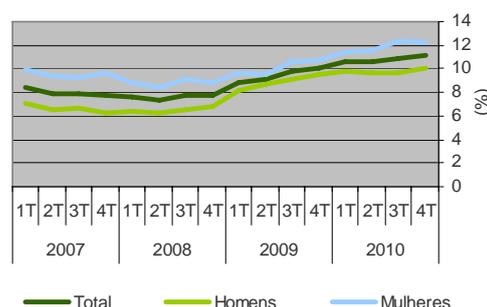
Esta evolução do emprego, a par da redução dos salários nominais na função pública e do respectivo efeito de contágio sobre o sector privado, contribuir para a diminuição dos **custos unitários reais do trabalho**, com uma evolução de -1.2 em 2010, superior à verificada em média na Área do Euro, o que poderá ter algum impacte positivo sobre a competitividade.

Gráfico 2.24: Taxa de Emprego - Portugal, 2007-2010



Fonte: INE, Taxa de emprego por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo, Trimestral - INE, Inquérito ao Emprego.

Gráfico 2.25: Taxa de Desemprego - Portugal, 2007-2010



Fonte: INE, Taxa de desemprego por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Trimestral - INE, Inquérito ao Emprego.

Uma **análise por sector de actividade** permite constatar o aumento do VAB, em 2010, em especial nos primeiros 6 meses do ano, em todos os sectores de actividade, à excepção da Agricultura, Silvicultura e Pescas e do sector da Construção, que ainda se ressentem dos impactes da crise.

Tabela 2.31: Evolução do VAB por Sectores – Portugal, 2007-2010

| Sectores                               | Peso 2010 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009  | 2010 | (variação homóloga real - %) |         |         |         |
|--|-----------|------|------|------|-------|------|------------------------------|---------|---------|---------|
|  |           |      |      |      |       |      | 2010 1T                      | 2010 2T | 2010 3T | 2010 4T |
| VAB pb (a preços de 2000)              | 100       | 1,7  | 2,7  | 0,5  | -2,3  | 1,3  | 1,9                          | 1,4     | 1,1     | 0,7     |
| Agricultura, Silvicultura e Pescas     | 2,3       | 2,4  | -4,6 | 4,7  | 0,9   | -1,4 | -1,2                         | -1,4    | -1,5    | -1,3    |
| Energia, Água e Saneamento             | 4,0       | 11,0 | 1,1  | 0,4  | 1,2   | 4,4  | 6,8                          | 5,2     | 3,9     | 2,0     |
| Indústria                              | 13,1      | 0,9  | 3,0  | -3,4 | -10,7 | 3,0  | 4,6                          | 2,7     | 1,9     | 2,8     |
| Construção                             | 6,5       | -2,6 | 2,0  | -4,0 | -9,2  | -3,9 | -5,0                         | -4,0    | -2,9    | -3,6    |
| Comércio, Restaurantes e Hotéis        | 19,0      | 1,9  | 1,3  | 0,9  | -1,0  | 2,4  | 3,1                          | 2,3     | 2,3     | 2,0     |
| Transportes e Comunicações             | 8,1       | 4,8  | 7,3  | 3,7  | -6,3  | 2,1  | 3,5                          | 2,9     | 1,4     | 0,4     |
| Actividades Financeiras e Imobiliárias | 15,8      | 5,1  | 4,8  | 3,2  | 2,0   | 1,0  | 1,8                          | 0,7     | 1,2     | 0,2     |
| Outros Serviços                        | 31,1      | -0,3 | 2,3  | 0,8  | 0,6   | 0,8  | 1,0                          | 1,4     | 0,8     | 0,2     |

Fonte: GEE, Indicadores de Actividade Económica (2011).

Os indicadores sectoriais ilustram a melhoria da actividade económica verificada em 2010, em particular no primeiro semestre do ano. O **Índice de Produção Industrial** registou uma variação positiva de 1,7%, sendo de assinalar que o mesmo indicador cresceu 3,8% no primeiro trimestre do ano.

Da mesma forma, o Índice de Produção Industrial da Indústria Transformadora apresentou uma evolução favorável, com destaque, por CAE, para o contributo positivo dos “Produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais” (18,1%) e das “Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos” (12,5%) e negativo de “Outros produtos minerais não metálicos” (-1,8) e de “Equipamento eléctrico” (-0,8). Alimentos, têxteis, couros e calçado registaram um índice na ordem dos 2,3%.

O **Índice de Volume de Negócios** da Indústria Transformadora que, em 2009, tinha sofrido uma quebra abrupta de -17,9%, recuperou, em 2010, 9,4%. Relativamente ao comércio a retalho, o indicador que tem vindo a ser negativo desde 2007, mantém a tendência negativa em 2010, com uma variação de -11,3% face ao ano anterior.

Na Indústria, o **Índice do Emprego** tem vindo a diminuir ao longo do ano, mas a um ritmo menos acentuado ao longo dos quatro trimestres.

**Tabela 2.32: Indicadores Sectoriais – Portugal, 2007-2010**

*(variação homóloga - %)*

| Indicadores  | 2007 | 2008  | 2009  | 2010  | 2010  |      |      |       |
|--|------|-------|-------|-------|-------|------|------|-------|
|  |      |       |       |       | 1T    | 2T   | 3T   | 4T    |
| Índice de Produção Industrial - Total                    | 0,6  | -4,4  | -7,0  | 1,7   | 3,8   | 2,5  | -0,3 | 0,8   |
| Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora | 0,1  | -5,5  | -7,2  | 2,2   | 5,9   | 3,0  | -0,2 | 0,4   |
| Índice de Volume de Negócios - Indústria Transformadora  | 5,5  | 0,9   | -17,9 | 9,4   | 10,7  | 10,5 | 7,9  | 8,5   |
| Índice de Volume de Negócios - Serviços                  | 5,2  | 0,1   | -2,8  | 1,4   | 0,7   | 2,1  | 3,6  | -1,6  |
| Volume de Vendas no Comércio a Retalho                   | -7,8 | -21,2 | -30,1 | -11,3 | -16,6 | -9,4 | -3,0 | -16,1 |
| Índice de Emprego na Indústria                           | -1,8 | -1,1  | -5,6  | -2,5  | -4,5  | -2,7 | -1,7 | -0,8  |

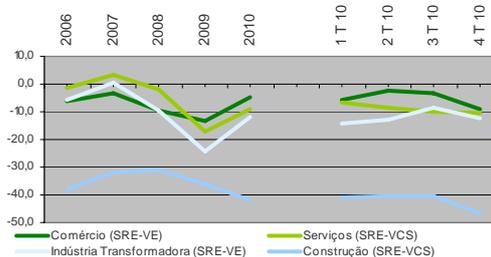
Fonte: GEE, Indicadores de Actividade Económica (2011). Nota: O INE iniciou em 28.05.2010 a publicação dos resultados dos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura às Empresas com base em novas amostras.

Relativamente às expectativas dos empresários, registou-se uma melhoria dos **indicadores de confiança** face a 2009, para os diferentes sectores de actividade. Exceptua-se a construção, cujo indicador de confiança se mantém pessimista e a um nível muito inferior ao registado pelos outros sectores.

Assinala-se, no entanto, a quebra nos índices verificada no último trimestre do ano, antevendo a contracção da procura e a deterioração da situação económica em 2011.

Conforme referido anteriormente, as **previsões para 2011** não são muito animadoras para a economia portuguesa, com os principais indicadores macroeconómicos a registarem desempenhos inferiores aos verificados em média da Área do Euro (gráfico 2.27).

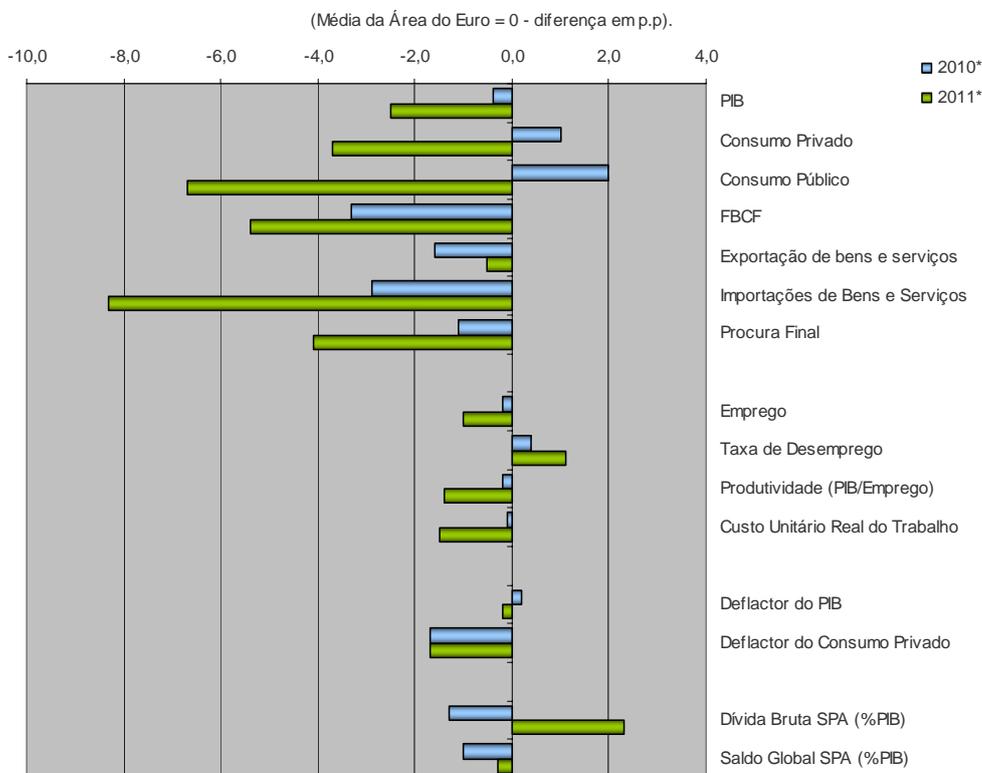
**Gráfico 2.26: Evolução dos Indicadores de Confiança, 2006-2010**



Fonte: GEE, Indicadores de Actividade Económica (2011); INE. Nota: O INE iniciou em 28.05.2010 a publicação dos resultados dos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura às Empresas com base em novas amostras.

Legenda: SRE- Saldo de respostas extremas; VCS - Valor corrigido de sazonalidade; VE – Valor Efectivo.

**Gráfico 2.27: Previsões para 2010 e 2011 - Diferença face à média da Área do Euro**



Fonte: CE, European Economic Forecast - Autumn 2010 (2010). Notas: \* Previsão.

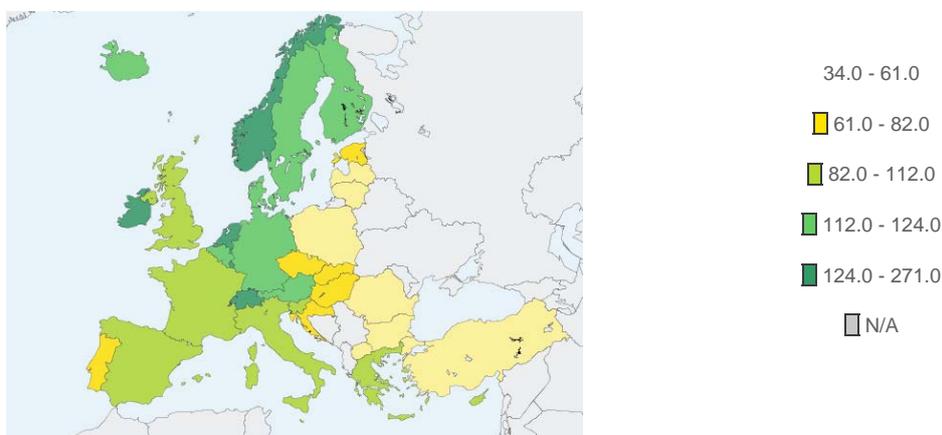
O PIB, que cresceu abaixo da média europeia em 2010 deverá, ao longo de 2011, agravar esta tendência. Os efeitos das medidas contraccionistas sobre a procura são também visíveis no comportamento do consumo (que em 2010 tinha crescido acima da média da área do Euro) e especialmente na componente pública; do investimento e das importações. A dívida pública deverá crescer acima da média da área do euro, graças à acumulação de saldos orçamentais negativos e ao aumento dos juros.

Refira-se ainda que os níveis de incerteza internacional sobre a performance da economia portuguesa se traduzem em expectáveis dificuldades de obtenção de crédito nos mercados financeiros internacionais, com o conseqüente agravar das **restrições ao crédito à disposição das famílias e das empresas**, o que constitui uma limitação ao consumo e ao investimento, com os respectivos efeitos sobre o PIB, representando um claro constrangimento para o COMPETE, interferindo com a capacidade das empresas de executarem os seus investimentos.

Neste contexto nada favorável às empresas e ao investimento, e em que a contracção da procura interna obriga a uma viragem para o exterior, o papel do COMPETE pode ser determinante, ajudando a minimizar alguns constrangimentos (por exemplo ao nível do financiamento), a aproveitar oportunidades (fomentando a cooperação entre empresas e entre as entidades da envolvente) e a contribuir para a internacionalização das empresas e para a exportação de produtos ricos em valor acrescentado.

Refira-se ainda que os projectos apoiados têm inerente a criação de postos de trabalho, em especial na sua componente mais qualificada, o que poderá ter alguns efeitos positivos sobre o desemprego, em especial nas regiões de convergência.

Gráfico 2.28: PIB per capita em PPS – UE, 2009



Fonte: Eurostat, *Country Profiles*, Fevereiro 2011. Notas: Dados para 2008 para MK, HR, TR, BG

Por fim, espera-se que o Programa, em complementaridade com os demais instrumentos do QREN, possa, neste contexto adverso, corrigir alguns problemas estruturais e contribuir para a convergência das diferentes regiões do país e com a Europa, nomeadamente em termos de PIB *per capita*, indicador em que Portugal continua a ter uma performance muito aquém dos seus principais parceiros comunitários (gráfico 2.28).

#### 2.4.2. Regulamentos Publicados em 2010

Com vista a acelerar o investimento empresarial e considerando os eventuais efeitos da crise económica sobre a sua execução, foi criado um **regime transitório**, segundo o qual, os promotores poderiam, a seu pedido, proceder à reformulação dos seus projectos de investimento já aprovados, quer em termos de despesas elegíveis, quer de prazos. Para regulamentar este regime, foram publicados os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 1102/2010, DR 207, I Série de 25/10/2010 - Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico;
- Portaria n.º 1103/2010, DR 207, I Série de 25/10/2010 - Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação;
- Portaria n.º 1101/2010, DR 207, I Série de 25/10/2010 - Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME.

Em Fevereiro, foi publicado o Despacho n.º 2929/2010, que procedeu à **delegação de competências** no gestor do COMPETE, para assegurar o encerramento dos programas PRIME, PEDIP II e da Intervenção Operacional Comércio e Serviços, bem como no âmbito da gestão dos recursos humanos, da gestão orçamental e da realização de despesas.

Igualmente em Fevereiro, foi publicado o Despacho n.º 3006/2010, que nomeia/reconduz no cargo os **secretários técnicos** do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade.

Em 2010, publicou-se ainda a **alteração do regulamento específico do SAFPRI**, procedendo-se à sua adaptação aos regulamentos comunitários entretanto publicados e aperfeiçoando o processo de candidatura e decisão.

Já em Dezembro, foi aprovada a **alteração ao regulamento específico do SAMA**, que introduziu alterações relativamente à apresentação de candidaturas, às condições de admissão e aceitação das operações transversais e das operações globais e às despesas elegíveis.

Refira-se ainda a alteração do Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão, aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, com vista a agilizar os **pagamentos aos beneficiários**. Esta alteração estabelece um prazo máximo de 30 dias úteis para análise dos pedidos de pagamento e emissão das respectivas ordens pelos Organismos Intermédios. Findo este prazo, caso não tenha sido efectuado o pagamento a título de reembolso (por motivos não imputáveis ao promotor), proceder-se-á à emissão de um pedido de pagamento a título de adiantamento.

O Anexo VIII ao presente relatório apresenta a listagem dos diplomas publicados ao longo do ano em análise, no âmbito do Programa, bem como demais legislação complementar.

### 2.4.3. Manuais de Procedimentos

O **Manual de Procedimentos do COMPETE**, como um documento pragmático de carácter instrumental, procura integrar e consubstanciar, na medida do possível, o essencial de outros documentos de natureza e alcance variados (normativos, orientações técnicas e de gestão, guias e referenciais...), muitas vezes elaborados de forma autónoma para responder com oportunidade a necessidades de informação específicas e contextualizadas, mas que acabam por concorrer para a prossecução do mesmo objectivo: assegurar uma gestão eficaz dos fundos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira e de acordo com as disposições regulamentares.

Este Manual é um documento de referência para todos os intervenientes na gestão do Programa, sendo de aplicação geral a todos os domínios de intervenção.

Uma vez que os Sistemas de Incentivos ao Investimento nas Empresas, que assumem uma relevância significativa no domínio da prioridade “Factores de Competitividade”, são executados não só através do respectivo Programa Operacional Temático, mas também pela via dos Programas Operacionais Regionais, foi igualmente criado um **Manual de Procedimentos específico para os Sistemas de Incentivos**.

Como documentos dinâmicos que se pretendem, o Manual de Procedimentos do COMPETE foi, no 2.º semestre de 2010, objecto de revisão/actualização, em função das diferentes dinâmicas que naturalmente resultaram das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos às realidades que se foram introduzindo em convergência com as estratégias definidas.

Assim, a terceira versão do **Manual de Procedimentos do COMPETE**, datada de 29 Outubro de 2010, ratificada em reunião da Comissão Directiva de 30 de Novembro de 2010, contemplou as seguintes alterações:

- Actualização com as alterações introduzidas aos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos pelas Portarias n.º 1103/2010 (SI Inovação), n.º 1101/2010 (SI Qualificação PME) e n.º 1102/2010 Regulamento (SI I&DT), todas de 25 de Outubro;
- Actualização do Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução, com as alterações efectuadas no:
  - i) Ponto 7.1 – Análise e Aprovação de Ajustes/Reprogramações Físicas e Financeiras do Projecto;
  - ii) Ponto 7.2 – Verificações de Gestão – Administrativas e no Local, com a incorporação das verificações a efectuar para os projectos do Eixo III – SAFPRI;
  - iii) Ponto 7.3 – Pagamentos a Beneficiários, com as alterações introduzidas pelas seguintes Orientações de Gestão – Normas de Pagamentos:
    - Orientações de Gestão da Rede SI QREN n.º 04.REV2.1/2010 e n.º 05.REV1/2010;
    - Orientação de Gestão do POFC n.º 01.REV1/POFC/2009.
- Actualização do Capítulo 8 – Encerramento de Projectos, com a incorporação do ponto 8.2 – Fluxo de Decisão sobre o Encerramento;
- Actualização dos Capítulos 15 – Informação e Publicidade e 16 – Avaliação.

Quanto ao **Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN**, pese embora em 2010 não tenha sido formalmente actualizado a versão do Manual datada de 23 Junho de 2009 (ratificada em reunião da Comissão Directiva do COMPETE em 6 de Julho de 2009), foram elaboradas duas revisões específicas que contemplaram os seguintes capítulos:

- Revisão n.º 01/2010 de 22 de Março – Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução – Ponto 7.1 - Análise e Aprovação de Ajustes/Reprogramações Físicas e Financeiras do Projecto – Alínea f) Datas de Início e fim da operação;
- Revisão n.º 02/2010 de 6 de Agosto - Capítulo 8 – Encerramento de Projectos, com a incorporação do ponto 8.2 – Fluxo de Decisão sobre o Encerramento.

Estas revisões, enquanto instrumentos autonomizáveis e mais dinâmicos de suporte à actualização dos Manuais, visto permitirem facilitar as actualização/alterações de um capítulo sem prejuízo dos restantes, serão integradas numa próxima versão do Manual que se perspectiva venha a ser disponibilizada apenas em 2011.

#### 2.4.4. Orientações Técnicas e de Gestão

Durante o ano de 2010, foram publicadas as seguintes **Orientações de Gestão (OG)** e **Orientações Técnicas (OT)**, com vista a clarificar alguns aspectos de natureza técnica e de gestão, contribuindo para uma melhor percepção dos instrumentos de apoio:

- **Orientação de Gestão n.º 04.REV1/POFC/2010:** visa operacionalizar a aferição da aplicação do regime de contratação pública às entidades beneficiárias de projectos apoiados, bem como apresentar a metodologia de verificação do cumprimento das disposições referidas após a data de entrada em vigor das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, a adoptar pela Autoridade de Gestão e pelos Organismos Intermédios com funções delegadas no âmbito do COMPETE (revisão da Orientação de Gestão n.º 04/POFC/2008);
- **Orientação de Gestão n.º 07/2010:** define os procedimentos de validação da existência de situação regularizada em matéria de licenciamento no âmbito dos Sistemas de Incentivos;
- **Orientação de Gestão n.º 06/REV1/2010,** altera data estabelecida na OG n.º 06/2010 para solicitação de reformulação de projectos e acesso à Linha de Crédito "QREN-INVESTE (altera a Orientação de Gestão n.º 06/2010);
- **Orientação de Gestão n.º 06/2010,** operacionaliza o mecanismo excepcional de reformulação de projectos e o acesso à Linha de Crédito "QREN-INVESTE";
- **Orientação de Gestão n.º 05.REV.1/2010** estabelece a norma de pagamentos de incentivos às empresas, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação (Altera a OG n.º 05/2008);
- **Orientação de Gestão n.º 04/REV2.1/2010:** altera a norma de pagamentos de incentivos às empresas (excepto Vales I&DT e Inovação), bem como, nos casos específicos previstos nos regulamentos dos sistemas de incentivos, às associações empresariais, às entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) e às entidades públicas (revisão da OG n.º 04.REV2/2010);
- **Orientação de Gestão n.º 04.REV2/2010:** estabelece a norma de pagamentos de incentivos às empresas (excepto Vales I&DT e Inovação), bem como, nos casos específicos previstos nos regulamentos dos sistemas de incentivos, às associações empresariais, às entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) e às entidades públicas (Altera a OG n.º 04.REV.1/2009);

- **Orientação Técnica n.º 1/SAESCTN/2010:** determina a aplicação do Regulamento de Acesso a Financiamento de Projectos de IC&DT/2010 para os concursos do SAESCTN abertos a partir de 2 de Agosto de 2010;
- **Orientação Técnica n.º 16/2011:** harmoniza os conceitos utilizados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), na aferição dos indicadores adoptados nos Sistemas de Incentivos do QREN ao nível dos critérios de selecção e da avaliação de desempenho dos projectos;
- **Orientação Técnica n.º 15/2010:** clarifica o entendimento sobre o indicador "Volume de Negócios Internacional";
- **Orientação Técnica n.º 14/2010:** define os limites à elegibilidade de despesas com promoção e divulgação de resultados para Projectos Mobilizadores considerados âncora no âmbito das EEC;
- **Orientação Técnica n.º 13/2010:** estabelece os limites à elegibilidade de despesas, as condições para a sua aplicação e a metodologia de cálculo das despesas com pessoal técnico do promotor, no âmbito do SI I&DT.

Saliente-se que as Orientações de Gestão e Técnicas referentes aos Sistemas de Incentivos foram elaboradas em articulação com os PO Regionais e aplicadas no âmbito da Rede Sistemas de Incentivos.

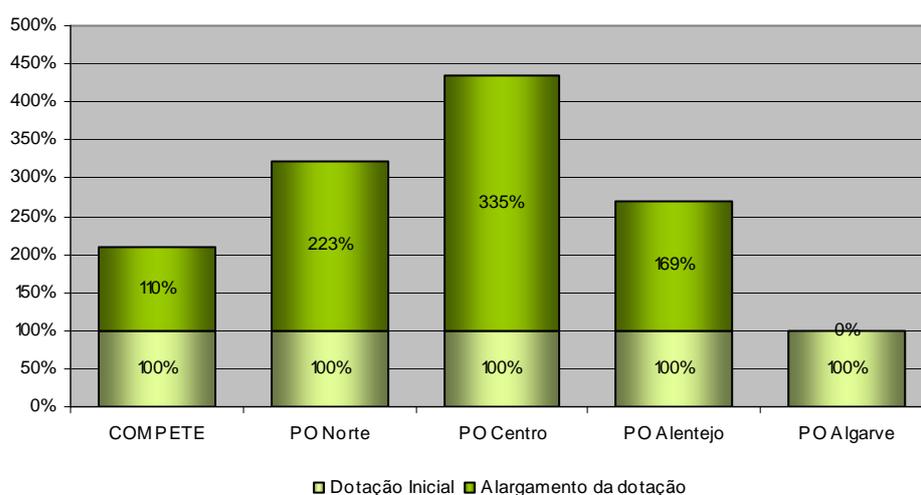
#### 2.4.5. Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas

A apresentação de candidaturas ao COMPETE efectua-se, de forma geral, mediante a publicação de **Avisos para Apresentação de Candidaturas** (AAC). Estes avisos identificam, entre outros, os objectivos, prioridades e tipologias dos projectos a apoiar, a metodologia de apuramento do mérito, o âmbito territorial, o orçamento disponível e a data-limite de comunicação da decisão aos promotores. A visibilidade das regras dos concursos contribui para aumentar o grau de transparência do Programa contribuindo para uma maior eficiência no processo de análise e decisão e conferindo aos agentes económicos alguma previsibilidade e controlo dos resultados da sua candidatura.

O lançamento de AAC nos Sistemas de Incentivos durante o ano de 2010 ficou condicionado pelo resultado da elevada procura registada nos concursos lançados no final do ano de 2009, com final da recepção de candidaturas já no início de 2010. De facto, a procura registada nesses AAC, em especial, pela sua dimensão, no SI Inovação – Inovação Produtiva

ultrapassou largamente a dotação prevista para esses concursos (com excepção do PO Algarve). Neste sentido, a Autoridade de Gestão do COMPETE, em articulação com as restantes Autoridades de Gestão dos PO Regionais do Continente, alargou a respectiva dotação desses concursos. Este alargamento de dotação implicou o adiamento da abertura de novos AAC no primeiro semestre de 2010.

Gráfico 2.29: Incentivo aprovado no AAC 2009\_33 - SI Inovação – Inovação Produtiva, por Programa



Fonte: SI QREN

Assim, durante o ano foram lançados 7 concursos no âmbito dos Sistemas de Incentivos, 8 no SAESCTN, 2 no SAMA (sendo que o último se repartiu em 3 fases) e 1 no SIAC, o que perfaz um total de 18 concursos, envolvendo uma dotação prevista de 462 milhões de euros (cerca de 15% do orçamento do COMPETE).

Em coerência com o princípio da focalização de apoio, registe-se o facto da totalidade dos concursos dos Sistemas de Incentivos lançados preverem uma dotação específica para Estratégias de Eficiência Colectiva, representando perto de  $\frac{3}{4}$  da dotação total dos concursos.

Por outro lado, foi ainda decidido centrar os apoios em empresas exportadoras, de forma a contribuir para esse desígnio nacional. Deste modo, para os três Sistemas de Incentivos, foram introduzidas condições de admissibilidade mais exigentes, a cumprir no ano anterior à da candidatura (no caso de novas empresas, condiciona-se o apoio ao cumprimento das referidas condições no pós-projecto).

Tabela 2.33: Condições extra de admissibilidade para os AAC lançados em 2010

| Tipologia de Projecto                                  | Intensidade Exportadora (IE) | Dinâmica Exportadora (DE) | Impacto do Investimento (II) |
|--|------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| SI Inovação – Inovação Produtiva (Empresas Existentes) | IE >= 20%                    | DE >= 20%                 | II >= 10%                    |
| SI Inovação – Inovação Produtiva (Empresas Novas)      | IE >= 30%                    |                           |                              |
| SI Inovação – Empreend. Qualificado                    | IE >= 20%                    |                           |                              |
| SI I&DT – Proj. Individuais                            | IE >= 15%                    |                           |                              |
| SI PME – Proj. Individuais                             | IE >= 10%                    |                           |                              |

Nota:

IE – Intensidade Exportadora: (Vol. Negócios Internacional) / (Vol. Negócios Total)

DE – Dinâmica Exportadora: (Vol. Neg. Int. Pré-Projecto - Vol. Neg. Int. Pós-Projecto) / (Vol. Neg. Int. Pré-Projecto)

II – Impacto do Investimento: (Despesa Elegível) / (Activo Líquido)

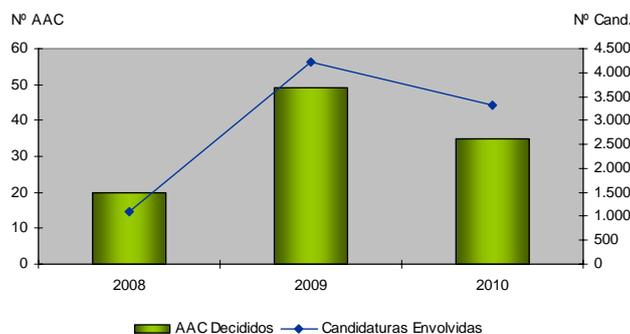
Os sete concursos dos Sistemas de Incentivos que tiveram lugar durante o ano em análise resultaram, conforme procedimento instituído, da articulação entre as várias Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais da Agenda da Competitividade.

No âmbito dos referidos concursos, foram recepcionadas, em 2010, 542 candidaturas, com um investimento próximo dos 600 milhões de euros. Note-se que 4 desses concursos foram lançados apenas em Novembro, encontrando-se, ainda, no final do ano, em fase de recepção de candidaturas (que terminou durante o mês de Janeiro de 2011).

Para além dos Concursos, foi endereçado um Convite, no âmbito do SIAC, à Associação Empresarial de Portugal, com vista à realização de um projecto de promoção do país e da sua afirmação como produtor de bens e serviços com competitividade, inovação e qualidade a nível internacional. O custo máximo total do projecto foi fixado nos 1,5 milhões de euros, sendo a taxa de co-financiamento do COMPETE de 85%.

Em termos de análise dos concursos, em 2010, foram decididos 32 concursos, envolvendo 3.306 candidaturas.

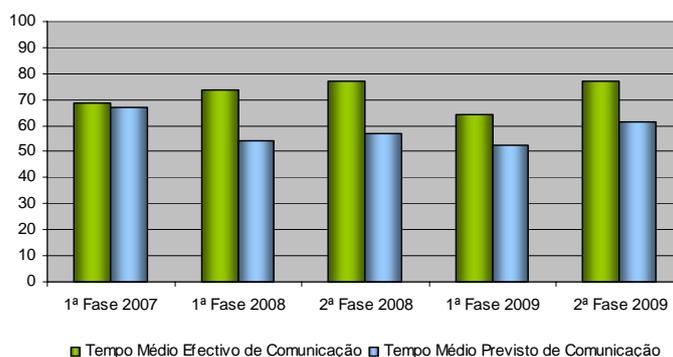
Gráfico 2.30: AAC decididos e respectivas candidaturas analisadas, por ano, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

Em termos de tempos de análise, verifica-se que, desde a data de fecho dos concursos, a comunicação da decisão ao promotor demorou, em média, 71 dias úteis, o que, face à média dos prazos regularmente definidos, corresponde a um desvio médio de 14 dias úteis.

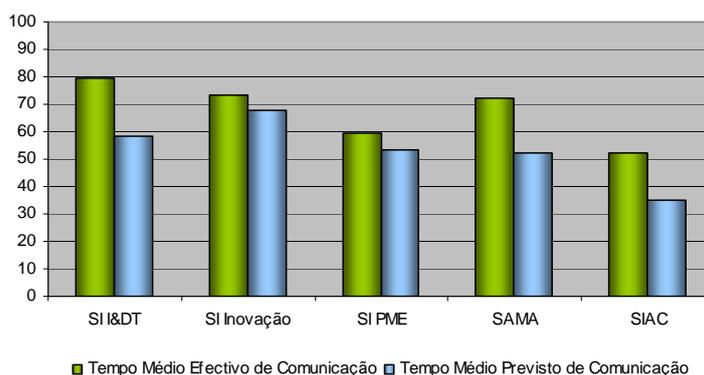
**Gráfico 2.31: Tempos médios de comunicação da decisão ao Promotor, por fase de concurso, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

A análise por instrumento de apoio revela que, no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas, em especial do SI Inovação e do SI PME, se regista um elevado nível de cumprimento dos prazos.

**Gráfico 2.32: Tempos médios de Comunicação da decisão ao Promotor dos projectos COMPETE, por instrumento, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

No Anexo IX ao presente relatório estão disponíveis mais informações sobre os Concursos que tiveram lugar em 2010.

## 2.5 ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEPTÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006

No que respeita à durabilidade das operações, até ao final do ano de 2010, não se registaram quaisquer situações enquadráveis no artigo 57.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

## 2.6 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS OU INICIATIVAS DA UNIÃO

### 2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos financeiros ou Programas

Como foi explicitado no ponto 1.1 – Apresentação do Programa, o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), e dos respectivos Programas Operacionais (PO), definido pelo Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de Abril, estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, monitorização, auditoria e controlo, certificação, acompanhamento e avaliação, nos termos de Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

De seguida, explicitam-se as principais actividades de articulação e complementaridade com as organizações externas.

### **PO Regionais do Continente e Rede Sistemas de Incentivos**

Para os objectivos de natureza estratégica definidos na Agenda da Competitividade concorrem, não só o Programa Operacional Factores de Competitividade, mas também os Programas Operacionais Regionais, sendo que, estes últimos se encontram estruturados tematicamente e por forma a assegurar a prossecução dos referidos objectivos, à escala regional e de acordo com as especificidades e potencialidades de cada região.

De acordo com o modelo de gestão dos sistemas de incentivos no âmbito do QREN, estabelecido através do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, os apoios previstos nos sistemas de incentivos às empresas são decididos a nível nacional ou a nível regional, de acordo com os seguintes critérios:

- Gestão nacional – projectos promovidos por médias e grandes empresas;
- Gestão regional – projectos promovidos por micro e pequenas empresas.

Inserem-se, igualmente, no COMPETE, os projectos com investimento em mais do que uma Região de Convergência.

Assim, tendo em conta o âmbito territorial do COMPETE e dos PO Regionais, bem como o definido nos regulamentos específicos, o enquadramento de um projecto localizado nas regiões de Convergência Norte, Centro ou Alentejo no âmbito do QREN é efectuado conforme se apresenta na Tabela.

**Tabela 2.34: Determinação da Autoridade de Gestão Competente**

| Tipologia de Projecto   | COMPETE  | PO Regional   |
|---|--|---|
| SI I&DT – Proj. de I&DT em Co-Promoção  | Liderados por Médias empresas e empresas não PME;<br>Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência ou com instituições do sistema científico e tecnológico de Lisboa e/ou Algarve | Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência |
| SI I&DT – Projectos Mobilizadores   | Todos os projectos   | -   |
| SI I&DT – Projectos de I&DT Individuais<br>SI I&DT – Núcleos e Centros de I&DT<br>SI I&DT – Projectos Demonstradores<br>SI I&DT – Vale I&DT<br>SI PME – Proj. Individual e em Cooperação<br>SI PME – Vale Inovação<br>SI Inovação - Inovação Produtiva<br>SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado; | Promovido por Médias empresas e empresas não PME;<br>Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência  | Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência |
| SI I&DT – I&DT Colectiva<br>SI PME - Projectos Conjuntos  | Localizado em várias regiões de Convergência   | Localizado em apenas uma região de Convergência   |

Fonte: SI POFC.

Note-se que, por acordo expreso entre as Autoridades de Gestão, poderão verificar-se situações de excepção ao princípio de afectação de micro e pequenas empresas situadas nas regiões de Convergência, podendo os projectos ser afectos, nas situações acordadas, ao PO Temático.

Para assegurar a gestão coordenada, foi criada a **Rede de Sistemas de Incentivos QREN**, constituída pelas Autoridades de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente e pelos Organismos Intermédios. Esta rede, articulada entre si através de diversos mecanismos de partilha de informação e de reuniões regulares, tem como objectivo analisar e decidir sobre os vários aspectos relacionados com a gestão dos Sistemas de Incentivos.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de Outubro é a Comissão Directiva do COMPETE que assegura a gestão coordenada dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial. No âmbito desta competência de coordenação da rede, cabe ao Secretariado Técnico do COMPETE assegurar a assessoria técnica à elaboração das Comissões de Selecção (preparando a informação de suporte relativa a todos os projectos a

apreciar e outros pontos de situação relevantes), bem como o papel de *pivot* na circulação da informação, incluindo convocatórias e actas das referidas reuniões.

Durante o ano em análise, o Secretariado Técnico preparou um conjunto de documentação relevante para a monitorização dos Sistemas de Incentivos, que serviu de base para vários momentos de reflexão em reuniões da Comissão de Selecção.

Transitoriamente, tem sido o COMPETE a centralizar a comunicação ao IFDR dos apoios de *minimis* concedidos no âmbito de todos os Programas Operacionais da Rede Sistemas de Incentivos.

A Autoridade de Gestão tem ainda um papel central na actualização do **Manual de Procedimentos da Rede Sistemas de Incentivos QREN**, tendo em vista a definição dos procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes da Rede, no completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais, no que concerne às diversas funções inerentes à prossecução da estratégia para a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

Tal como anteriormente referido, e pese embora, em 2010, não ter sido formalmente actualizada a versão do Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN datada de 23 Junho de 2009, foram elaboradas duas revisões específicas: Revisão n.º 01/2010 de 22 de Março (Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução – Ponto 7.1 - Análise e Aprovação de Ajustes/Reprogramações Físicas e Financeiras do Projecto – Alínea f) Datas de Início e fim da operação) e Revisão n.º 02/2010 de 6 de Agosto (Capítulo 8 – Encerramento de Projectos, com a incorporação do ponto 8.2 – Fluxo de Decisão sobre o Encerramento).

Assim, no âmbito da Rede Incentivos QREN, em 2010, realizaram-se 12 **reuniões formais da Comissão de Selecção**, envolvendo a análise e debate em torno de mais de 2.800 projectos que foram objecto de apreciação e de temáticas relacionadas com a Rede.

Em termos de **comunicação**, destaca-se a existência do *site* “Incentivos às Empresas”, que uniformiza toda a informação relativa aos Sistemas de Incentivos e que constitui uma porta única de contacto com o público e com os potenciais promotores, independentemente do seu enquadramento nos diferentes PO.

De salientar, ainda, o papel da AG do COMPETE no desenvolvimento do **Sistema de Informação** dos Sistemas de Incentivos QREN (SI QREN), que inclui o COMPETE e os SI dos cinco PO Regionais do Continente.

O SI QREN tem vindo a ser construído para dar resposta às exigências da gestão em rede, acompanhando todo o percurso dos projectos, do *download* do formulário de candidatura, a partir dos *sites* COMPETE e “Incentivos às Empresas”, até à verificação final da execução e possibilitando o acesso em tempo real, pelos diferentes intervenientes, em vários pontos do

país, bem como a articulação automatizada com os Organismos Intermédios e outros Organismos envolvidos na análise dos projectos.

Este modo de funcionamento associado à desmaterialização total dos processos, que passaram a ser exclusivamente electrónicos (formulários de candidatura, ferramentas de análise, ferramentas de pedidos de pagamento, contactos com os promotores, etc.), tem contribuído para a redução dos tempos de análise, com consequente aceleração dos mecanismos de decisão e contratação.

A existência de um sistema único para toda a rede facilita, ainda, a coordenação, gestão e avaliação global da Agenda da Competitividade e a comparação entre os projectos e os resultados dos Programas Operacionais.

## PRODER

A 2 de Outubro de 2008, foi assinado o Protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do QREN, no domínio da Agenda Factores de Competitividade, com vista a regular, de forma específica, a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER, no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN.

Desta forma, foram definidas as fronteiras entre os tipos de investimentos financiados por cada um dos Fundos, designadamente, no que se refere a actividades das CAE do sector agrícola e intervenções relativas ao Turismo em Espaço Rural e ao Turismo de Natureza.

Conforme referido no ponto 2.3.2, uma das medidas previstas para dinamizar a execução no âmbito dos Sistemas de Incentivos QREN passa pela criação de um balcão único (preferencialmente através de um portal) para recepção de candidaturas agro-industriais e florestais enquadráveis no âmbito do FEDER ou do PRODER. Já foi criado um grupo de trabalho específico para implementar esta medida, sendo expectável a sua operacionalização durante o ano de 2011.

Em 2010, realizaram-se várias reuniões entre as Autoridades de Gestão dos Sistemas de Incentivos e o PRODER, com vista à revisão daquele instrumento de regulação dos apoios ao sector agrícola e em espaço rural, esperando-se que a nova versão do protocolo venha a ser assinada em 2011.

## PO Potencial Humano

Em consonância com os princípios estabelecidos no QREN e das opções assumidas em termos de coerência operacional, os PO que corporizam a Agenda Temática Factores de Competitividade (COMPETE e POR do Continente) e a Agenda Temática Potencial Humano (POPH) integram, nos respectivos textos dos Programas, um conjunto de linhas de natureza geral e específica, que não só delimitam o âmbito e a natureza da intervenção de cada um, como também prevêm a instituição de mecanismos de articulação regular entre as respectivas Autoridades de Gestão, designadamente ao nível da troca de informação relevante e à racionalização dos processos de análise, acompanhamento e decisão dos projectos com desígnios comuns entre as duas Agendas.

No caso concreto do COMPETE e do PO Potencial Humano (POPH), embora os respectivos objectivos nucleares correspondam, no geral, a domínios de intervenção perfeitamente exclusivos (os primeiros centrados no apoio à melhoria da competitividade empresarial e os segundos vocacionados para o apoio à qualificação da população portuguesa), os dois Programas acabam por integrar medidas que, de forma directa ou indirecta, concorrem para a prossecução de objectivos comuns.

Assim, com vista a regular a articulação das respectivas intervenções foi assinado, a 27 de Fevereiro de 2009, um **protocolo de articulação** específico entre o COMPETE e o POPH. Nesse protocolo estabelecem-se, no Anexo I, os domínios de articulação e complementaridade ao nível da intervenção de cada PO, tal como apresentados na tabela seguinte:

**Tabela 2.35: Domínios de Clarificação e Articulação**

| ARTICULAÇÃO                                   |  |  |
|---|--|--|
| Tipologia de Intervenção                      | PO PH  | COMPETE  |
| Formação Inovação e Gestão                    | Formação contínua dos activos  | Formação inserida em projectos empresariais (projectos de investimento FEDER)  |
| Formação-Acção                                | Vertente maioritariamente formação   | -  |
| Inserção de Trabalhadores                     | Emprego científico   | Emprego inserido em estratégias empresariais (projectos de investimento FEDER) |
| Empreendedorismo                              | Empreendedorismo de necessidade  | Empreendedorismo qualificado de natureza competitiva                           |
| Formação Administração Pública                | Dimensão Formação Profissional   | Formação incluída em projectos integrados (projectos de Investimento FEDER)    |
| COMPLEMENTARIDADE                             |  |  |
| Tipologia de Intervenção                      | PO PH  |  |
| Estratégias de Eficiência Colectiva (COMPETE) | Desenvolvimento de cursos de especialização tecnológica e oferta de formação de dupla certificação |  |
|   | Reconhecimento, validação e certificação de competências   |  |
|   | Formação-acção, formação para a inovação e gestão  |  |
|   | Formação avançada, inserção de mestres e doutores nas empresas                                     |  |

Fonte: Protocolo COMPETE/POPH (Anexo I)

Nos termos do Protocolo, as Autoridades de Gestão outorgantes poderão:

- Trocar informações no que respeita a:
  - a) Avisos de Abertura de períodos de candidaturas ou concursos, designadamente no que respeita a tipologias de projectos e tipologias de beneficiários;
  - b) Candidaturas propostas para aprovação;
  - c) Decisões de aprovação, incluindo os montantes de investimento e de incentivos a conceder (após a comunicação da decisão aos respectivos beneficiários);
  - d) Resultados de acções de controlo interno, caso integrem conclusões que indiquem potenciais sobreposições de despesa e/ou projectos;
  - e) Outras informações que vierem a ser consideradas como relevantes para os propósitos estabelecidos, designadamente em termos da coerência dos apoios concedidos em relação aos objectivos estratégicos comuns em cada uma das tipologias de apoio previstas.
- Quando estiverem em causa projectos de Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC):
  - a) Implementar um procedimento de consulta para aferição de enquadramento no POPH;
  - b) Trocar informações no que respeita a candidaturas entradas, decisões de aprovação e resultados do acompanhamento e avaliação da implementação das EEC.

No ano em análise, a articulação entre as Autoridades de Gestão do COMPETE e do POPH consubstanciou-se na participação em reuniões e no envio regular de informação sobre os projectos apoiados.

Do cruzamento dessa informação, obtiveram-se os resultados apresentados nas tabelas seguintes. Verifica-se que existem 561 projectos aprovados no COMPETE de entidades com projectos de formação no POPH. O incentivo concedido pelo Programa a estas entidades está próximo dos 450 milhões de euros, a que acrescem 30,4 milhões de euros do POPH.

**Tabela 2.36: Entidades com projectos aprovados no COMPETE e no POPH, por Eixo, 2007-2010**

*Unid: Mil euros*

| EIXO               | N.º Proj.  | COMPETE          |                |                     |              | POPH             |               |
|--------------------|------------|------------------|----------------|---------------------|--------------|------------------|---------------|
|                    |            | Total            |                | Componente Formação |              | Invest. Elegível | Incentivo     |
|                    |            | Invest. Elegível | Incentivo      | Invest. Elegível    | Incentivo    |                  |               |
| Eixo I.            | 156        | 124.873          | 70.489         | 0                   | 0            | 26.571           | 15.053        |
| Eixo II            | 392        | 1.137.151        | 361.009        | 5.109               | 2.697        | 25.375           | 15.024        |
| Eixo V             | 13         | 26.294           | 18.385         | 0                   | 0            | 538              | 344           |
| <b>Total Geral</b> | <b>561</b> | <b>1.288.318</b> | <b>449.883</b> | <b>5.109</b>        | <b>2.697</b> | <b>52.483</b>    | <b>30.422</b> |

Fonte: POFC e POPH

Por sector de actividade, salienta-se a relevância dos projectos de empresas da Indústria com projectos financiados no COMPETE e no POPH.

**Tabela 2.37: Entidades com projectos aprovados no COMPETE e no POPH, por Sector de Actividade, 2007-2010**

*Unid: Mil euros*

| Sector de Actividade | N.º Proj.  | COMPETE          |                |                     |              | POPH             |               |
|----------------------|------------|------------------|----------------|---------------------|--------------|------------------|---------------|
|                      |            | Total            |                | Componente Formação |              | Invest. Elegível | Incentivo     |
|                      |            | Invest. Elegível | Incentivo      | Invest. Elegível    | Incentivo    |                  |               |
| Comércio             | 20         | 12.174           | 5.192          | 68                  | 54           | 997              | 611           |
| Construção           | 18         | 5.441            | 2.437          | 119                 | 95           | 750              | 491           |
| Indústria            | 422        | 1.101.220        | 362.049        | 4.172               | 2.089        | 41.367           | 23.882        |
| Serviços             | 72         | 71.437           | 35.740         | 714                 | 434          | 8.179            | 4.694         |
| Transportes          | 6          | 9.221            | 4.736          | 0                   | 0            | 289              | 162           |
| Turismo              | 12         | 81.739           | 34.829         | 19                  | 11           | 511              | 322           |
| Outros sectores      | 11         | 7.086            | 4.900          | 17                  | 13           | 391              | 259           |
| <b>Total Geral</b>   | <b>561</b> | <b>1.288.318</b> | <b>449.883</b> | <b>5.109</b>        | <b>2.697</b> | <b>52.483</b>    | <b>30.422</b> |

Fonte: POFC e POPH

Salienta-se ainda que, a fim de assegurar a coerência e complementaridade de acções financiadas pelos Fundos Estruturais e pela política de desenvolvimento rural, está prevista a participação dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER, do FEP e FSE, bem como as Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos (POVT e POPH) e dos PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas, na Comissão de Acompanhamento do COMPETE, nos termos do respectivo Regulamento Interno.

### 2.6.2. Participação nas iniciativas JEREMIE e JESSICA

Não se efectuaram, em 2010, no âmbito do COMPETE, quaisquer acções relativas às iniciativas JEREMIE e JESSICA.

## 2.7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

### 2.7.1. Acompanhamento

#### Autoridade de Gestão

Construído numa lógica de operacionalização modular e de melhoria contínua, o sistema de monitorização e acompanhamento do COMPETE tem presente as diferentes necessidades de informação e reflexão ao longo do ciclo de vida do Programa, permitindo introduzir as melhorias necessárias à sua implementação e demonstrar aos diferentes *stakeholders* a sua realização.

Durante o ano de 2010, foram elaborados, por parte do Secretariado Técnico do COMPETE, vários **pontos de situação periódicos** e outros apuramentos de interesse para a Autoridade de Gestão, bem como para a gestão da Agenda da Competitividade (AC), sendo de destacar:

- Ponto de Situação Quinzenal da Agenda da Competitividade;
- Ponto de Situação Quinzenal do Programa COMPETE;
- Contributo do Programa para o relatório mensal de monitorização operacional do QREN da responsabilidade do IFDR/ Observatório do QREN;
- Ponto de Situação mensal de projectos aprovados nos SI por distrito;
- Ponto de situação mensal Pagamentos e Execução;
- Lista mensal dos projectos aprovados para divulgação nos *sites* COMPETE e Incentivos às Empresas;
- Pontos de Situação Temáticos (Sector Agro-Alimentar, Indústria Têxtil e do Vestuário, Sector Automóvel, Empreendedorismo, Internacionalização, TIC, etc.);
- Resumo das candidaturas recepcionadas, após o encerramento dos concursos;
- Resumo das candidaturas aprovadas, com previsão de resultados, após as Comissões de Selecção.

No que concerne à gestão interna do Secretariado Técnico, refira-se as diversas iniciativas ao nível da comunicação interna (ver ponto 6.9), bem como a elaboração de um código de conduta para os colaboradores do COMPETE.

No ano em análise, a Autoridade de Gestão esteve presente em várias reuniões com vista ao acompanhamento e monitorização do QREN.

## Sistemas de Gestão e Controlo

No âmbito da sua actividade, a Comissão Directiva reuniu de forma regular ao longo de 2010, tendo tomado a decisão de financiamento sobre os projectos apresentados ao Programa, bem como sobre diversos assuntos de gestão corrente da Autoridade de Gestão.

Coube ainda à Comissão Directiva assegurar a boa gestão financeira do Programa, no seguimento dos princípios e normativos regulamentares, e a coordenação da gestão estratégica e operacional do Programa no âmbito das competências atribuídas.

Outro aspecto a salientar foi o esforço efectuado no sentido da normalização de critérios e procedimentos do Programa através da materialização de diversos instrumentos de gestão.

Todos os instrumentos são definidos, actualizados e aprovados pela Autoridade de Gestão do COMPETE, sendo precedidos de articulação com os PO Regionais do Continente, sempre que se trate de Sistemas de Incentivos às Empresas (uma vez que a sua abrangência ultrapassa normalmente o âmbito do COMPETE) e de auscultação prévia dos Organismos Intermédios envolvidos.

### COMPLIANCE ASSESSMENT

Em 31 de Julho de 2009, a Comissão Europeia transmitiu a aceitação do procedimento de avaliação de conformidade dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, relativo aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão, com excepção da parte da descrição dos sistemas de gestão e controlo relativa a dois organismos intermédios - a Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (FCT) e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT), dado a IGF ter emitido um parecer que incluiu uma reserva sobre os sistemas de gestão e controlo desses organismos intermédios, por considerar existirem insuficiências relevantes em elementos-chave, nomeadamente ao nível dos sistemas de informação e suportes metodológicos às verificações de gestão.

Com vista a ultrapassar as insuficiências detectadas, a AG, em articulação com os Organismos Intermédios, efectuou um conjunto de trabalhos preparatórios durante o último trimestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010, tendo culminado na estabilização de uma Adenda à Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE para ambos os organismos, que permitiu à IGF emitir uma opinião sem reserva relativamente à FCT e Ciência Viva.

Em 27 de Julho de 2010, a IGF transmitiu à Comissão Europeia uma descrição dos sistemas de gestão e controlo para o COMPETE relativo aos Organismos Intermédios FCT e Ciência Viva, conjuntamente com um relatório e opinião relativo à conformidade dessa descrição com os artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Com base na avaliação da IGF, a Comissão Europeia veio, a 20 de Setembro de 2010, considerar que os documentos apresentados eram aceitáveis, bem como que a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE cumpre o disposto nos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006. Neste contexto, só após esta data ficou reunida a condição para que os pedidos de pagamento intermédios possam incluir despesas referentes a operações abrangidas pelos protocolos celebrados entre a AG e os Organismos Intermédios FCT e ANCCT.

Refira-se ainda que, em Outubro de 2010, a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE foi objecto de actualização, visando assegurar que as alterações ocorridas aos procedimentos de gestão e controlo, após a data a que se reporta a descrição aceite pela CE (29 de Maio de 2009), são integradas numa versão actualizada da mesma, cujo conteúdo é ponderado no Parecer Anual emitido pela IGF, nos termos do n.º 1, alínea d), subalínea (i), do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009 de 1 de Setembro.

Neste sentido foi elaborada, pelo Secretariado Técnico do COMPETE, a versão da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE reportada a 29 Outubro de 2010, tendo a mesma sido ratificada nas reuniões da Comissão Directiva de 5 e 30 de Novembro de 2010.

Esta versão actualizada da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE visou consolidar as seguintes situações:

- Integração da adenda à Descrição do Sistema de Gestão e Controlo relativo à FCT e Ciência Viva aprovada pela CE em 20 de Setembro de 2010;
- Integração dos procedimentos relativos às verificações de gestão do Eixo III – SAFPRI;
- Actualização do ponto 3. - Organismos Intermédios, para integrar as modificações operadas nas estruturas dos Organismos Intermédios;
- Actualização do ponto 2.2 relativo à Organização da Autoridade de Gestão;
- Actualização do ponto 2.2.5. - Tratamento dos pedidos de reembolso, para contemplar as alterações introduzidas pelas revisões das Normas de Pagamentos dos Sistemas de Incentivos e Sistemas de Apoio;
- Actualização da Legislação Nacional e Comunitária;
- Actualização das Orientações prestadas às Autoridades de Gestão e Autoridade de Certificação e aos Organismos Intermédio;
- Actualização dos Procedimentos escritos a utilizar pelo pessoal da Autoridade de Gestão e Organismos Intermédio.

## CONTROLO

### Controlo Interno

A concepção do modelo de controlo interno e a sua implementação pela Autoridade de Gestão, tal como decorre da alínea v) do n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, visa garantir a estrita conformidade de todos os procedimentos definidos e a sua aplicação pelos Organismos Intermédios e Secretariado Técnico do COMPETE, bem como assegurar uma melhoria contínua dos processos e procedimentos de gestão.

Estas funções estão atribuídas a uma área horizontal e de suporte da Autoridade de Gestão, a área do Controlo Interno, que com base no critério de risco desencadeia/propõe as medidas de gestão necessárias quer numa lógica de prevenção quer de correcção.

Neste sentido é conferida, à área do Controlo Interno, a missão de conceber, desenvolver e implementar um sistema de controlo interno que permita assegurar que o sistema de gestão e controlo do COMPETE funciona de forma eficaz bem como prevenir e detectar as situações de irregularidades, tendo em vista a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas, no quadro da concretização dos objectivos que presidem ao exercício das funções de auditoria do QREN. Assumem-se assim como principais objectivos estratégicos e operacionais para a área do Controlo Interno:

#### OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Apoiar a Comissão Directiva do Programa no exercício das suas funções através da disponibilização de informação oportuna e fiável tendo em vista minimizar os riscos de detecção de irregularidades, assegurando a sua prevenção e detecção tempestivas.

#### OBJECTIVO OPERACIONAL

- Identificar e avaliar os factores de risco para a boa execução do Programa, determinar a estratégia de resposta de risco e as respectivas actividades de controlo a implementar;
- Assegurar que, em sede de controlo interno, são realizadas auditorias de sistema, a fim de verificar o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- Assegurar que são efectuadas auditorias de controlo interno em projectos/operações, com base em amostragem adequada, que permitam verificar a fiabilidade das despesas declaradas e validadas pelos Organismos Intermédios (OI) ou, nas situações em que não há OI, pelas áreas competentes do Secretariado Técnico;
- Definir e implementar procedimentos para acompanhar a aplicação de recomendações e medidas correctivas resultantes dos controlos internos;
- Assegurar a ligação operacional com a Autoridade de Auditoria e, em articulação com esta, verificar se foi dado cumprimento às normas nacionais e comunitárias aplicáveis nos apoios a projectos/operações, nomeadamente, quanto à validade da despesa apresentada;
- Promover a articulação entre o COMPETE, os organismos intermédios e entidades externas ao Programa, no âmbito das actividades de controlo;
- Promover difusão de informação sobre matérias relacionadas com as actividades de controlo;
- Assegurar a necessária articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico.

Este modelo baseia-se na existência de auditorias internas, em princípio com periodicidade anual, seleccionadas através de um processo de amostragem representativa que garanta a cobertura de todas as tipologias de intervenção e estruturas técnicas envolvidas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão do COMPETE não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para:

- A avaliação do risco a efectuar pela autoridade de auditoria (IGF);
- A definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efectuar pelas estruturas de auditoria segregadas (IFDR).

Assim, durante o primeiro semestre de 2010 foi elaborado pela área do Controlo Interno o plano, para 2010, de auditorias dos sistema e de operações a efectuar pela Autoridade de Gestão, o qual culminou em 29 de Julho de 2010 com a aprovação formal, pela Comissão Directiva do COMPETE, do **Plano de Controlo Interno 2010**.

De acordo com este Plano, considerou-se fundamental subdividir as acções a desencadear pelas seguintes dimensões, às quais se encontram associados objectivos operacionais específicos:

---

**Tabela 2.37: Plano de Controlo Interno**

**Dimensão A do Plano de Controlo Interno 2010**

Supervisão das funções delegadas nos Organismos Intermédios

**Objectivo Operacional:**

Verificar, no âmbito das funções delegadas nos Organismos Intermédios, o funcionamento do sistema de gestão e controlo do POFC em cada uma das fases do ciclo de vida dos projectos/operações, i.e. nas fases “avaliação e selecção de candidaturas” e “verificação da despesa”, tal como previsto na DSGC do COMPETE e no Manual de Procedimentos do POFC, identificando, nomeadamente:

- a existência de eventuais ineficiências e deficiências que afectem o funcionamento do sistema de gestão e controlo do POFC;
- a existência de eventuais factores de risco que possam comprometer as metas e objectivos do Programa;
- a adopção de soluções correctivas ou recomendações que assegurem a eficácia e eficiência do sistema de gestão e controlo do programa.

### Dimensão B do Plano de Controlo Interno 2010

Controlo interno das funções desempenhadas directamente pela Autoridade de Gestão

#### **Objectivo Operacional**

Verificar, no âmbito das funções desempenhadas directamente pela Autoridade de Gestão, o funcionamento do sistema de gestão e controlo do PO em cada uma das fases do ciclo de vida dos projectos/operações, i.e. nas fases “avaliação e selecção de candidaturas” e “verificação da despesa”, tal como previsto na DSGC do COMPETE e no Manual de Procedimentos do POFC, identificando, nomeadamente:

- a existência de eventuais ineficiências e deficiências que afectem o funcionamento do sistema de gestão e controlo do POFC;
- a existência de eventuais factores de risco que possam comprometer as metas e objectivos do Programa;
- a adopção de soluções correctivas ou recomendações que assegurem a eficácia e eficiência do sistema de gestão e controlo do programa

### Dimensão C do Plano de Controlo Interno 2010

Controlo específico sobre determinados projectos/operações

#### **Objectivo Operacional**

Verificar a conformidade dos projectos/operações tendo por base:

- Cumprimento das decisões e procedimentos estabelecidos;
- Obtenção de evidências sobre as transacções, nomeadamente quanto à integridade, fiabilidade, regularidade e legalidade da despesa validada.

Considerando os objectivos a alcançar e os pressupostos subjacentes de representatividade de todas as tipologias de intervenção do PO e das estruturas técnicas envolvidas foi seleccionada uma amostra de 30 operações com a seguinte distribuição por Tipologia de Intervenção, Dimensão do Plano e Estrutura Técnica Envolvida (Organismo Intermédio/AG POFC):

**Tabela 2.38: Amostra de Projectos do Plano de Controlo Interno 2010, por Dimensão do Plano**

| Tipologias de Intervenção | Dimensão do Plano |          |          | TOTAL     |
|---------------------------|-------------------|----------|----------|-----------|
|                           | A                 | B        | C        |           |
| SI I&DT                   | 4                 |          |          | 4         |
| SI Inovação               | 5                 |          | 1        | 6         |
| SI Qualificação PME       | 6                 |          |          | 6         |
| SAESCTN                   | 5                 |          |          | 5         |
| SAMA                      | 1                 | 1        |          | 2         |
| SAFPRI                    |                   | 2        |          | 2         |
| SIAC                      |                   | 4        |          | 4         |
| ASSISTÊNCIA TÉCNICA       |                   | 1        |          | 1         |
| <b>TOTAL</b>              | <b>21</b>         | <b>8</b> | <b>1</b> | <b>30</b> |

Fonte: SI POFC.

**Tabela 2.39: Amostra de Projectos do Plano de Controlo Interno 2010, por Estrutura de Gestão**

| Tipologias de Intervenção | Estrutura de Gestão |          |          |          |          |          |          | TOTAL     |
|---------------------------|---------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
|                           | IAPMEI              | TP       | AICEP    | ADI      | AMA      | FCT      | AG POFC  |           |
| SI I&DT                   | 2                   |          |          | 2        |          |          |          | 4         |
| SI Inovação               | 3                   | 1        | 2        |          |          |          |          | 6         |
| SI Qualificação PME       | 3                   | 1        | 2        |          |          |          |          | 6         |
| SAESCTN                   |                     |          |          |          |          | 5        |          | 5         |
| SAMA                      |                     |          |          |          | 1        |          | 1        | 2         |
| SAFPRI                    |                     |          |          |          |          |          | 2        | 2         |
| SIAC                      |                     |          |          |          |          |          | 4        | 4         |
| ASSISTÊNCIA TÉCNICA       |                     |          |          |          |          |          | 1        | 1         |
| <b>TOTAL</b>              | <b>8</b>            | <b>2</b> | <b>4</b> | <b>2</b> | <b>1</b> | <b>5</b> | <b>8</b> | <b>30</b> |

Fonte: SI POFC.

**Tabela 2.40: Amostra de Projectos do Plano de Controlo Interno, 2010**

*Unid: Mil Euros*

| Tipologias de Intervenção | Aprovações        |                   |                   | Execução          |                     |                  |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|------------------|
|                           | Invest            | Eleg              | Inc               | Despesa Cert.     | Desp. Pública Cert. | Pagamento        |
| SI I&DT                   | 438.976           | 395.536           | 276.875           | 277.247           | 194.073             | 224.144          |
| SI Inovação               | 1.451.427         | 1.129.632         | 744.985           | 377.490           | 245.578             | 339.045          |
| SI Qualificação PME       | 19.255.094        | 16.079.326        | 6.277.385         | 9.113.812         | 3.474.075           | 4.493.881        |
| SAESCTN                   | 1.505.819         | 1.226.305         | 514.709           | 557.556           | 231.855             | 305.226          |
| SAMA                      | 6.224.146         | 6.224.146         | 2.984.478         | 381.838           | 381.838             | 175.786          |
| SAFPRI                    | 18.897.466        | 18.897.466        | 13.127.267        | 875.000           | 875.000             | 875.000          |
| SIAC                      | 4.169.138         | 4.030.677         | 2.845.231         | 2.897.149         | 2.031.562           | 2.313.282        |
| ASSISTÊNCIA TÉCNICA       | 909.000           | 909.000           | 636.300           | 909.000           | 909.000             | 604.485          |
| <b>TOTAL</b>              | <b>52.851.066</b> | <b>48.892.088</b> | <b>27.407.230</b> | <b>15.389.092</b> | <b>8.342.981</b>    | <b>9.330.849</b> |

Fonte: SI POFC.

De acordo com o plano aprovado, as acções de controlo previstas são realizadas com recurso a Auditores Externos, sendo acompanhadas pelos técnicos da área de Controlo Interno do COMPETE, tendo em vista garantir o acompanhamento e a qualidade dos trabalhos, bem como a definição dos parâmetros objectivos e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

A implementação destes controlos exigiu, para além da definição da metodologia associada a estes trabalhos, a criação de um instrumento específico informatizado, designado de Relatório de Auditoria, que evidencia de forma precisa e objectiva todas as verificações efectuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de auditoria.

Assim, durante o 2.º semestre de 2010, após definição da metodologia dos trabalhos e criação do modelo de Relatório de Auditoria, foram seleccionados, através de um procedimento de ajuste directo (com consulta a diversas empresas de auditoria) os auditores externos, tendo ainda sido iniciadas as acções de controlo em meados de Dezembro de 2010. Os resultados destes controlos serão acompanhados durante o ano de 2011.

Neste sentido, a área de Controlo Interno elaborou o Plano Anual de Verificações no Local para 2009 o qual foi aprovado em Comissão Directiva do COMPETE em 23 de Dezembro de 2009.

Ainda no decorrer do 2.º semestre de 2010, outra tarefa assumida pela área do Controlo Interno, para efeitos do cumprimento da alínea b) do artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, foi a elaboração do Plano Anual de Verificações no Local para 2010, o qual foi aprovado em Comissão Directiva do COMPETE em 23 de Dezembro de 2010.

De acordo com o referido regulamento, cada Autoridade de Gestão é responsável pela gestão e execução do respectivo Programa Operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira, em especial, verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços co-financiados e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efectuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais.

Por seu turno, o n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 estabelece que as verificações a realizar pela Autoridade de Gestão incidem sobre os aspectos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, e comportam:

- **Verificações administrativas** relativamente a cada pedido de reembolso;
- **Verificações no local** de operações singulares.

Através da Orientação de Gestão n.º 02.REV1/POFC/2009 de 29 de Maio, e de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, foi estabelecido um conjunto de procedimentos de verificações de gestão a ser adoptado pela Autoridade de Gestão e/ou pelos Organismos Intermédios.

No que diz respeito às verificações no local, a referida Orientação de Gestão prevê que as mesmas sejam efectuadas por amostragem, de acordo com as regras de execução aprovadas pela Comissão nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, e segundo um plano anual a definir pela Autoridade de Gestão.

A implementação destas verificações fica evidenciada num instrumento específico totalmente informatizado designado Relatório Técnico da Visita (RTV) que, de forma precisa e objectiva, permite sistematizar todas as verificações efectuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de verificação.

As verificações no local, tal como previstas no Plano Anual de 2010, a realizar pelos Organismos Intermédios, foram calendarizadas para o primeiro trimestre de 2011, envolvendo um conjunto de 19 projectos: 5 do Eixo I, 10 do Eixo II, 1 do Eixo III, 1 do Eixo IV, 1 do Eixo V e 1 do Eixo VI do COMPETE.

Acresce ainda referir que durante o ano de 2010 foi ainda efectuado, pela área do Controlo Interno do COMPETE, o acompanhamento das verificações no local que decorreram do Plano de Verificações no Local de 2009, e que envolveram uma amostra de 5 projectos (3 da AICEP e 2 do IAPMEI):

**Tabela 2.41: Amostra de Projectos do Plano de Verificações no Local 2009**

| N.º Proj. | Promotor   | Medida  | Organismo Intermediário |
|-----------|--|---|-------------------------|
| 001942    | SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA    | 2.3 - Projectos transitados do QCA III          | AICEP                   |
| 001944    | CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA            | 2.3 - Projectos transitados do QCA III          | AICEP                   |
| 000040    | CEFAMOL - ASSOC. NACIONAL DA INDUSTRIA DE MOLDES | 2.2.2 - SI Qualificação PME/Projectos Conjuntos | AICEP                   |
| 000166    | DIGIDELTA INTERNACIONAL IMPORT EXPORT, SA        | 2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva          | IAPMEI                  |
| 003148    | PORCEL - INDÚSTRIA PORTUGUESA DE PORCELANAS, SA  | 1.2.1.4 - I&DT Empresas/Vale I&DT               | IAPMEI                  |

Fonte: SI POFC.

Todas as verificações no local previstas no Plano Anual de Verificações no Local foram realizadas em 2010, encontrando-se encerrado todo o processo associado à sua realização, que culmina com a aprovação dos respectivos Relatórios Técnicos das Visitas (RTV) Definitivos.

**Tabela 2.42: Calendarização das Acções relativas ao Plano de Verificações no Local 2009**

| N.º Projecto | Promotor   | Medida  | Data de Realização da Verificação no Local | Aprovação do RTV Definitivo |
|--------------|--|---|--|-----------------------------|
| 001942       | SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA    | 2.3 - Projectos transitados do QCA III          | 15/03/2010<br>a 23/03/2010                 | 22/07/2010                  |
| 001944       | CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA            | 2.3 - Projectos transitados do QCA III          | 25/03/2010<br>a 30/03/2010                 | 22/06/2010                  |
| 000040       | CEFAMOL - ASSOC. NACIONAL DA INDUSTRIA DE MOLDES | 2.2.2 - SI Qualificação PME/Projectos Conjuntos | 12/02/2010                                 | 21/07/2010                  |
| 000166       | DIGIDELTA INTERNACIONAL IMPORT EXPORT, SA        | 2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva          | 17/03/2010                                 | 25/11/2010                  |
| 003148       | PORCEL - INDÚSTRIA PORTUGUESA DE PORCELANAS, SA  | 1.2.1.4 - I&DT Empresas/Vale I&DT               | 13/12/2010                                 | Início de 2011              |

Fonte: SI POFC.

Sintetizam-se de seguida os resultados/conclusões decorrentes das verificações no local previstas no Plano Anual de Verificações no Local para 2009:

**Tabela 2.43: Resultados/Conclusões das Acções relativas ao Plano de Verificações no Local 2009**

Unid: Mil Euros

| N.º de Projectos | Conclusão  | Controlado         |                   | Irregular     |               |
|------------------|--|--------------------|-------------------|---------------|---------------|
|                  |  | Despesa Total      | FEDER             | Despesa Total | FEDER         |
| 001942           | SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA    | 40.871.469         | 8.131.893         | 0             | 0             |
| 001944           | CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA            | 95.290.708         | 15.286.058        | 481           | 77            |
| 000040           | CEFAMOL - ASSOC. NACIONAL DA INDUSTRIA DE MOLDES | 394.041            | 148.417           | 30.579        | 11.517        |
| 000166           | DIGIDELTA INTERNACIONAL IMPORT EXPORT, SA        | 2.679.092          | 1.205.591         | 0             | 0             |
| 003148           | PORCEL - INDÚSTRIA PORTUGUESA DE PORCELANAS, SA  | 25.900             | 19.425            | 0             | 0             |
| <b>TOTAL</b>     |  | <b>139.261.210</b> | <b>24.791.384</b> | <b>31.060</b> | <b>11.440</b> |

Fonte: SI POFC.

Foram ainda apresentadas recomendações a implementar no âmbito de dois projectos, integralmente satisfeitas durante o ano de 2010.

Sintetizando, as actividades desenvolvidas pela área de controlo interno do COMPETE foram:

#### PRINCIPAIS ACTIVIDADES

- Actualização dos manuais de procedimentos e da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE;
- Participação na elaboração e revisão da legislação, orientações de gestão e orientações técnicas;
- Articulações com as demais áreas operacionais e horizontais do Secretariado Técnico, em todas as tarefas relacionadas com a gestão global do Programa;
- No âmbito da operacionalização das acções de controlo promovidas por entidades externas:
  - Acompanhamento *in loco* destas acções;
  - Articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico do COMPETE, bem como com os Organismos Intermédios e com as entidades externas envolvidas;
  - Elaboração dos respectivos contraditórios;
  - Monitorização da aplicação das recomendações e medidas correctivas resultantes das acções de controlo interno e das acções de auditoria ao COMPETE realizadas no âmbito do sistema de controlo do QREN;
- Elaboração do Plano Anual de Verificações no Local de 2010;
- Acompanhamento da implementação do Plano Anual de Verificações no Local de 2009;
- Elaboração do Plano de Controlo Interno de 2010 e implementação da metodologia das verificações e desenvolvimento do instrumento de reporte desses trabalhos (Relatório de Auditoria).

## Controlo Externo

Durante o ano de 2010, o Programa foi objecto das seguintes acções de controlo promovidas por entidades externas:

- **Comissão Europeia – Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 – Missão n.º 2009/PT/REGIO/J4/785/2**

*Objectivo Estratégico:* Obter uma segurança razoável de que o trabalho realizado pela Autoridade de Auditoria está conforme com os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, em especial com o artigo 62.º e avaliar o grau de confiança que os serviços da CE devem atribuir aos resultados do trabalho da Autoridade de Auditoria.

As verificações efectuadas incidiram sobre uma amostra de 16 operações.

*N.º e Data do Relatório Final:* Não disponível. Apenas foram recepcionadas as conclusões preliminares a 17 de Janeiro de 2011.

- **Estrutura de Autoridade Segregada (IFDR) – Auditoria em Operações no âmbito do POFC - Despesa Pública certificada de 2009-01-01 a 2009-12-31**

*Objectivo Estratégico:* Verificar as despesas declaradas de 22 operações, dando cumprimento ao estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho e no artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro.

*N.º e Data do Relatório Final:* Auditoria em Operações n.º 1/2010/COMPETE de 29 de Novembro de 2010.

*Principal Conclusão:* Não foram apuradas quaisquer consequências financeiras para os projectos auditados, tendo no entanto, sido evidenciadas recomendações sobre as operações auditadas bem como algumas observações com incidência nos sistemas de gestão e controlo.

Em termos gerais as conclusões sobre as operações auditadas assentam em:

- a) 4 Operações em que a estrutura de financiamento das mesmas não se encontrava conforme o aprovado em sede de candidatura.
- b) 3 Operações em que o registo contabilístico do subsídio atribuído, não se encontra de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade/Sistema de Normalização Contabilística.
- c) 7 dos Beneficiários não cumpriram o prazo máximo para apresentação de despesa, contrariando o disposto na Norma de Pagamentos aplicável.

Foram ainda salientadas conclusões específicas relativamente às operações enquadradas no SAFPRI n.º 4574 (Linhas de Crédito) e n.º 5734 (FICA).

*Consequências Financeiras:* Não aplicável.

*Recomendações:* Foram apresentadas recomendações a implementar no âmbito de 14 operações.

■ **Autoridade de Auditoria (IGF) – Auditoria aos Mecanismos de Inovação Financeira no âmbito do PRIME e COMPETE**

*Objectivo Estratégico:* Determinar se os sistemas de gestão e controlo associados às medidas de inovação financeira funcionam de forma eficaz, isto é, se os procedimentos de controlo interno definidos foram correctamente aplicados durante todo o período relevante, de modo a dar garantias razoáveis de que as despesas das operações enquadradas nestes mecanismos, incluídas nas declarações de despesas apresentadas à Comissão, são correctas e, conseqüentemente, que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade, bem como para proporcionar informação fiável quanto à sua avaliação.

As verificações efectuadas incidiram sobre uma amostra aleatória de 5 destinatários finais da operação SAFPRI n.º 4574 (Linhas de Crédito Investe I e II).

*N.º e Data do Relatório Final:* Recepcionado apenas em 2011.

■ **Autoridade de Auditoria (IGF) – Auditoria aos sistemas de informação do COMPETE, nas diversas vertentes relacionadas com as competências da Autoridade de Gestão para o período de programação 2007-2013**

*Objectivo Estratégico:* Avaliar a segurança do sistema de informação utilizado pelo POFC, aferindo a maturidade dos procedimentos de segurança na gestão do SI POFC.

*N.º e Data do Relatório Final:* Não disponível. Apenas foram recepcionadas as conclusões preliminares a 23 de Fevereiro de 2011.

■ **Autoridade de Auditoria (IGF) – Auditoria à Certificação de Despesas do Sistema Comum FEDER – POFC e Regionais do Continente e Regiões Autónomas - Auditoria para efeitos de emissão do Parecer Anual de 2010 – Acompanhamento das Recomendações POFC**

*Objectivo Estratégico:* Determinar se os sistemas de gestão e controlo funcionam de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, conseqüentemente, que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade. No âmbito desta auditoria a IGF

procedeu ainda ao acompanhamento das recomendações de controlo cuja implementação não havia ainda sido integralmente confirmada e/ou evidenciada, nomeadamente as recomendações emitidas pela IGF nos Relatórios relativos aos testes ao funcionamento dos sistemas de gestão e controlo, bem como à análise das versões actualizadas das Descrições dos Sistemas de Gestão e Controlo apresentadas pelos Programas Operacionais.

*N.º e Data do Relatório Final:* 2010/1807 – 2010-12-23.

*Principal Conclusão (aplicável ao POFC):* Salvo eventuais excepções que possam vir a resultar das verificações a realizar pela IGF, no quadro da resposta ao Relatório Preliminar da Comissão sobre os suportes metodológicos à DSGC do POFC no que respeita aos mecanismos de inovação financeira, os sistemas de gestão e controlo estabelecidos para o sistema comum constituído pelo POFC, PO Regionais e PO Regiões Autónomas, no essencial, respeitam os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 e funcionam bem, sendo necessárias pequenas melhorias, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesa já apresentadas ou a apresentar à Comissão são correctas e, conseqüentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade.

No caso específico do POFC, a IGF considera que no essencial as recomendações formuladas se encontram satisfeitas ou em fase de resolução, com excepção das seguintes situações:

- Proceder em sede de análise das candidaturas, à verificação da razoabilidade das despesas;
- Adoptar um meio formal de suporte às alterações a introduzir nas candidaturas, uma vez estas aprovadas;
- Incrementar a disponibilização de informações detalhadas, especificando, quer os diplomas a observar, quer a natureza da documentação a apresentar pelos beneficiários.

A este respeito a IGF recomenda à AG que sejam desenvolvidos os procedimentos necessários ao cumprimento integral das recomendações.

*Consequências Financeiras:* As que decorrem da recomendação do Relatório n.º 2009/1774 de 23 de Dezembro referentes a 2 operações, uma do Eixo II e outra do Eixo IV.

*Recomendações:* A AG deve desenvolver os procedimentos necessários ao cumprimento integral das recomendações formuladas em sede do Relatório n.º 2009/1774 de 23 de Dezembro.

- **Comissão Europeia – Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 – Missão n.º 2009/PT/REGIO/J4/785/5**

*Objectivo Estratégico:* Obter uma segurança razoável de que o trabalho realizado pela Autoridade de Auditoria (juntamente com o trabalho realizado pela unidade de auditoria e controlo do IFDR, no qual a Autoridade de Auditoria confia) está conforme com os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, em especial com o artigo 62.º.

Avaliar o grau de confiança que os serviços da CE devem atribuir aos resultados do trabalho da AA.

As verificações efectuadas incidiram sobre uma amostra de 2 operações.

*N.º e Data do Relatório Final:* Não disponível.

Em virtude de apenas terem sido recepcionados dois relatórios finais das auditorias externas anteriormente elencadas, ambos do final do ano de 2010, a sequência às recomendações contidas nos mesmos terá lugar durante o ano de 2011.

Relativamente à sequência dada às recomendações formuladas em sede de auditorias externas efectuadas no ano de 2009, apresenta-se seguidamente o ponto de situação da sua implementação.

**Tabela 2.44: Follow-Up Recomendações – Acções de Controlo Externo de 2009**

| Entidade Responsável | Acção de Controlo  | N.º de Recomendações | N.º de Recomendações Satisfeitas ou em Curso  |
|----------------------|--|----------------------|---|
| Tribunal de Contas   | Modelo de Governação e Controlo do QREN  | 3                    | 3   |
| IGF (AA)             | Testes de Conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE | 20                   | A IGF considera no seu Relatório n.º 2010/1807 de 2010-12-23 que no essencial as recomendações formuladas se encontra satisfeitas ou em fase de resolução, com excepção de 3 Recomendações. |
| IFDR (AC)            | Acção de Controlo Prévia ao envio do 1º Pedido de Certificação de Despesa          | 5                    | 5   |

Fonte: SI POF.

## Sistema de Informação

O Sistema de Informação do COMPETE – SI POFC – compreende todas as actividades que permitam recolher, validar, tratar, utilizar e transmitir informação ao longo do ciclo de vida das operações, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação do PO e promover a sua divulgação.

Compreende dois níveis de acesso: o de suporte às actividades de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo e o de informação para divulgação, acessível a todos os potenciais interessados, com o objectivo de assegurar a maior universalização do público-alvo usando, designadamente, a *Internet*.

O Sistema de Informação do COMPETE encontra-se operacional em todas as dimensões e está plenamente capacitado para assegurar a disponibilização de todas as informações que a AG necessita para cumprimento das suas responsabilidades, e nesse contexto toda a informação relevante requerida e produzida é integralmente registada no SI POFC. O ano de 2010 foi de intenso trabalho de consolidação e aperfeiçoamento das suas funcionalidades, no sentido de dar resposta às novas solicitações no âmbito da gestão do Programa.

Nesse sentido, todos os processos de recolha intensiva de dados, sejam da responsabilidade dos beneficiários, sejam da responsabilidade dos Organismos Intermédios, são suportadas em ferramentas electrónicas que dialogam directamente com o sistema:

- os beneficiários utilizam obrigatoriamente formulários electrónicos quer para a apresentação de candidaturas, quer para a submissão de pedidos de pagamento;
- os organismos intermédios, com excepção dos projectos de IC&DT, bem como a própria AG, utilizam obrigatoriamente ferramentas pré-definidas quer para a fase de análise de candidaturas (FACI – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo), quer para a fase de verificação e validação de despesa (FAPPI – Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento de Incentivo); estas ferramentas normalizam todo o processo de análise, incluindo o cálculo das despesas elegíveis e do financiamento do FEDER, e durante a fase da verificação da despesa, a sua elegibilidade e o cálculo do financiamento a pagar;
- Os encerramentos dos projectos também são suportados em instrumentos e ferramentas informáticas construídas especificamente para o efeito, as FACIE – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo em Encerramento;
- No relacionamento do SI POFC com entidades terceiras a AG do COMPETE criou um conjunto de *interfaces* que lhes permitem dialogar com o mesmo. Estas *interfaces* são sustentadas em diversas tecnologias, sendo de realçar a *internet* para os beneficiários

e *web services* para as ligações externas mais complexas; a este nível salienta-se a troca de informação com o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR), para efeitos de pedidos de certificação de despesas, e com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) enquanto Organismo Intermédio que actua no âmbito de projectos do Sistema de Apoio às Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN);

- No caso da, Ciência Viva – ANCCT, OI no âmbito do SAESCTN, foram desencadeadas as acções, no último trimestre de 2010, com vista a assegurar que este OI trabalhe sobre o SIPOFC, uma vez que ficou assim estabelecido em sede da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE.

Em síntese, durante o ano de 2010 foram consolidadas actividades nas seguintes áreas:

#### **FORMULÁRIOS ELECTRÓNICOS DE CANDIDATURA**

Foram desenvolvidos e disponibilizados aos beneficiários novos formulários electrónicos de candidatura adequados às exigências dos Avisos de Abertura de Concursos, gerais e específicos, publicados em 2010, no domínio dos sistemas de incentivos e medidas de apoio. Em paralelo foi actualizado o sistema de atendimento automático e distribuição para o adequar às especificações dos formulários.

#### **FERRAMENTAS DE ANÁLISE - FACI**

Foram actualizadas todas as ferramentas de análise envolvidas no âmbito dos concursos abertos adequando-as às novas necessidades decorrentes dos referidos avisos.

Na sequência da abertura no final de 2009 do primeiro concurso para projectos Mobilizadores do SI I&DT, em 2010 foi desenvolvida a respectiva ferramenta de análise que permite uma avaliação cruzada por promotor e por Produto, Processo ou Serviço (PPS) tal como requerido por esta tipologia de projectos.

Igualmente, considerando o lançamento em 2010 do primeiro concurso para projectos da tipologia Promoção da Cultura Científica e Tecnológica do SAESCTN, designadamente através de um concurso temático orientado para a Produção de Conteúdos para Divulgação Científica e Tecnológica nos Média, foi construída a respectiva ferramenta de análise.

#### **FORMULÁRIO DE PEDIDO DE PAGAMENTO**

Foram introduzidos os mecanismos relativos ao controlo e acompanhamento da execução em matéria de formação profissional.

### **ANÁLISE DE PEDIDO DE PAGAMENTO**

Em termos de pedidos de pagamento foram efectuados diversos ajustamentos a este instrumento para permitir a geração automática da amostra de documentos a apresentar às Autoridades de Gestão no acto da sua submissão. Foram também introduzidas alterações para adequar o instrumento aos ajustamentos introduzidos nas Normas de Pagamentos dos sistemas de incentivos e de apoio.

### **REFORMULAÇÃO DE PROJECTOS**

Foram criados os mecanismos (formulários) para apresentação de pedidos de reformulação de projectos e respectivos mecanismos de análise e decisão.

### **ACTIVIDADES DIVERSAS**

O sistema de informação está em aperfeiçoamento constante e tem de dar resposta às diversas solicitações que lhe vão sendo feitas. Nesse sentido, foram sendo efectuados, ao longo de 2010, melhoramentos diversos de forma a disponibilizar novas funcionalidades aos utilizadores internos. No âmbito destas actividades foram implementadas novas aplicações informáticas na área do Controlo tais como o registo no sistema das recomendações e conclusões das acções de controlo levadas a cabo pelas entidades de auditoria externas. Foram ainda disponibilizadas no sistema diversas listas no âmbito do acompanhamento da gestão do Programa.

### **Organismos Intermédios e Subvenções Globais**

De acordo com o modelo de governação do COMPETE, verificam-se duas situações em termos de competências na tramitação dos projectos recepcionados no âmbito do Programa:

- As competências de análise, contratação e acompanhamento da execução dos projectos, são delegadas nos Organismos Intermédios, assegurando a Autoridade de Gestão a competência exclusiva de aprovação de projectos (SAESCTN, SI I&DT, SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAMA);
- Todas as competências são exercidas directamente pela Autoridade de Gestão (SAFPRI, SAMA – Operações Globais, SIAC e Assistência Técnica).

**Tabela 2.45: Organismos Intermédios envolvidos na Gestão do Programa**

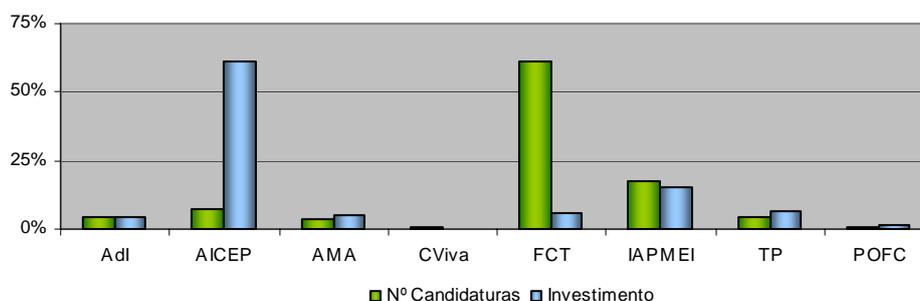
| Eixo Prioritário   | Instrumento           | Organismo Intermédio                   | Observações                                       |
|--|-----------------------|--|---|
| EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico                                | SAESCTN               | FCT<br>Ciência Viva                    |   |
|  | SI I&DT               | IAPMEI<br>AdI<br>AICEP                 |   |
| EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização | SI Inovação<br>SI PME | IAPMEI<br>AICEP<br>Turismo de Portugal |   |
| EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação                           | SAFPRI                | -                                      | Competência exclusiva COMPETE                     |
| EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade                       | SAMA                  | AMA                                    | Operações Globais - Competência exclusiva COMPETE |
| EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial                  | SIAC                  | -                                      | Competência exclusiva COMPETE                     |
| EIXO VI - Assistência Técnica  | Assistência Técnica   | -                                      | Competência exclusiva COMPETE                     |

Fonte: SI POFC.

Neste sentido, foram assinados protocolos e contratos de delegação de competências com os Organismos Intermédios durante o ano de 2008 tendo, em relação à FCT, sido assinadas duas adendas; uma 1.<sup>a</sup> para adequação da tramitação inerente ao processo de auditoria, nos termos recomendados pela Comissão Europeia e uma 2.<sup>a</sup>, já em 2010, para especificar os termos da atribuição à FCT da função de transferência directa para os beneficiários, assumindo-se como Organismo Pagador.

No âmbito das competências delegadas nos OI e considerando as candidaturas recepcionadas no COMPETE até final do ano, conclui-se que é a FCT que analisa mais candidaturas (cerca de 60% do número total de candidaturas), cabendo à AICEP o maior volume de análise em termos de investimento (cerca de 60% do total). Tal facto decorre da natureza dos projectos associados aos referidos Organismos: a AICEP é responsável pela análise dos investimentos empresariais de grande dimensão (tendo um investimento médio proposto por candidatura na ordem dos 13 milhões de euros), enquanto que a FCT analisa, essencialmente, pequenos projectos de investigação (com um investimento médio de 142 mil euros).

**Gráfico 2.33: Candidaturas Recepcionadas nos Concursos, por Organismo Intermédio, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

A articulação com os OI IAPMEI e TP, os quais assumem igualmente competências de Organismos Pagadores no âmbito do COMPETE, desenvolveu-se também a nível financeiro, no âmbito dos protocolos celebrados, em 2008, entre a Autoridade de Gestão, o IFDR e cada um destes Organismos Pagadores, que estabelecem o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, através da delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários.

## SUBVENÇÕES GLOBAIS

Na sequência do Despacho n.º 3711/2010 de 12 de Fevereiro, do Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, foi atribuída à FCT, enquanto Organismo Intermédio responsável por subvenção global, a função de transferência directa (pagamentos) para os beneficiários no âmbito das tipologias de projectos do SAESCTN, geridos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Neste âmbito, em 1 de Março de 2010 foi elaborado um protocolo específico que estabelece os circuitos financeiros entre o IFDR, a Autoridade de Gestão do POFC e a FCT.

## Comissão de Acompanhamento

*Fora* de reflexão estratégica de particular importância, as reuniões da Comissão de Acompanhamento contribuem para assegurar a eficácia e a qualidade da execução do Programa, permitindo, graças à diversidade dos participantes (entidades públicas envolvidas na gestão e parceiros sociais e económicos), conhecê-lo sobre as suas diversas perspectivas.

Em 2010, teve lugar, a 21 de Junho, a 4.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do COMPETE, desta vez em Coimbra, na região de convergência Centro.

Da agenda de trabalho, destacam-se os seguintes pontos:

- Aprovação de uma alteração ao regulamento interno, no sentido de incluir a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT) no elenco dos Organismos Intermédios da Comissão de Acompanhamento;
- Confirmação da aprovação da acta da reunião anterior;
- Apreciação e aprovação do Relatório de Execução de 2009;
- Apresentação e aprovação de alterações ao texto do Programa, no sentido de:
  - Considerar as micro e pequenas empresas como potenciais beneficiárias dos Eixos I e II;

- Considerar a possibilidade das intervenções no Eixo III serem efectuadas directamente pelas entidades participantes (definir como destinatários das intervenções deste Eixo a sociedade gestora do FINOVA e sociedades gestoras de fundos ou de outros instrumentos de financiamento, bem como prever fontes de financiamento privado nacional);
  - Clarificar a formulação do Anexo II – Regras para a determinação da elegibilidade das despesas em função da localização e quantificação dos efeitos de difusão (*spill-over effects*);
  - Actualizar os contactos da Autoridade de Gestão, tendo em conta a mudança de instalações;
  - Actualizar o Anexo III – Lista Indicativa dos Grandes Projectos, incluindo novos projectos aprovados e eliminando desistências e anulações.
- Apresentação de um ponto de situação sobre o Programa, destacando aprovações e contratações, pagamentos e execução.

### Encontro Anual

No âmbito do **Encontro Anual** realizado, para a análise anual dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão, nos dias 11 e 12 de Novembro de 2010, a Comissão Europeia apresentou os seguintes pedidos:

- Solicitou às Autoridades de Gestão a apresentação à Comissão Europeia da actualização da lista de grandes projectos a serem submetidos para a respectiva aprovação, bem como o respectivo calendário previsional;
- Solicitou às diversas Comissões de Acompanhamento a realização de uma discussão aprofundada sobre os resultados do exercício de balanço da aplicação dos critérios de selecção, sugerindo a Comissão Europeia a apresentação de “planos de acção” para aplicação e concretização dos resultados;
- Solicitou a quantificação dos “valores – objectivo” dos indicadores comuns comunitários (*core indicators*);
- Solicitou que os eventos anuais de divulgação dos resultados dos PO sejam programados atempadamente ao longo do ano;
- Recordou que o exercício de reprogramação deve tomar em consideração o facto da estratégia global do QREN ter sido considerada como sendo globalmente correcta

aquando da elaboração do “Relatório Estratégico”, pelo que o referido exercício deverá ser devidamente justificado (tomando em conta também os resultados preliminares das avaliações).

Na sequência destes pedidos, salienta-se a colaboração do COMPETE na quantificação dos indicadores comuns comunitários.

## **Outras Parcerias**

### **COMISSÃO MINISTERIAL DE COORDENAÇÃO (CMC)**

A Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE é o órgão de direcção política do Programa, tendo como função a coordenação global do mesmo.

No âmbito das suas competências, durante o ano em análise, a CMC aprovou o Relatório de Execução de 2009, a 18 de Junho de 2010.

Por deliberação por consulta escrita foi, no dia 7 de Dezembro de 2010, aprovada a alteração ao Regulamento específico do SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

A Comissão Ministerial de Coordenação aprovou ainda o ajuste ao Plano de Avaliação, conforme referido no ponto 2.7.2.

### **INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (IFDR)**

O IFDR é responsável pela coordenação e centralização das interacções operacionais e financeiras da Autoridade de Gestão com a Comissão Europeia, bem como pela gestão dos fluxos financeiros entre a Comissão Europeia, a Autoridade de Gestão, os Organismos Intermédios e os beneficiários. Assegura e coordena a divulgação de informações de gestão sobre a execução do QREN, assim como a elaboração de normas e orientações técnicas para os Órgãos de Gestão do QREN.

No âmbito das suas competências de articulação com a Comissão Europeia, coube ao IFDR remeter toda a informação, enviada pelo COMPETE durante o ano, designadamente sobre certificação de despesas e pedidos de pagamento, previsão de pedidos de pagamento, Grandes Projectos, Relatório Anual de Execução.

Destaque-se ainda a colaboração com o COMPETE no sentido de ultrapassar a interrupção do prazo de pagamento e primeiro procedimento no sentido de uma eventual suspensão dos pagamentos (conforme ponto 2.3.1).

Enquanto Organismo Pagador do COMPETE, apesar das dificuldades financeiras acrescidas com a referida interrupção de transferências por parte da Comissão Europeia, o IFDR desenvolveu todos os esforços possíveis no sentido de garantir os pagamentos aos beneficiários finais, bem como as transferências para os outros Organismos Intermédios com competências de Organismo Pagador.

Relativamente à divulgação de informação sobre a gestão da execução do QREN, foi remetido mensalmente um conjunto de informação parametrizada pelo IFDR sobre a monitorização do Programa, bem como, quando solicitada, outra informação, nomeadamente relativa aos indicadores físicos de acompanhamento do COMPETE.

### **OBSERVATÓRIO DO QREN**

O Observatório do QREN é responsável pelo desenvolvimento das actividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do QREN.

A coordenação da Rede de Avaliação do QREN é assegurada pelo Observatório do QREN, tendo o COMPETE prestado toda a colaboração solicitada durante o ano de 2010 (conforme ponto 2.7.2 – Avaliação), nomeadamente participando em reuniões e discussões de trabalho e facultando informação diversa sobre o Programa.

É igualmente da sua competência a definição de um conjunto de orientações transversais, a ser adoptadas nos diversos Planos de Comunicação, tendo o COMPETE participado durante o ano nas reuniões da Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN (conforme ponto 6 - Participação na Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN).

#### **2.7.2. Avaliação**

Durante o ano de 2010, o Plano de Avaliação do COMPETE, aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) em 18 de Dezembro de 2008, foi objecto de um ajustamento de calendário, em Julho, e posteriormente, já no final do ano, de uma revisão da sua programação. Esta revisão traduziu-se:

- Numa **redução do número de estudos temáticos** inicialmente programados: não se realizará o exercício de “Avaliação do Contributo do POFC para a Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização” por se considerar que o objecto do seu enfoque - a aferição dos primeiros resultados alcançados e a identificação de eventuais ajustamentos a aplicar aos sistemas de incentivos SI Inovação e SI Qualificação PME - constitui matéria tratada no âmbito do “Estudo de Avaliação da

Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda da Competitividade” que teve início em 2010 e cujo Relatório Final se prevê que venha a ser apresentado durante o primeiro semestre de 2011.

- Numa **reprogramação temporal** dos restantes estudos constantes do Plano de Avaliação do Programa:
  - No sentido de garantir que a análise dos primeiros resultados do Programa se fundamenta em níveis de execução e realização com significado, o lançamento do exercício de Avaliação Intercalar do PO Factores de Competitividade, agendado inicialmente para 2010, foi adiado para o segundo semestre de 2011.
  - As três avaliações temáticas, centradas na análise do contributo do COMPETE respectivamente para: (i) uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade, (ii) a Criação de Conhecimento com vista ao Aumento da Competitividade Empresarial e (iii) a Partilha do Risco na Inovação, só se realizarão em 2012.

Em colaboração com o Observatório do QREN, está prevista, para 2011, a realização de um Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação da EEC - tipologia *Clusters*. O COMPETE participa no Júri do respectivo Concurso Público e cabe-lhe a coordenação do grupo permanente de acompanhamento desta avaliação.

Um conjunto considerável de **estudos de avaliação** aplicados a domínios transversais do QREN, bem como à operacionalização dos Programas Operacionais, teve lugar durante o ano de 2010, tendo o COMPETE participado activamente nos grupos de acompanhamento dos seguintes exercícios:

- Avaliação do Modelo de Elaboração dos Regulamentos Específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão, cujo relatório final foi apresentado em Abril;
- Avaliação Global da Implementação do QREN, tendo o respectivo Relatório Final sido entregue em Agosto;
- Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no Contexto da Agenda da Competitividade, cujo Relatório Final se aguarda para os primeiros meses de 2011. Tendo em conta a temática deste estudo, coube ao COMPETE a coordenação do grupo de acompanhamento e o papel de principal pivot na interlocução com a equipa de avaliadores responsável pelo trabalho.

Respectivamente em Janeiro, Abril, Julho e Outubro, o COMPETE esteve presente nas 4 **reuniões da Rede de Avaliação do QREN** realizadas ao longo de 2010.

No âmbito dessas reuniões, foram tratados aspectos de interesse comum para todos os Programas Operacionais do QREN no domínio da avaliação, nomeadamente a sistematização de uma metodologia global e harmonizada de definição de metas para os indicadores comuns comunitários, o acompanhamento e o balanço da execução do Plano Global de Avaliação do QREN, quer quanto aos principais resultados identificados nos estudos de avaliação entretanto terminados, quer quanto à qualidade dos próprios exercícios avaliativos e o papel desempenhado pelos grupos de acompanhamento e ainda a consensualização do processo de *follow up* das recomendações a levar a cabo por cada Autoridade de Gestão, no cumprimento dos princípios de transparência e de resposta obrigatória.

O COMPETE participou ainda no Seminário “Avaliação e Boa Governação – Modelos e Práticas” realizado pelo Observatório do QREN e pela IGF, em Março de 2010.

### 2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

A preparação do QREN foi acompanhada de um processo de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**, que deu cumprimento às disposições da Directiva 2001/42/CE relativa aos efeitos de certos planos e programas no ambiente. Atendendo a que a realização desta primeira etapa do exercício da AAE foi anterior à transposição para legislação nacional da Directiva 2001/42/CE, as autoridades de programação nacionais aplicaram, assim, directamente os requisitos regulamentares, tendo-se concluído posteriormente, após a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, que veio estabelecer, no quadro jurídico nacional, o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, que a etapa da AAE realizada correspondeu igualmente às exigências que foram consagradas, *a posteriori*, na legislação nacional.

A AAE visa estabelecer um elevado nível de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e implementação do QREN, tendo acompanhado o processo de programação desde o seu início, como forma de garantir o contributo dos instrumentos de programação para o desenvolvimento sustentável. A AAE foi realizada por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Destaca-se que a opção prosseguida pelas autoridades nacionais de aplicar a AAE às Agenda Factores de Competitividade se revelou muito adequada, na medida em que determinou o conteúdo operacional do QREN. Tendo a AAE incidido sobre a matriz fundamental dos domínios de intervenção a acolher pelos Programas Operacionais, a sua influência precedeu a programação dos PO e, como tal, o COMPETE usufruiu substancialmente deste exercício.

O cumprimento dos requisitos associados à AAE no que respeita ao COMPETE não se limita, porém, à AAE realizada na fase de preparação do instrumento de programação. O Programa assumiu, no quadro das suas actividades de gestão, responsabilidades relativas ao controlo dos efeitos ambientais da sua execução e assegura, em articulação com o Observatório do QREN, uma efectiva monitorização ambiental e de sustentabilidade da sua implementação.

No quadro da monitorização ambiental e de sustentabilidade, e de acordo com as medidas de controlo previstas, denominadas no Relatório Ambiental<sup>31</sup> de “Programa de Gestão e Monitorização Ambiental”, a Autoridade de Gestão procede, de forma contínua, à aferição dos efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do COMPETE, numa perspectiva de avaliação de desempenho ambiental e, simultaneamente, avalia em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao COMPETE (inscricas no Relatório Ambiental da AAE). A AAE colocou particular ênfase na identificação de factores potenciadores das oportunidades/impactes positivos, identificando simultaneamente os riscos/impactes negativos que possam estar associados às propostas, de modo a poderem ser evitados ou mitigados ao nível dos próprios PO, ou da execução dos projectos associados.

#### A MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No Relatório de Execução de 2009 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as AG dos PO financiados pelo FEDER e/ou Fundo de Coesão, o IFDR e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do COMPETE, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao Programa (inscricas no Relatório Ambiental da AAE<sup>32</sup>).

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2009, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE<sup>33</sup>.

A metodologia adoptada para a componente de participação do público e envolvimento dos

---

<sup>31</sup> Antunes, P., G. Lobo, N. Videira, R. Santos, S. Vaz, T. Fernandes, T. Ramos, (2007), Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo FEDER e/ou pelo Fundo de Coesão. Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

<sup>32</sup> A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica

<sup>33</sup> De acordo com o Decreto-lei n.º 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e actualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

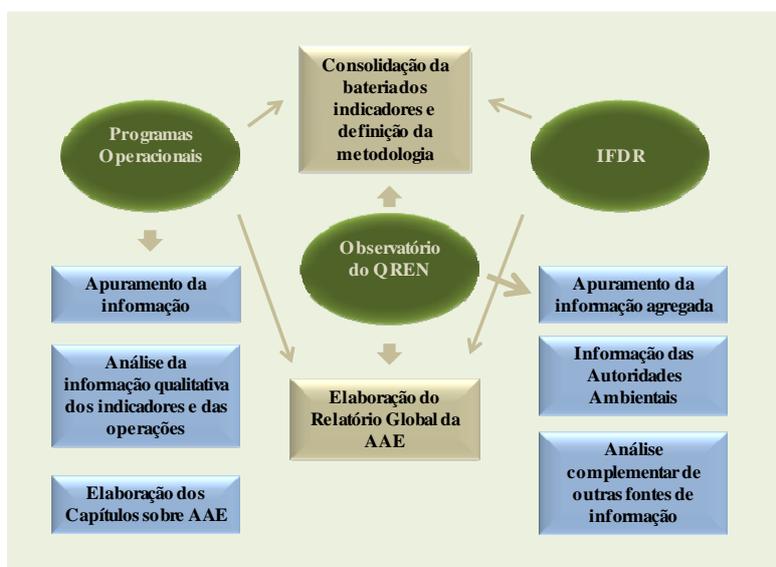
agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no *website* do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efectuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN, tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no *website* daquela instituição.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e os seus resultados serão incorporados no Segundo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objecto de divulgação pública.

#### CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

Figura 2.34: Quadro de Responsabilidade na Monitorização Ambiental Estratégica



Fonte: Observatório do QREN.

No reporte de 2009, a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados por MEA) não foi viável. Por um lado, em algumas áreas, não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos<sup>34</sup>. Na mesma situação encontram-se alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que resultam do exercício realizado no ano passado, foram definidos mecanismos suplementares de aferição:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projectos Apoiados e a Afectação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos – no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será actualizado em 2013 e 2014); o estudo contribuirá para i) identificar as alterações de uso do solo directamente induzidas pelos projectos apoiados e para ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objectivos estratégicos<sup>35</sup> estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica: • Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; • Reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade; • Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;
- Realização de avaliação, no início de 2013, sobre consumo de materiais associados à execução de projectos apoiados pelo PO, incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projectos apoiados; intensidade de materiais dos projectos apoiados; padrão de consumo de energia dos projectos apoiados; intensidade energética dos projectos apoiados; padrão de consumo de água dos projectos apoiados.

#### **EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PO COM BASE NOS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL**

A análise que a seguir se apresenta pretende reflectir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do COMPETE e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da

<sup>34</sup> Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

<sup>35</sup> A prossecução destes objectivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

AAE nas quais o Programa é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados, aos objectivos estratégicos definidos em AAE, os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíam, bem como uma adequada selecção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo COMPETE nos mencionados objectivos estratégicos.

Conforme se pode constatar pela leitura do ponto 2.2.3 e da aferição dos indicadores ambientais do Programa, verifica-se que a gestão do COMPETE tem tentado dinamizar o investimento no ambiente, mas também nas energias renováveis e eficiência energética, visando o desenvolvimento sustentável das Regiões de Convergência.

■ **MEA1 – População servida pelas lojas do cidadão, centros multi-serviços e balcões únicos apoiados**

Conforme analisado no ponto 3.4 – Realização do Eixo IV, o SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, procurando facilitar o acesso, através de meios não presenciais, de todos os cidadãos e empresas aos serviços prestados pela Administração Central.

Assim, considera-se que toda a população nacional é potencial utilizadora dos 880 centros multi-serviços e balcões únicos previstos nos projectos SAMA contratados no final do ano de 2010.

■ **MEA2 – Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a Administração Pública em processos administrativos**

Tendo em conta os projectos SAMA contratados, foi possível reduzir o número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a Administração Pública em 50%.

■ **MEA3 – Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos**

Face aos tempos médios de espera dos serviços públicos, estima-se uma redução de 58% após a implementação dos projectos SAMA contratados.

■ **MEA4 – Serviços orientados para empresas disponibilizados online por entidades públicas**

Das entidades com projectos SAMA contratados, verifica-se que 62 disponibilizavam serviços *on-line*, estando previsto, no pós-projecto, que mais 61 os passassem a disponibilizar, representando assim 92% do total.

■ **MEA8 – Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública**

O aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais, medido através da utilização via *internet* e telefone, registado nos projectos SAMA contratados foi de 123%.

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

■ **RE1: Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I1)**

Conforme explicitado atrás, a totalidade dos apoios empresariais estão subordinados ao estrito cumprimento das regras ambientais, considerando-se, assim, que integram critérios ambientais na sua avaliação ao nível da admissibilidade das candidaturas.

Em relação aos restantes instrumentos (Apoio à Ciência, Administração Pública, Inovação Financeira, Acções Colectivas e Assistência Técnica), não é aplicável esta exigência.

Assim, verifica-se que os projectos contratados no âmbito de sistemas de incentivos e que, portanto, integram critérios ambientais na sua admissibilidade, representam 49% do total de projectos contratados e 68% do apoio atribuído.

■ **RE2: Rácio de intervenções de natureza imaterial (I2) e Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial (I3)**

Conforme foi explicitado no ponto 1.1 – Apresentação do Programa, a concretização dos objectivos estratégicos delineados para a Agenda da Competitividade passou pela criação de instrumentos que valorizassem o apoio a factores imateriais e à inovação.

Assim, considera-se que quase a totalidade dos mecanismos de apoio visam o apoio a acções imateriais, nomeadamente à I&D (SAESCTN, SI I&DT), factores dinâmicos de competitividade (SI PME), capital de risco e garantias (SAFPRI), modernização da Administração Pública (SAMA), acções colectivas (SIAC) e assistência técnica do Programa.

Deste modo, apenas o SI Inovação visa o apoio a projectos de natureza mais material. No entanto, saliente-se que estes apoios (de inovação produtiva e empreendedorismo qualificado) estão subordinados à implementação de acções que representem inovação a nível nacional ou regional.

Conclui-se assim que os projectos contratados de natureza imaterial representam 87% do total de projectos contratados e 33% do investimento total apoiado.

■ **RE3: Rácio de projectos de ID&T no domínio do ambiente (I4) e Rácio de financiamento em ID&T no domínio do ambiente (I5)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

■ **RE4: Rácio de projectos de inovação empresarial no domínio do ambiente (I6) e Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente (I7)**

No âmbito dos Sistemas de Incentivo de fomento à inovação, conforme referido no ponto 2.2.3, está previsto o apoio a projectos do SI PME que visam a qualificação das empresas nas áreas de ambiente e eficiência energética e, ao nível do SI Inovação, o apoio a projectos de inovação com despesas elegíveis ao nível destas áreas.

Assim, numa visão mais lata do conceito de ambiente (incluindo as tipologias de investimento ambiente, qualidade, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho e diversificação e eficiência energética), incluindo os projectos com investimentos elegíveis nas referidas áreas bem como os projectos inseridos no PCT da Energia, classificados com o código *earmarking* 39-43 ou inseridos numa CAE de Energias Renováveis ou Eficiência Energética (35111 – 35113), constata-se que foram contratados nestes Sistemas de Incentivos 461 projectos (40% do número de projectos total contratado) com um investimento elegível nas respectivas áreas de 111 milhões de euros (3% do total).

- **RE5: Rácio de adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental em empresas (I8) e Rácio de financiamento em empresas com adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental (I9)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

- **RE6: Rácio de adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na Administração Pública (I10) e Rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental (I11)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

- **RE8: N.º de operações de acções de divulgação, comunicação e formação ambiental (I13) e Pessoas beneficiadas por acções de divulgação, comunicação e formação ambiental (I14)**

No âmbito do SIAC foram aprovados 12 projectos com um investimento na área do ambiente de 3,8 milhões de euros, prevendo-se, como meio de difusão do conhecimento para a economia, a realização de Estudos, sítios da *internet*, manuais e acções de sensibilização.

- **RE9: Rácio de projectos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de protecção ambiental (I15)**

No âmbito dos instrumentos de apoio directo a empresas, existem duas tipologias de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais:

- no SI Inovação (Introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental);
- no SI PME (Ambiente — investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS)).

Foram contratados 11 projectos com um investimento elegível de 0,7 milhões de euros no âmbito das referidas tipologias de apoio do SI Inovação.

Quanto ao SI PME, foram contratados 172 projectos com um investimento na área do ambiente de 13,2 milhões de euros.

No âmbito do COMPETE, não está previsto qualquer tipo de apoio “fim-de-linha”.

No Anexo IV encontra-se a lista completa dos Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e Sustentabilidade.

### 3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Neste ponto efectua-se uma análise da realização do Programa, ao nível dos seus Eixos Prioritários, focando candidaturas, aprovações e indicadores de realização, sendo apresentados, igualmente, alguns exemplos de projectos considerados como boas-práticas.

| 133

#### 3.1 EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Dedicado à Ciência e à promoção da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), com particular incidência sobre o contexto empresarial, o Eixo I do COMPETE tem como **objectivos**:

- Estimular a criação de novos conhecimentos nas instituições científicas e tecnológicas, num quadro de maior focalização das actividades de I&D, face às prioridades europeias e nacionais e actuando directamente no reforço das suas capacidades científicas e tecnológicas e sobre a sua visibilidade internacional;
- Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.

Para a concretização destes objectivos foram criados dois **instrumentos**:

- SAESCTN – Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, dirigido a instituições do Sistema Científico e Tecnológico;
- SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (cf. Tabela 1.1), dirigido às empresas

Na realidade, estes dois instrumentos convergem, actuando quer do lado da oferta, através da capacitação e disponibilização de uma base de conhecimento científico e tecnológico ao nível do estado da arte em termos internacionais, quer da dinamização de uma procura empresarial exigente e qualificada em matéria de factores tecnológicos, para um desígnio estratégico último no sentido de potenciar a competitividade da economia nacional através da inovação tecnológica por via do desenvolvimento, facilitação do acesso e incorporação na estrutura produtiva de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

### 3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Tendo em conta os indicadores estabelecidos para o Eixo, verifica-se um elevado nível de cumprimento das metas definidas (as metas estabelecidas para 2010 foram cumpridas em 75% dos indicadores).

A análise das tabelas dos indicadores permite constatar a importância dada à I&D (perto de 1.700 projectos contratados), em especial à concentração no apoio à I&D Empresarial (73% do investimento elegível contratado).

Relativamente aos indicadores relacionados com o fomento da cooperação e da demonstração de resultados, o seu actual cumprimento resulta, por um lado, das oportunidades dirigidas a projectos com essas características (valorização em termos de critérios de selecção e lançamento de concursos específicos para projectos apresentados em co-promoção) e, por outro, da forte adesão das empresas motivada pela majoração da sua taxa de incentivo, no caso dos projectos apresentarem uma componente de cooperação e/ou de divulgação dos seus resultados.

Deste modo, a observação das tabelas de indicadores, complementada com a análise qualitativa (ponto 3.1.2), permite concluir que a componente de I&D no âmbito do COMPETE, em especial a vertente empresarial, está a ter a realização esperada contribuindo assim para o aumento da I&D nacional e de forma particular para o desenvolvimento de novos produtos e processos induzindo maior competitividade e inovação.

No Anexo V poderá ser analisada a bateria de indicadores com um maior detalhe.

**Tabela 3.1: Indicadores de Realização do Eixo I**

| Indicador  | Metas |      | Cumprimento Actual |         |
|--|-------|------|--------------------|---------|
|  | 2010  | 2015 | 2007-2010          | Sim/Não |
| <b>RELEVÂNCIA DA I&amp;D EMPRESARIAL</b><br>(Investimento de I&D empresarial) / (Investimento total em I&D)  | 35%   | 40%  | 73%                | Sim     |
| <b>RELEVÂNCIA DAS ACTIVIDADES DE I&amp;D EM CONSÓRCIO</b><br>(Investimento de I&D em cooperação) / (Investimento total em I&D)   | 12%   | 15%  | 49%                | Sim     |
| <b>APOIO A PROJECTOS E ACTIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DE RESULTADOS DE I&amp;DT</b><br>(Investimento em actividades de demonstração tecnológica) / (Investimento total em I&D) | 15%   | 25%  | 29%                | Sim     |
| <b>INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS EM PROJECTOS COMUNITÁRIOS DE I&amp;DT</b><br>(N.º de entidades participantes em projectos comunitários)            | 150   | 400  | 50                 | Não     |

Fonte: SI POFC.

**Tabela 3.2: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo I, 2010**

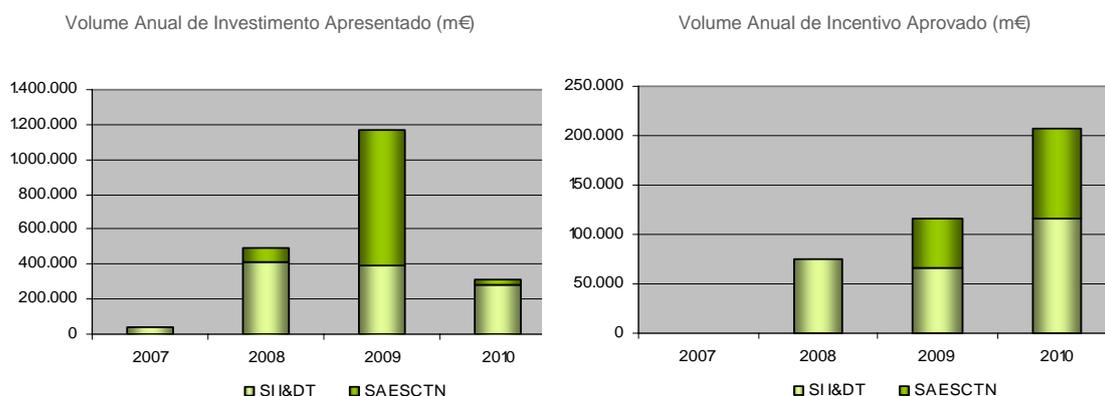
| Áreas                                      | Indicador  | Eixos Relevantes  | Valor |
|--|--|-------------------|-------|
| Emprego criado                             | 1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)            | Total do PO       | (*)   |
| Investigação e Desenvolvimento Tecnológico | 4. N.º de projectos de I&DT  | Total do PO       | 1.694 |
|  | 5. N.º de projectos de cooperação empresas - instituições de investigação                | Eixo I            | 196   |
|  | 6. Empregos na investigação criados  | Eixo I            | (*)   |
|  | 7. N.º de projectos  | Eixos I, II e III | 242   |
| Ajudas directas ao investimento nas PME**  | 8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)         | Eixos I e II      | 27    |
|  | 9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                                       | Eixos I e II      | (*)   |
|  | 10. Investimento total induzido (em milhões de euros)                                    | Eixos I, II e III | 57    |
| Sociedade de Informação                    | 11. N.º de projectos   | Total do PO       | 83    |
| Energias Renováveis                        | 23. N.º de projectos   | Total do PO       | 1     |
|  | 24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh) | Total do PO       | (*)   |
| Turismo                                    | 34. N.º de projectos   | Total do PO       | 0     |
|  | 35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                               | Total do PO       | (*)   |
| Saúde                                      | 38. N.º de projectos   | Total do PO       | 5     |

Notas: (\*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados. (\*\*) Considera-se como relevante o contributo do Eixo I para Ajudas Directas ao Investimento nas PME, apesar do mesmo não estar previsto no texto do PO. Fonte: SI POFC.

### 3.1.2. Análise qualitativa

Tendo 2009 sido marcado pelo elevado volume de candidaturas, sobretudo resultado da submissão de candidaturas ao SAESCTN, durante o ano de 2010 registou-se, no Eixo I, um forte incremento do volume de incentivo aprovado, tendo este duplicado no início do ano.

**Gráfico 3.1: Evolução da entrada de Candidaturas e Aprovações, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Em termos acumulados, no final do ano, registavam-se 6.895 candidaturas com um

investimento superior a 2 mil milhões de euros. Relativamente a aprovações, constata-se que se encontravam aprovados 2.198 projectos, com um investimento elegível de 691,6 milhões de euros e um incentivo de 397,5 milhões de euros.

**Tabela 3.3: Candidaturas e Projectos Aprovados por Instrumento**

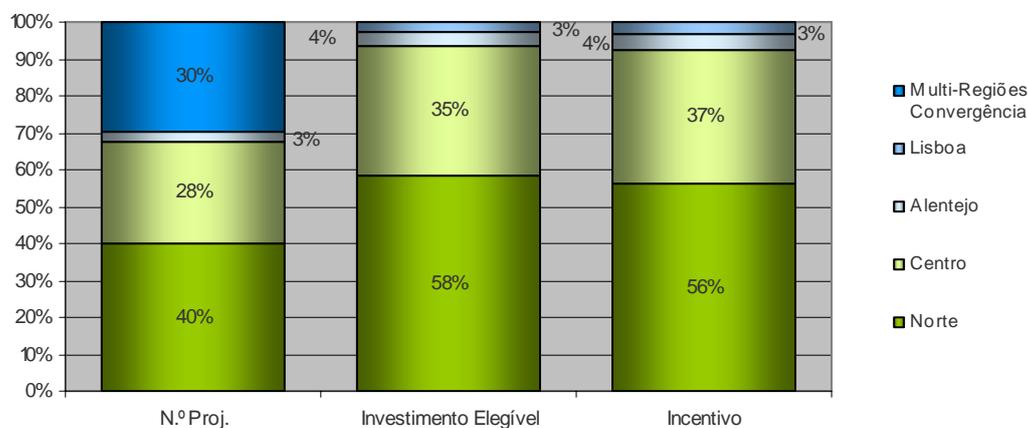
Unid: Mil Euros

| Instrumento         | Candidaturas (2007-2010) |                  | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |                |
|---------------------|--------------------------|------------------|---------------------------------|-----------------------|----------------|
|                     | N.º Proj.                | Investimento     | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo      |
| SAESCTN             | 6.067                    | 877.722          | 1.756                           | 200.650               | 140.386        |
| SI I&DT             | 828                      | 1.126.629        | 442                             | 490.907               | 257.127        |
| <b>TOTAL EIXO I</b> | <b>6.895</b>             | <b>2.004.351</b> | <b>2.198</b>                    | <b>691.557</b>        | <b>397.513</b> |

Fonte: SI POFC.

Regionalmente, verifica-se uma forte concentração dos apoios nas Regiões Norte (56% do incentivo aprovado) e Centro (37% do incentivo aprovado) e, por outro lado, tal como explicitado no ponto 2.1.3, o reduzido peso do apoio ao investimento localizado em Lisboa apoiado através da regra *spill-over effects* (3% do investimento elegível).

**Gráfico 3.2: Projectos Aprovados por Região, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Tendo em conta a tipologia de projectos apoiada no âmbito deste Eixo, os projectos aprovados não têm contribuído para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Tal como foi explicitado no ponto 2.2.5, não foi apoiado (nem está previsto) qualquer projecto com formação profissional no âmbito dos projectos do Eixo I.

## SAESCTN

Por decisão da Autoridade de Gestão e ao abrigo das disposições transitórias do Regulamento de Execução do SAESCTN, foram enquadrados e aprovados, em 2010, no COMPETE, 9 concursos para projectos de IC&DT lançados pela FCT, abrangendo 691 projectos com um investimento elegível de 71,5 milhões de euros e um incentivo de 50 milhões de euros.

**Tabela 3.4: Concursos Enquadrados no COMPETE, 2007-2010**

Unid: Mil Euros

| Concurso               | Designação do Concurso  | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |               |
|------------------------|---|---------------------------------|-----------------------|---------------|
|                        |   | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo     |
| FSE/2008               | Projectos de Investigação sobre Factores de Sucesso Escolar no Ensino Básico e Secundário - 2008  | 7                               | 318                   | 223           |
| PortugalNano 2007      | Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Nanotecnologia  | 7                               | 960                   | 672           |
| PIHM 2008              | Projectos de IC&DT no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal - 2008                              | 10                              | 668                   | 468           |
| CMU-Portugal 2008      | Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa CMU-Portugal - 2008   | 1                               | 306                   | 214           |
| UTAustin-Portugal 2008 | Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa <i>UTAustin</i> -Portugal - 2008  | 5                               | 445                   | 311           |
| Concurso IC&DT 2006    | Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2006  | 606                             | 61.820                | 43.274        |
| CERN/FP/2008           | Projectos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2008 | 18                              | 1.266                 | 886           |
| PIC/2007               | Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no domínio da Investigação Clínica - 2007   | 32                              | 4.484                 | 3.139         |
| MIT-Portugal 2008      | Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa MIT-Portugal - 2008   | 5                               | 776                   | 543           |
| <b>TOTAL SAESCTN</b>   |   | <b>691</b>                      | <b>71.043</b>         | <b>49.730</b> |

Fonte: SI POFC.

Em 2010 foram abertos 8 concursos no âmbito do SAESCTN, 7 dos quais dirigidos a projectos de IC&DT e um inserido na tipologia Promoção da Cultura Científica e Tecnológica, orientado para a produção de conteúdos para divulgação científica e tecnológica nos média.

Em termos acumulados, encontram-se aprovados 1.065 projectos de IC&DT com um investimento elegível de 129,6 milhões de euros e um incentivo de 90,7 milhões de euros.

**Tabela 3.5: Concursos Analisados de Projectos do SAESCTN, 2007-2010**

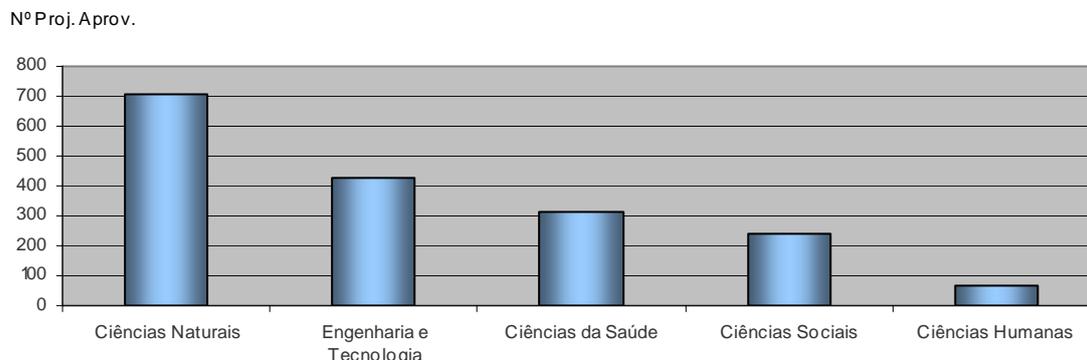
Unid: Mil Euros

| Concurso                           | Designação do Concurso   | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |               |
|------------------------------------|--|---------------------------------|-----------------------|---------------|
|                                    |  | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo     |
| Concurso IC&DT 2008                | Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios científicos - 2008   | 672                             | 83.383                | 58.323        |
| Sobreiro 2009                      | Projectos para Obtenção e Caracterização de EST do Sobreiro  | 2                               | 94                    | 66            |
| CERN/FP/2009                       | Projectos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2009                        | 14                              | 1.242                 | 869           |
| RIPD/2009                          | Projectos de investigação no âmbito da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - 2009  | 5                               | 414                   | 290           |
| Harvard MS-Portugal 2009           | Projectos de Investigação Clínica e de Translação no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009  | 1                               | 95                    | 67            |
| HMS-Portugal IC (Júnior) 2009      | Projectos de Investigação Clínica (Modalidade Júnior) no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009  | 2                               | 214                   | 150           |
| HMS-Portugal I&D SIM 2009          | Projectos de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009                       | 2                               | 398                   | 278           |
| HMS-Portugal IISE 2009             | Projectos de Investigação de Avaliação do Impacto Sócio-Económico de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009 | 1                               | 292                   | 204           |
| MIT-Portugal 2009                  | Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o MIT - 2009   | 5                               | 864                   | 605           |
| CMU-Portugal 2009                  | Projectos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>Carnegie Mellon University</i> - Portugal - 2009  | 5                               | 1.128                 | 790           |
| UTAustin-Portugal Estratégico 2009 | Projectos Estratégicos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>University of Texas at Austin</i> - Portugal - 2009  | 1                               | 160                   | 112           |
| Concurso IC&DT 2009                | Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2009   | 355                             | 41.322                | 28.902        |
| <b>TOTAL SAESCTN</b>               |  | <b>1.065</b>                    | <b>129.607</b>        | <b>90.656</b> |

Fonte: SI POFC.

Da distribuição dos projectos aprovados por domínio científico principal constata-se uma forte incidência de candidaturas aprovadas nas Ciências Naturais (com especial destaque para projectos nas áreas das Ciências Biológicas e Biotecnologia, Química e Bioquímica e Engenharia Informática), Engenharia e Tecnologia (destacando-se Engenharia Mecânica, Ciências e Tecnologias do Ambiente e Ciência e Engenharia dos Materiais) e Ciências da Saúde.

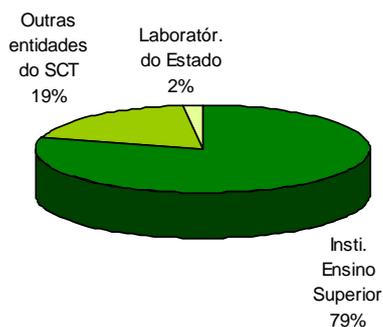
**Gráfico 3.3: Projectos de IC&DT Aprovados no SAESCTN, por Domínio Científico, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

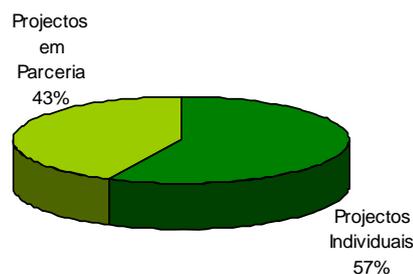
No âmbito dos projectos de IC&DT do SAESCTN foram apoiadas 72 entidades, das quais se destacam 48 Instituições do Ensino Superior. Em termos de projectos aprovados, constata-se igualmente uma forte preponderância das Instituições de Ensino Superior, responsáveis por 80% e 79% dos projectos e do incentivo aprovado, respectivamente. Em segundo plano surgem as instituições de I&D de natureza privada sem fins lucrativos.

**Gráfico 3.4: Incentivo de Projectos de IC&DT Aprovados no SAESCTN, por Tipo de Beneficiário, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.5: Projectos Aprovados de IC&DT no SAESCTN, por Tipo de Projecto, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Destaque-se ainda o facto de um número significativo de candidaturas serem promovidas por instituições em associação, potenciando uma cooperação alargada entre diferentes grupos de investigação e a complementaridade de competências em equipas multidisciplinares.

No final de 2010 encontravam-se 5 concursos por decidir, envolvendo 105 projectos, com um investimento total de 32,8 milhões de euros.

Quanto à localização dos projectos SAESCTN aprovados, constata-se que a região Norte concentrou 56% do incentivo (já contabilizando a respectiva parte nos projectos Multi-Regiões), enquanto os promotores da região Centro absorveram 40%.

Tabela 3.6: Projectos de IC&DT Aprovados por NUTS II

*Unid: Mil Euros*

| NUTS II                    | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |                |
|----------------------------|---------------------------------|-----------------------|----------------|
|                            | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo      |
| Norte                      | 719                             | 83.040                | 58.120         |
| Centro                     | 491                             | 56.660                | 39.654         |
| Alentejo                   | 41                              | 4.185                 | 2.930          |
| Multi-Regiões Convergência | 505                             | 56.765                | 39.683         |
|                            | <i>Norte</i>                    | <i>29.420</i>         | <i>20.585</i>  |
|                            | <i>Centro</i>                   | <i>23.533</i>         | <i>16.435</i>  |
|                            | <i>Alentejo</i>                 | <i>3.812</i>          | <i>2.662</i>   |
| <b>TOTAL SAESCTN</b>       | <b>1.756</b>                    | <b>200.650</b>        | <b>140.386</b> |

Fonte: SI POFC.

No final do ano em análise, encontravam-se contratados 1.286 projectos de IC&DT, a totalidade durante 2010, representando uma taxa de contratação, face aos projectos aprovados, de perto de 73%.

No que respeita à tipologia **Promoção da Cultura Científica e Tecnológica** do SAESCTN, em 2010 foi lançado o primeiro concurso para apresentação de projectos com este enquadramento, o qual assumiu uma natureza temática orientada para a produção de conteúdos de ciência e tecnologia, dirigidos ao público em geral, para difusão através da comunicação social.

Este concurso teve como objectivos a promoção de uma sociedade mais qualificada e o reconhecimento social da Ciência e da Tecnologia como motores de inovação e competitividade, bem como capitalizar o potencial gerador da produção de conteúdos de Ciência e Tecnologia nas instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Registou 73 candidaturas, envolvendo um investimento de 24,2 milhões de euros, tendo sido decidido no início de 2011.

**MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (SAESCTN)**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)

**N.º DE PROJECTO:** 8547

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** ACQUASAFE - Segurança Química em Sistemas de Abastecimento de Água

**PROMOTOR:** Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FE/UP)

**LOCALIZAÇÃO:** Norte

**INVESTIMENTO APROVADO:** 148.536,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 103.975,20 euros

#### **DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

Nos sistemas de distribuição de água estão identificados diversos pontos de vulnerabilidade, como por exemplo, a água para consumo pode ser contaminada na sua fonte original, durante o tratamento, nos reservatórios de água tratada e nas tubagens da rede de distribuição. Nos últimos anos, as medidas contra a contaminação deliberada têm sido intensificadas, principalmente através de procedimentos de vigilância e protecção. As principais falhas existentes dizem respeito à praticabilidade dos métodos de detecção e remediação e à detecção rápida da contaminação, especialmente a que tem origem em substâncias químicas emergentes. Para além deste facto, o acesso a uma enorme variedade de produtos químicos está globalizado. Consequentemente, é real o risco de obtenção de produtos químicos, com efeitos tóxicos devastadores e em doses extremamente reduzidas. Além disso, os procedimentos operacionais para restaurar a qualidade da água após a detecção de uma contaminação, necessitam de considerar a dificuldade da limpeza das paredes das tubagens, onde os depósitos e/ou biofilmes podem representar uma “vulnerabilidade” adicional. Mesmo depois da desinfecção da água, a sorção de contaminantes nos depósitos/biofilmes tem de ser considerada, devido à libertação inesperada destes materiais das paredes dos tubos que pode reactivar em alguma extensão a contaminação.

No presente projecto pretende-se estudar dois tipos diferentes de compostos químicos: (a) tóxicos “antigos” que podem ser facilmente adquiridos e manipulados (um fungicida organofosfato – o clorfenvinfos, um insecticida carbamato – o carbofurão, um herbicida – o paraquato) e (b) substâncias “emergentes” com efeitos letais em doses extremamente reduzidas (um retardador de chama polibromado – BDE100).

O principal objectivo desta proposta é prevenir os efeitos negativos resultantes da contaminação propositada das redes de distribuição de água, promovendo uma resposta adequada para a detecção e identificação rápida do problema, bem como para a descontaminação do sistema

#### **RESULTADOS ESPERADOS:**

Os impactos associados aos resultados previstos são dirigidos à segurança humana e incluem: (i) a implementação de equipamentos, como por exemplo sensores online para detectar contaminantes, ou dispositivos (*coupons*) para a análise das paredes dos tubos; (ii) a adaptação dos métodos analíticos existentes para a análise vestigial, para detectar contaminantes relevantes em matrizes complexas, como os biofilmes e as paredes dos tubos; (iii) desenvolvimento de técnicas de limpeza/neutralização capazes de remover eficientemente e permanentemente a ameaça, tratando não só a água mas também prevenindo o desprendimento inesperado de biofilmes/depósitos contaminados das paredes das tubagens.

**MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (SAESCTN)**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)

**N.º DE PROJECTO:** 10917

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** Desenvolvimento de um fluxómetro laser Doppler para a análise de fluxo microcirculatório em humanos: discriminação entre fluxo capilar e fluxo nos "shunts" vasculares

**PROMOTOR:** Associação para o Desenvolvimento do Departamento de Física da Universidade de Coimbra (ADDFUC/FCT/UC)

**LOCALIZAÇÃO:** Centro

**INVESTIMENTO APROVADO:** 100.00,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 70.000,00 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

Há muitas dificuldades na interpretação detalhada, em qualquer medição de fluxo laser *Doppler* na pele humana, para estimar a profundidade que está a ser amostrada, assim como incertezas na interpretação da fracção de fotões que sofre desvio *Doppler* da que não sofre desvio. Estas incertezas levam a ambiguidades na interpretação da fracção da luz dispersada pelas camadas superficiais (circulação nutricional) e profundas (circulação termoregulatória) da pele.

De acordo com a fisiologia da pele humana, 10% do fluxo sanguíneo está presente na microcirculação nutricional e 90% nos vasos maiores e mais profundos da camada termoregulatória e das áreas com fluxo de maiores velocidades. A profundidade de penetração da luz laser nos tecidos depende do comprimento de onda da luz, visto que diferentes comprimentos de onda têm diferentes profundidades de penetração nos tecidos, da largura de banda com que o sinal é filtrado, do *design* da sonda e das propriedades ópticas dos tecidos.

A aplicação da componente teórica para construir um novo fluxómetro laser *Doppler* irá permitir a diferenciação entre os compartimentos microcirculatórios, permitindo a discriminação do fluxo sanguíneo capilar e do fluxo sanguíneo nos "shunts" vasculares. Quando aplicado em pacientes com diabetes, ou pacientes com úlceras nas pernas, o novo fluxómetro laser *Doppler* dará aos clínicos um conhecimento mais aprofundado sobre a localização das complicações trazidas pelas patologias. Um tratamento mais apropriado poderá ser aplicado para reduzir a patologia ou aumentar o conforto do paciente. Os resultados do estudo também podem conduzir à avaliação da profundidade de tecido queimado.

O projecto centra-se na construção de um novo monitor da perfusão sanguínea laser *Doppler* com capacidade para discriminar em profundidade o fluxo capilar sanguíneo e o fluxo nos "shunts" vasculares (interconexões entre vénulas e arteríolas que podem ser encontradas em áreas periféricas como dedos, nariz, etc.).

**RESULTADOS ESPERADOS:**

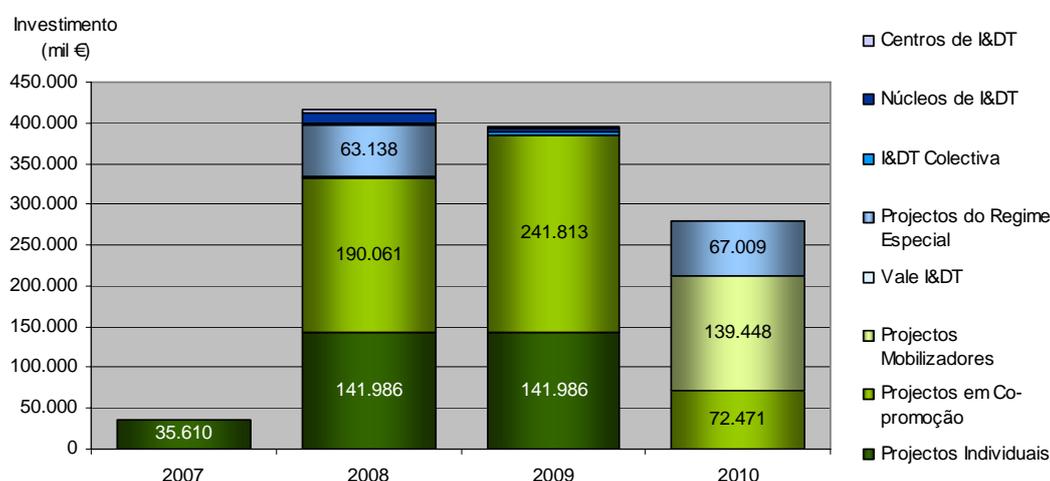
Construção de um novo monitor da perfusão sanguínea laser *Doppler* com capacidade para discriminar em profundidade o fluxo capilar sanguíneo e o fluxo nos "shunts" vasculares (interconexões entre vénulas e arteríolas que podem ser encontradas em áreas periféricas como dedos, nariz, etc.).

## SI I&DT

Quanto aos projectos empresariais de I&DT, a recepção de candidaturas durante o ano de 2010 ficou muito condicionada pela decisão de não lançamento de novos concursos na 1.ª fase de 2010 (conforme ponto 2.4.5). No entanto, a elevada procura registada no AAC dirigido a Projectos Mobilizadores que encerrou em 2010 (16 candidaturas envolvendo um investimento de 139 milhões de euros) e os 2 projectos do Regime Especial (com um investimento proposto de 67 milhões de euros) contribuíram para esbater o impacte da referida decisão.

Em termos acumulados, no final do ano registavam-se 828 candidaturas com um investimento associado de 1,1 mil milhões de euros.

Gráfico 3.6: Investimento em sede de Candidatura no SI I&DT, por Tipologia de Projecto, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

Durante o ano de 2010 foram aprovados 136 novos projectos do SI I&DT com um investimento elegível de 229,1 milhões de euros e um incentivo de 117,6 milhões de euros. Em termos acumulados, encontram-se aprovados 442 projectos com um investimento elegível de 490,9 milhões de euros e um incentivo de 257,1 milhões de euros.

Reflectindo a procura pelos instrumentos de apoio enquadrados no SI I&DT, os projectos de I&DT em Co-promoção concentram perto de 50% do incentivo aprovado, enquanto os projectos de I&DT Individuais absorvem 31% do incentivo.

Tabela 3.7: Candidaturas e Projectos Aprovados no SI I&DT, por Instrumento, 2007-2010

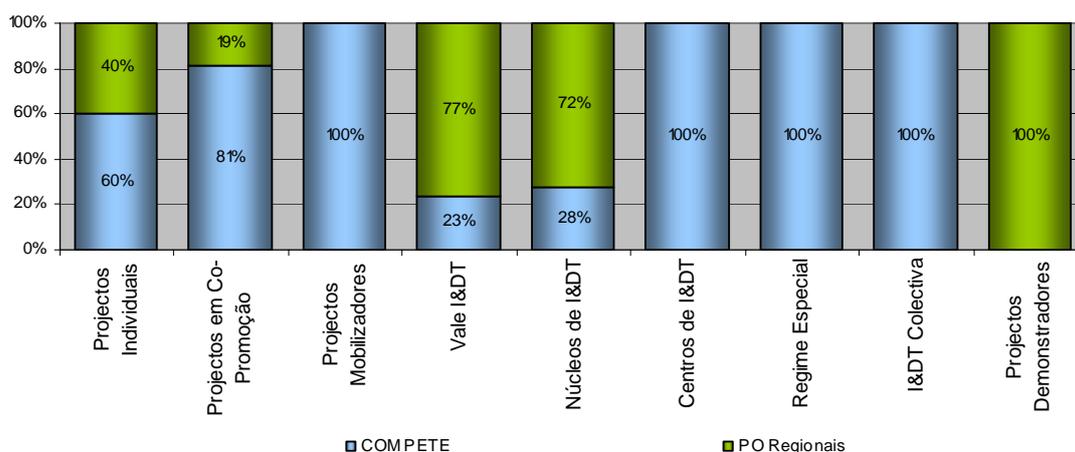
Unid: Mil Euros

| Instrumento                         | Candidaturas (2007-2010) |                  | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |                |
|-------------------------------------|--------------------------|------------------|---------------------------------|-----------------------|----------------|
|                                     | N.º Proj.                | Investimento     | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo      |
| SI I&DT – Proj. I&DT Individuais    | 235                      | 319.581          | 137                             | 130.945               | 62.674         |
| SI I&DT – Proj. I&DT Co-promoção    | 444                      | 504.345          | 210                             | 204.869               | 123.182        |
| SI I&DT – Proj. Mobilizadores       | 16                       | 139.448          | 12                              | 79.179                | 48.692         |
| SI I&DT - Vale I&DT                 | 86                       | 2.600            | 54                              | 1.682                 | 1.254          |
| SI I&DT – Regime Especial           | 5                        | 130.146          | 3                               | 61.428                | 15.871         |
| SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT | 35                       | 24.670           | 21                              | 10.477                | 3.825          |
| SI I&DT - I&DT Colectiva            | 7                        | 5.839            | 5                               | 2.328                 | 1.630          |
| <b>TOTAL SI I&amp;DT</b>            | <b>828</b>               | <b>1.126.629</b> | <b>442</b>                      | <b>490.907</b>        | <b>257.127</b> |

Fonte: SI POFC.

Na análise dos dados do SI I&DT, há que ter em atenção que, como seria de esperar, são sobretudo as médias e grandes empresas que recorrem aos apoios de I&D empresarial, quer sob a forma de projectos em consórcio ou cooperação quer de forma individual, sendo por isso mais apoiadas no âmbito do COMPETE (face aos PO Regionais do Continente). No entanto, a situação inverte-se nas tipologias de apoio Vale I&DT e Núcleos de I&DT, uma vez que se dirigem essencialmente a Pequenas Empresas. Como tal, as respectivas candidaturas têm uma maior incidência nos PO Regionais das Regiões de Convergência.

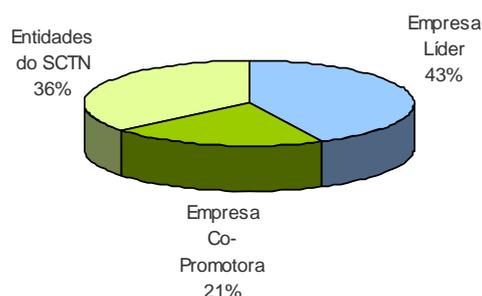
Gráfico 3.7: Investimento de Candidaturas ao SI I&DT Recepcionado pelo COMPETE e PO Regionais (Convergência), 2007-2010



Fonte: SI POFC.

Os 222 projectos de I&DT em co-promoção (incluindo Projectos Mobilizadores) aprovados envolvem 174 empresas-líder, 234 empresas na qualidade de co-promotoras e 77 entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, das quais 16 são localizadas em Lisboa (o que representa cerca de 20% do total das entidades). Analisando o investimento elegível apoiado nos projectos de I&DT em co-promoção (gráfico 3.8), constata-se que 64% do investimento apoiado será realizado por empresas, sendo os restantes 36% assegurados pelas entidades SCT.

Gráfico 3.8: Investimento Aprovado nos Projectos em Co-Promoção, por Tipo de Co-Promotor, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

Regionalmente, constata-se que perto de 60% do investimento elegível apoiado se localiza na Região Norte.

Tal como será reportado no ponto específico da análise dos projectos aprovados ao abrigo da regra “*spill-over effects*”, o investimento elegível apoiado localizado na Região de Lisboa assume um carácter excepcional e residual (limitando-se a 3,5% do investimento elegível total do SI I&DT).

Tabela 3.8: Projectos Aprovados no SI I&DT, por NUTS II, 2007-2010

Unid: Mil Euros

| NUTS II   | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |                |
|---|---------------------------------|-----------------------|----------------|
|   | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo      |
| Norte   | 158                             | 194.248               | 85.111         |
| Centro  | 117                             | 94.868                | 44.547         |
| Alentejo  | 18                              | 7.280                 | 3.743          |
| Multi-Regiões Convergência                      | 90                              | 101.150               | 63.763         |
| Norte   |                                 | 60.991                | 37.489         |
| Centro  |                                 | 33.745                | 22.303         |
| Alentejo  |                                 | 6.415                 | 3.971          |
| Multi-Regiões Convergência e Spill-Over Effects | 59                              | 93.361                | 59.964         |
| Norte   |                                 | 34.433                | 21.166         |
| Centro  |                                 | 35.053                | 22.549         |
| Alentejo  |                                 | 6.453                 | 3.911          |
| Lisboa  |                                 | 17.422                | 12.339         |
| <b>TOTAL SI I&amp;DT</b>                        | <b>442</b>                      | <b>490.907</b>        | <b>257.127</b> |

Fonte: SI POFC.

O sector da Indústria concentra cerca de 2/3 dos projectos aprovados e do investimento elegível apoiado, destacando-se os sectores de fabricação de produtos farmacêuticos e fabricação de produtos metálicos e de máquinas e equipamentos. Relativamente aos Serviços, que recolhe cerca de 26% do investimento elegível apoiado, releve-se o sector da consultoria e programação informática.

Tabela 3.9: Projectos Aprovados no SI I&DT, por Sector de Actividade, 2007-2010

*Unid: Mil Euros*

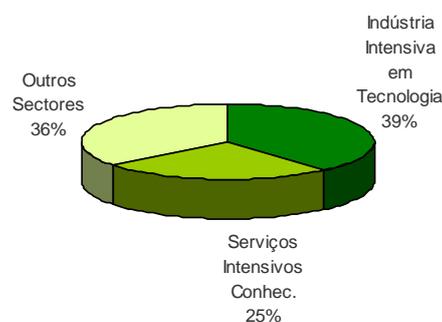
| Sector de Actividade  | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |                |
|---|---------------------------------|-----------------------|----------------|
|   | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo      |
| 21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas                                | 7                               | 93.026                | 30.320         |
| 25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos  | 36                              | 52.403                | 23.521         |
| 62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas   | 56                              | 51.579                | 30.997         |
| 29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis          | 21                              | 27.507                | 13.564         |
| 28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.   | 22                              | 27.349                | 15.926         |
| 13 - Fabricação de têxteis  | 25                              | 20.236                | 12.293         |
| 72 - Actividades de investigação científica e de desenvolvimento  | 30                              | 19.784                | 12.816         |
| 71 - Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas | 24                              | 18.075                | 11.052         |
| 86 - Actividades de saúde humana  | 2                               | 16.750                | 10.000         |
| 82 - Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas                                   | 7                               | 16.398                | 8.615          |
| 23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos  | 17                              | 16.107                | 9.553          |
| 26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos   | 17                              | 14.942                | 6.224          |
| 20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos      | 18                              | 10.013                | 6.564          |
| 27 - Fabricação de equipamento eléctrico  | 16                              | 9.698                 | 3.934          |
| 10 - Indústrias alimentares   | 16                              | 9.632                 | 6.521          |
| Outros Sectores   | 128                             | 87.408                | 55.226         |
| <b>TOTAL SI I&amp;DT</b>  | <b>442</b>                      | <b>490.907</b>        | <b>257.127</b> |

Fonte: SI POFC.

Analisando os sectores de actividade em termos de intensidade de conhecimento e de tecnologia, verifica-se que cerca de 2/3 do investimento elegível apoiado se enquadra em sectores de alta e média-alta intensidade.

Dos 442 projectos aprovados no SI I&DT, 408 projectos, com um incentivo de 199,3 milhões de euros, encontravam-se contratados, no final de 2010, correspondendo a 92% dos projectos aprovados.

Gráfico 3.9: Incentivo Aprovado no SI I&DT, por Sector de Actividade, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

**MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** I&DT em Co-promoção

**N.º DE PROJECTO:** 1585

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** ADVANCEDSHOE - Integração de Soluções Avançadas de Materiais e de Desenvolvimento de Produto em Calçado

**CONSÓRCIO PROMOTOR:**

**PROMOTOR LÍDER:**

Procalçado - Produtora de Componentes para Calçado, S.A

**CO-PROMOTORES:**

DCB - Componentes e Calçado, Lda; Indinor - Indústrias Químicas, S.A.; Curtumes Aveneda, Lda; Albano Miguel Fernandes, Lda.; Instituto Politécnico de Bragança; PIEP - Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros; Centro Tecnológico do Calçado de Portugal; Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; ICC - Indústrias e Comércio de Calçado, S.A.; CEI-Companhia de Equipamentos Industriais, LDA

**LOCALIZAÇÃO:** Multi-regiões

**INVESTIMENTO APROVADO:** 1.240.517,82 euros **INCENTIVO APROVADO:** 882.111,00 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

O projecto AdvancedShoe pretende integrar sinergicamente soluções avançadas de materiais, *design* e construções no desenvolvimento de um calçado de elevado desempenho (CED), multifuncional e reconhecido pelo consumidor. O calçado a desenvolver deverá combinar a vertente do design funcional, ser apelativo e responder às exigências de segurança, protecção, técnica e de conforto, devendo apresentar características de resistência ao fogo e ao calor; ao escorregamento; aos fungos e às bactérias; à água; e com propriedades eléctricas adequadas à sua utilização

**RESULTADOS ESPERADOS:**

O AdvancedShoe actua nas áreas da cadeia de desenvolvimento do produto calçado de elevado desempenho (CED):

- Desenvolvimento e introdução de novos métodos e ferramentas para envolver o cliente e o consumidor na fase de criação do calçado;
- Síntese e compatibilização química de nanopartículas; desenvolvimento de materiais de couro funcionais pela incorporação de nanopartículas ou aplicação de revestimentos funcionais (quitosano e microsferas de quitosano com princípios activos); desenvolvimento de materiais nanocompósitos para formulação de termoplásticos, borracha e poliuretano com vista a aplicação em solas e palmilhas;
- Desenvolvimento de um sistema laboratorial com base na tecnologia plasma para explorar a sua potencialidade na modificação/funcionalização superficial dos materiais com vista a aplicação no desenvolvimento de CEDs;
- Estimular a utilização de simulações computacional na fase da concepção e desenvolvimento das solas, palmilhas e calçado de elevado desempenho; desenvolvimento de ferramentas de simulação computacional para desenvolver solas e calçado com características antiderrapantes. Desenvolvimento de materiais e calçado de elevado desempenho.

**MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** I&DT em Co-promoção

**N.º DE PROJECTO:** 3380

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** SolarTiles - Desenvolvimento de Sistemas Solares Fotovoltaicos em Coberturas e Revestimentos Cerâmicos

**CONSÓRCIO PROMOTOR:**

**PROMOTOR LÍDER:**

REVIGRÉS - Indústria de Revestimentos de Grés, Lda.

**CO-PROMOTORES:**

DOMINÓ - Indústrias Cerâmicas, SA; CS - Coelho da Silva, SA; CTCV – Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro; CENIMAT - Centro de Investigação em Materiais da FCT/UNL; UMINHO - Universidade do Minho; LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia; De Viris - Natura e Ambiente, SA

**LOCALIZAÇÃO:** Multi-regiões

**INVESTIMENTO APROVADO:** 2.000.291,17 euros **INCENTIVO APROVADO:** 1.187.340,22 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

Desenvolvimento, à escala laboratorial, de protótipos funcionais de produtos cerâmicos fotovoltaicos integrados, de elevada eficiência, para revestimentos de edifícios (telhas e revestimentos exteriores de fachada) que incorporem, de raiz e por deposição, filmes finos fotovoltaicos. Pretende-se que os protótipos a desenvolver se caracterizem por uma elevada qualidade estética e desempenho técnico. Os filmes em consideração são do tipo silício nanocristalino ou polimorfo, tecnologia que pertence à terceira, ou última, geração de materiais fotovoltaicos.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

Pretende-se contribuir para um novo tipo de arquitectura de edifícios, que inclua o *eco-design*, fachadas e coberturas de edifícios baseados em materiais cerâmicos fotovoltaicos, numa perspectiva de novos produtos cerâmicos multifuncionais, em que se pretende conjugar as funções de revestimento, estética e de produção de energia, em particular:

- Desenvolver produtos cerâmicos multifuncionais de maior valor acrescentado, para fachadas e coberturas;
- Dinamizar a cooperação, e promover sinergias, entre empresas de sectores clássicos com empresas e instituições de investigação do sector das energias renováveis;
- Revitalizar o sector da indústria cerâmica, em concreto os subsectores dos revestimentos e coberturas cerâmicas, colocando valor acrescentado nos seus produtos e passando a dispor de novas soluções construtivas adequadas a uma construção sustentável;
- Contribuir para a dinamização e promoção do desenvolvimento da indústria fotovoltaica em Portugal, com uma elevada incorporação de conhecimento e assim de valor acrescentado para a economia nacional.

No que respeita ao concurso para Projectos Mobilizadores, importa destacar a sua orientação para projectos classificados como âncora no âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC) reconhecidas como Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters (PCT/OC), tendo sido aprovados os seguintes projectos:

**Tabela 3.10: Projectos Mobilizadores Aprovados, 2007-2010**

| N.º Proj. | Promotor Líder  | PCT/OC   | Designação do Projecto   |
|-----------|---|--|--|
| 013842    | HIS - E-Health Innovation Systems, Lda.   | PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica | TICE.HEALTHY: Sistemas de Saúde e Qualidade de Vida  |
| 013843    | METICUBE - Sistemas de Informação, Comunicação e Multimédia, Lda.                   | PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica | TICE.MOBILIDADE - Sistema de Mobilidade Centrado no Utilizador                                   |
| 013844    | VN Automóveis, S.A.   | PCT das Indústrias da Mobilidade                             | MobiCar - Concepção, Desenvolvimento, Teste e Demonstração de Soluções de Mobilidade Sustentável |
| 013846    | FRULACT - Ingredientes para a Indústria de Lactínios, S.A.                          | PCT Agro-industrial  | NOVELTEC - Desenvolvimento de Novas Tecnologias de Suporte à Criação de Produtos Inovadores      |
| 013847    | CARDMOBILI - Desenvolvimento de Software, S.A.                                      | PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica | MOBIPAG - Iniciativa Nacional para os Pagamentos Móveis  |
| 013848    | TMG - Tecidos Plastificados e Outros Revestimentos para a Indústria Automóvel, S.A. | PCT da Moda  | Powered Textiles Século 21 (PT21)  |
| 013849    | TEGOPI - Indústria Metalomecânica, S.A.   | PCT das Tecnologias de Produção                              | PRODUTEC PSI - Novos Produtos e Serviços para a Indústria Transformadora                         |
| 013850    | J. Sampaio & Irmão, Lda.  | PCT da Moda  | NEWALK - Materiais, Componentes e Tecnologias para Calçado do Futuro                             |
| 013852    | ALCATEL-LUCENT Portugal, S.A.   | PCT da Saúde   | ALL4ALL - Padrão de Cuidados Primários para Serviços de AAL                                      |
| 013853    | Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.   | PCT da Saúde   | Do IT - Desenvolvimento e Operacionalização da Investigação de Translação                        |
| 013854    | CEI - Companhia de Equipamentos Industriais, Lda.                                   | Cluster da Pedra Natural                                     | INOV STONE - Novas Tecnologias para a Competitividade da Pedra Natural                           |
| 013856    | ANÍBAL H. ABRANTES - Indústrias de Moldes e Plásticos, S.A.                         | PCT Engineering & Tooling                                    | Tooling EDGE - Produção Sustentável de Elevado Desempenho  |

Fonte: SI POFC.

Os Projectos Mobilizadores caracterizam-se pelo seu cariz transversal e natureza agregadora de um conjunto significativo de competências científicas e tecnológicas, bem como pelo elevado conteúdo tecnológico e de inovação, gerando impactes significativos a nível multisectorial e/ou regional e/ou ao nível de determinado *cluster*, constituindo-se como um vector essencial para a concretização e afirmação de estratégias de desenvolvimento sustentadas em lógicas de eficiência colectiva. São realizados em parceria entre empresas e entidades do SCT, assegurando o acesso pelas primeiras a conhecimentos científicos e tecnológicos avançados e potenciando uma efectiva transferência do conhecimento e valorização dos resultados de I&DT junto das empresas, envolvendo um número assinalável de promotores.

Em concreto, o concurso lançado em 2010 foi protagonizado por cerca de 200 promotores, dos quais cerca de 150 empresas, 50 entidades do SCT.

**MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Projectos Mobilizadores

**N.º DE PROJECTO:** 13843

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** TICE.MOBILIDADE - Sistema de Mobilidade Centrado no Utilizador

**CONSÓRCIO PROMOTOR:**

**PROMOTOR LÍDER:**

METICUBE - Sistemas de Informação, Comunicação e Multimédia, Lda

**CO-PROMOTORES:**

OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA; MEDIAPRIMER - Tecnologias e Sistemas Multimédia, Lda; AMI - Tecnologias para Transportes, SA; ASSOC. CCG / ZGDV - Centro de Computação Gráfica; Universidade de Coimbra; UBIWHERE, LDA; PONTO C - Desenvolvimento de Sistemas de Informação, Lda; MICRO I/O - Serviços de Electrónica, Lda; Universidade de Aveiro; Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial; CRITICAL MOVE, SA; WIZDEE - Sistemas de Gestão de Conhecimento, Lda; MONITAR, Lda; PROCESS.NET - Sistemas de Informação, Lda; Instituto Pedro Nunes - Assoc. para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia; INESC INOVAÇÃO - Instituto de Novas Tecnologias; INESC PORTO - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto; Universidade do Minho; AMBISIG - Ambiente e Sistemas de Informação Geográfica, Lda; ISA - Intelligent Sensing Anywhere, SA; SMARTMOVE, Lda; I2S - Informática, Sistemas e Serviços, SA; CRITICAL SOFTWARE, SA; EFACEC - Engenharia e Sistemas, SA; CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel; INTELI - Inteligência em Inovação, Centro de Inovação

**LOCALIZAÇÃO:** Multi-regiões

**INVESTIMENTO APROVADO:** 5.805.141,49 euros **INCENTIVO APROVADO:** 4.003.365,84 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

Disponibilizar no mercado serviços de mobilidade centrados no utilizador, usando para tal a infra-estrutura *Internet* e convergindo, assim, para a disponibilização deste tipo de soluções no mercado.

A concretização do projecto passa pelo desenvolvimento de uma plataforma de comercialização de serviços de mobilidade, chamada "One.Stop.Transport" e pelo desenvolvimento de produtos e serviços de mobilidade, que serão comercializadas nessa plataforma, mas também com estratégias autónomas. O projecto propõe a utilização duma plataforma de *middleware open source*, que suportará um conjunto de normas ISO, promovendo uma interoperabilidade semântica entre os diferentes *users*, sobre a qual são desenvolvidos serviços/funcionalidades, expressos nos diferentes Produtos, Processos ou Sistemas (PPS) dele resultantes.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

**PPS 1:** One.Stop.Transport - Desenvolvimento de uma plataforma digital de partilha de informação dirigida ao desenvolvimento de serviços de mobilidade urbana. A plataforma One.Stop.Transport é o agregador de

todos os restantes PPS e um canal de promoção, disponibilização e venda dessas soluções ao público.

**PPS 2:** SEMA - Visa fornecer uma camada de interoperabilidade semântica sobre os dados do PPS 1 para que todos os outros PPS possam usufruir desta mais-valia, bem como realizar o enriquecimento semântico da informação tratada através do acesso a fontes de informação complementares e proporcionar aos vários PPS mecanismos de atenção selectiva artificial, com vista à selecção da alternativa mais relevante a cada momento.

**PPS 3:** weMOVEyou - Sistema de gestão para soluções de transporte urbano – Desenvolvimento de um sistema de transporte baseado em veículos eléctricos autónomos (sem condutor) que permita interligar o transporte cibernético com as redes de transporte público actuais.

**PPS 4:** Bike Emotion – Desenvolvimento de um serviço de utilização de bicicletas privadas e públicas, em sistema de bike sharing, através de tecnologia que permite a localização, reserva e pagamento de forma simples, bem como, o bloqueio e a localização da bicicleta em qualquer momento e em qualquer lugar, Inclui ainda um sistema de informação útil ao ciclista (informação turística, sugestões de lazer e entretenimento).

**PPS 5:** BUSCA - BUS Context-Awareness - Visa permitir às empresas de transportes públicos a disponibilização de serviços de informação para os seus clientes de forma a tornar a viagem mais agradável, e se possível trazer novos utentes, pelo uso de tecnologias ubíquas e de realidade aumentada, com acesso a informação contextualizada pelo local onde o veículo circula.

**PPS 6:** ECO-Circuitos – Desenvolvimento de um sistema capaz de gerar relatórios de impactes financeiros, temporais e ambientais do padrão de mobilidade do utilizador, fornecendo alternativas personalizadas e ajustadas a cada indivíduo, capazes de aumentar a sua eficiência energética e o bem-estar geral (eficiência e fluidez de tráfego ou mudança de comportamentos/equipamentos conducentes à optimização de gastos/consumos e à diminuição de impacte ambiental).

**PPS 7:** 2STAX - Sistemas e Serviços de Taxação - Desenvolvimento de um sistema para geração de mapas da actividade urbana em tempo real, os quais podem incidir sobre várias temáticas, estando já previsto abordar o risco de sinistralidade no espaço urbano. Esta informação pode ir ao encontro das necessidades e utilizações específicas de cada cliente: tarificação do seguro sobre automóveis em função da utilização (quilómetros percorridos, vias utilizadas, horários de circulação) e disponibilizar alertas ao condutor sobre zonas de elevado risco de sinistralidade.

**PPS 8:** Easy Access - Plataforma para Promoção da Mobilidade Inclusiva – Desenvolvimento de uma plataforma de acesso a informação e a serviços articulados entre vários meios de transporte, centrada no utilizador que, sendo acessível a pessoas com necessidades especiais e com mobilidade reduzida, seja promotora da mobilidade inclusiva.

**PPS 9:** Mobicar Info – Visa obter um sistema de "Infotainment" (Informação e entretenimento) para o veículo MobiCar que permita a interligação entre os projectos de mobilidade eléctrica e das tecnologias de informação e comunicação. Pretende-se integrar o projecto MobiCar num ecossistema mais abrangente de mobilidade urbana inteligente que seja energeticamente eficiente e economicamente sustentável, através da integração com o sistema MOBI.E e com a Plataforma de Mobilidade.

### 3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme detalhado no ponto 2.4.1, o ano de 2010 foi marcado por uma conjuntura macroeconómica desfavorável. Assim, foi implementado um conjunto de medidas de aceleração da execução no âmbito dos Sistemas de Incentivos (ver ponto 2.3.2), das quais se destaca, pelas especificidades do SI I&DT, a simplificação dos formulários de candidatura no que respeita à apresentação da informação relativa às despesas com a afectação de pessoal técnico dos promotores.

## 3.2 EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO

O Eixo II concentra a maior fatia de incentivos ao investimento empresarial, fomentando a inovação e a renovação do padrão de especialização do tecido produtivo em direcção a actividades de forte crescimento e potencial competitivo internacional. Tem os seguintes **objectivos específicos**:

- Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transaccionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;
- Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;
- Incentivar o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o feminino;
- Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento;
- Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de factores dinâmicos de competitividade.

Para tal, concentra dois **instrumentos** de apoio directo às empresas:

- SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação: dirigido a projectos de média e grande dimensão, visa estimular a inovação do tecido empresarial pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como o estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento;

- SI PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME: visa promover a competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa das PME no mercado global, sendo apoiáveis investimentos em factores dinâmicos da competitividade nas seguintes áreas: Propriedade industrial; Criação, moda e *design*; Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos; Organização e gestão e tecnologias de informação e comunicação (TIC); Qualidade; Ambiente; Inovação; Diversificação e eficiência energética; Economia digital; Comercialização e *marketing*; Internacionalização; Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho; Igualdade de oportunidades.

Tal como explicitado no ponto 2.6.1, no COMPETE são apoiadas as médias e grandes empresas, bem como os projectos de micro e pequenas empresas com investimentos em mais do que uma Região de Convergência. Deste modo, cabe aos respectivos PO Regionais o apoio aos restantes projectos de micro e pequenas empresas.

### 3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo II prevê seis indicadores de resultados (a apurar em sede de encerramento dos projectos) e seis indicadores de realização.

Relativamente aos indicadores de realização, as respectivas metas estão a ser atingidas, com excepção do indicador referente ao empreendedorismo. De facto, o cumprimento deste indicador está a ser prejudicado pela opção de focar os apoios ao empreendedorismo em PME que, deste modo, são financiados essencialmente através dos PO Regionais (conforme foi constatado atrás).

Apesar de ainda não existir informação sobre os indicadores de resultados (o reduzido número de projectos encerrados não permite uma aferição destes indicadores), destaque-se o esforço positivo do Programa na concentração dos apoios em projectos inovadores, potenciadores do aumento das exportações nacionais (e, portanto, direccionados para sectores transaccionáveis e internacionalizáveis) e que visem a alteração do nosso perfil produtivo (através da concentração em sectores de elevada intensidade tecnológica e de conhecimento).

Destaque-se ainda, dos projectos estruturantes, o elevado peso dos projectos centrados em sectores intensivos em tecnologia e conhecimento, em especial no âmbito dos projectos instalados de raiz (“*greenfields*”), concentrando 53% do investimento elegível.

**Tabela 3.11: Indicadores de Realização do Eixo II**

| Indicador   | Metas |      | Cumprimento Actual |         |
|---|-------|------|--------------------|---------|
|   | 2010  | 2015 | 2007-2010          | Sim/Não |
| <b>INCENTIVO À INOVAÇÃO PRODUTIVA</b><br>(Investimento total de projectos inovadores)/ (Investimento total de empresas)   | 55%   | 67%  | 91%                | Sim     |
| <b>INCREMENTO NA CADEIA DE VALOR EM SECTORES MADUROS</b><br>(Investimento total de projectos inovadores em sectores de média-baixa e baixa tecnologia) / (Investimento total em sectores de média-baixa e baixa tecnologia)                             | 50%   | 60%  | 86%                | Sim     |
| <b>ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO TRANSACCIONÁVEL E INTERNACIONALIZÁVEL</b><br>(Investimento em sectores de produção transaccionável e internacionalizável) / (Investimento total de empresas)  | 80%   | 80%  | 96%                | Sim     |
| <b>INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO</b><br>(N.º de empresas criadas) / (N.º de empresas apoiadas)  | 20%   | 20%  | 11%                | Não     |
| <b>EMPRESAS CRIADAS NOS SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO</b><br>(Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento Total em empresas criadas)                                | 50%   | 50%  | 76%                | Sim     |
| <b>APOIO A PROJECTOS ESTRUTURANTES EM SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO</b><br>(Investimento estruturante de raiz em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total de projectos estruturantes apoiados) | 15%   | 20%  | 53%                | Sim     |

Fonte: SI POFC.

**Tabela 3.12: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo II, 2010**

| Áreas                                   | Indicador  | Eixos Relevantes  | Valor |
|---|--|-------------------|-------|
| Emprego criado                          | 1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)            | Total do PO       | (*)   |
| Ajudas directas ao investimento nas PME | 7. N.º de projectos  | Eixos I, II e III | 870   |
|   | 8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)         | Eixos I e II      | 62    |
|   | 9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                                       | Eixos I e II      | (*)   |
|   | 10. Investimento total induzido (em milhões de euros)                                    | Eixos I, II e III | 684   |
| Sociedade de Informação                 | 11. N.º de projectos   | Total do PO       | 132   |
| Energias Renováveis                     | 23. N.º de projectos   | Total do PO       | 2     |
|   | 24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh) | Total do PO       | (*)   |
| Alterações Climáticas                   | 30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)             | Eixo II           | (*)   |
| Turismo                                 | 34. N.º de projectos   | Total do PO       | 46    |
|   | 35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                               | Total do PO       | (*)   |
| Saúde                                   | 38. N.º de projectos   | Total do PO       | 3     |

Legenda: (\*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados. Fonte: SI POFC.

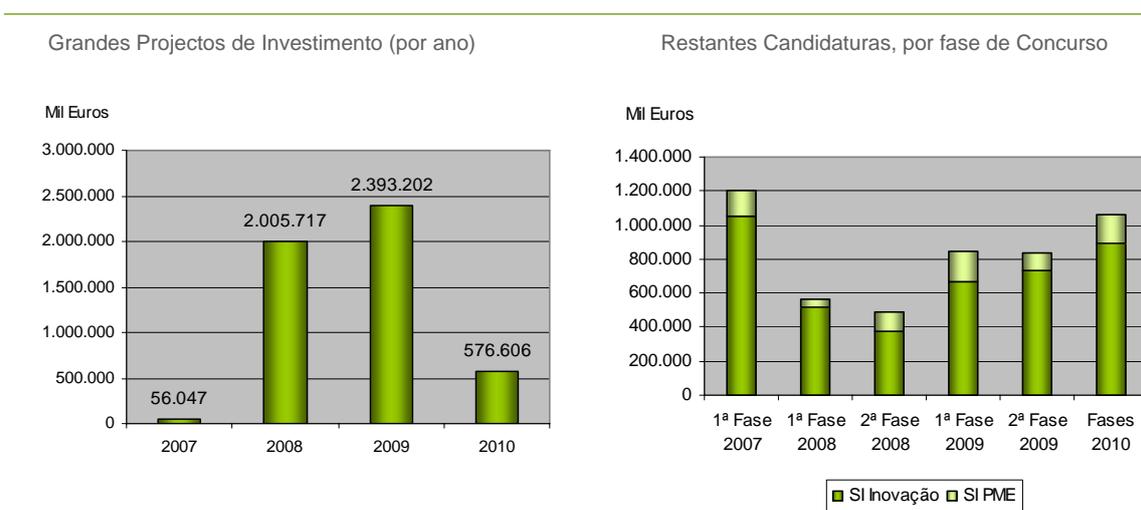
### 3.2.2. Análise qualitativa

Em 2010, no âmbito dos sistemas de incentivos SI Inovação e SI PME, foram recepcionadas 442 candidaturas, com um investimento associado de 1,5 mil milhões de euros. Em termos acumulados desde o início do Programa, foram recebidas 2.132 candidaturas, alavancando um investimento de 11,1 mil milhões de euros.

A diminuição da procura deve-se essencialmente ao menor volume de investimento recebido associado aos grandes projectos<sup>36</sup> (Regime Especial e Interesse Estratégico Nacional), bem como à opção tomada pela Gestão de não abrir novos concursos durante o ano de 2010 devido à elevada aprovação (muito além da dotação inicialmente fixada) registada no concurso de 2009 (ver ponto 2.4.5).

Saliente-se, no entanto, igualmente em virtude de não terem sido abertos mais AAC durante 2010, a elevada procura relativamente aos concursos lançados no final do ano (tendo a grande maioria das candidaturas sido recepcionada já em 2011).

**Gráfico 3.10: Volume de Investimento de Candidatura Recepcionado pelo COMPETE, 2007-2010**



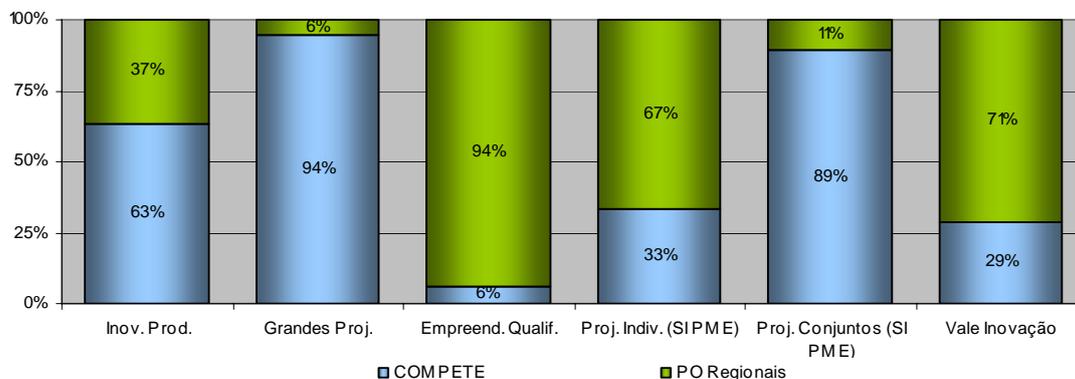
Fonte: SI POFC.

Tal como foi referido na análise do Eixo I, também no Eixo II deverá ser considerada a complementaridade de apoios entre o COMPETE e os PO Regionais Norte, Centro e Alentejo. De facto, há tipologias de apoio, nomeadamente "Empreendedorismo Qualificado" e "Vale Inovação", que, por serem mais vocacionadas para pequenas empresas, são apoiadas

<sup>36</sup> Note-se que nem todos os projectos do Regime Especial e de Interesse Estratégico Nacional são considerados como "Grandes Projectos" na acepção dos Regulamentos Comunitários (ou seja, com investimento total superior a 50 milhões de euros).

essencialmente pelos respectivos PO Regionais.

**Gráfico 3.11: Investimento de Candidaturas ao Eixo II Recepcionado pelo COMPETE e pelos PO Regionais (Convergência), 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Em 2010 foram aprovados 402 novos projectos com um investimento elegível de 1,8 mil milhões de euros e um incentivo de 474,1 milhões de euros, mantendo-se o elevado volume de aprovações registado no ano anterior.

Encontravam-se aprovados, no final do ano, 1.239 projectos, com um investimento elegível associado de 4,6 mil milhões de euros e um incentivo de 1,4 mil milhões de euros. Como seria expectável pela própria tipologia de projectos, foi no âmbito do SI PME que mais projectos foram aprovados (65,0%), embora tenha sido através do SI Inovação que maior volume de investimento elegível foi apoiado (91,3%).

**Tabela 3.13: Candidaturas e Projectos Aprovados no Eixo II por Instrumento, 2007-2010**

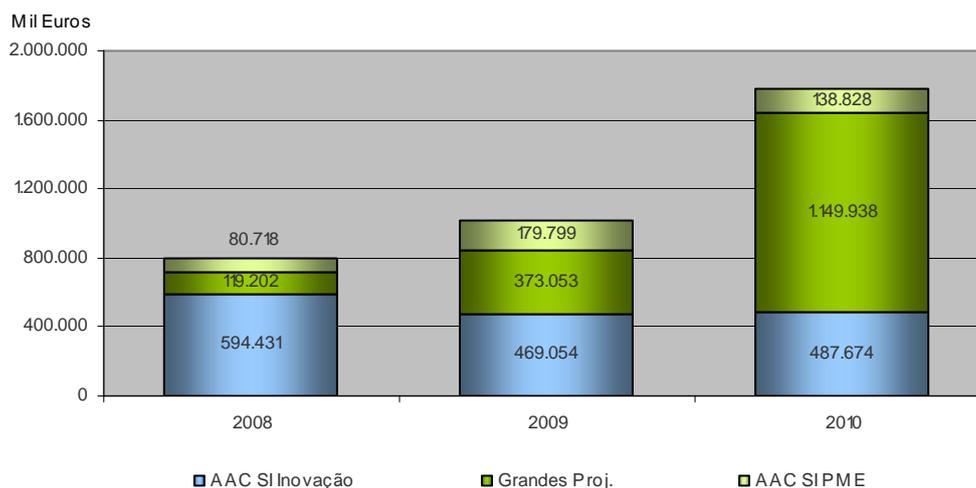
Unid: Mil Euros

| Instrumento                                      | Candidaturas (2007-2010) |                   | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |                  |
|--|--------------------------|-------------------|---------------------------------|-----------------------|------------------|
|  | N.º Proj.                | Investimento      | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo        |
| SI Inovação - Inovação Produtiva                 | 839                      | 3.455.417         | 398                             | 1.539.485             | 725.633          |
| SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado       | 25                       | 40.614            | 12                              | 11.673                | 6.873            |
| SI Inovação - Reg. Especial e Proj. Int. Estrat. | 52                       | 5.031.572         | 18                              | 1.642.194             | 329.112          |
| SI PME - Projecto Individual e de Cooperação     | 872                      | 441.262           | 533                             | 181.300               | 72.192           |
| SI PME - Projectos Conjuntos                     | 130                      | 276.208           | 108                             | 214.203               | 105.652          |
| SI PME - Vale Inovação                           | 206                      | 4.893             | 164                             | 3.841                 | 2.872            |
| Projectos transitados do QCA III                 | 8                        | 1.892.172         | 6                               | 999.580               | 168.050          |
| <b>TOTAL EIXO II</b>                             | <b>2.132</b>             | <b>11.142.139</b> | <b>1.239</b>                    | <b>4.592.275</b>      | <b>1.410.384</b> |

Fonte: SI POFC.

Em termos de evolução anual das aprovações, excluindo os projectos transitados do QCA III, verifica-se que foi em 2010 que mais investimento elegível foi apoiado, em especial devido ao apoio ao Projecto da RPP Solar (que foi aprovado com um investimento elegível de 1,1 mil milhões de euros)<sup>37</sup>.

Gráfico 3.12: Volume de Investimento Elegível Apoiado no Eixo II, por Tipologia de Apoio e por Ano, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

Regionalmente, verifica-se um predomínio de apoio a projectos localizados na Região Norte, em termos de número de projectos (perto de 50% do total) e na Região Centro, em termos de Incentivo aprovado (45,9% do total).

Tal facto resulta da concentração da Região Norte nas tipologias de apoio a PME (SI Qualificação e Internacionalização das PME e Empreendedorismo Qualificado), enquanto a Região Centro absorve perto de metade do incentivo atribuído a projectos de inovação produtiva.

Assim, o investimento elegível médio por projecto varia entre os 10,4 milhões de euros em projectos do Alentejo, 5,5 milhões de euros na Região Centro e 1,7 milhões de euros na Região Norte.

<sup>37</sup> Sendo considerado como Grande Projecto, encontra-se no Anexo X uma análise detalhada deste Projecto.

**Tabela 3.14: Projectos Aprovados do Eixo II por NUTS II, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| NUTS II                    | Projectos Aprovados |                       |                  |
|----------------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
|                            | N.º Proj.           | Investimento Elegível | Incentivo        |
| Norte                      | 612                 | 1.046.228             | 427.768          |
| Centro                     | 451                 | 2.479.371             | 619.307          |
| Alentejo                   | 80                  | 829.194               | 251.854          |
| Multi-Regiões Convergência | 96                  | 237.482               | 111.456          |
| <i>Norte</i>               |                     | <i>120.356</i>        | <i>54.890</i>    |
| <i>Centro</i>              |                     | <i>56.299</i>         | <i>27.893</i>    |
| <i>Alentejo</i>            |                     | <i>60.827</i>         | <i>28.673</i>    |
| <b>TOTAL EIXO II</b>       | <b>1.239</b>        | <b>4.592.275</b>      | <b>1.410.384</b> |

Fonte: SI POFC.

Em termos sectoriais, constata-se uma predominância no apoio à Indústria, que concentra 76,3% dos projectos apoiados e 86,4% do investimento elegível aprovado, o que se revela consentâneo com os objectivos do Programa.

**Tabela 3.15: Projectos Aprovados do Eixo II por Sector de Actividade, 2007-2010**

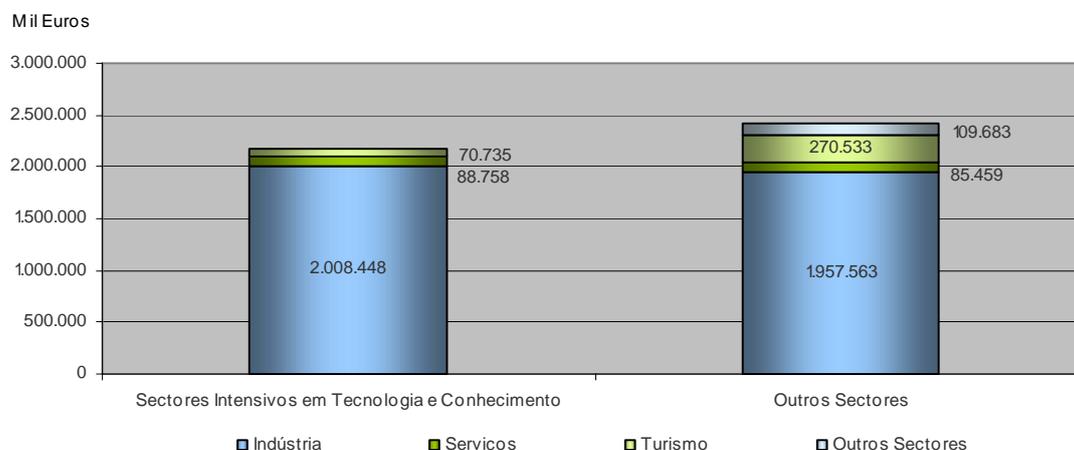
*Unid: Mil Euros*

| Sector de Actividade | Projectos Aprovados |                       |                  |
|----------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
|                      | N.º Proj.           | Investimento Elegível | Incentivo        |
| Indústria            | 945                 | 3.966.011             | 1.130.932        |
| Turismo              | 46                  | 341.268               | 143.892          |
| Serviços             | 116                 | 174.217               | 82.313           |
| Comércio             | 65                  | 72.526                | 35.161           |
| Transportes          | 23                  | 23.173                | 11.520           |
| Construção           | 40                  | 10.993                | 4.756            |
| Energia              | 1                   | 2.990                 | 1.346            |
| Outros sectores      | 3                   | 1.097                 | 464              |
| <b>TOTAL EIXO II</b> | <b>1.239</b>        | <b>4.592.275</b>      | <b>1.410.384</b> |

Fonte: SI POFC.

Analisando o apoio no sector da Indústria por intensidade tecnológica e de conhecimento, conclui-se que o peso relativo do investimento elegível apoiado em actividades intensivas em tecnologia e conhecimento tem sido superior ao da estrutura empresarial existente em Portugal (47,2% do investimento elegível aprovado é referente a projectos industriais de alta ou média alta intensidade tecnológica ou a projectos de serviços com forte intensidade de conhecimento). Tal conclusão encontra-se em consonância com os objectivos do Programa e com a focalização na inovação dos instrumentos de apoio às empresas.

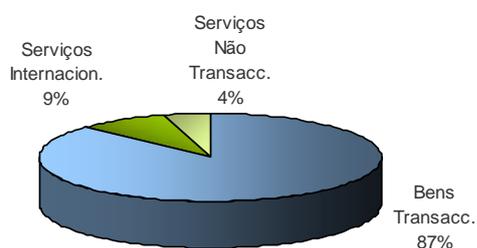
Gráfico 3.13: Distribuição do Investimento Elegível no Eixo II, por Sector de Actividade, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

Tal como consta dos objectivos do Eixo Prioritário, e conforme se pode constatar pela análise do gráfico 3.14, o apoio directo a empresas está orientado para sectores de bens transaccionáveis ou serviços internacionalizáveis (concentrando 96% do investimento elegível apoiado).

Gráfico 3.14: Investimento Elegível do Eixo II, por Sector de Actividade, 2007-2010



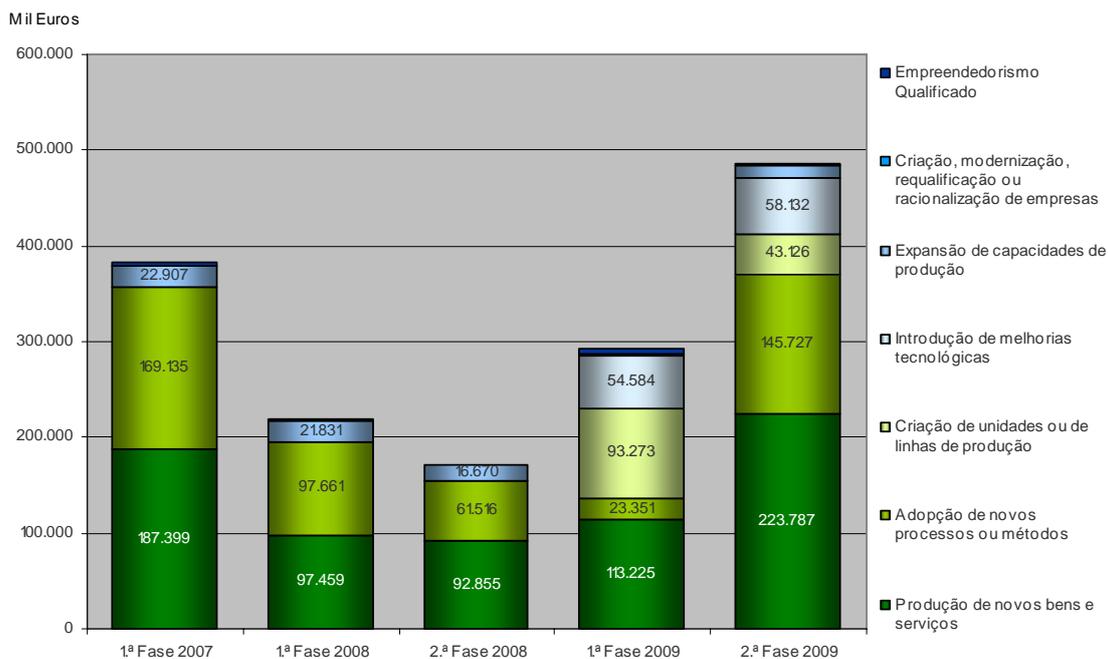
Fonte: SI POFC.

No âmbito do SI Inovação, observa-se um maior peso das tipologias referentes à “Produção de novos bens e serviços” (cerca de metade do investimento elegível apoiado) e “Adopção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos” (cerca de 1/3 do investimento elegível apoiado).

Conforme referido no Relatório de Execução de 2009, o conceito de “inovação” foi flexibilizado, com um carácter de transitório na 1.ª Fase de 2009, como instrumento de combate à crise, de forma a permitir o apoio a projectos de “Criação de unidades ou de linhas de produção” e de “Introdução de melhorias tecnológicas”.

No entanto, realce-se o elevado investimento elegível apoiado na 2.ª fase de 2009 (concurso que ultrapassou largamente a dotação inicialmente definida) para a inovação de produto (“Produção de novos bens e serviços”).

**Gráfico 3.15: Investimento Elegível dos AAC do SI Inovação, por Tipologia e por Fase de Candidatura, 2007-2010**

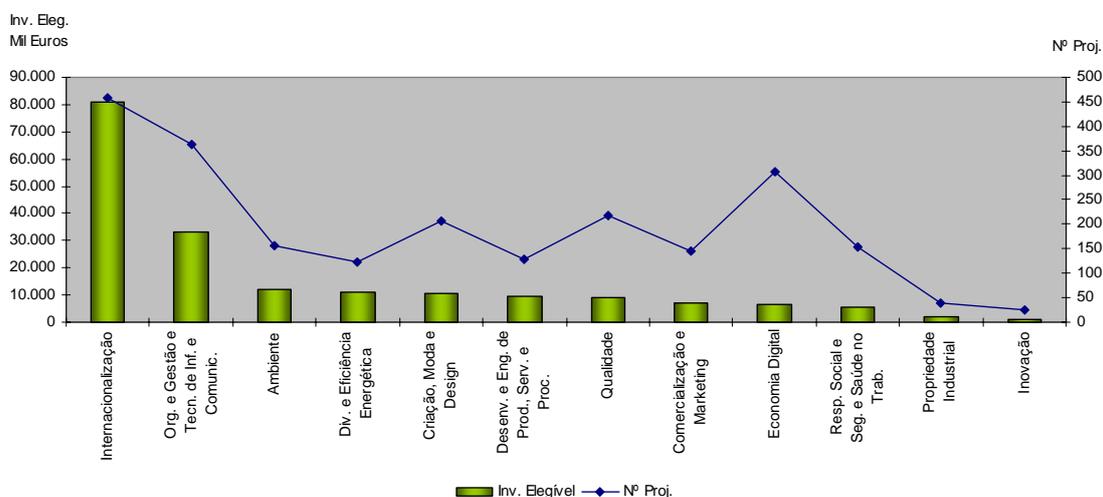


Fonte: SI POFC.

Quanto aos projectos individuais e de cooperação do SI PME, verifica-se que a principal tipologia de investimento apoiada é a Internacionalização, constatando-se que 85,7% dos projectos aprovados incluem investimentos nesta componente, concentrando 43% do investimento elegível apoiado no total deste instrumento.

Em termos de número de projectos, destaque-se ainda as tipologias “Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação” (representada em 67,9% dos projectos aprovados) e “Economia Digital” (em 57,8% do total de projectos).

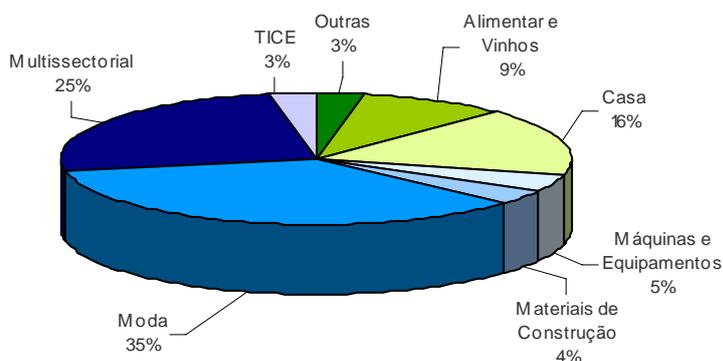
**Gráfico 3.16: Investimento Elegível do SI PME, por Tipologia de Projecto, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

No âmbito dos projectos conjuntos e dos efeitos por eles gerados junto das empresas e das respectivas actividades em torno das diferentes cadeias de valor, salientam-se as fileiras da Moda (35% do investimento elegível apoiado), Casa (16%) e Alimentar e Vinhos (9%), bem como os projectos multissectoriais (25%).

**Gráfico 3.17: Investimento Elegível dos Projectos Conjuntos, por Fileira, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Dos 1.239 projectos aprovados no Eixo II, encontravam-se contratados 1.158 projectos (representando 93% do total), com um incentivo de 1,3 mil milhões de euros. Durante o ano de 2010, foram contratados 431 projectos.

Apresenta-se, de seguida, um dos projectos conjuntos aprovados, que ilustra o tipo de apoios concedidos no âmbito do Eixo II.

**MEDIDA DE APOIO: QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME – PROJECTOS CONJUNTOS**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Promoção Internacional

**N.º DE PROJECTO:** 0016850

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** +Advaluexports - More Added Value Portuguese Leather Exports

**PROMOTOR:** APIC – Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes

**LOCALIZAÇÃO:** Alcanena – Santarém

**INVESTIMENTO APROVADO:** 872.449,95€ euros      **INCENTIVO APROVADO:** 423.617,96 euros

**N.º DE EMPRESAS ENVOLVIDAS (previstas):** 18

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Janeiro a Dezembro 2011

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:** A APIC é uma associação representativa da Indústria de Curtumes a nível nacional, sucessora do "Grémio Nacional dos Industriais de Curtumes", constituída como Associação nos termos do Decreto-Lei n.º 293/75, de 16 de Junho. É uma entidade sem fins lucrativos, única representante do sector das peles e curtumes a nível nacional, sediada em Alcanena, região onde se encontra a maior concentração de empresas representativas do sector.

Tem vindo a desenvolver e implementar projectos mobilizadores para o sector dos curtumes, focados na internacionalização, nomeadamente o "STABLEX.PT - *Heading towards consolidation of portuguese leather exports*" e o "WORLDLEX.PT - *World leather exports from Portugal*".

Dando continuidade a essa estratégia de internacionalização, apresentou o projecto "+ADVALUEEXPORTS - More Added Value Portuguese Leather Exports", uma intervenção que abrange um conjunto de 18 empresas com forte representatividade no sector (representam 30% do sector, 40% do volume de negócios e 50% do emprego), incidindo nas actividades de curtimento e acabamento de peles sem pêlo e com pêlo, com a qual espera contribuir para afirmação internacional da imagem do sector e, simultaneamente, incrementar as exportações.

A estratégia consiste na realização de actividades promoção internacional de natureza conjunta, nomeadamente através de participações colectivas em certames de referência para o sector dos curtumes, designadamente:

1. ASIA PACIFIC LEATHER FAIR (Hong Kong)
2. ACLE — All China Leather Exhibition (Shanghai)
3. LE CUIR à PARIS (Paris)
4. LINEAPELLE (Bolonha)
5. ANTEPRIMA (Milão)

Estão também previstas acções de prospecção em diversos mercados (Alemanha, Argentina, Áustria, Brasil, China, Dinamarca, Egipto, Espanha, EUA, Índia, Marrocos, Polónia, Rússia, Tailândia, Ucrânia e Vietname) prosseguindo uma estratégia integrada para a Internacionalização e acesso a novos mercados. Estas acções serão conjugadas com elementos complementares especificamente a elaboração de material promocional (catálogos e brochuras das empresas, inserções publicitárias).

O projecto inclui ainda acções de monitorização, de divulgação, disseminação e avaliação dos resultados do projecto.

**RESULTADOS ESPERADOS:** A APIC pretende conjugar as estratégias de intervenção colectiva, através das acções do projecto, com as estratégias individuais das empresas, uma vez que estas também tomam parte activa na definição do plano de internacionalização do sector, o que conduz a uma estratégia comum para a internacionalização do Sector de Curtumes.

O plano de divulgação definido assenta na realização de *workshops* (arranque, intermédio e de encerramento), através dos quais se pretende, aproveitando o efeito demonstrador, contribuir para a divulgação do projecto e para a mobilização de mais empresas. Ao mesmo tempo espera-se promover debates sobre os resultados alcançados e elaborar uma avaliação das actividades realizadas e dos objectivos atingidos. Estes resultados serão também divulgados através de um micro-site incluso no site da associação.

O projecto tem como objectivo o aumento no volume de negócios internacional em cerca de 10 milhões de Euros, numa variação positiva de 5% no conjunto das empresas participantes. Espera-se também um incremento no número de empresas exportadoras do sector, destacando-se que com o projecto mais duas empresas irão iniciar a sua actividade internacional.

### 3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme detalhado no ponto 2.4.1, o ano de 2010 foi marcado por uma conjuntura macroeconómica desfavorável. Assim, foi implementado um conjunto de medidas de aceleração da execução no âmbito dos Sistemas de Incentivos (ver ponto 2.3.2).

Tal como anteriormente referido no ponto 2.3.1 – Constrangimentos Internos, um dos principais constrangimentos sentidos pela gestão do COMPETE no 2.º semestre de 2010, assentou na decisão da Comissão Europeia, de 28 de Julho, de interrupção do prazo de pagamento (artigo 91.º do Regulamento n.º 1083/2006) e primeiro procedimento no sentido de uma eventual suspensão dos pagamentos (artigo 92.º do mesmo Regulamento), cuja cessação apenas veio a ocorrer a 8 de Dezembro de 2010.

Especificamente em relação ao Eixo prioritário II – “Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização”, a CE justificou esta decisão por considerar que parte das despesas declaradas para este Eixo se referia a operações realizadas por micro e pequenas empresas, que não eram consideradas como beneficiárias do Programa para mesmo.

No entanto, à data da interrupção do prazo de pagamento, a Comissão de Acompanhamento, realizada no dia 21 de Junho de 2010, tinha já aprovado por unanimidade a revisão deste ponto do Programa.

Com a apresentação à Comissão Europeia da proposta de revisão do Programa, registada em SFC no dia 19 de Agosto, e com a aprovação, por parte da Comissão Europeia, no dia 17 de Novembro de 2010 (Decisão (2010) 7982), foi ultrapassada a situação identificada pela Comissão Europeia.

Esta revisão, não introduzindo qualquer nova categoria de despesa no Programa (conforme dispõe o n.º 7 do Regulamento n.º 539/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho), não tem assim qualquer repercussão sobre o início da elegibilidade da despesa em apreço, que remonta a 1 de Janeiro de 2007.

### 3.3 EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO

O Eixo III do COMPETE tem como principal missão contribuir para que a envolvente financeira se assuma como uma alavanca do desenvolvimento, permitindo às empresas implementar com sucesso as suas estratégias de criação, crescimento, consolidação e internacionalização.

As regras de execução estabelecidas no SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, prevêm os seguintes **instrumentos**:

- Instrumentos de reforço do capital próprio (fundos de capital de risco, fundos de sindicância de capital de risco, fundos de participação em outros fundos de capital de risco);
- Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios (fundo de contragarantia mútuo, fundo de garantia para titularização de créditos, constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, mecanismos de garantias de financiamento).

Para operacionalização destes instrumentos e, no âmbito de uma estratégia de centralização e coordenação de esforços e de recursos, foi constituído, através do Decreto-Lei n.º 175/2008 de 26 de Agosto, um instrumento público único, o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, que intervém nas diferentes vertentes de apoio ao financiamento de PME, com vista a reforçar a solidez, competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial.

As intervenções apoiadas no âmbito do COMPETE circunscrevem-se exclusivamente a PME localizadas nas regiões Convergência (Norte, Centro e Alentejo).

No Anexo XII encontram-se descritos os instrumentos financeiros apoiados pelo SAFPRI.

### 3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Uma vez que as candidaturas aprovadas para fundos de capital de risco e *business angels*, apenas têm 6 aplicações efectuadas em PME e cujo investimento corresponde a cerca de 7 milhões de euros, o valor de 100% no indicador “Qualidade do Capital de Risco” não é relevante neste momento.

No que respeita ao indicador “Garantias prestadas às PME”, a implementação das Linhas de Crédito PME Investe, cujas operações envolvem a prestação de garantias através do sistema de garantia mútua, propiciou uma performance bastante favorável deste indicador, registando-se o cumprimento das metas previstas para 2010 e cerca de 75% das metas previstas para 2015.

O início apenas em 2010 dos investimentos em empresas nos instrumentos de capital de risco, e ainda com valores residuais, justifica o comportamento menos favorável do indicador “Financiamento orientado para sectores com potencial de crescimento”, cujo resultado é suportado quase na íntegra pela realização das Linhas de Crédito PME Investe, instrumento de banda larga no que diz respeito às actividades económicas enquadráveis.

No entanto a operacionalização dos fundos de capital de risco e das sociedades de investidores em capital de risco (*business angels*), permitiu mesmo com valores iniciais baixos, elevar já este indicador dos 15% registados em 2009, para 18%, dado que 80% das operações e investimento realizadas em 2010 foram em sectores com potencial de crescimento.

**Tabela 3.16: Indicadores de Realização do Eixo III**

| Indicador   | Metas |       | Cumprimento Actual |         |
|---|-------|-------|--------------------|---------|
|   | 2010  | 2015  | 2007-2010          | Sim/Não |
| <b>QUALIDADE DO CAPITAL DE RISCO</b><br>(Investimento realizado em capital semente) / (Investimento total realizado no âmbito do Capital de Risco)  | 33%   | 33%   | 100%               | Sim     |
| <b>FINANCIAMENTO ORIENTADO PARA SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO</b><br>(Investimento em empresas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total realizado no âmbito da Inovação Financeira) | 30%   | 30%   | 18%                | Não     |
| <b>GARANTIAS PRESTADAS ÀS PME</b>   | 1.500 | 5.000 | 3.741              | Sim     |

Fonte: SI FINOVA

**Tabela 3.17: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo III, 2010**

| Áreas                                   | Indicador  | Eixos Relevantes  | Valor |
|---|--|-------------------|-------|
| Emprego criado                          | 1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)            | Total do PO       | (*)   |
| Ajudas directas ao investimento nas PME | 7. N.º de projectos  | Eixos I, II e III | 3.666 |
|   | 8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)         | Eixos I, II e III | n.d.  |
|   | 9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                                       | Eixos I, II e III | n.d.  |
|   | 10. Investimento total induzido (em milhões de euros)                                    | Eixos I, II e III | 1.279 |
| Sociedade de Informação                 | 11. N.º de projectos   | Total do PO       | 74    |
| Energias Renováveis                     | 23. N.º de projectos   | Total do PO       | 1     |
|   | 24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh) | Total do PO       | (*)   |
| Turismo                                 | 34. N.º de projectos   | Total do PO       | 194   |
|   | 35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                               | Total do PO       | (*)   |
| Saúde                                   | 38. N.º de projectos   | Total do PO       | 0     |

Nota: (\*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

Fonte: SI POFC.

### 3.3.2. Análise qualitativa

Até ao final de 2010 e no âmbito do Eixo III foram aprovadas 28 candidaturas:

- as linhas de crédito PME Investe I e II;
- a linha de financiamento a *Business Angels*;
- 26 fundos de capital de risco.

Destas, 25 foram aprovadas durante o ano em análise.

**Tabela 3.18: Candidaturas Aprovadas do SAFPRI, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

|  | Designação da Candidatura  | Promotor  | Investimento | Incentivo      | Incentivo Pago |               |
|--|--|---|--------------|----------------|----------------|---------------|
| <b>Candidaturas aprovadas 2007-2009</b>            |  |   |              |                |                |               |
| 4574   | Linhas de Crédito PME Investe I e II                                     | IAPMEI/TP   | 154.200      | 107.940        | 100.292        |               |
| 5734   | FICA (Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual)                 | IAPMEI  | 33.000       | 23.100         | 4.620          |               |
| 5735   | PVCi (Portugal Venture Capital Initiative)                               | IAPMEI  | 12.500       | 8.750          | 875            |               |
| <b>Candidaturas aprovadas 2010</b>                 |  |   |              |                |                |               |
| 16125  | FCR BETA INOVAÇÃO  | BETA  | 5.056        | 2.528          | 758            |               |
| 16132  | FCR AICEP CAPITAL GLOBAL INTERNACIONALIZAÇÃO                             | AICEP CAPITAL GLOBAL  | 20.216       | 10.108         | 3.032          |               |
| 16134  | FCR ASK CELTA  | ISQ   | 20.147       | 10.074         | 3.022          |               |
| 16135  | FCR CAPITAL CRIATIVO I   | CAPITAL CRIATIVO  | 20.659       | 10.078         | 3.023          |               |
| 16136  | FCR ESPÍRITO SANTO VENTURES IV   | ESPÍRITO SANTO VENTURES   | 10.108       | 5.046          | 1.514          |               |
| 16137  | FCR INOVCAPITAL INDUSTRIAS CRIATIVAS                                     | INOVCAPITAL   | 6.044        | 3.022          | 907            |               |
| 16138  | FCR INTER-RISCO II   | INTER-RISCO   | 20.144       | 10.042         | 0              |               |
| 16141  | FCR MINHO E INTERNACIONALIZAÇÃO  | 2B PARTNER  | 4.031        | 1.994          | 0              |               |
| 16142  | FCR NOVABASE CAPITAL INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO                      | NOVABASE CAPITAL  | 10.172       | 5.036          | 0              |               |
| 16143  | FCR PATRIS CAPITAL PARTNERS  | PATRIS  | 10.070       | 5.035          | 1.510          |               |
| 16144  | FCR PME TURISMO INOVAÇÃO   | TURISMO CAPITAL   | 20.147       | 10.074         | 3.022          |               |
| 16145  | FCR PME/BES  | ESPÍRITO SANTO CAPITAL  | 10.073       | 5.036          | 1.511          |               |
| <b>Candidaturas Inovação e Internacionalização</b> |  |   | <b>12</b>    | <b>156.866</b> | <b>78.071</b>  | <b>18.300</b> |
| 16146  | FCR CRITICAL VENTURES I  | CRITICAL VENTURES   | 5.045        | 2.523          | 759            |               |
| 16147  | FCR INOVCAPITAL BIOCOCODEX   | INOVCAPITAL   | 4.029        | 2.015          | 604            |               |
| 16148  | FCR NOVABASE CAPITAL CORPORATE VENTURE                                   | NOVABASE CAPITAL  | 8.154        | 4.027          | 0              |               |
| <b>Candidaturas Corporate Venture Capital</b>      |  |   | <b>3</b>     | <b>17.229</b>  | <b>8.564</b>   | <b>1.361</b>  |
| 16140  | FCR INOVCAPITAL EARLY STAGE  | INOVCAPITAL   | 6.397        | 4.377          | 1.313          |               |
| 16149  | FCR ASK CAPITAL  | ISQ   | 7.324        | 5.037          | 1.511          |               |
| 16150  | FCR F-HITEC  | ESPÍRITO SANTO VENTURES   | 7.978        | 5.559          | 0              |               |
| 16152  | FCR INOVCAPITAL UNIVERSITAS  | INOVCAPITAL   | 3.789        | 2.652          | 0              |               |
| 16153  | FCR NOVABASE CAPITAL EARLY STAGE   | NOVABASE CAPITAL  | 12.041       | 6.398          | 0              |               |
| 16159  | FCR FAST CHANGE II   | CHANGE PARTNERS   | 10.088       | 6.053          | 1.816          |               |
| <b>Candidaturas Early Stages</b>                   |  |   | <b>6</b>     | <b>47.618</b>  | <b>30.077</b>  | <b>4.640</b>  |
| 16133  | FCR BETA LIFE SCIENCES   | BETA  | 2.539        | 1.777          | 533            |               |
| 16154  | FCR INOVCAPITAL ACTEC II   | INOVCAPITAL   | 6.495        | 4.547          | 0              |               |
| 16155  | FCR ISTART I   | ESPÍRITO SANTO VENTURES   | 2.538        | 1.777          | 533            |               |
| <b>Candidaturas Pré-Seed</b>                       |  |   | <b>3</b>     | <b>11.572</b>  | <b>8.101</b>   | <b>1.066</b>  |
| 16156  | 54 Sociedades de <i>Business Angels</i> já constituídas (2 desistências) | LINHA DE FINANCIAMENTO A SOCIEDADES DE INVESTIDORES EM CAPITAL DE RISCO | 43.649       | 27.188         | 1.359          |               |

Fonte: SI FINOVA

Dos fundos de capital de risco aprovados em anos anteriores, destaca-se o retomar da actividade do **Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual (FICA)**, após o culminar do processo de substituição da sociedade gestora. A nova sociedade gestora iniciou a

sua actividade em Julho de 2010, tendo nesse mês celebrado a convenção de financiamento com a PME Investimentos. Tal permitiu, até ao final do ano, reportar a realização de 3 operações de capital de risco, que totalizaram um investimento em PME de cerca de 4 milhões de euros, de acordo com o seguinte quadro:

**Tabela 3.19: Projecto 5734 - Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual (FICA)**

*Unid: Mil Euros*

| NIF                   | Designação da Empresa               | CAE   | Actividade  | Data do Investimento | Capital aplicado em PME |
|-----------------------|-------------------------------------|-------|---|----------------------|-------------------------|
| 508 825 180           | BEACTIVE II, ENTERTAINMENT, S.A.    | 59110 | Produção, distribuição e comercialização de obras e conteúdos Multimédia, Audiovisuais e Cinematográficos | 19-12-2008           | 1.710                   |
| 509 678 858           | MGN FILMES, S.A.                    | 59110 | Produção de filmes, de vídeos, e de programas de televisão  | 28-09-2010           | 988                     |
| 509 637 205           | BIG PICTURE PRODUCTIONS – FICA, LDA | 59110 | Produção e exploração comercial e económica de obras cinematográficas e/ou audiovisuais.                  | 08-12-2010           | 1.400                   |
| <b>TOTAL EMPRESAS</b> |                                     |       |   |                      | <b>4.098</b>            |

Fonte: SI FINOVA

Previamente ao processo de aprovação das novas candidaturas foi necessário concluir a alteração do Regulamento Específico do SAFPRI, cujos ajustamentos foram aprovados, em 11 de Maio, pelas Comissões Ministeriais de Coordenação do Programa Operacional Factores de Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais do Continente.

Aprovado o novo regulamento específico, foram efectuados, no mês de Maio, os convites à PME Investimentos – Sociedade de Investimento, SA para apresentação das candidaturas referentes à pré-selecção dos fundos de capital de risco e sociedades de *business angels* decidida no final de 2009.

O processo de apreciação das 25 candidaturas culminou em 15 de Junho com a aprovação das propostas pela Comissão Directiva do COMPETE. Em 22 de Junho, foram celebrados os contratos entre a Autoridade de Gestão do COMPETE, a PME Investimentos – Sociedade de Investimento, SA e as entidades participantes (IAPMEI, Turismo de Portugal e AICEP).

Em 14 de Julho de 2010, a PME Investimentos contratou com 21 dos fundos de capital de risco, tendo após essa data sido iniciado o processo de preparação e aprovação dos Regulamentos de Gestão dos fundos, que necessitou de articulação entre a AG COMPETE, a PME Investimentos, a CMVM e os fundos a criar ou reforçar.

Em 2010 foi possível assegurar a constituição/reforço de 3 fundos de capital de risco (Patris Capital Partners, PME/BES e Capital Criativo), tendo o FCR Patris Capital Partners realizado investimentos em 2 empresas:

**Tabela 3.20: Projecto 16143 - FCR - Patris Capital Partners**

Unid: Mil Euros

| NIF       | Designação da Empresa                                 | CAE   | Actividade  | Data do Investimento | Capital aplicado em PME |
|-----------|---|-------|---|----------------------|-------------------------|
| 509653707 | SPATER -<br>SPA'S E<br>TERMAS DE<br>PORTUGAL,<br>S.A. | 55111 | a) A exploração de estabelecimentos hoteleiros e outros empreendimentos turísticos; b) A exploração de estabelecimentos termais, incluindo SPA's; c) A exploração de actividades hoteleiras e turísticas.                     | 31/12/2010           | 1.500                   |
| 509681077 | AERO<br>TOPOGRÁFICA<br>II, S.A.                       | 71120 | Trabalhos inerentes à execução de levantamentos topográficos, quer pelos métodos clássicos, quer pelos fotogramétricos, execução de mosaicos fotográficos, fotoplanos, desenho, reprodução de plantas e comércio correlativo. | 31/12/2010           | 1.490                   |

Fonte: SI FINOVA

A contratação da PME Investimentos com as sociedades de *business angels*, no âmbito da candidatura 16156, foi concluída a 15 de Dezembro de 2010, tendo uma dessas sociedades efectuado ainda um investimento numa PME:

**Tabela 3.21: Projecto 16156 - Linha de Financiamento a *Business Angels***

Unid: Mil Euros

| NIF         | Designação da Empresa                   | CAE   | Actividade                              | Data do Investimento | Capital aplicado em PME |
|-------------|---|-------|---|----------------------|-------------------------|
| 509 667 694 | Nutri<br>Ventures<br>Corporations<br>SA | 59110 | Empresa produtora de séries de animação | 20-12-2010           | 250                     |

Fonte: SI FINOVA

No que concerne às Linhas de Crédito PME Investe aprovaram-se, em número e valor, operações de financiamento que atingem o inicialmente previsto, sendo o saldo de entre novas operações e as correcções efectuadas de mais 228 operações e mais 56 milhões de euros financiamento.

**Tabela 3.22: Resultados das Linhas de Crédito PME Investe I e II, 2007-2010**

Unid: Mil Euros

|                | N.º Operações Aprovadas | Financiamento concedido | Valor garantido |
|----------------|-------------------------|-------------------------|-----------------|
| PME Investe I  | 983                     | 613.889                 | 304.808         |
| PME Investe II | 2.772                   | 665.567                 | 330.801         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>3.755</b>            | <b>1.279.456</b>        | <b>635.609</b>  |

Fonte: SI FINOVA

Em candidatura foi previsto um custo das linhas de crédito de 154,2 milhões de euros para um financiamento total de empresas de 1.237 milhões de euros, sendo o financiamento total, no final de 2010, de 1.279 milhões de euros. Em termos de aplicação dos montantes do investimento da candidatura, estes totalizam 81 milhões de euros, sendo 61 milhões de euros referentes ao reforço do Fundo de Contra-Garantia Mútuo e 20 milhões de euros a bonificações de taxas de juro e a comissões de garantia.

**Tabela 3.23: Execução Financeira das Linhas de Crédito, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

|                | Reforço do Fundo de<br>Contra-Garantia<br>Mútuo previsto | Bonificações de Taxa<br>de Juro pagas | Bonificação de<br>Comissão de<br>Garantia pagas | Total de pagamentos |
|----------------|--|---------------------------------------|---|---------------------|
| PME Investe I  | 24.961   | 9.099                                 | 3.286   | 37.347              |
| PME Investe II | 36.000   | 5.324                                 | 2.446   | 43.770              |
| <b>Total</b>   | <b>60.961</b>  | <b>14.423</b>                         | <b>5.732</b>                                    | <b>81.117</b>       |

Fonte: SI FINOVA

Actuando o COMPETE apenas nas 3 regiões de convergência do Continente, verifica-se que cerca de metade das operações são da região Norte e mais de 40% na região Centro.

**Tabela 3.24: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por NUTS II, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| NUTS II      | N.º Operações | %             | Financiamento    | %             |
|--------------|---------------|---------------|------------------|---------------|
| Norte        | 2.008         | 53,48         | 654.083          | 51,12         |
| Centro       | 1.537         | 40,93         | 545.524          | 42,64         |
| Alentejo     | 210           | 5,59          | 79.849           | 6,24          |
| <b>Total</b> | <b>3.755</b>  | <b>100,00</b> | <b>1.279.456</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: SI FINOVA

Por dimensão de empresas, salientam-se os 70% de operações de micro e pequenas empresas e os 49% do montante total do financiamento aprovado.

**Tabela 3.25: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Dimensão de Empresa, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| Dimensão das<br>Empresas | N.º Operações | %             | Financiamento    | %             |
|--------------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|
| Micro                    | 787           | 20,96         | 97.958           | 7,66          |
| Pequena                  | 1.868         | 49,75         | 531.761          | 41,56         |
| Média                    | 1.100         | 29,29         | 649.737          | 50,78         |
| <b>Total</b>             | <b>3.755</b>  | <b>100,00</b> | <b>1.279.456</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: SI FINOVA

De acordo com os dados apresentados na tabela seguinte, verifica-se que 5 das 15 instituições financeiras com operações aprovadas, têm cerca de 90% do total do número de operações e do total do financiamento concedido.

**Tabela 3.26: Operações aprovadas nas Linhas de Crédito por Instituições Financeiras, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| Instituição Financeira | N.º Operações | %          | Financiamento    | %          |
|------------------------|---------------|------------|------------------|------------|
| BPI                    | 932           | 24,82      | 337.733          | 26,39      |
| BES                    | 608           | 16,19      | 322.809          | 25,23      |
| CGD                    | 631           | 16,80      | 248.154          | 19,39      |
| BST                    | 772           | 20,56      | 199.126          | 15,56      |
| BCP                    | 471           | 12,54      | 105.532          | 8,24       |
| BARCLAYS               | 121           | 3,22       | 22.034           | 1,72       |
| MG                     | 83            | 2,21       | 16.561           | 1,29       |
| POPULAR                | 48            | 1,28       | 9.938            | 0,078      |
| BPN                    | 38            | 1,01       | 6.124            | 0,048      |
| BBVA                   | 13            | 0,035      | 4.112            | 0,032      |
| BANIF                  | 11            | 0,029      | 2.491            | 0,019      |
| FINIBANCO              | 11            | 0,029      | 1.848            | 0,014      |
| CCCAM                  | 10            | 0,027      | 1.500            | 0,012      |
| Totta CE               | 4             | 0,011      | 894              | 0,007      |
| DEUTSCHE               | 2             | 0,005      | 600              | 0,005      |
| <b>Total</b>           | <b>3.755</b>  | <b>100</b> | <b>1.279.456</b> | <b>100</b> |

Fonte: SI FINOVA

Em termos de classe de risco destacam-se as empresas certificadas pelo IAPMEI e TP como PME Líder, com 30% do número das operações e 51% do total do financiamento, justificando-se parte desta diferença por terem acesso a um valor de financiamento superior. Agregando este valor com as empresas de classe de risco A, resulta uma representatividade de 66,92% do número de projectos e de 74,44% do montante do financiamento.

**Tabela 3.27: Operações aprovadas nas Linhas de Crédito por Classe de Risco, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| Classe de Risco | N.º Operações | %          | Financiamento    | %          | Spread Médio |
|-----------------|---------------|------------|------------------|------------|--------------|
| PME Líder       | 1.145         | 30,49      | 651.881          | 50,95      | 1,25%        |
| A               | 1.368         | 36,43      | 300.595          | 23,49      | 1,38%        |
| B               | 654           | 17,42      | 183.095          | 14,31      | 1,50%        |
| C               | 588           | 15,66      | 143.885          | 11,25      | 1,90%        |
| <b>Total</b>    | <b>3.755</b>  | <b>100</b> | <b>1.279.456</b> | <b>100</b> | <b>1,39%</b> |

Fonte: SI FINOVA

### 3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Tal como anteriormente referido no ponto 2.3.1 – Constrangimentos Internos, um dos principais constrangimentos sentidos pela gestão do COMPETE no 2.º semestre de 2010, resultou da decisão da Comissão Europeia, de 28 de Julho, de interrupção do prazo de pagamento (artigo 91.º do Regulamento n.º 1083/2006) e primeiro procedimento no sentido de uma eventual suspensão dos pagamentos (artigo 92.º do mesmo Regulamento), cuja cessação veio a ocorrer apenas a 8 de Dezembro de 2010.

Especificamente em relação ao Eixo prioritário III – “Financiamento e Partilha de Risco da Inovação”, a CE justificou esta decisão por considerar não existirem garantias de que tinham sido efectuadas adequadas verificações de gestão em relação às despesas declaradas dos instrumentos de engenharia financeira.

Apesar das Autoridades Nacionais entenderem que a conclusão da Comissão Europeia não estava devidamente sustentada nos Regulamentos Comunitários, para ultrapassar esta situação, foi preparada pela Autoridade de Gestão do POFC uma adenda à descrição do sistema de gestão e controlo relativa às Verificações das Operações dos instrumentos de engenharia financeira (Eixo III), tendo sido submetida à apreciação da IGF, que emitiu uma opinião favorável sobre a mesma. Esta adenda veio a ser incorporada na actualização da descrição do sistema de gestão e controlo do Programa datada de 29 de Outubro de 2010.

## 3.4 EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE

Inserido no actual processo de reforma e modernização da Administração Pública, o Eixo IV tem como **objectivos específicos**:

- Aumentar a eficácia e a eficiência da actividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interacção do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;
- Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua actividade;
- Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;

- Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam directamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.

É operacionalizado através do **SAMA** – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, instrumento que visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas.

### 3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo IV do COMPETE integra 10 indicadores, dos quais, três de realização.

Em relação aos indicadores de realização estabelecidos, e considerando a informação correspondente aos 133 projectos contratados até final de 2010, é possível concluir que o potencial de concretização das metas aprovadas excede largamente as perspectivas formuladas em relação aos objectivos de “Proximidade” e “Simplificação”, enquanto que, ao nível da “Utilização de factura electrónica”, se ficou abaixo das expectativas, sendo que, em qualquer dos casos, se revela oportuno proceder a uma revisão não apenas das próprias metas, mas também dos conceitos associados.

Com efeito, ao nível dos dois primeiros indicadores, os dados alcançados encontram-se significativamente influenciados pelos resultados registados num número restrito de projectos, cujos beneficiários possuem uma Rede de Centros de Atendimento bastante alargada e abrangente ao nível do território nacional, criando em cada uma das localizações Centros de Atendimento multi-serviço e pontos únicos de contacto nos canais *Internet*, presencial ou telefónico, o que corresponde a contributos efectivos para os critérios da “Proximidade” e da “Simplificação”.

Numa análise mais restrita, pela exclusão dos projectos em causa, os resultados obtidos reposicionam-se nos 107 Centros de Atendimento multi-serviço criados e 118 pontos únicos de contacto criados, superando neste caso qualquer das metas estabelecidas.

Em sentido diametralmente oposto, situa-se o indicador relativo à “Utilização de factura electrónica”, com apenas 39% das entidades a assegurarem o seu cumprimento, circunstância que será fortemente influenciada pelo facto de muitas delas simplesmente não emitirem facturas no contexto da sua actividade, sejam elas electrónicas ou de outra natureza, e que, como referido, justificará uma potencial revisão do conceito ou da metodologia de calculo do indicador.

**Tabela 3.28: Indicadores de Realização do Eixo IV**

| Indicadores   | Metas |      | Cumprimento Actual |         |
|---|-------|------|--------------------|---------|
|   | 2010  | 2015 | 2007-2010          | Sim/Não |
| <b>PROXIMIDADE - CRIAÇÃO DE CENTROS MULTISERVIÇOS</b><br>(N.º de centros de atendimento multiserviços abertos em território nacional)   | 60    | 200  | 608                | Sim     |
| <b>SIMPLIFICAÇÃO - CRIAÇÃO DE PONTOS ÚNICOS DE CONTACTO</b><br>(n.º de pontos únicos de contacto - Internet, presencial ou telefónico - criados)  | 10    | 20   | 329                | Sim     |
| <b>RAPIDEZ - REDUÇÃO DE TEMPOS MÉDIOS DE ESPERA</b><br>((Tempo médio de espera em fila - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(Tempo médio de espera em fila - valor base anterior a início de intervenção apoiada) - 1)  | 30%   | 50%  | 58%                | Sim     |
| <b>DESMATERIALIZAÇÃO - AUMENTO DO NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NÃO PRESENCIAIS</b><br>((N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor base anterior a início de intervenção apoiada) - 1) | 30%   | 50%  | 123%               | Sim     |
| <b>NÍVEL DE INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA AP</b><br>(N.º de sistemas de informação interoperáveis na AP)/(N.º de sistemas de informação na AP)   | 30%   | 80%  | 75%                | Sim     |

Fonte: SI POFC.

**Tabela 3.29: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo IV, 2010**

| Áreas                   | Indicador  | Eixos Relevantes | Valor |
|-------------------------|--|------------------|-------|
| Emprego criado          | 1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)            | Total do PO      | (*)   |
| Sociedade de Informação | 11. N.º de projectos   | Total do PO      | 133   |
|                         | 23. N.º de projectos   | Total do PO      | 0     |
| Energias Renováveis     | 24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh) | Total do PO      | (*)   |
| Turismo                 | 34. N.º de projectos   | Total do PO      | 0     |
|                         | 35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                               | Total do PO      | (*)   |
| Saúde                   | 38. N.º de projectos   | Total do PO      | 3     |

Legenda: (\*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

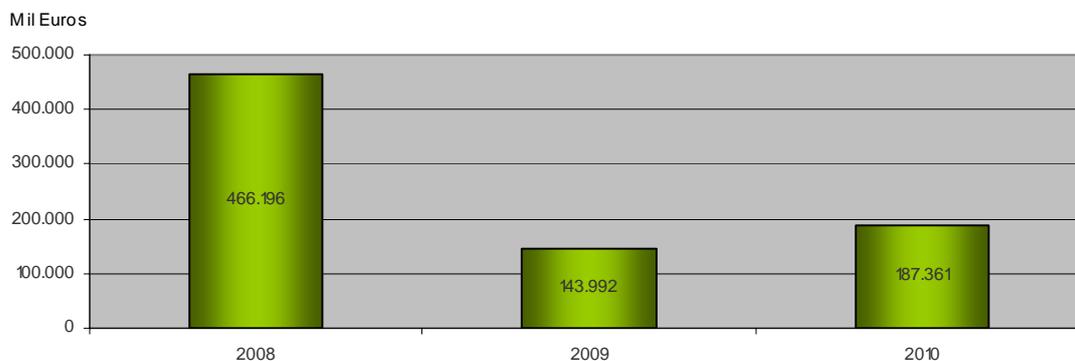
Fonte: SI POFC.

### 3.4.2. Análise qualitativa

No âmbito do SAMA foram publicados desde o início do Programa seis concursos (dois dos quais durante o ano de 2010) e quatro convites, tendo sido recepcionadas 336 candidaturas, com um investimento associado de 797,5 milhões de euros.

Analisando a evolução de candidaturas recepcionadas por ano, verifica-se uma elevada quebra na procura destes apoios de 2008 para 2009, registando-se uma ligeira recuperação em 2010.

**Gráfico 3.18: Investimento em Sede de Candidatura no Eixo IV, por Ano de Recepção, 2007-2010**

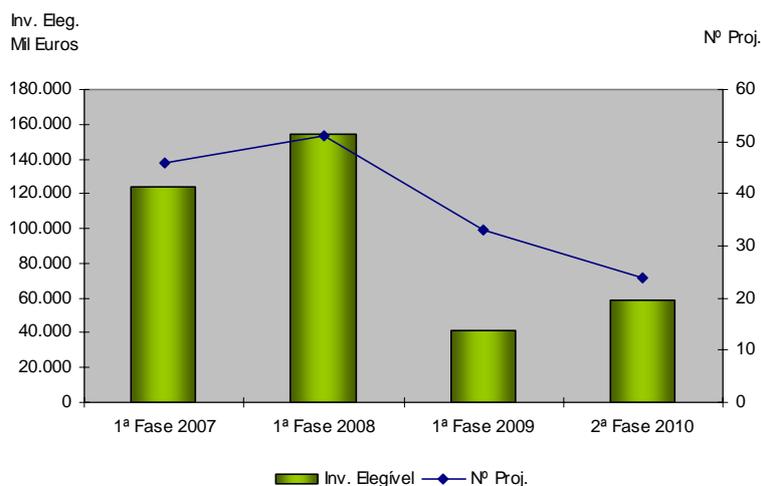


Fonte: SI POFC.

Os concursos, bem como os convites, lançados no âmbito do Programa encontravam-se todos decididos no final do ano de 2010. Assim, foram aprovados 158 projectos, com um investimento elegível de 399,1 milhões de euros e um incentivo de 206,7 milhões de euros, dos quais 24 projectos durante o ano de 2010, com um investimento elegível de 59,1 milhões de euros e um incentivo de 30,8 milhões de euros.

Reflectindo a quebra de procura atrás assinalada, as fases de 2009 e 2010 ficaram marcadas por uma redução dos níveis de aprovação, quer em termos de número de projectos, quer em termos de incentivo atribuído.

**Gráfico 3.19: Aprovações no Eixo IV, por Fase, 2007-2010**



Fonte: SI POFC.

Como seria de esperar pela própria tipologia dos projectos, que visa a modernização da Administração Pública central, 76,4% do incentivo atribuído encontra-se localizado na região de Lisboa, não obstante o seu efeito sistémico, em termos de resultados, na diminuição de custos de contexto do sector empresarial a nível nacional (“*Spill-Over Effects*”).

**Tabela 3.30: Projectos Aprovados no Eixo IV, por NUTS II, 2007-2010**

Unid: Mil Euros

| NUTS II              | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |                |
|----------------------|---------------------------------|-----------------------|----------------|
|                      | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo      |
| Norte                | 8                               | 11.115                | 7.780          |
| Centro               | 9                               | 12.886                | 9.020          |
| Alentejo             | 1                               | 562                   | 393            |
| Multi-Regiões        | Norte                           | 22.386                | 15.671         |
|                      | Centro                          | 14.224                | 9.957          |
|                      | Alentejo                        | 8.564                 | 5.995          |
|                      | Lisboa                          | 67.766                | 32.494         |
| Lisboa               | 114                             | 261.573               | 125.424        |
| <b>TOTAL EIXO IV</b> | <b>158</b>                      | <b>399.074</b>        | <b>206.733</b> |

Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologia de projectos, constata-se que 46% dos projectos aprovados, correspondendo a 54% do incentivo atribuído, visam a reengenharia e desmaterialização nos processos, circunstancia que, no entanto, traduz uma redução do peso desta tipologia face à situação verificada no final de 2009 (cujas percentagens eram de 54,3% e 63,4%, respectivamente), em favor de um aumento da preponderância das tipologias A – Balcão Único e C - Interoperabilidade entre Sistemas de Informação, com aumentos de 3 p.p. e 7 p.p. respectivamente.

**Tabela 3.31: Projectos Aprovados do Eixo IV, por Tipo de Projecto, 2007-2010**

Unid: Mil Euros

| Tipo de Projecto  | Projectos Aprovados (2007-2010) |                       |                |
|---|---------------------------------|-----------------------|----------------|
|   | N.º Proj.                       | Investimento Elegível | Incentivo      |
| <i>Tipologia A.</i> Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único | 31                              | 66.558                | 34.909         |
| <i>Tipologia B.</i> Reengenharia e desmaterialização nos processos  | 72                              | 216.859               | 112.515        |
| <i>Tipologia C.</i> Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação             | 51                              | 96.143                | 49.782         |
| <i>Operações Globais</i>  | 4                               | 19.515                | 9.527          |
| <b>TOTAL EIXO IV</b>  | <b>158</b>                      | <b>399.074</b>        | <b>206.733</b> |

Fonte: SI POFC.

No final de 2010, dos 158 projectos aprovados, encontravam-se já assinados 133 contratos com um incentivo de 173,6 milhões de euros, o que representa uma taxa de 83,4% de contratação.

Apresenta-se, de seguida, um projecto da Agência Portuguesa do Ambiente, que exemplifica o tipo de apoios concedidos através do SAMA.

**MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SAMA)**

**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Modernização Administrativa – Qualificação do Atendimento aos cidadãos e empresas

**N.º DE PROJECTO:** 16945

**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** Modelo de Atendimento Integrado Sustentável da APA

**PROMOTOR:** APA - Agência Portuguesa do Ambiente

**LOCALIZAÇÃO:** Lisboa (com efeito *Spill-Over* sobre as Regiões de Convergência)

**INVESTIMENTO APROVADO:** 558.767,44 euros **INCENTIVO APROVADO:** 267.928,99 euros

**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

O projecto tem por objectivos a implementação de uma estratégia de atendimento integrada e transversal à organização, através do desenvolvimento de uma plataforma de gestão do relacionamento na lógica de um CRM que permita a centralização da informação relativamente a cada cliente, independentemente do canal de utilizado e do departamento interno que lidera o processo, permitindo a gestão das interações dos clientes com a APA, a disponibilização de informação genérica sobre a agência (p.e. horários de funcionamento, localização, eventos, etc.), bem como informação específica relativa aos processos (como instruir um determinado processo, qual o estado de um processo anteriormente instruído, custos, tempos de resposta, etc.). Terá ainda uma componente fundamental de produção de informação de gestão, tendo em vista uma análise consistente que estimule a eficiência da função atendimento. Privilegia a integração com outras ferramentas já utilizadas na APA, nomeadamente o sistema de gestão documental e o SIRAPA e privilegiará o Cartão de Cidadão como ferramenta de autenticação.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

Melhoria do atendimento para o cliente, mediante a reorganização da actividade em função das suas necessidades efectivas (em substituição de uma organização por processos), traduzida na criação de um Centro de Atendimento Multi-serviços com funcionalidades Multicanal (Internet, presencial ou telefónico).

### 3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No âmbito do SAMA, além da quebra dos níveis de procura acima evidenciada, as principais dificuldades encontradas situam-se sobretudo ao nível da execução dos projectos e que, no essencial, decorrem dos seguintes factores:

- **Conjuntura orçamental adversa** associada quer à crise económica e financeira internacional iniciada em meados de 2008, quer à própria conjuntura política marcada por vários ciclos eleitorais e que, naturalmente, acaba por condicionar uma execução mais célere dos projectos promovidos por entidades da Administração Pública;
- Como consequência, e particularmente em relação ao ano de 2010, será desde logo de salientar o atraso na aprovação do Orçamento de Estado para 2010 - (Lei n.º 3-B de 28 de Abril) e do decreto de execução orçamental (Decreto-Lei n.º 72-A de 18 de Junho), incluindo regras em matérias de redução da despesa pública, tendo até então as entidades ficado sujeitas ao regime duodecimal. Por outro lado, a Portaria n.º 371-A de 31 de Junho, veio regulamentar a obrigatoriedade da aquisição de serviços ficar sujeita a parecer prévio dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, o que também condicionou o ritmo de execução dos projectos. Da mesma forma, o Despacho de 28/09/2010 do Ministro de Estado e das Finanças determinou a impossibilidade de assumpção de novos compromissos por parte de entidades do Sector Público Administrativo, restringindo assim a capacidade de execução dos projectos;
- **Projectos sobredimensionados**, reflectindo uma alteração significativa das condições efectivas de realização dos projectos face ao momento e aos termos em que foram concebidos, em parte devido à própria alteração da conjuntura orçamental. Com efeito, considerando apenas os 7 maiores projectos (com incentivo superior a 5 M€), aprovados nos concursos de 2007 e 2008, e que representam 40% do incentivo total aprovado (80M€/207M€), constata-se que os níveis de execução registados no final de 2010 se situam na ordem dos 10%, circunstância que justifica a tomada de medidas adicionais no duplo sentido de promover uma adequada reformulação dos projectos para níveis consentâneos com a actual conjuntura orçamental e de estimular a execução do SAMA para níveis mais ajustados ao grau efectivo de realização dos projectos;

- **Normas de execução orçamental**, que determinam que o início da execução dos projectos só possa ocorrer após a sua aprovação pela autoridade de gestão (e não desde a data da candidatura com permitido pelo Programa) e sujeitando-os a reinscrição orçamental em função do valor efectivamente aprovado, o que naturalmente também contribui para um abrandamento do ritmos de execução dos projectos;
- **Contratação Pública** – por último não será despidendo salientar as exigências dos procedimentos de aquisição a que as entidades beneficiárias estão sujeitas e que frequentemente conduzem a atrasos nos processos de contratação, com prejuízo para o ritmo de execução dos projectos.

### 3.5 EIXO PRIORITÁRIO V– REDES E ACÇÕES COLECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

O Eixo V integra o instrumento Acções Colectivas, de intervenção indirecta e não associável ao conceito de “Ajudas de Estado”, mas cuja natureza mobilizadora e estruturante o torna determinante para a prossecução das prioridades estratégicas da Agenda temática da Competitividade. Inclui ainda, o instrumento nacional “Estratégias de Eficiência Colectiva”, que materializa a dinamização, apoio e acompanhamento das redes empresariais associadas aos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters* reconhecidos.

Esses instrumentos são:

- **Sistema de Apoio a Acções Colectivas (SIAC)** – Apoia projectos públicos, privados ou público-privados e outras iniciativas de resposta a riscos e oportunidades comuns, cujos resultados se traduzam na provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas e sejam insusceptíveis de apropriação privada ou de conferir vantagem a uma empresa individualmente considerada ou a um grupo restrito de empresas. Para que se considere um bem público, a acção colectiva tem de cumprir cumulativamente 4 condições: (i) prosseguir um objectivo de interesse comum, (ii) visar suprir falhas de mercado ou insuficiências sistémicas que afectem um conjunto alargado de empresas, (iii) Assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é amplamente publicitado e complementado por acções de demonstração e disseminação; (iv) ser promovidas por entidades privadas sem finalidade lucrativa ou por entidades públicas com competências nas políticas visadas.

- **Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC)** – Instrumento horizontal no âmbito do QREN, ancorado em estratégias com forte componente tecnológica e inovação, e em redes de cooperação que envolvem agregados económicos e entidades de ensino e de I&DT, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais e entidades regionais, visando a mudança de perfil de especialização da economia portuguesa e a valorização competitiva de Portugal no espaço mundial. Existem duas grandes tipologias de EEC:

- *Clusters*, que, por sua vez, agrega as subtipologias “Pólos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e “Outros *Clusters*” (OC),
- “Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial”, constituída pelas subtipologias “Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos” (PROVERE) e “Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos” (ARDU).

De referir, ainda, que os apoios do Programa aos projectos enquadrados em EEC-*Cluster* não estão contabilizados no Eixo V, mas sim nos Eixos onde se inserem os referidos projectos.

### 3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo V inclui 4 indicadores, 2 de realização e 2 de resultado.

Em relação às Acções Colectivas, apesar de ainda muitos dos resultados e impactes dos projectos aprovados não terem produzido o seu efeito (uma vez que durante o ano de 2010 existem apenas 4 projectos concluídos, mas que ainda não se encontram encerrados), verifica-se uma elevada abrangência de PME nos actuais projectos contratados, originando o cumprimento actual das metas previstas para 2015.

O resultado apresentado no indicador está desajustado às metas propostas. A explicação para este desfasamento está relacionada com a focalização que o instrumento das Acções Colectivas adoptou no decorrer do Programa. Tendo em conta a criação de um outro instrumento de natureza colectiva (Projectos Conjuntos/SI PME) onde os bens e serviços são apropriados colectivamente e individualmente por um número determinado de PME, no caso das iniciativas SIAC, também direccionadas para PME, os bens e serviços colectivos ou externalidades positivas criadas não podem ser apropriadas exclusivamente por qualquer grupo de empresas, sendo condição que esses bens e serviços colectivos assegurem a sua natureza indivisível, a não rivalidade e a prossecução do interesse geral. As PME abrangidas nas Acções Colectivas referenciam assim o potencial de PME que poderão beneficiar dos

resultados daquele projecto. Em altura oportuna o indicador deverá ser devidamente ajustado.

Quanto ao indicador “Réplicas dos projectos de acções inovadoras”, não é possível efectuar o seu cálculo, dado que a 31 de Dezembro de 2010 não existiam projectos aprovados nesta tipologia de apoio.

Com o arranque das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC), em especial a prioridade dada à focalização dos apoios COMPETE nas referidas estratégias, constata-se que 32% dos projectos apoiados em concursos com possibilidade de apoio a projectos enquadrados em EEC, foram considerados como enquadrados num Pólo de Competitividade e Tecnologia, *Cluster* ou em outras estratégias de aglomeração empresarial.

**Tabela 3.32: Indicadores de Realização do Eixo V**

| Indicadores  | Metas  |        | Cumprimento Actual |         |
|--|--------|--------|--------------------|---------|
|  | 2010   | 2015   | 2007-2010          | Sim/Não |
| <b>REFORÇO DO INVESTIMENTO EM ECONOMIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA (EEC)</b><br>(Investimento apoiado em EEC / Investimento total apoiado*) | 15%    | 25%    | 32%                | Sim     |
| <b>PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS PME EM ACÇÕES COLECTIVAS</b><br>(N.º de PME envolvidas em Acções Colectivas)                             | 10.000 | 15.000 | 819.365            | Sim     |
| <b>PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO DE PME</b><br>(N.º de PME envolvidas em projectos de cooperação)   | 2.000  | 5.000  | 36.502             | Sim     |

(\*) Considerando os concursos com possibilidade de enquadramento de projectos em EEC

Fonte: SI POFC.

**Tabela 3.33: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo V, 2010**

| Áreas                   | Indicador  | Eixos Relevantes | Valor |
|-------------------------|--|------------------|-------|
| Emprego criado          | 1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)            | Total do PO      | (*)   |
| Sociedade de Informação | 11. N.º de projectos   | Total do PO      | 8     |
|                         | 23. N.º de projectos   | Total do PO      | 1     |
| Energias Renováveis     | 24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh) | Total do PO      | (*)   |
|                         | 34. N.º de projectos   | Total do PO      | 3     |
| Turismo                 | 35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)                               | Total do PO      | (*)   |
|                         | 38. N.º de projectos   | Total do PO      | 4     |

Legenda: (\*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

Fonte: SI POFC.

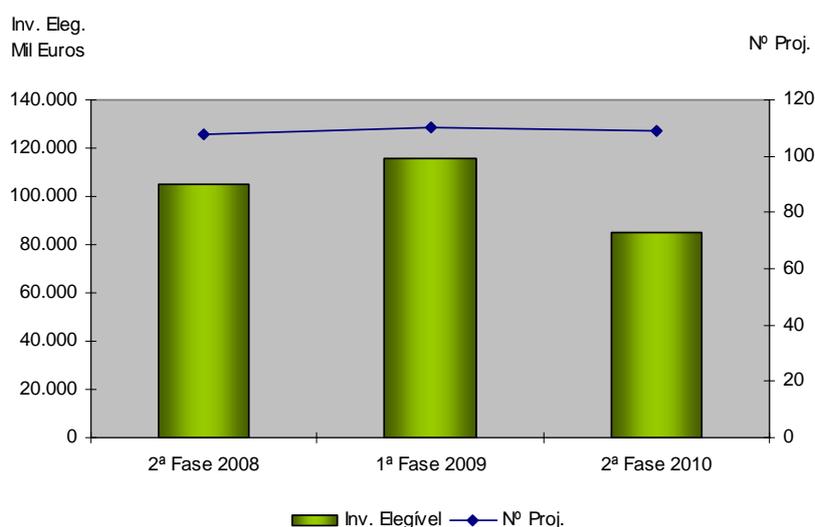
### 3.5.2. Análise qualitativa

#### Acções Colectivas

Durante o ano de 2010 foi publicado um concurso, com uma dotação total de 50 milhões de euros, dos quais 40 milhões de euros destinados especificamente a projectos alinhados com Estratégias de Eficiência Colectiva.

No âmbito deste concurso, foram recepcionadas 109 candidaturas com um investimento associado de 84,8 milhões de euros, o que representa, face aos concursos anteriores, a manutenção do nível de procura, apesar da redução do investimento associado.

**Gráfico 3.20: Distribuição das Candidaturas Recepcionadas no Eixo V, por Fase, 2007-2010**



Fonte: SI POF.C.

Complementarmente, foi endereçado um convite para a apresentação de candidatura:

- **Convite n.º 01/SIAC/2010** – dirigido à Associação Empresarial de Portugal (AEP) com o objectivo de apresentação de um projecto que vise a afirmação de Portugal como produtor de bens e serviços com competitividade, inovação e qualidade a nível internacional.

Assim, foram recepcionadas, desde o início do Programa, 363 candidaturas com um investimento associado de 394,5 milhões de euros, sendo que apenas as candidaturas do referido concurso de 2010 se encontravam em fase de análise no fim de 2010.

No final do ano encontravam-se aprovados 171 projectos, com um investimento elegível de 192,6 milhões de euros e um incentivo de 133,5 milhões de euros, dos quais 73 foram aprovados em 2010.

Tabela 3.34: Projectos Aprovados do Eixo V por Concurso, 2007-2010

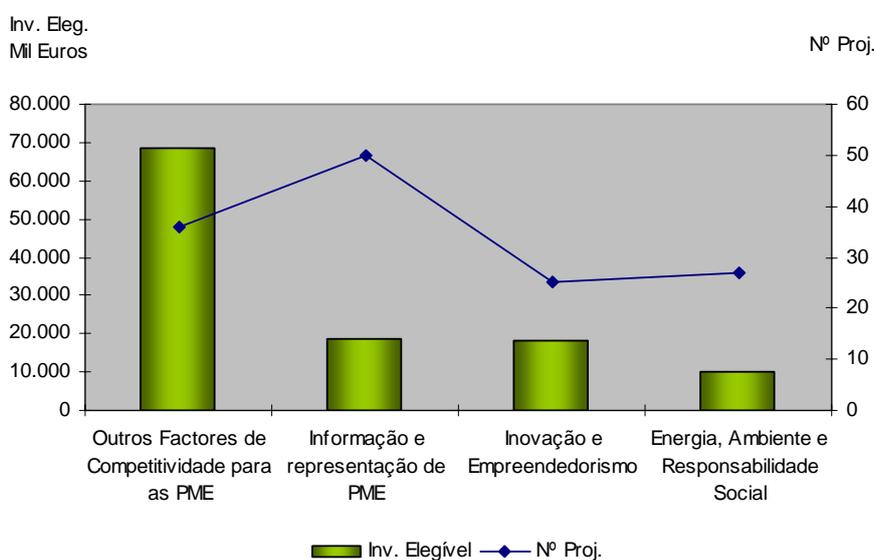
Unid: Mil Euros

| Concurso / Convite        | Projectos Aprovados |                       |                |
|---------------------------|---------------------|-----------------------|----------------|
|                           | N.º Proj.           | Investimento Elegível | Incentivo      |
| Concurso Geral de 2008    | 67                  | 50.970                | 34.717         |
| Concurso Sector Automóvel | 6                   | 2.160                 | 1.496          |
| Concurso EEC              | 18                  | 17.094                | 12.820         |
| Concurso Geral de 2009    | 71                  | 64.097                | 44.485         |
| Convites                  | 9                   | 58.249                | 39.932         |
| <b>TOTAL EIXO V</b>       | <b>171</b>          | <b>192.570</b>        | <b>133.451</b> |

Fonte: SI POFC.

Analisando os concursos gerais, verifica-se uma predominância do apoio a projectos de Informação e representação de PME (cerca de 36% dos projectos aprovados). Em termos de volume financeiro, constata-se que este instrumento tem sido sobretudo orientado para o apoio a projectos de “Outros Factores de Competitividade para as PME” (absorve perto de 60% do investimento elegível apoiado).

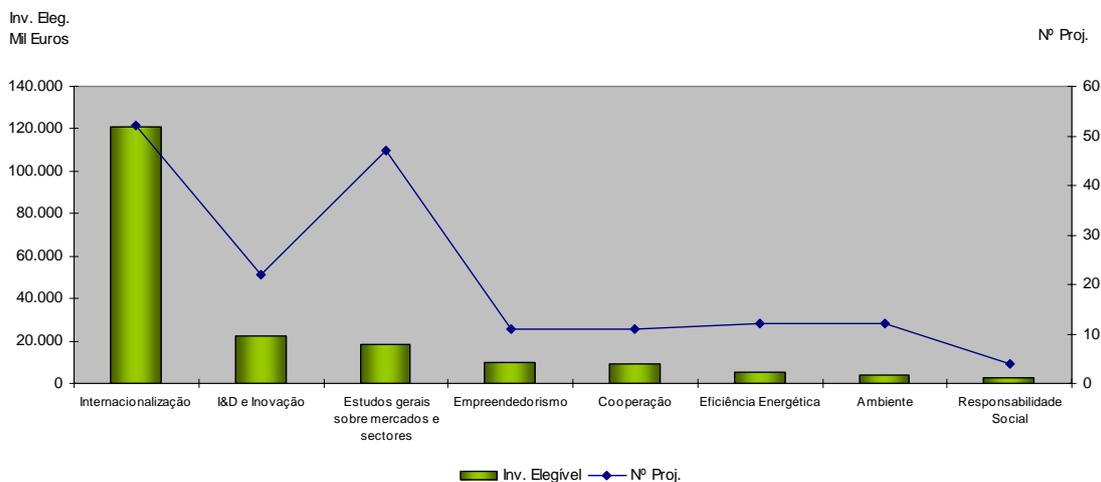
Gráfico 3.21: Aprovações do Concurso Geral de 2008, por Tipologia de Projecto, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

Em termos de áreas de intervenção, constata-se que tem sido dada uma grande importância à internacionalização, que concentra perto de 2/3 do investimento elegível total.

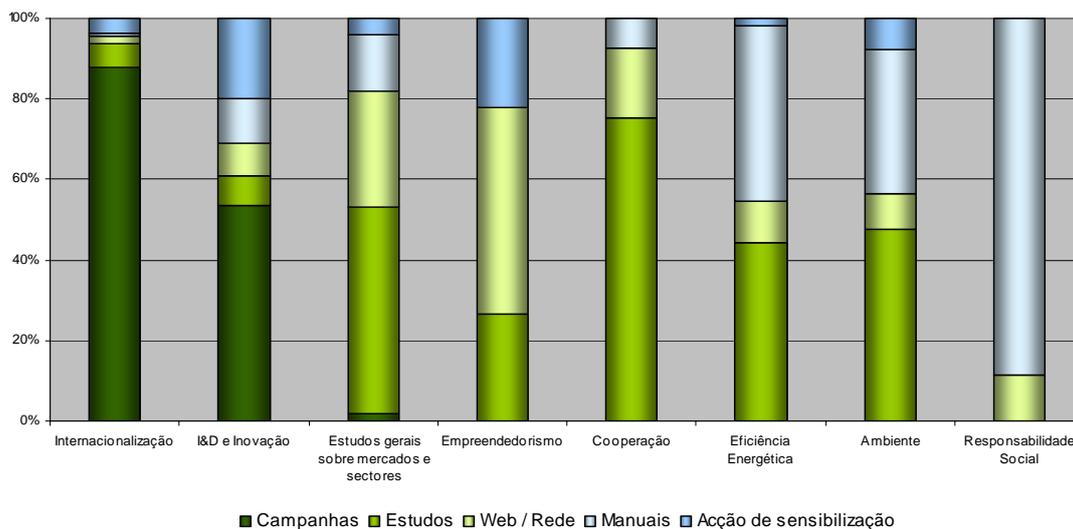
Gráfico 3.22: Aprovações no Eixo V, por Área de Intervenção, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

Analisando os *outputs* dos projectos apoiados, verifica-se uma predominância de campanhas nos projectos de internacionalização e de I&D e Inovação, enquanto os projectos de cooperação, estudos gerais sobre mercados e sectores, eficiência energética e ambiente visam, sobretudo, a elaboração de estudos. Releve-se, ainda, a importância dada a projectos que disponibilizam plataformas na *internet* com vista ao reforço do empreendedorismo.

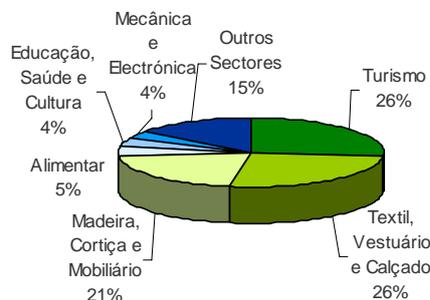
Gráfico 3.23: Investimento Elegível Aprovado no Eixo V, por Output dos Projectos, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

Em termos sectoriais, verifica-se uma concentração nos sectores Turismo, Têxtil, Vestuário e Calçado e Madeira, Cortiça e Mobiliário que reúnem perto de  $\frac{3}{4}$  do investimento elegível apoiado (excluindo os projectos multi-sectoriais, que representam 30% do investimento elegível total).

Gráfico 3.24: Investimento Elegível Aprovado no Eixo V, por Sector de Actividade, 2007-2010



Fonte: SI POFC.

No final do ano encontravam-se contratados 164 projectos com um incentivo previsto de 123,6 milhões de euros, o que representa uma taxa de contratação de 96% dos projectos aprovados.

#### MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A ACÇÕES COLECTIVAS (SIAC)

##### ÁREAS DE INTERVENÇÃO:

- Informação sobre mercados, tecnologias e financiamento;
- Programas de observação e vigilância de base regional ou sectorial;
- Participação e realização de actividades de organizações internacionais.

N.º DE PROJECTO: 11981

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: IMATEC - INTELLIGENCE EM TECNOLOGIAS E MATERIAIS AVANÇADOS

##### PROMOTORES:

CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e Vestuário de Portugal; CTCP - Centro Tecnológico do Calçado de Portugal e CENTITVC - Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes

LOCALIZAÇÃO: Norte e Centro

INVESTIMENTO APROVADO: 1.501.835,90 euros INCENTIVO APROVADO: 1.051.285,13 euros

##### DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

O objectivo deste projecto é desenvolver, de forma estruturada, um programa de acção, de carácter transversal e orientado à inteligência tecnológica e à indução de actores, com vista a:

- 1) Geração de *intelligence* empresarial em áreas de conhecimento/tecnologias consideradas prioritárias para a produção de inovação orientada à fileira moda;
- 2) Induzir a geração de novos projectos empresariais suportados por estratégias de empreendedorismo com base em tecnologia e conhecimento.

A estratégia preconizada para este projecto, baseia-se nos princípios seguidos à escala Europeia, em iniciativas desta natureza, nomeadamente o de procurar um forte cruzamento entre áreas de saber complementares, ao nível das actividades de vigilância, prospectiva, estratégia e *roadmapping*.

Neste sentido e numa altura em que assumem corpo variadas estratégias de eficiência colectiva, cujas áreas de conhecimento e respectivos mercados são verdadeiras oportunidades para a inovação de produto na fileira moda, importa enquadrar devidamente nesta iniciativa um terceiro objectivo não menos importante que os dois mencionados no parágrafo anterior:

3) Articulação e concertação entre diferentes EEC, através de uma maior e mais eficiente articulação e colaboração entre actores de sectores complementares à fileira Moda, com vista à identificação de oportunidades de elevado potencial de exploração em mercados com interesse económico e conteúdo tecnológico.

Trata-se de um projecto âncora inserido na EEC do Pólo de Competitividade e Tecnologia da Moda.

Para alcançar os seus objectivos o projecto prevê a realização das seguintes actividades:

- Vigilância e prospectiva tecnológica em áreas-chave: engloba actividades de vigilância e prospectiva tecnológica, privilegiando visitas a empresas ou organizações de referência, missões a feiras e eventos da especialidade, particularmente os de maior aderência com as áreas estratégicas de Investigação, desenvolvimento e inovação (I&DI) para a fileira moda.

- Articulação e aproximação a actores de fileiras alternativas: serão conjugadas as actividades de articulação e aproximação a actores de fileiras alternativas/complementares, nomeadamente através de um plano de interacção e concertação estratégica com outras estratégias de eficiência colectiva presentemente em formalização. Pretende-se privilegiar a interacção com aquelas iniciativas cujo âmbito de clusterização oferecem maiores oportunidades de colaboração/aplicação aos diferentes produtos da fileira moda.

- Estratégia e *roadmapping*: visa a definição, debate e publicação de uma estratégia de I&DI para a fileira moda, devidamente enquadrada com a estratégia europeia do sector e articulada com a estratégia de outros sectores relevantes para a produção e aplicação de inovação. O *roadmap* estratégico, vai definir as principais linhas estratégicas de acção em matéria de I&DI, seja numa lógica de orientação e apoio à definição de estratégias empresarias, seja numa lógica de suporte à definição e implementação de política pública em matéria de inovação. Pretende-se também no âmbito desta actividade promover uma forte articulação ao nível dos *roadmaps* para a inovação, com iniciativas de carácter regional relevantes para o sucesso da implementação de estratégias desta natureza no território.

- Fomentar participação Portuguesa em projectos europeus: promover a participação portuguesa em projectos e redes de âmbito Europeu

- Indução e apoio ao empreendedorismo tecnológico: desenvolver e apoiar a geração de novas empresas de base tecnológica nos domínios cobertos pelo Pólo de Competitividade. Pretende-se dotar e apoiar empreendedores e empresas nascentes de base tecnológica no sector da Moda, na construção de desenvolvimento das suas estratégias de negócio, nomeadamente ao nível das tecnologias a adoptar e na abordagem a mercados emergentes com potencial de elevado crescimento e valor acrescentado. O desenvolvimento de uma actividade organizada de *intelligence* permitirá exactamente dotar as empresas da informação necessária à criação de novos negócios com risco controlado.

- Disseminação: nesta actividade são garantidas todas as actividades de disseminação do projecto, quer junto do público-alvo natural da esfera de influência da fileira Moda (universo empresarial, científico e tecnológico), quer em parceria e articulação com iniciativas promovidas por outras EEC.

## RESULTADOS ESPERADOS:

- Informação e conhecimento sistematizado com publicação em formato físico e digital, sobre o estado da arte, o potencial de I&DI, tendências dos mercados de aplicação e posicionamento dos principais players na cadeia de valor para as seguintes áreas prioritárias estratégicas: a) Materiais, aditivos e dispositivos funcionais; b) Fibras, polímeros, estruturas e componentes; c) Tecnologias dos processos, informação e comunicação; d) Novos métodos e tecnologias de ensaio; e) Novos perfis de produtos.
- Criação e manutenção de uma base de dados de “sábios” portugueses, em actividade nas diferentes organizações portuguesas e europeias, nas áreas científicas e tecnológicas relevantes para a fileira Moda.
- Criação e dinamização de fóruns de interacção e cooperação com as EEC de maior potencial de cruzamento com a fileira Moda em matéria de inovação produto e processo (Plataforma *Centrohabitat*, *Health Cluster Portugal*, Iniciativa *Produtech*, Pólo de Competitividade e Tecnologia da Mobilidade).
- Organização e dinamização de eventos e ferramentas que promovam e facilitem o encontro entre fornecedores de soluções inovadoras oriundas da fileira Moda e empresas dos mercados de destino/aplicação dessas soluções.
- Desenvolvimento e consolidação do universo de empresas nacionais cujo negócio se encontra principalmente ancorado na produção/utilização de materiais avançados e tecnologias inovadoras e em mercados de aplicação alternativos.
- *Roadmap* estratégico em matéria de I&DI para a fileira Moda principais linhas estratégicas de acção em matéria de I&DI, seja numa lógica de orientação e apoio à definição de estratégias empresarias, seja numa lógica de suporte à definição e implementação de política pública em matéria de inovação.
- Eventos de discussão do *Roadmap* e simultaneamente de promoção de uma cultura de negócio assente na inovação e na cooperação entre actores de fileiras complementares.
- Eventos de promoção e esclarecimento sobre as principais tipologias de programas europeus de apoio à I&DI e das principais redes europeias de cooperação, *networking* e intercâmbio de informação em matéria de I&DI orientada à fileira Moda.
- Formatação de consórcios internacionais, com forte representação portuguesa no âmbito de processos de preparação de projectos e respectivas candidaturas a submeter a programas Europeus de I&DI.
- Missões conjuntas de participação de empresas e organizações portuguesas, em eventos de promoção e divulgação da I&DI no espaço europeu, organizados pelas principais plataformas tecnológicas europeias.
- Missões de promoção da capacidade de I&DI do Pólo de Competitividade da Moda junto de: 1) Pólos/Clusters com abordagens semelhantes em matéria de sector/tecnologia, activos no espaço europeu; 2) Organismos da Comissão com responsabilidades na gestão de políticas públicas em matéria de I&DI; 3) Eurodeputados portugueses e outros representantes de Portugal na Comissão Europeia.
- Criação de mecanismos e rotinas de comunicação e maior articulação entre as entidades de I&DI do Pólo da Moda e organismos europeus com responsabilidades na gestão de programas de I&DI.
- Definição de uma estratégia para o desenvolvimento e apoio ao empreendedorismo de base tecnológica orientada à fileira Moda.

Espera-se que este Projecto tenha um público-alvo de cerca de 22.045 empresas, das quais 21.977 são PME.

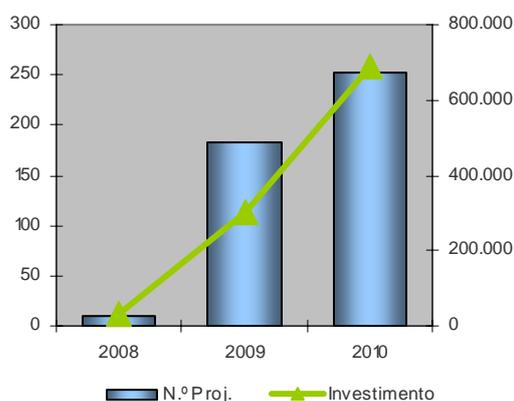
### Estratégias de Eficiência Colectiva

Neste ponto faz-se uma abordagem sintética dos apoios concedidos no COMPETE, no âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva, remetendo-se para o Capítulo 9 do Volume II, uma análise mais detalhada sobre as características e resultados deste instrumento, ao nível da Agenda da Competitividade.

Tal como previsto no enquadramento das EEC, o COMPETE foi o responsável pelo processo de reconhecimento da tipologia “Clusters”, que culminou, em Julho de 2009, com o reconhecimento de 19 Estratégias de Eficiência Colectiva da Tipologia *Cluster* - 11 Pólos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e de 8 Outros *Clusters* (OC). Está, também a seu cargo o acompanhamento e avaliação.

Durante o ano de 2010, foram publicados 7 AAC com dotação específica para EEC, num total de 176,5 milhões de euros, 3 ao abrigo do SI PME, 2 do SI Inovação, 1 do SI I&DT e 1 do SIAC. Desde a aprovação das EEC, o COMPETE disponibilizou 448,8 milhões de euros para este instrumento, o que representa cerca de 23% da dotação posta a concurso pelo Programa (38% em 2010).

**Gráfico 3.25: Candidaturas com Controlo EEC, 2007-2010**



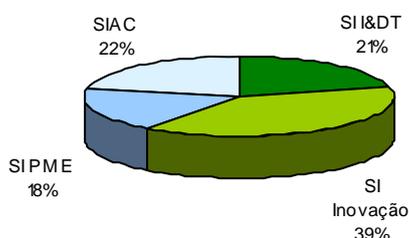
Fonte: SI POFIC.

No gráfico verifica-se uma crescente adesão dos promotores relativamente a projectos EEC. Em 2010, estes representaram perto de 30% dos projectos e do investimento candidatos ao Programa, num total de 252 projectos e mais de 691 milhões de euros.

No final do ano em análise, encontravam-se aprovados 214 projectos, aos quais se associam 496,6 milhões de euros de investimento elegível.

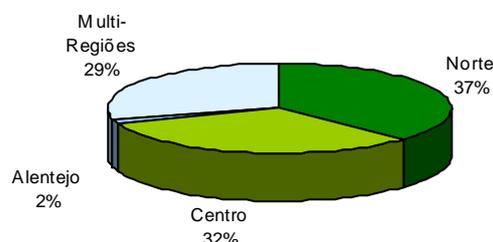
Se em número de projectos, o SI PME é o que mais se destaca, em termos de incentivo, a maior fatia inscreve-se no SI Inovação (gráfico 3.26). Em termos regionais (gráfico 3.27), Norte e Centro absorvem 37% e 32% dos apoios, respectivamente, sendo de referir que o baixo peso do Alentejo se justifica pela fraca expressão das entidades empresariais da região nas dinâmicas existentes das EEC reconhecidas.

**Gráfico 3.26: Aprovações de EEC (Incentivo), por Medida 2008-2010**



Fonte: SI POFC.

**Gráfico 3.27: Aprovações de EEC (Incentivo), por NUTS II 2008-2010**



Fonte: SI POFC.

Com 20% de apoios às EEC no COMPETE, destaca-se o PCT do Turismo, seguindo-se o PCT da Moda (18%) e o PCT das Indústrias de Base Florestal (10%).

**Tabela 3.35: Projectos Aprovados de EEC, por Tipo de Estratégia, 2007-2010**

*Unid: Mil euros*

| Tipo de EEC  | Total de Projectos EEC |             |                       |             |                |             | Projectos Âncora |                | Projectos Complementares |                |
|--|------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------------|-------------|------------------|----------------|--------------------------|----------------|
|  | N.º de Projectos       |             | Investimento Elegível |             | Incentivo      |             | Incentivo        |                | Incentivo                |                |
| PCT Agro-industrial  | 14                     | 7%          | 34.304                | 7%          | 19.385         | 6%          | 7                | 3.060          | 7                        | 16.325         |
| PCT da Energia   | 4                      | 2%          | 5.211                 | 1%          | 3.544          | 1%          | 1                | 1.355          | 3                        | 2.189          |
| PCT da Moda  | 37                     | 17%         | 98.357                | 20%         | 55.644         | 18%         | 6                | 13.974         | 31                       | 41.670         |
| PCT da Saúde   | 15                     | 7%          | 25.774                | 5%          | 15.455         | 5%          | 6                | 11.771         | 9                        | 3.684          |
| PCT das Indústrias da Mobilidade                                   | 12                     | 6%          | 22.856                | 5%          | 12.107         | 4%          | 7                | 7.064          | 5                        | 5.043          |
| PCT das Indústrias de Base Florestal                               | 10                     | 5%          | 40.965                | 8%          | 29.159         | 10%         | 3                | 17.619         | 7                        | 11.540         |
| PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial | 2                      | 1%          | 1.610                 | 0%          | 965            | 0%          | 1                | 549            | 1                        | 416            |
| PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica       | 16                     | 7%          | 30.468                | 6%          | 19.181         | 6%          | 7                | 13.204         | 9                        | 5.977          |
| PCT das Tecnologias de Produção                                    | 19                     | 9%          | 30.896                | 6%          | 17.526         | 6%          | 3                | 6.607          | 16                       | 10.919         |
| PCT do Turismo   | 12                     | 6%          | 93.423                | 19%         | 61.187         | 20%         | 3                | 15.265         | 9                        | 45.922         |
| PCT Engineering & Tooling  | 23                     | 11%         | 29.692                | 6%          | 17.921         | 6%          | 4                | 6.420          | 19                       | 11.500         |
| Cluster Agro-industrial do Centro                                  | 2                      | 1%          | 2.676                 | 1%          | 1.975          | 1%          | 2                | 1.975          |                          |                |
| Cluster Agro-industrial do Ribatejo                                | 8                      | 4%          | 10.332                | 2%          | 6.750          | 2%          | 3                | 1.284          | 5                        | 5.467          |
| Cluster da Pedra Natural   | 9                      | 4%          | 10.567                | 2%          | 6.729          | 2%          | 3                | 4.371          | 6                        | 2.358          |
| Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal                     | 10                     | 5%          | 30.917                | 6%          | 16.681         | 6%          | 1                | 508            | 9                        | 16.173         |
| Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte                   | 2                      | 1%          | 1.524                 | 0%          | 1.025          | 0%          | 1                | 426            | 1                        | 599            |
| Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar                       | 3                      | 1%          | 6.704                 | 1%          | 3.812          | 1%          | 2                | 484            | 1                        | 3.329          |
| Cluster Habitat Sustentável  | 14                     | 7%          | 18.216                | 4%          | 11.384         | 4%          | 2                | 547            | 12                       | 10.837         |
| Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro                        | 2                      | 1%          | 2.158                 | 0%          | 1.278          | 0%          | 1                | 340            | 1                        | 938            |
| <b>Total Geral</b>   | <b>214</b>             | <b>100%</b> | <b>496.653</b>        | <b>100%</b> | <b>301.708</b> | <b>100%</b> | <b>63</b>        | <b>106.823</b> | <b>151</b>               | <b>194.885</b> |

Legenda: PCT – Pólo de Competitividade e Tecnologia

No total, foram aprovados 63 projectos-âncora, ou seja, projectos com grau de relevância muito elevado na concretização das opções estratégicas das EEC, promovidos pela entidade responsável pela gestão ou por um grupo de actores em co-promoção com representação significativa na mesma. Destes 48 enquadram-se no SIAC, envolvendo um incentivo próximo dos 55 milhões de euros.

Paralelamente, encontram-se aprovados 151 projectos complementares, cuja inserção nos objectivos e no perfil de investimento da respectiva EEC foi alvo de validação pelo COMPETE, com base em Referenciais técnicos construídos com base em contributos das entidades gestoras das EEC, e aos quais estão associados 194,9 milhões de euros de incentivo.

### 3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No Eixo V, identificam-se os seguintes constrangimentos à boa execução dos projectos:

- Os exigentes e morosos **procedimentos de contratação pública** a incorporar nos projectos, condicionam o seu arranque nas datas previstas e atrasam significativamente a sua execução. Nalguns casos, determinam mesmo a inoperacionalidade de acções que não puderam ser contratadas em tempo;
- A frágil **capacidade de financiamento de algumas das associações** que não conseguem garantir os meios necessários para a boa execução dos projectos, determina a prorrogação de algumas acções ou até mesmo a sua não execução.
- **A incapacidade de uma gestão flexível dos organismos públicos** dos seus orçamentos, condicionou também fortemente a boa execução dos projectos e, num caso particular, levou mesmo ao abandono da iniciativa que já tinha sido contratada.

Foram adoptadas as seguintes medidas:

- Maior exigência ao nível da sustentabilidade financeira do projecto durante o período de execução com compromissos pré-contratuais relativamente às suas fontes de financiamento;
- Formação da equipa de acompanhamento na temática de contratação pública no sentido de permitir uma partilha mais assertiva com os promotores relativamente às exigências do Programa nesta matéria e, assim, facilitar a disseminação da informação e a normalização dos procedimentos;
- Compilação das principais orientações sobre contratação pública em Orientação de Gestão n.º 04.REV1/POFC/2010.

## 4. GRANDES PROJECTOS E PROJECTOS AMBIENTAIS

### 4.1 GRANDES PROJECTOS

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006, no seu artigo 39.º, estabelece que os projectos co-financiados pelo Programa, que constituam uma acção indivisível de natureza técnica ou económica precisa, com objetivos claramente identificados e com um custo total superior a 25 milhões de euros no domínio do ambiente ou a 50 milhões de euros noutros domínios, são considerados como Grandes Projectos.

O referido Regulamento determina ainda a necessidade de autorização por parte da Comissão Europeia (DG REGIO) para o co-financiamento comunitário.

Durante o ano de 2010, foram aprovados 2 grandes projectos (RPP SOLAR - ENERGIAS SOLARES, SA e NISSAN BATTERY MANUFACTURING PORTUGAL, SA), tendo, por outro lado, sido objecto de anulação 2 outros projectos (REPSOL e ITARION).

Neste sentido, encontravam-se aprovados, no final do ano, 9 grandes projectos, envolvendo um investimento elegível de 2,2 mil milhões de euros e uma comparticipação comunitária de 336 milhões de euros.

**Tabela 4.1: Lista de Grandes Projectos**

*Unid: Mil Euros*

| N.º Proj. | Eixo Prioritário | Beneficiário  | Investimento Elegível | Incentivo | Observações                          |
|-----------|------------------|---|-----------------------|-----------|--------------------------------------|
| 001942    | II               | SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA               | 56.674                | 11.428    | Proj. aprovado pela CE a 14-Dez-2009 |
| 001943    | II               | ARTENIUS SINES PTA, SA                                      | 355.356               | 38.822    | Proj. notificado em análise pela CE  |
| 001944    | II               | CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA                       | 314.083               | 51.645    | Proj. aprovado pela CE a 25-Mai-2009 |
| 001945    | II               | CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA                              | 121.784               | 24.939    | Proj. aprovado pela CE a 08-Out-2008 |
| 001948    | II               | SWEDWOOD PORTUGAL - INDÚSTRIA DE MADEIRAS E MOBILIÁRIO, LDA | 107.112               | 29.000    | Proj. aprovado pela CE a 04-Nov-2008 |
| 003519    | II               | EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS METÁLICAS, SA                   | 89.547                | 47.733    | Proj. aprovado pela CE a 16-Dez-2010 |
| 005771    | II               | ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA                              | 82.008                | 31.875    | Proj. em vias de notificação à CE    |
| 011902    | II               | RPP SOLAR - ENERGIAS SOLARES, SA                            | 897.060               | 57.412    | Proj. em vias de notificação à CE    |
| 013860    | II               | NISSAN BATTERY MANUFACTURING PORTUGAL, SA                   | 147.406               | 44.222    | Proj. em vias de notificação à CE    |

Assim, tendo em conta a lista indicativa de grandes projectos que consta do Anexo III do Texto do PO, que foi objecto de revisão em Outubro de 2010 (conforme ponto 2.7.1), registre-se a inclusão da aprovação do projecto da NISSAN. Por outro lado, salienta-se ainda que a referida revisão do Anexo III reflectia a anulação dos projectos da AGNI e da REPSOL, bem como a revisão dos valores de aprovação da DOW PORTUGAL.

**Tabela 4.2: Alterações à Lista Indicativa de Grandes Projectos (Versão revista em Out-2010)**

*Unid: Mil Euros*

| N.º Proj. | Eixo Prioritário | Beneficiário   | Custo Total | Observações  |
|-----------|------------------|--|-------------|--|
| 013860    | II               | NISSAN BATTERY MANUFACTURING PORTUGAL, SA                  | 155.600     | Proj. aprovado em 01-Out-2010                                    |
| 001941    | II               | AGNI INC. DESENV. SISTEMAS PARA ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDA | 43.938      | Proj. objecto de anulação em 25-Mar-2010                         |
| 001946    | II               | DOW PORTUGAL - PRODUTOS QUÍMICOS, SOC. UNIPESSOAL, LDA     | 47.532      | Proj. objecto de revisão dos valores de aprovação em 14-Dez-2009 |
| 001947    | II               | REPSOL POLÍMEROS, LDA                                      | 750.000     | Proj. objecto de anulação em 08-Mar-2010                         |

No final do ano encontrava-se concluído (encerramento do investimento) o grande projecto da CELBI, conforme se pode analisar em detalhe na respectiva ficha (ver Anexo X).

**Tabela 4.3: Lista de Grandes Projectos Concluídos**

*Unid: Mil Euros*

| N.º Proj. | Eixo Prioritário | Beneficiário                          | Custo Total Final do investimento | Data Conclusão | Observações                             |
|-----------|------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------|---|
| 001944    | II               | CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA | 359.269                           | 26-Mai-2010    | Encerramento do Projecto em 23-Dez-2010 |

Durante o ano de 2010, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos no âmbito do processo de notificação à DG REGIO:

- O grande projecto da ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA foi enviado para notificação à DG REGIO em Agosto de 2010, não tendo sido concluído o processo de notificação até final do ano;
- O processo de notificação do grande projecto da ARTENIUS SINES PTA, SA, iniciado em 2009, não se encontrava concluído no final do ano, permanecendo por esclarecer um conjunto de questões colocadas pela DG REGIO.

Os processos de notificação à DG REGIO dos grandes projectos da NISSAN e da RPP SOLAR não tinham sido iniciados até final do ano, encontrando-se assim em fase de preparação do formulário.

Relativamente à lista de Grandes Projectos aprovados no COMPETE apresenta-se, no Anexo X, uma breve descrição considerando os principais objectivos e respectiva situação em termos de realização física e financeira.

#### 4.2 PROJECTOS AMBIENTAIS COM CUSTO TOTAL ENTRE 25 E 50 MILHÕES DE EUROS

No âmbito do COMPETE não foi aprovado qualquer grande projecto ambiental na acepção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.



## 5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Através do Eixo VI pretende-se financiar as acções de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo interno, análise, avaliação, informação, divulgação e publicitação, bem como os recursos humanos, materiais e técnicos de suporte à gestão e implementação de forma eficaz e eficiente do COMPETE.

São apoiadas candidaturas apresentadas pela Autoridade de Gestão do COMPETE, para financiamento da estrutura interna, e pelas Entidades com responsabilidade de gestão que intervenham como Organismos Intermédios.

O Eixo VI integra 4 indicadores de realização. Uma vez que ainda não se verificou a aferição do cumprimento da meta n+3 e n+2, nem foram efectuadas Avaliações ao Programa, a análise do cumprimento actual dos indicadores do Eixo cinge-se a 3 indicadores.

Assim, é possível verificar que se está a cumprir a desmaterialização de processos associados a fluxos financeiros e à programação e acompanhamento e que, relativamente ao *site* do Programa, já se registaram mais de 1,7 milhões de visitas, número muito acima das metas previstas para 2010, que ultrapassa já, inclusive, a meta para 2015.

Conclui-se assim que os objectivos do Eixo, ligados ao financiamento das actividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e disseminação do Programa, estão a ser cumpridos.

Tabela 5.1: Indicadores de Realização do Eixo VI

| Indicador  | Metas   |           | Cumprimento Actual |         |
|--|---------|-----------|--------------------|---------|
|  | 2010    | 2015      | 2007-2010          | Sim/Não |
| TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA FUNDO<br>(em % da Despesa Fundo Programada para o ano n+3 ou n+2, conforme os casos)   | -       | 100%      | -                  | -       |
| N.º DE VISITAS AO SÍTIO INTERNET   | 543.155 | 1.350.000 | 1.727.622          | Sim     |
| NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A FLUXOS FINANCEIROS<br>(certificação de despesa e pagamentos)  | 100%    | 100%      | 100%               | Sim     |
| NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO<br>(documentos de programação, notificação de grandes projectos, relatórios de execução, convocatórias e circulação de informação de acompanhamento) | 80%     | 100%      | 100%               | Sim     |

Fonte: SI POFC.

Durante o ano de 2010 foram apresentadas 8 candidaturas visando o financiamento do Secretariado Técnico do COMPETE em 2010, bem como dos Organismos Intermédios (AdI, AMA, AICEP, Ciência Viva, FCT, IAPMEI e Turismo de Portugal).

Desde o início do Programa, foram recepcionadas 32 candidaturas com um investimento associado de 62,4 milhões de euros, das quais 30, com um investimento elegível de 46,1 milhões de euros e um incentivo de 32,3 milhões de euros, se encontravam aprovadas no final de 2010.

Verifica-se, assim, que o incentivo aprovado representa 1,3% do incentivo total concedido, valor este que se encontra abaixo do limite estabelecido nos Regulamentos Comunitários (4%).

**Tabela 5.2: Candidaturas e Projectos Aprovados do Eixo VI por Beneficiário, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| Beneficiário           | Candidaturas (2007-2010) |               | Projectos Aprovados (2007-2010) |                    |               |
|------------------------|--------------------------|---------------|---------------------------------|--------------------|---------------|
|                        | N.º Proj.                | Investim.     | N.º Proj.                       | Investim. Elegível | Incentivo     |
| Autoridade de Gestão   | 4                        | 24.349        | 4                               | 23.108             | 16.176        |
| Organismos Intermédios | 28                       | 38.061        | 26                              | 23.002             | 16.101        |
| <b>TOTAL EIXO VI</b>   | <b>32</b>                | <b>62.410</b> | <b>30</b>                       | <b>46.110</b>      | <b>32.277</b> |

Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologias de intervenção, constata-se que 67% dos montantes aprovados se referem ao funcionamento das estruturas de apoio técnico e logístico das entidades beneficiárias (Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios), sendo 11% relativos à análise e acompanhamento de projectos (incluindo o recurso a pareceres técnicos especializados e a acções de verificações de gestão), 10% destinados para acções de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, 7% para acções de Informação, Divulgação e Publicitação do Programa e 4% para acções de Auditorias e Controlo Interno. Considerando a fase de execução do Programa, os montantes afectos a Estudos de Avaliação assumem um valor residual.

**Tabela 5.3: Investimento Elegível Aprovado no Eixo VI por Tipologia de Despesa, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

| Tipologia de Despesa                  | Autoridade de Gestão |             | Organismos Intermédios |             | Total         |             |
|---------------------------------------|----------------------|-------------|------------------------|-------------|---------------|-------------|
|                                       | Inv. Elegível        | (%)         | Inv. Elegível          | (%)         | Inv. Elegível | (%)         |
| Custos com Pessoal                    | 10.363               | 45%         | 15.017                 | 65%         | 25.381        | 55%         |
| Encargos Gerais de Funcionamento      | 4.386                | 19%         | 1.031                  | 4%          | 5.418         | 12%         |
| Análise e Acompanhamento de Projectos | 0                    | 0%          | 4.851                  | 21%         | 4.851         | 11%         |
| Sistemas de Informação                | 4.221                | 18%         | 482                    | 2%          | 4.703         | 10%         |
| Auditorias e Controlo Interno         | 1.165                | 5%          | 676                    | 3%          | 1.841         | 4%          |
| Estudos de Avaliação e Análise        | 640                  | 3%          | 61                     | 0%          | 700           | 2%          |
| Informação, Divulgação e Publicitação | 2.334                | 10%         | 759                    | 3%          | 3.093         | 7%          |
| Outras Intervenções                   | 0                    | 0%          | 125                    | 1%          | 125           | 0%          |
| <b>TOTAL EIXO VI</b>                  | <b>23.108</b>        | <b>100%</b> | <b>23.002</b>          | <b>100%</b> | <b>46.111</b> | <b>100%</b> |

Fonte: SI POFC.

As candidaturas aprovadas encontravam-se contratadas na sua totalidade.

## 6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O ano de 2010 marca a fase de trabalho em profundidade em matéria de comunicação da marca, associando-se a mesma ao cumprimento dos objectivos do Programa e procurando adoptar mecanismos de capitalização da mesma. Reforçaram-se os objectivos:

- Consolidar a imagem institucional;
- Associar o Programa aos valores que lhe estão inerentes: selectividade, transparência, dinamismo, inovação, proximidade, celeridade e eficácia;
- Promover a disseminação do conhecimento e dos principais resultados gerados pelos projectos apoiados, junto da opinião pública, e de forma particular, dos públicos-alvo, e da sua importância na economia nacional, através de uma boa cobertura nos *media* e de uma interacção dinâmica no *site* do Programa ou da presença em mostra de abrangência nacional;
- Transmitir o sentido de pertença à União Europeia e o valor acrescentado da participação dos Fundo Estruturais, no esforço da retoma de crescimento da economia nacional em consonância com a média de crescimento da EU, através da difusão de instrumentos, mecanismos e de boas práticas;
- Garantir o cumprimento das regras de publicitação comunitárias e nacionais dos incentivos às empresas e apoios às restantes entidades públicas e privadas beneficiárias do Programa; através da adopção de uma manual de Obrigações e boas práticas e do trabalho conjunto com os próprios beneficiários.

Incrementou-se a proximidade com os beneficiários, garantindo um apoio constante em matéria de regras de publicitação, nomeadamente em campanhas de âmbito internacional, e utilizando o *site* como um veículo de difusão de projectos e de resultados.

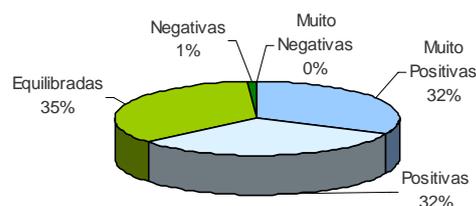
Os resultados obtidos, através de uma estratégia de comunicação que apostou num conjunto de meios direccionados para públicos alvo específicos, devem considerar-se num contexto alargado de comunicação, onde os Organismos Intermédios desempenham papel fundamental e onde as iniciativas conjuntas com os outros Programas Operacionais e com o Observatório, são catalisadoras da informação.

A avaliação do desempenho das acções de comunicação nos *media* durante o ano de 2010, efectuada através do recurso à plataforma de informação da CISION, permite concluir que o

COMPETE apresenta resultados positivos. Com 436 notícias, especificamente sobre o Programa (aumento de 16% face a 2009), abrangendo um leque de suportes bastante diversificado e numa escala de 1 a 5, onde se analisou a tendência editorial em função da análise textual dos conteúdos, o COMPETE obteve uma favorabilidade média de 3,3.

O gráfico 6.1 mostra que 64% das notícias veiculadas no ano de 2010 revelaram conteúdos favoráveis ao Programa.

**Gráfico 6.1: Favorabilidade das Notícias sobre o COMPETE, 2007-2010**



Fonte: CISION

Os valores apresentados têm como base de cálculo o valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela publicidade, em função da diferença entre a informação favorável e desfavorável.

A área de Comunicação elaborou um inquérito específico sobre os instrumentos de comunicação, enviado ao universo de entidades com projectos aprovados no Programa. Procurou-se não apenas avaliar o grau de satisfação em relação aos meios, como aos conteúdos, bem como verificar em que veículos comunicacionais a marca COMPETE era reconhecida. Procurou-se também avaliar a consulta da lista de beneficiários, pela sua importância numa lógica de transparência, bem como o grau de familiaridade com os materiais produzidos sobre as regras de publicitação.

Foram recebidos e trabalhados 100 inquéritos válidos, sendo que 95% dos respondentes foram empresas, maioritariamente PME. Das respostas recebidas resulta uma avaliação globalmente positiva dos mecanismos de comunicação e dos seus conteúdos, ressaltando que 95% dos inquiridos reconhecem a marca COMPETE em múltiplos meios de comunicação.

O presente Capítulo pretende dar nota das principais acções de comunicação e informação desenvolvidas no ano de 2010.

## 6.1 SITES

### 6.1.1. Site COMPETE

A estratégia de comunicação do Programa privilegia as tecnologias digitais de informação e comunicação, que mantêm um fluxo permanente de difusão de informação e uma interacção, quer com os actores directos do Programa, quer com a sociedade em geral. Este modo de

actuação permite a difusão instantânea e alargada da informação sobre o Programa e o desenvolvimento de um processo comunicacional com todos os intervenientes no processo.

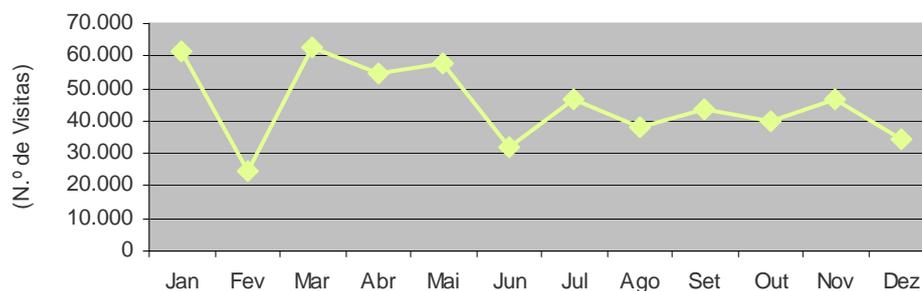
Em 2010, manteve-se o *site* do COMPETE actualizado com a nova imagem, com as funcionalidades existentes, com destaque para a publicação mensal da Lista de Beneficiários. Disponibilizaram-se conteúdos multimédia em português e inglês (obras videográficas).

Atendendo à relevância do meio *Web*, a análise estatística permite-nos compreender o comportamento dos visitantes e adequar conteúdos em prol de maior usabilidade.

Considera-se a leitura de dois indicadores como relevantes para analisar o tráfego e a usabilidade do *site* do Programa: n.º de visitas e n.º de menus mais visitados.

No ano de 2010, o *site* teve um total de 543.155 visitas, sendo notório que o 2.º semestre do ano em causa teve um número muito equilibrado de visitas, entre os 40 e os 50 mil visitantes mensais. É interessante verificar que o dia de semana onde se concentra o maior n.º de visitas é a 2ª feira, sendo o sábado o dia menos activo.

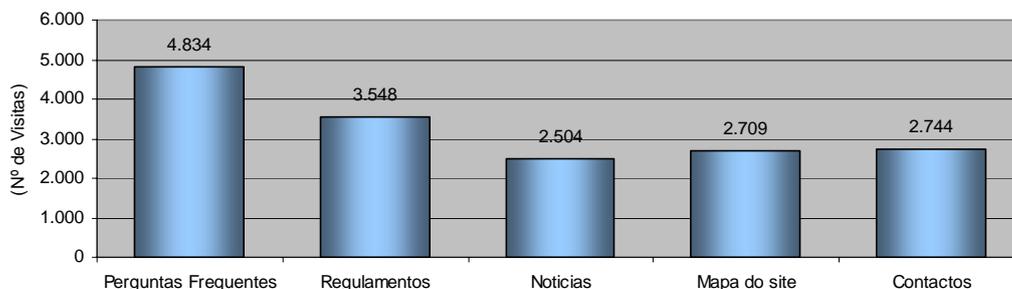
**Gráfico 6.2: N.º de Visitas ao Site COMPETE, 2010**



Fonte: Sysvalue

No que concerne aos menus com maior número de visitas, destacam-se as “Perguntas mais Frequentes (FAQ)” e os “Regulamentos”.

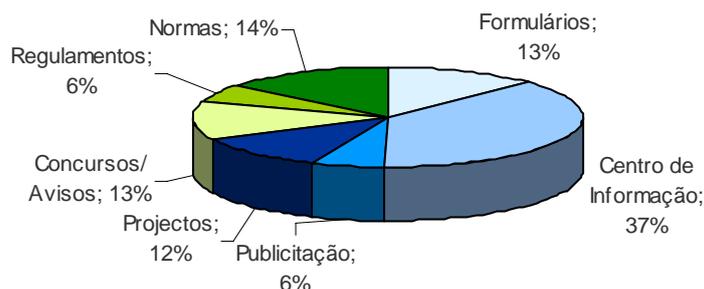
**Gráfico 6.3: Site COMPETE – Menus mais Visitados, 2010**



Fonte: Sysvalue

Em 2010 foram feitos 422.315 *downloads*, em especial nos menus “Centro de Informação” (37%), “Normas” (14%) e “Concursos/Avisos” e “Formulários” (ambos com 13%). A preponderância do “Centro de Informação” em relação aos outros menus, justifica-se pelo facto de este incluir submenus relevantes e abrangentes como “Biblioteca” e “Notícias”.

**Gráfico 6.4: Site COMPETE – Menus com Maior Número de Downloads, 2010**



Fonte: Sysvalue

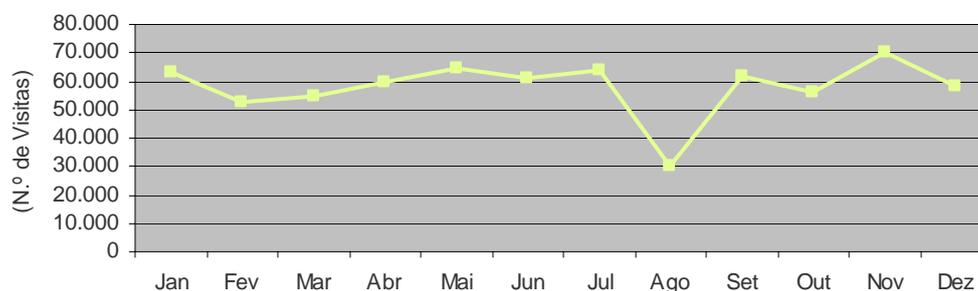
No ano de 2010, foi lançado o procedimento concursal sem publicação no JOUE para construção do novo portal COMPETE, com um racional, em que se destaca a maior interactividade com o público (assistente virtual, georreferenciação de projectos, FAQ dinâmicas), a recuperação da *newsletter* em formato renovado e uma abordagem comunicacional que, sem perder a profundidade da informação, aproxime o público em geral dos instrumentos do COMPETE e do contributo do Programa para competitividade nacional.

### 6.1.2. Site Incentivos às Empresas

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de Outubro determina que a Comissão Directiva do POFC assegura, em articulação com as Comissões Directivas dos Programas Operacionais Regionais, a gestão coordenada no que se refere aos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial, onde se incluem, nomeadamente, os aspectos relacionados com a divulgação, informação e comunicação e logo a coordenação do *site* “Incentivos às Empresas”.

A ferramenta de análise da informação estatística deste *site* não nos permite a avaliação dos indicadores apresentados para o *site* do COMPETE, permitindo-nos apenas conhecer o número de visitas, que totalizou 696.301 repartidas conforme apresentado no gráfico 6.5.

Gráfico 6.5: N.º de Visitas ao Site Incentivos às Empresas, 2010



Fonte: Strat.

## 6.2 EVENTOS

Relativamente à participação em eventos, a estratégia comunicacional de 2010 considerou a relevância de mostras para o público, bem como de uma focalização para públicos específicos.

### SESSÃO QREN – ESTRATÉGIA PARA A ACELERAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PROJECTOS EMPRESARIAIS

No âmbito das estratégias para dinamizar a economia nacional e incrementar o investimento privado foi definido um conjunto de medidas conducentes à aceleração dos investimentos das empresas com projectos aprovados nos Sistemas de Incentivos QREN.

Nesta sessão, o Gestor do COMPETE apresentou as 12 medidas de incentivo para aceleração da execução QREN, nas quais se incluem a criação da linha de Crédito QREN-Investe e a disponibilização de 24 Fundos de Capital de Risco. Estas duas medidas foram concretizadas na sessão através da assinatura, no âmbito da linha de crédito QREN-Investe, de protocolos com instituições bancárias e de contratos no contexto da criação/reforço dos fundos de capital de risco e de participações em sociedades de investidores em capital de risco (*business angels*).

Presidida pelo Primeiro-ministro, a esta sessão pública, realizada na EXPONOR, a 14 de Março, assistiram cerca de 300 pessoas.



## PARTICIPAÇÃO DO COMPETE NA MOSTRA PORTUGAL TECNOLÓGICO 2010

A AIP-CE/FIL organizou, entre 22 e 26 de Setembro, a quarta edição da mostra Portugal Tecnológico, a qual envolveu uma multiplicidade de intervenientes públicos e privados, organizados em três pavilhões diversos, mas complementares, destacando-se a entrada da mostra como o espaço da Energia.

O *layout* do evento considerou a seguinte narrativa:

- **Pavilhão 1:** Entrada – com apresentação do evento; Espaço dedicado às empresas inovadoras, à internacionalização e aos instrumentos de apoios aos factores de competitividade; Entidades públicas participantes: COMPETE, IAPMEI, ADI, AICEP.
- **Pavilhão 2:** *e.government*: presença de todos os Ministérios para apresentação de soluções tecnológicas desenvolvidas para melhorar a competitividade e o crescimento económico inclusivo.
- **Pavilhão 3:** A dimensão regional: presença de empresas, universidades e outras entidades consideradas relevantes na esfera da competitividade regional e dimensão lúdica da tecnologia.

Sob o lema “Promoção do conhecimento para a Inovação”, a participação do COMPETE nesta mostra, que contou com 35.290 visitantes, teve como objectivos promover a marca COMPETE, enquanto programa da Agenda Operacional Factores de Competitividade do QREN, apresentar

projectos apoiados pelo Programa; estimular o empreendedorismo e mostrar a amplitude da aplicação dos instrumentos do COMPETE no contexto socioeconómico.

Para concretizar estes objectivos foi criado um espaço que, no seu formato, permitiu a exposição de peças e incluiu um mini-auditório, onde foram apresentados 15 projectos considerados boas práticas (ver caixa). Os finais de tarde foram dedicados à apresentação de empresas de hotelaria em atmosfera *lounge*.



### Caixa - Projectos apresentados na Mostra Portugal Tecnológico 2010

- **BUE - Balcão Único Empresarial® | AHRESP:** Projecto da AHRESP - O BUE é o primeiro ponto único de contacto em Portugal que tem por objectivo apoiar o relacionamento dos empresários do canal HORECA com as Entidades Prestadoras de Serviços públicas e privadas, vitais e necessárias ao desenvolvimento das suas actividades. Através de uma Worknet, o BUE disponibiliza serviços de valor acrescentado a todos os intervenientes, reunidos num ponto único de contacto.
- **InterCork - Promoção Internacional da Cortiça|APCOR:** Projecto da APCOR que tem como objectivo a promoção da rolha de cortiça e dos materiais de construção e decoração – como sendo os principais produtos da indústria e abarcando no seu conjunto cerca de 90% do que é produzido. A cortiça aparecerá como um produto natural, moderno e elegante, onde prima a ideia do *eco-design*, com características técnicas e sensoriais únicas, aliando o conforto à estética do produto.
- **Light|Revigrés -** Projecto da REVIGRÉS cujo objectivo é a produção de novos bens e serviços; adopção de novos processos ou métodos na fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica.
- **Ablynx – Corporate Presentation:** Projecto BRAINIAC1 – Desenvolvimento de soluções terapêuticas com base em nanobodies para doenças do sistema nervoso central; Projecto Liblynx - Geração de bibliotecas de nanobodies para identificação de novos epítopes / investigação e desenvolvimento em biotecnologia.
- **Amorim Turismo**
- **PREVER - Previsão e Simulação da Evolução de Forças de Trabalho Móveis|TEKEVER -** Projecto da TEKEVER cujo objectivo é promover o aumento da eficiência nas organizações e a redução do impacto ambiental das actividades.
- **Software Português para Industrias Avançadas| Critical Manufacturing -** Projecto da Critical Manufacturing - tecnologia portuguesa incrementa a eficiência das indústrias avançadas a nível mundial
- **Tecidos e Outros Revestimentos Inovadores para a Indústria Automóvel|TMG -** Projecto da TMG, SA cujo foco, entre outros, é a fabricação de têxteis para uso técnico e industrial.
- **Play-I-Mobile|TIM W.E -** Projecto da TIM W.E. Investigação e Desenvolvimento, Unipessoal, Lda que consiste em fornecer uma solução na área da internet móvel que permita o rápido desenvolvimento e disponibilização de sítios wap capazes de melhorar a interactividade com o utilizador final, tornando-a mais efectiva.
- **Grupo Vila Galé**
- **FRULACT| Gerir a inovação no sector agro-alimentar -** Projecto FRUTAMAIS – Auditoria nutricional e funcional ao processamento e desenvolvimento de produtos melhorados; Projecto PROBIOFRU - Novas formulações e optimização tecnológica para o desenvolvimento e caracterização de matrizes de fruta com propriedades probióticas e/ou simbióticas.
- **UNICER -** Projecto Iniciativas de I&DT – Realidade Unicer
- **Rethink |Nova Delta -** Projecto da Nova Delta que visa a Redução, Reutilização, Reciclagem e Valorização de resíduos sólidos resultantes da actividade do café.
- **ADIRA –** Concepção e desenvolvimento de novas máquinas | ferramentas
- **Herdade do Esporão | SAIP TURISMO – Sociedade Alentejana de Investimento e Promoção, SA**

Em simultâneo, decorreram reuniões “*Meeting Points*”, com a colaboração da Abreu Advogados e a ADDICT- Agência para o desenvolvimento das indústrias criativas, onde se prestaram diversos esclarecimentos ao público, designadamente sobre os apoios ao empreendedorismo.



| 204

Durante o fim-de-semana, este espaço foi dedicado às indústrias criativas em estreita colaboração com o *Cluster* das Indústrias Criativas, contando com a presença de várias empresas do sector, com projectos apoiados pelo Programa (ver caixa):

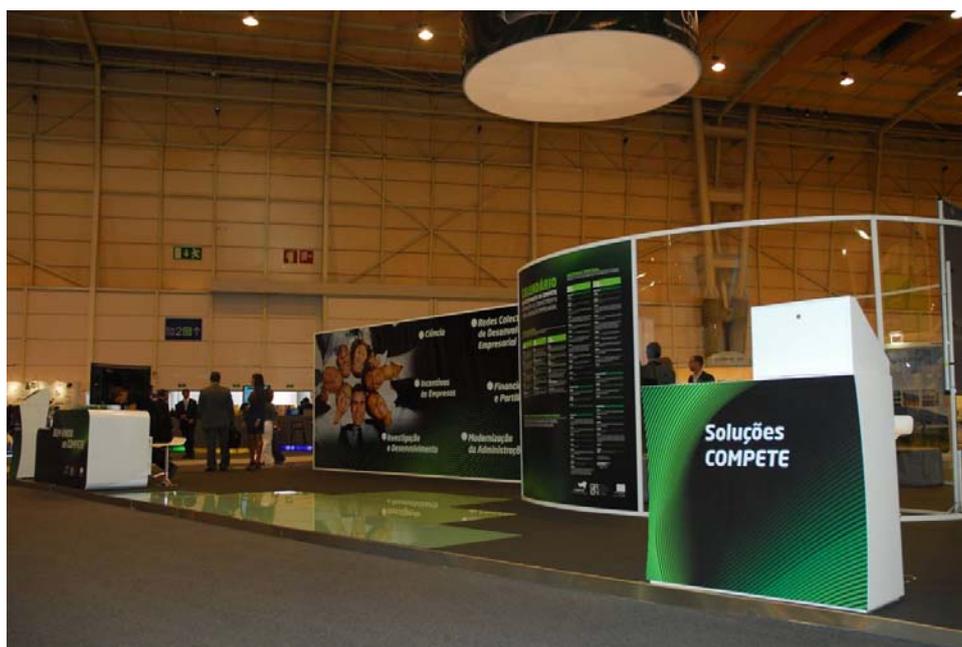
#### Caixa - Indústrias Criativas presentes na Mostra Portugal Tecnológico 2010

- **DjWeatherman**
- **ADDICT** - Agência para o desenvolvimento das indústrias criativas
- **“Há Coisas de Cartão”** – Empresa de design que constrói mobiliário em cartão
- **Missom@** -Marca portuguesa no mundo da música e da construção oficial de instrumentos, que está a ser desenvolvida no Porto em conjunto por músicos e artífices
- **Bubok** – Editora online líder de auto publicação de livros em português
- **Escolinhas.pt** - Comunidade de escolas online
- **Cimbalino Filmes** – Produtora audiovisual com o intuito de dar uma nova identidade ao que é concebido na zona norte do país
- **OSTV** - Projecto empresarial independente para o lançamento do primeiro canal de televisão colaborativo e interactivo na área da cultura, a disponibilizar na TV cabo, Internet e mobile
- **Bydas** - Agência de publicidade especializada no sector da Internet
- **Pop Tones** - Empresa produtora de música
- **TNSJ** - Teatro Nacional São João
- **Peltzer** - Live act
- **Graffity**
- **Ilustradores OKER**

Paralelamente foi concedido um espaço onde decorreram pequenas reuniões no âmbito da temática empreendedorismo e acesso ao financiamento, que permitiram o encontro entre os potenciais investidores (*Business Angels*, Fundos de Capital de Risco) e potenciais empreendedores. Foram realizadas 18 reuniões, das 4 com *Business Angels* e as restantes com Fundos de Capital de Risco. Tratou-se de uma iniciativa inovadora que contou com a estreita colaboração da entidade que gere o FINOVA (PME Investimentos).



O espaço institucional foi minimizado, uma vez que se pretendia que o protagonismo fosse assumido pelos resultados (projectos), criando-se uma área de navegação e informação georreferenciada, numa aposta em conteúdos interactivos.



#### **REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE ESCLARECIMENTO | MEDIDAS PARA ACELERAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROJECTOS EMPRESARIAIS DO QREN**

De 13 a 22 de Outubro, o COMPETE realizou um conjunto de Sessões de Esclarecimento por todo o país com o objectivo de reforçar e clarificar as medidas destinadas a acelerar a execução de projectos empresariais do QREN, apresentadas publicamente a 14 de Julho.

**Sessões de Esclarecimento | Empresas**  
Medidas para a Aceleração de Projectos QREN

- . Reformulação de projectos
- . Linha de Crédito QREN Invest
- . Novos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos

Participe no road show, a decorrer em Outubro e conheça as medidas e os instrumentos que o QREN disponibiliza às empresas.

**ROAD-SHOW**

|   |  |  |   |
|---|--|--|---|
| <b>LISBOA   13 de Outubro</b><br>10:00 - 13:00<br>Centro de Congressos Lisboa (Junqueira)                       | <b>AVEIRO   14 de Outubro</b><br>15:30 - 18:00<br>Auditório AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro | <b>GUIMARÃES   20 de Outubro</b><br>15:30 - 18:00<br>Auditório Centro Cultural Vila Flor | <b>LOULÉ   22 de Outubro</b><br>15:30 - 18:00<br>Auditório NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve |
| <b>LEIRIA   14 de Outubro</b><br>10:00 - 12:30<br>Auditório NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria | <b>PORTO   20 de Outubro</b><br>10:00 - 12:30<br>Auditório AEP Portugal  | <b>ÉVORA   22 de Outubro</b><br>10:00 - 12:30<br>Auditório CCDR-Alentejo                 | Para mais informação:<br><a href="http://www.pofc-qren.pt">www.pofc-qren.pt</a><br>Contamos consigo,          |

Para concretização do objectivo, o COMPETE, em estreita articulação com os PO regionais, procurou ter como parceiros, numa lógica de rentabilização de recursos e de proximidade aos beneficiários, as associações empresariais.

Para complementar este esforço, o COMPETE considerou relevante, lançar uma campanha de meios na imprensa nacional e regional, na imprensa *on-line* e na rádio, em paralelo com um esforço concertado de difusão das sessões por todos os intervenientes (Autoridade de Gestão, PO regionais, organismos intermédios e associações).

Foram realizadas 7 sessões, que contaram com a participação de mais de 1.000 participantes (tabela 6.1):

**Tabela 6.1: Sessões de Esclarecimento – Reformulação de Projectos QREN**

| Local     | Dia           | Local                              | N.º de Participantes |
|-----------|---------------|------------------------------------|----------------------|
| Lisboa    | 13 de Outubro | AIP Centro de Congressos de Lisboa | 250                  |
| Leiria    | 14 de Outubro | NERLEI                             | 85                   |
| Aveiro    | 14 de Outubro | AIDA                               | 150                  |
| Porto     | 20 de Outubro | AEP CCI                            | 250                  |
| Guimarães | 20 de Outubro | Centro Cultural Vila Flor          | 80                   |
| Évora     | 22 de Outubro | Auditório da CCDR Alentejo         | 100                  |
| Loulé     | 22 de Outubro | NERA                               | 100                  |

Fonte: CMI/COMPETE

## INICIATIVA QREN | PROJECTOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO 2011 | ASSINATURA DE CONTRATOS

Num contexto de crise internacional, a internacionalização e o fomento das exportações de bens e serviços constituem um dos desafios mais importantes da economia nacional.



No âmbito do QREN, nomeadamente nos Sistemas de Incentivos às empresas, existem instrumentos de apoio que privilegiam estratégias de internacionalização das empresas nacionais.

A relevância destes instrumentos, no quadro de uma política concertada em prol do aumento da procura externa,

associada ao lançamento de um conjunto significativo de acções de promoção externa programadas para 2011, bem como da abertura de novos concursos que privilegiam dinâmicas de internacionalização e ainda a importância de publicitar os apoios comunitários, confluíram para a organização de uma sessão pública de assinatura de contratos com empresas (cerca de 200) e com as associações que promovem iniciativas conjuntas de empresas (37). Realizada no dia 5 de Novembro, no EuroParque, foi elaborado, para esta sessão, convite electrónico específico, enviado por *e-mail* a 3.344 entidades e mobilizados os PO Regionais para a divulgação através dos meios que considerassem relevantes.

Estiveram presentes cerca de 350 pessoas.



## PARTICIPAÇÃO NO 20º CONGRESSO DE TELECOMUNICAÇÕES

Nos dias 17 e 18 de Maio, teve lugar, no Centro de Congressos de Lisboa, a 20ª edição do Congresso de Telecomunicações, subordinada ao tema “RESTART”, onde se pretendia um debate em torno da crise como motor de mudança, de novas abordagens, novos modelos de negócio, novas colaborações e uma nova vaga empreendedora, capaz de criar um novo optimismo e desencadear mudanças estruturais no renascimento económico. O COMPETE, considerando que o seu objectivo central - a contribuição para a promoção de níveis de crescimento económico - converge com a temática do evento, decidiu participar, privilegiando a divulgação do FINOVA e dos Fundos de Capital de Risco e dos Investidores apelidados de *Business Angels*, participados por aquele fundo.

Neste sentido, o COMPETE, em colaboração com a PME Investimentos SA, entidade gestora do FINOVA, concebeu um espaço dedicado a reuniões entre financiadores de Capital de Risco e eventuais projectos ou empresas interessadas no reforço financeiro. Realizaram-se um total de 34 reuniões, previamente agendadas, tendo participado 34 empreendedores, 3 *Business Angels* e 6 Fundos de Capital de Risco.



### FINANCIAMENTO E CAPITAL DE RISCO

- TEM UMA IDEIA INOVADORA?
- PRECISA DE CAPITAL PARA INICIAR O NEGÓCIO?
- QUER CONSOLIDAR O SEU NEGÓCIO?
- QUER SER MAIS COMPETITIVO?

**Os Fundos de Capital de Risco e os Business Angels podem ter a resposta que procura nos dias 17 e 18 de Novembro.**

Os Fundos de Capital de Risco têm por objectivo comum contribuir para que as PME, em particular, as mais novas e de menor dimensão desenvolvam estratégias de inovação, de crescimento e de internacionalização. Os Fundos encontram-se separados em 4 categorias distintas de acordo com o objectivo final do financiamento.

As 4 categorias são as seguintes:

- Inovação e Internacionalização de PME
- Corporate Venture Capital
- Projectos Fase "Early Stage"
- Projectos Fase "Pre-Seed"

**BUSINESS ANGELS**  
Investidores com experiência comprovada na gestão/direcção de empresas que irão contribuir para que as PME, sobretudo as mais novas e de menor dimensão por eles apoiadas desenvolvam estratégias de inovação, de crescimento e de internacionalização.

Venha saber mais nos dias 17 e 18 de Novembro no Centro de Congressos de Lisboa. Agende a sua reunião, até dia 12 de Novembro para o email: [cmi@gabprime.org](mailto:cmi@gabprime.org)

Para agendar a reunião apenas precisa de identificar a CAE da empresa (se já estiver constituída) e o objectivo a que se propõe.

## SESSÃO DE APRESENTAÇÃO ANUAL DE RESULTADOS

A sessão de Apresentação Anual de Resultados teve por lema “Do conhecimento à Inovação”, associando a apresentação de resultados à apresentação de projectos mobilizadores e paralelamente a uma exposição dos mesmos.

O COMPETE assume, no contexto do QREN, como objectivo central contribuir para a



promoção de níveis de crescimento económico sustentado e incorpora instrumentos indutores de atitudes e comportamentos empresariais mais valorizadores da inovação e do conhecimento. Neste contexto os projectos mobilizadores do Sistema de Incentivos à I&DT, classificados como âncora no âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva, reconhecidas como Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters*, revestem uma relevância que se considera ser de apresentar ao grande público.

Estes projectos caracterizam-se pelo seu cariz transversal decorrente da multiplicidade de interesses e diversidade de competências científicas e tecnológicas mobilizadas, bem como pelo elevado conteúdo tecnológico e de inovação, gerando impactes significativos a nível multisectorial e/ou regional e/ou ao nível de determinado *cluster*, constituindo-se como um vector essencial para a concretização e afirmação de estratégias de desenvolvimento sustentadas em lógicas de eficiência colectiva.

Assim, associou-se à sessão anual de resultados, a apresentação pública dos 12 projectos mobilizadores aprovados, relevando-se a visibilidade do valor acrescentado da intervenção comunitária.

A sessão pública, realizada a 7 de Dezembro, contou com duas vertentes convergentes:

- Apresentação global de resultados feita por cada um dos responsáveis das áreas;
- Apresentação dos projectos mobilizadores por cada um dos promotores.

Esta apresentação dos projectos, feita no formato *Pecha Kucha*, facilitou a transmissão de um conteúdo mais hermético, de forma fácil, eficiente e informal, a uma audiência alargada. Em paralelo, organizou-se uma exposição complementar desta apresentação, garantindo-se a cobertura integral dos vários aspectos dos projectos e a abrangência de todos os seus intervenientes.



### 6.3 CONTACTO COM O PÚBLICO

A utilização de canais informativos e transaccionais, com resposta rápida, adequados às necessidades específicas do público, complementa a informação e estreita a relação comunicacional.

Os canais disponíveis para este efeito, durante o ano de 2010, foram: endereços electrónicos específicos e um centro de atendimento telefónico, disponível através de duas linhas azuis, dirigidas aos Incentivos às Empresas e ao COMPETE.

A tabela 6.2 mostra o fluxo de chamadas nos dois números azuis, verificando-se uma redução substantiva das mesmas face a 2009.

**Tabela 6.2: Estatísticas do Centro de Atendimento Telefónico, 2010**

| Mês          | QREN         | POFC         | Total        | Média Diária |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Janeiro      | 485          | 164          | 649          | 32,45        |
| Fevereiro    | 205          | 86           | 291          | 15,32        |
| Março        | 250          | 67           | 317          | 15,85        |
| Abril        | 127          | 27           | 154          | 7,7          |
| Maio         | 156          | 33           | 189          | 9,45         |
| Junho        | 340          | 56           | 396          | 19,8         |
| Julho        | 113          | 29           | 142          | 7,1          |
| Agosto       | 199          | 73           | 272          | 13,6         |
| Setembro     | 336          | 131          | 467          | 23,35        |
| Outubro      | 353          | 95           | 448          | 22,4         |
| Novembro     | 460          | 134          | 594          | 29,7         |
| Dezembro     | 490          | 127          | 617          | 30,85        |
| <b>Total</b> | <b>3.514</b> | <b>1.022</b> | <b>4.536</b> |              |

Fonte: IAPMEI

Esta redução pode relevar um maior conhecimento por parte dos beneficiários dos instrumentos, como a necessidade de esclarecimentos de maior profundidade obtidos seja através de *e-mail*, seja através dos canais próprios dos Organismos Intermédios.

No que concerne aos endereços específicos para esclarecimento de dúvidas, a tabela 6.3 mostra, por endereço, a dinâmica de contactos efectuados. Denote-se que o ano de 2010 foi marcado pela alteração de domínio “gabprime.org” para “compete-pofc.org”. De salientar que o domínio “gabprime” não foi extinto de imediato, existindo um período de confluência de endereços.

Tabela 6.3: Estatísticas de E-mail, 2010

| domínio "gabprime.org"   |           |          | domínio "compete-pofc.org"   |           |          |
|--|-----------|----------|--|-----------|----------|
|  | Recebidos | Enviados |  | Recebidos | Enviados |
| <a href="mailto:cmi@gabprime.org">cmi@gabprime.org</a>                                 | 4.585     | 40.539   | <a href="mailto:cmi@compete-pofc.org">cmi@compete-pofc.org</a>                     | 1.613     | 6.709    |
| <a href="mailto:pofc@gabprime.org">pofc@gabprime.org</a>                               | 4.382     | 7.293    | <a href="mailto:info@compete-pofc.org">info@compete-pofc.org</a>                   | 3.103     | 4.184    |
| <a href="mailto:info@gabprime.org">info@gabprime.org</a>                               | 4.125     | 527      | <a href="mailto:nelsondesouza@compete-pofc.org">nelsondesouza@compete-pofc.org</a> | 82        | 341      |
| <a href="mailto:projectos@gabprime.org">projectos@gabprime.org</a>                     | 423       |          | <a href="mailto:concursos@compete-pofc.org">concursos@compete-pofc.org</a>         | 192       |          |
| <a href="mailto:incentivos.empresas@gabprime.org">incentivos.empresas@gabprime.org</a> | 3.078     | 878      |  |           |          |
| <b>Total</b>   | 12.008    | 8.698    | <b>Total</b>   | 4.990     | 11.234   |

Fonte: COMPETE

## 6.4 INTERVENÇÕES

Para além dos eventos estruturados e organizados pelo COMPETE, as presenças do Gestor do Programa em sessões enquanto orador, são momentos fundamentais de comunicação e contribuem para atingir os objectivos definidos. Em 2010, o gestor interveio em cerca de 30 sessões, onde se abordaram as mais variadas temáticas subjacentes ao QREN, desde o capital de risco, à internacionalização ou ao empreendedorismo.

## 6.5 MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO



### ESTACIONÁRIO

Considerando a mudança de instalações ocorrida em Março de 2010, bem como a consolidação da marca COMPETE, assumiu-se a relevância de novo estacionário corporativo, abrangendo envelopes, papel de carta, cartões de visita e outros.

### CARTAZES

A afixação dos cartazes constitui uma obrigação que tem como principal objectivo informar os públicos-alvo da intervenção (ou beneficiários finais) e a opinião pública em geral, sobre o papel desempenhado pela União Europeia, através dos fundos estruturais, e pelo Estado Português, no âmbito do QREN, nos projectos e operações co-financiados e nos seus

respectivos impactes e resultados.

Neste contexto, o COMPETE concebeu um cartaz, em dois formatos, para afixação no local onde se desenvolve o projecto (independentemente da sua natureza), o qual é fornecido pelo Organismo Intermédio no momento da contratualização.



| 212

O *layout* do referido cartaz é parte integrante da imagem do Programa e pretende ser um instrumento facilitador do cumprimento dos princípios e das obrigações que recaem sobre os beneficiários no contexto da necessária publicitação dos financiamentos públicos.

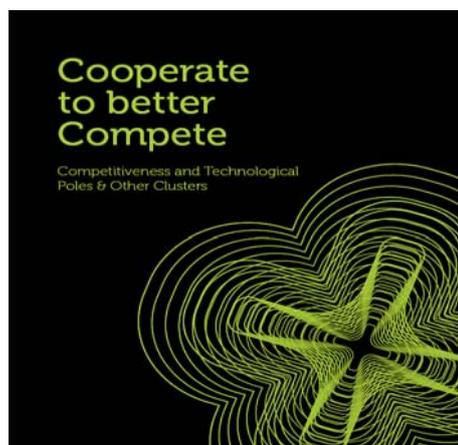


#### BROCHURA INSTITUCIONAL EM FORMATO DIGITAL

Na sequência da participação na quarta edição da mostra Portugal Tecnológico, foi feito um *upgrade* ao conteúdo e à imagem da brochura institucional do Programa, disponível durante a mostra em formato digital.

#### BROCHURA PCT EM INGLÊS EM FORMATO DIGITAL

Na sequência de reuniões internacionais, onde o COMPETE participou, cujo objectivo era divulgar e dar a conhecer as Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, foi traduzida para inglês e posteriormente produzida em suporte digital, para uma fácil consulta e transporte para este tipo de intervenções, a brochura “*Cooperate to better Compete*”.





**BROCHURA |NOVA LEGISLAÇÃO|SISTEMA DE INCENTIVOS**

Foi impressa, como suporte ao *road-show*, que decorreu no mês de Outubro, uma publicação muito explícita e muito concisa cujo conteúdo reflectiu as alterações à legislação do Sistema de Incentivos do QREN, designadamente as que se verificaram na sequência das medidas de aceleração e execução dos projectos QREN.

**BROCHURA |CAPITAL DE RISCO**

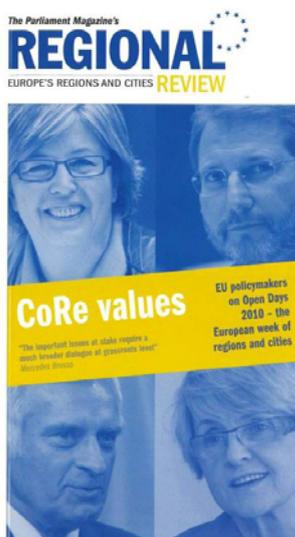
Pelo segundo ano consecutivo o COMPETE marcou presença no Congresso das Telecomunicações. Este espaço foi ocupado em exclusivo pela temática do Capital de Risco e nesse âmbito concebeu-se e produziu-se uma brochura num formato de 'livro de bolso' com informação específica e sucinta.



**CALENDRÁRIO 'PORTUGAL TECNOLÓGICO'**

Como forma de esquematizar a quantidade de actividades presentes no stand do COMPETE durante a mostra do Portugal Tecnológico foram produzidos Calendários, distribuídos antes e durante o evento.

**OPEN DAYS**



O COMPETE publicou ainda um artigo na edição especial revista *Parliament Magazine's Regional Review*, para distribuição durante a realização da iniciativa europeia *OPEN DAYS - European Week of Regions and Cities*.

## VÍDEOS

No ano de 2010, o COMPETE contratou a realização de obras videográficas inseridas no contexto das actividades correntes da área de comunicação e conforme acções previamente definidas.

Foram realizados *upgrades* das seguintes obras videográficas:

### ▪ Vídeo Institucional do COMPETE

Recorreu-se à aquisição de serviços de adaptação do vídeo institucional do COMPETE considerando:

- A reedição com cortes para a sessão “QREN/Estratégia Para A Aceleração Da Execução De Projectos Empresariais”;
- A participação do COMPETE na Mostra Portugal Tecnológico para a qual se realizou e legendou uma versão em inglês do Filme Institucional e Testemunhos COMPETE, uma vez que o *site* do COMPETE dispõe de página naquele idioma, bem como para disponibilizar na Plataforma de Comunicação e Informação (*Inform Network*) da Comissão Europeia;
- A sessão “Iniciativa QREN/Projectos de Internacionalização 2011”, para a qual se procedeu à reedição e montagem do filme com a inclusão de mensagens e imagens novas sublinhando a temática da internacionalização.

### ▪ Vídeo PCT & Outros Clusters

Considerando a necessidade de capitalizar as obras já produzidas sobre a temática dos PCT & Outros Cluster realizou-se uma versão em inglês do *teaser* e legendou-se o filme de molde a cumprir legislação de acessibilidade quando visualizado em locais públicos e no *site* COMPETE.

### ▪ Vídeo Sessão Anual de Resultados do COMPETE

No contexto deste evento foi produzido um vídeo sobre os Projectos Mobilizadores para ser exibido na sessão anual de resultados do COMPETE, subordinada ao tema “Do Conhecimento à Inovação”.

## MERCHANDISING

Foram produzidas *pens* de dados, blocos de notas e lápis para a mostra do Portugal Tecnológico. Todas as peças foram pensadas para serem utilizadas em sessões futuras.



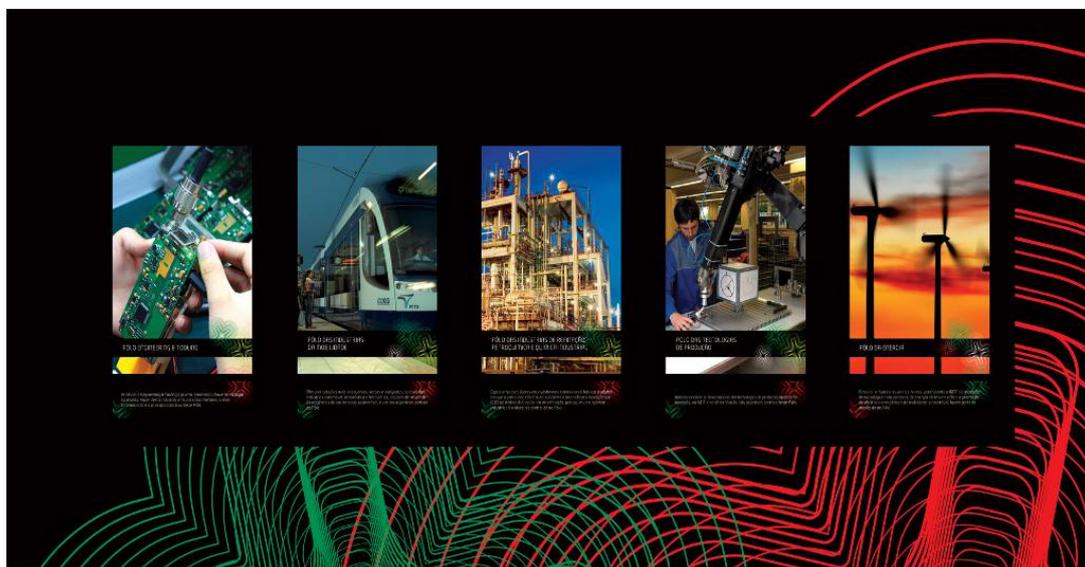
## 6.6 PARTICIPAÇÃO NA REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN:

No contexto das actividades da rede de interlocutores para as temáticas de comunicação e informação no âmbito do QREN, no ano de 2010, o COMPETE participou nas reuniões regulares da rede e em todas as iniciativas promovidas no âmbito da mesma, destacando-se:

- Suplementos Editoriais no jornal OJE, nomeadamente no suplemento “Economia Verde”;
- Participação no Seminário “Economia Verde e Avaliação Ambiental Estratégica”, realizado em Beja (8 de Outubro), garantindo a presença do projecto Rethink |Nova Delta (Redução, Reutilização, Reciclagem e Valorização de resíduos sólidos resultantes da actividade do café);
- Participação nas emissões do programa de rádio da TSF “Objectivo 2013”, com o objectivo de informar e estimular a procura dando voz aos beneficiários. Iniciado em Setembro, o COMPETE participou através de sete entrevistas a promotores;
- Participação no concurso RegioStars, na categoria de melhor Fotografia promocional de projecto co-financiado utilizada em campanhas (Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química)
- Participação na V reunião da Rede INFORM (DGRegio), no Funchal, nos 18 e 19 de Novembro. A Comissão Europeia propôs a Portugal que acolhesse a reunião regular da Rede INFORM que reúne interlocutores de comunicação de todos os Estados-membros e de todos os programas operacionais incluindo os programas da Cooperação. Inclui igualmente elementos das Representações Permanentes da Comissão Europeia nos EM. Sublinhasse o carácter inédito desta iniciativa, atendendo a que as reuniões da Rede INFORM jamais foram realizadas fora de Bruxelas e nunca foram co-organizadas pela Comissão Europeia e por um Estado-membro.
- Colaboração com o IFDR na realização de uma exposição sobre os Pólos de



Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters*, considerando que a Autoridade de Gestão do Programa COMPETE é a entidade responsável pelo processo de reconhecimento, acompanhamento e avaliação das mesmas.



## 6.7 ACÇÕES DE COMUNICAÇÃO DESENVOLVIDAS PELOS ORGANISMOS INTERMÉDIOS

Os Organismos Intermédios desempenham um papel fundamental no processo de comunicação, na medida em que estão na primeira linha relacional com os promotores. Para além da colaboração activa na realização das sessões de esclarecimento em todo o país, destacam-se as seguintes acções:

- A AICEP promoveu seminários/conferências, uma assinatura de contratos e 2 feiras/certames, onde difundiu conteúdos relacionados com o COMPETE e com os Sistemas de Incentivos;
- O IAPMEI realizou 3 sessões de esclarecimento (524 participantes) e 11 seminários/conferências sobre temáticas relacionadas com o COMPETE em geral e os Sistemas de Incentivos em específico. Publicou ainda 4 Revistas sobre matérias relacionadas com os apoios COMPETE;
- A Ciência Viva promoveu através de campanha de meios os avisos SAESCTN.

## 6.8 CAMPANHAS DE MEIOS

### PORTUGAL TECNOLÓGICO

No contexto da participação do COMPETE na 3ª edição do Portugal Tecnológico, a realizar de 22 a 26 de Setembro, e considerando a estratégia assumida de apresentação de múltiplos projectos em espaço de mini auditório, considerou-se relevante uma campanha de meios para veicular esta iniciativa e atrair o grande público.

A opção recaiu sobre a inserção de um anúncio a preto e branco em página par (solução mais económica), em jornais de vertente económica, de âmbito nacional e regional, bem como na produção de um *spot* de rádio.

Em resumo, utilizaram-se os seguintes meios:

- Imprensa escrita - 10 inserções na imprensa escrita;
- Imprensa digital – 850 000 visualizações;
- Rádio – *spot* de rádio de 25 segundos num total de 36 *spots*.

### MEDIDAS PARA ACELERAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROJECTOS EMPRESARIAIS DO QREN|SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

No âmbito da realização destas sessões de esclarecimento cumpria efectivar uma campanha publicitária, envolvendo a imprensa escrita e digital – nacional e regional – e a produção de *spot* de rádio.

Na **rádio**, procedeu-se à gravação de *spot* de 25", com inclusão em rádio nacional (TSF) com 10 a 12 inserções, durante os dias 11, 12, 13, 18 e 19 de Outubro de 2010.

Tabela 6.4: N.º de Inserções na Rádio Campanha Medidas para Aceleração da Execução

| Título | Categoria | Spot | N.º Spots dia | Total de Spots | Duração |
|--------|-----------|------|---------------|----------------|---------|
| TSF    | Nacional  | 25 " | 10 a 12       | 40 a 48        | 4 dias  |

Fonte: CMI/COMPETE

Na **imprensa**, foram inseridos 18 anúncios de ½ página, a preto a branco em jornais nacionais, regionais e de especialidade (economia), de 8 a 18 de Outubro de 2010:

**Tabela 6.5: N.º de Inserções na Imprensa (Nacional e Regional) - Campanha Medidas para Aceleração da Execução**

| Título                     | Dimensões                             | N.º de Inserções |
|----------------------------|---------------------------------------|------------------|
| <i>Informação Geral</i>    |                                       |                  |
| Público (D/C)              | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 25,7 x 16,8 cm | 2                |
| <i>Económicos</i>          |                                       |                  |
| Diário Económico           | 1/2 Pág.(Baixo) Form. 25 x 18 cm      | 2                |
| Jornal de Negócios         | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 25,7 x 16,6 cm | 2                |
| Expresso Economia          | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 30 x 22,81 cm  | 2                |
| <i>Informação Regional</i> |                                       |                  |
| Diário do Sul              | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 28,5 x 18 cm   | 2                |
| Região de Leiria           | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 25,5 x 16,8 cm | 2                |
| Jornal de Leiria           | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 24,8 x 17,1 cm | 1                |
| Diário de Aveiro           | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 26,2 x 17,2 cm | 1                |
| Bairrada (Aveiro)          | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 25,5 x 16,8 cm | 1                |
| Algarve                    | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 25,5 x 16,8 cm | 1                |
| Diário do Minho            | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 26 x 17,7 cm   | 1                |
| Correio do Minho           | 1/2 Pág. (Baixo) Form. 25 x 17,5 cm   | 1                |
| <b>Total</b>               |                                       | <b>18</b>        |

Fonte: CMI/COMPETE

A campanha contou ainda com a inserção de um **banner** na *homepage* do Diário Económico, com rotação geral e previsão de cerca de 100.000 visualizações, de 10 a 12 de Outubro de 2010.

#### **INSERÇÃO DE ANÚNCIO INSTITUCIONAL |REVISTA PONTOS DE VISTA**

A Revista mensal “Pontos de Vista” apresenta-se como uma publicação editada pela empresa de comunicação empresarial “Horizonte de Palavras”, assumindo-se como um meio de comunicação que pretende elevar as potencialidades do tecido empresarial em Portugal.

Dirigindo-se à sociedade em geral, a profundidade das temáticas é não obstante garantida. A distribuição da Revista Pontos de Vista é nacional, sendo realizada com o Jornal Público, um meio de comunicação social de referência do nosso país.

Por estas características e no contexto da participação do COMPETE na edição de 2010 da Mostra Portugal Tecnológico, foi produzido um anúncio de cariz institucional, mas apropriando a imagem utilizada na mostra de modo a capitalizar a mesma, para que o mesmo constasse da contra capa da edição de Outubro 2010 da Revista em questão.

## ANÁLISE DE COMUNICAÇÃO DA IMPRENSA

A CISION é líder mundial na disponibilização de serviços para planeamento, contacto, monitorização e análise de media.

Diariamente são objecto de análise 1.600 meios de Imprensa (nacional, regional e especializada), 14 canais de televisão, 4 estações de rádio de cobertura nacional e 300 meios *on-line*.

A CISION continua a ser a ferramenta base de onde se seleccionam as notícias pertinentes sobre o COMPETE.

A tendência editorial das notícias ou favorabilidade mediática é medida em função da análise textual dos conteúdos. Verifica-se que o COMPETE tem em média, numa escala de 1 a 5 (sendo 1 - noticia totalmente negativa e 5 - noticia totalmente positiva) 3,3 valores, o que nos confirma que grande parte das notícias sobre o programa são positivas.

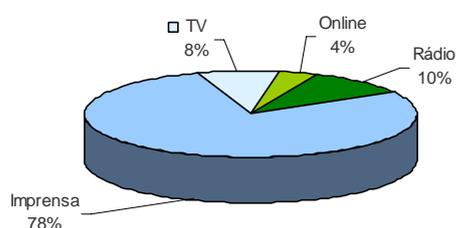
No ano de 2010 foram veiculadas 436 notícias sobre o COMPETE, repartidas pela Imprensa, Internet, Rádio e Televisão, conforme se apresenta na tabela 6.6.

**Tabela 6.6: Notícias Veiculadas sobre o COMPETE, 2010**

| Meio de Comunicação | Número de Notícias |
|---------------------|--------------------|
| Imprensa            | 327                |
| Internet            | 69                 |
| Rádio               | 26                 |
| Televisão           | 14                 |
| TOTAL               | 436                |

Fonte: CISION

**Gráfico 6.6: Meios que Veicularam Notícias sobre o COMPETE, 2010**



Fonte: CISION

Considerando os meios onde se verificaram notícias relacionadas com o Programa e tendo como base de cálculo o valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela publicidade, em função da diferença entre a informação favorável e desfavorável, confirma-se que a imprensa se destaca como o meio que maior valor reuniu.

No gráfico 6.6, verifica-se nitidamente o destaque da imprensa na veiculação de notícias sobre o COMPETE.

Na imprensa destacamos como os conteúdos mais valorizados:

- A reportagem sobre as perspectivas de intervenção do gestor Nelson de Souza no âmbito do estímulo da economia nacional;
- A referência aos apoios concedidos ao investimento de *Business Angels*.

Em segundo lugar surge a Rádio. O maior volume de tempo de emissão regista-se na rubrica “Objectivo2013”, programa dedicado a projectos participados no âmbito do QREN onde se incluem as intervenções do COMPETE no tecido empresarial português.

| 220

Na Televisão, o conteúdo mais valorizado foi o reforço das medidas de apoio à internacionalização/exportação.

Reforçamos que estes resultados têm como critério os preços de tabela de publicidade, conforme descrito anteriormente. Sendo a televisão o meio com o preço de tabela de publicidade mais elevado, em 2010 perdeu alguma expressão uma vez que o volume de informação veiculada na imprensa foi muito elevado.

Numa análise mais afinada podemos ainda desdobrar por enquadramento editorial as notícias veiculadas na Imprensa nacional, onde se realça que estas se enquadram claramente em áreas relacionadas com economia, negócios e gestão.

Relativamente aos temas que pautaram as notícias sobre o COMPETE, o destaque vai para os Incentivos PME e para notícias relativa a projectos (tabela 6.7).

**Tabela 6.7: Temas das Notícias**

| Temas           | Número de Notícias |
|-----------------|--------------------|
| Incentivos PME  | 183                |
| Projectos       | 138                |
| Gestão/Execução | 114                |
| Formação        | 1                  |
| <b>TOTAL</b>    | <b>436</b>         |

Fonte: CISION

## 6.9 COMUNICAÇÃO INTERNA

O ano de 2010 foi marcado pela mudança de instalações, tarefa em que a comunicação interna teve um papel agregador, dinâmico e sustentado na integração e adaptação das pessoas ao novo espaço.

Foi elaborado um manual de acolhimento com informações úteis para os colaboradores se movimentarem de forma mais fácil nas instalações e nas imediações das mesmas.

Atendendo à relevância do processo comunicacional interno na consolidação da identidade da organização, reforçaram-se mecanismos facilitadores do fluxo de informação, nomeadamente através da:

- Disponibilização de um *clipping* electrónico diário, com conteúdos da imprensa escrita, mas também da rádio e da televisão;
- Difusão diária da legislação nacional e comunitária, considerada relevante para a organização por *e-mail*;
- Difusão da lista de publicações disponíveis para consulta;
- Alertas via *e-mail* para novidades;
- Disponibilização de novo estacionário, assinaturas de *e-mail* e *templates* de apresentação com imagem corporativa.

## 6.10 MONITORIZAÇÃO

A monitorização do Plano de Comunicação e Informação, com recurso a um conjunto de indicadores (quantitativos e qualitativos), desempenha uma função determinante permitindo ajustar e repensar os diversos meios e técnicas disponíveis, a fim de se atingirem mais eficazmente os objectivos definidos.

O quadro-síntese que se apresenta (tabela 6.8) considerou alguns dos indicadores – de meios e de resultados – definidos no Plano de Comunicação. Na medida em que as metas foram fixadas em termos acumulados, a análise terá de ser dinâmica, permitindo igualmente verificar a adequabilidade de alguns dos indicadores/metast à realidade. Optou-se por incluir a coluna relativa a 2009 de modo a permitir uma análise evolutiva.

Em todos os indicadores verificamos um crescimento, com a excepção do número de comunicados de imprensa e do número de chamadas efectuadas para o *contact center*. Em contrapartida o número de mensagens colocadas por *e-mail* conheceu um crescimento substancial. As mensagens são recebidas e tratadas pela área de comunicação, em articulação estreita com as áreas de projectos.

A diminuição das chamadas telefónicas com o paralelo aumento das questões colocadas por *e-mail*, de maior dimensão técnica, conduziu a repensar a estratégia de contacto com o público com reflexos em 2011.

**Tabela 6.8: Indicadores de Informação e Divulgação, 2007-2010**

| Indicadores                             | Unidades | Execução 2010 | Execução 2007-2010 | Metas 2007-2013 |
|---|----------|---------------|--------------------|-----------------|
| <b>Publicidade</b>                      |          |               |                    |                 |
| Anúncios Imprensa                       | n.º      | 5             | 11                 | 10              |
| Inserções - Imprensa                    | n.º      | 30            | 172                | 450             |
| Anúncios Online                         | n.º      | 3             | n.d                | n.d             |
| Visualizações                           | n.º      | 950.000       | 950.000            | n.d             |
| Spots de Rádio                          | n.º      | 2             | 6                  | 100             |
| Inserções - Rádio                       | n.º      | 81            | 81                 | n.d             |
| <b>Assessoria de Imprensa</b>           |          |               |                    |                 |
| Press Releases                          | n.º      | n.d           | 21                 | 10              |
| Convites                                | n.º      | 17.009        | 33.479             | 20.000          |
| Notícias Publicadas                     | n.º      | 436           | 1289               | 100             |
| <b>Eventos</b>                          |          |               |                    |                 |
| Sessões                                 | n.º      | 6             | 29                 | 150             |
| Média/participantes                     | n.º      | 261*          | 261*               | n.d             |
| <b>Publicações</b>                      |          |               |                    |                 |
| Publicações                             | n.º      | 6             | 11                 | 10              |
| Tiragem                                 | n.º      | 12.500        | 52.000             | 100.000         |
| <b>Site</b>                             |          |               |                    |                 |
| Visitas                                 | n.º      | 1.239.456     | 2.906.037          | 1.500.000       |
| <b>Newsletter</b>                       |          |               |                    |                 |
| Emitidas                                | n.º      | 0             | 41                 | n.d             |
| Subscritores                            | n.º      | n.d           | 1.660              | 10.000          |
| <b>Centro de Atendimento Telefónico</b> |          |               |                    |                 |
| Chamadas atendidas                      | n.º      | 4.536         | 15.686             | 125.000         |
| <b>Correio Electrónico</b>              |          |               |                    |                 |
| Mensagens Recebidas                     | n.º      | 16.998        | 44.668             | n.d             |
| Mensagens Enviadas                      | n.º      | 19.932        | 50.255             | 8.000           |

Fonte: SI POFC.

Nota: \*Não contabilizados dados do Portugal Tecnológico e do Congresso das Telecomunicações

## 6.11 AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Conforme referido anteriormente, foi elaborado um inquérito e enviado a todos os beneficiários com projectos aprovados no âmbito do COMPETE.

A avaliação efectuada considerou o determinado no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro, com os constrangimentos legais e financeiros que não permitiram efectuar o recurso a uma entidade externa. Sublinhamos no entanto que no Plano de Comunicação do PO aprovado foi contemplada uma avaliação intermédia sem menção a recursos externos.

Por questão de optimização de recursos humanos, optou-se por recorrer a instrumentos de avaliação quantitativa, sem prejuízo de esta vir a ser complementada por outras abordagens de cariz qualitativo.

Foram recebidas e trabalhadas 100 respostas em situação regular, sendo certo que face ao universo dos projectos, qualquer ilação deve ser cuidadosa, pelo que se optou exclusivamente por uma análise descritiva.

O inquérito, após caracterização mínima das entidades, o que permitiu verificar que 95% dos respondentes são empresas e PME, questionava em que meios reconheciam a marca COMPETE remetendo para o logótipo (gráfico 6.7).

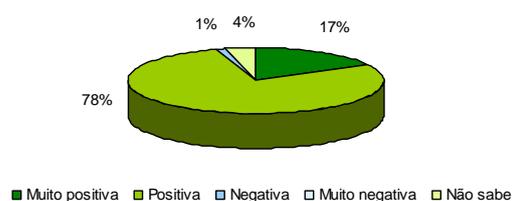
Em seguida procurou-se saber como é que os beneficiários avaliavam os meios de comunicação, destacando-se, neste relatório, os materiais de comunicação e considerando uma escala pré-definida (gráfico 6.8).

Gráfico 6.7: Reconhecimento da Marca



Fonte: CMI/COMPETE

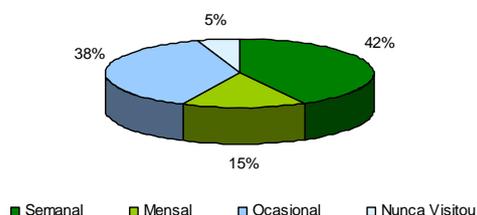
Gráfico 6.8: Avaliação de Materiais de Divulgação



Fonte: CMI/COMPETE

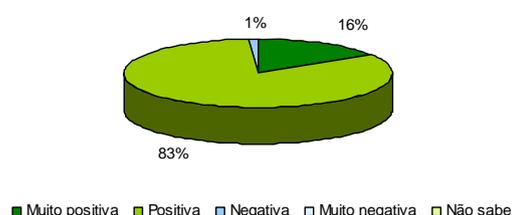
A relevância do *site* na estratégia de comunicação exigiu tratamento específico. Foi questionada a regularidade da consulta e a avaliação da qualidade dos conteúdos (gráfico 6.9).

Gráfico 6.9: Regularidade de Consulta ao Site



Fonte: CMI/COMPETE

Gráfico 6.10: Qualidade de Conteúdos do Site



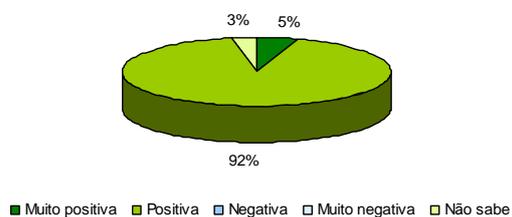
Fonte: CMI/COMPETE

No que concerne à lista de beneficiários (gráfico 6.11) era importante conhecer a familiaridade com a mesma e apreciação global da informação presente. Os resultados revelaram que 95%

dos respondentes conhecem a lista de beneficiários e que a sua apreciação é maioritariamente positiva.

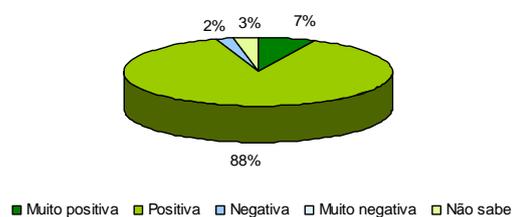
Pela importância do cumprimento das regras de publicitação e pela dinâmica de trabalho conjunto com os beneficiários sobre esta matéria, era importante verificar se o instrumento base - o Guia de Informação e Publicidade para Beneficiários era de conhecimento generalizado. Os resultados revelam que 97% dos inquiridos responderam ter consultado o documento em questão, o qual foi também classificado positivamente (gráfico 6.12).

**Gráfico 6.11: Apreciação Global sobre a Lista dos Beneficiários**



Fonte: CMI/COMPETE

**Gráfico 6.12: Apreciação Global sobre o Guia dos Beneficiários**



Fonte: CMI/COMPETE

Com a ressalva de que quaisquer ilações devem ser cautelosas, este inquérito permitiu-nos verificar que a marca COMPETE é reconhecida e associada a vários meios de comunicação, os quais são na generalidade avaliados muito positivamente.

## 7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2010

### 7.1 CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2010

O ano de 2010 foi muito marcado pelas dificuldades sentidas pelos potenciais promotores do Programa, tanto empresariais como não empresariais.

Como foi referido no ponto 2.4.1 – Contexto socioeconómico, o ano de 2010 registou uma taxa de crescimento modesta do PIB, essencialmente baseada nas exportações e na procura interna (principalmente da componente de consumo privado). Ao nível do investimento, verificou-se um decréscimo da Formação Bruta do Capital Fixo e, também, do Investimento Directo Estrangeiro.

A natureza recessiva da crise, agravada pelas restrições de financiamento impostas pelo sistema bancário, veio trazer dificuldades às empresas ao nível do financiamento dos seus projectos de investimento, bem como de acesso a garantias bancárias necessárias para a obtenção de adiantamentos.

Deste modo, foi necessário reagir oportunamente introduzindo medidas visando a criação de condições no sentido de proporcionar e viabilizar projectos cujos objectivos são de valor estratégico para a melhoria da competitividade, designadamente actuando aos seguintes níveis:

- Financiamento das empresas – através da criação de uma linha de crédito (QREN Investe) para empresas com projectos financiados no âmbito dos Sistemas de incentivos QREN e, por outro lado, criação de novos Fundos de Capital de Risco;
- Ajustamento dos projectos aprovados – foi permitida, de forma excepcional, a possibilidade das empresas apresentarem uma reformulação dos seus projectos aprovados, sem que fossem accionados os mecanismos de penalização que normalmente lhes estaria associada;
- Simplificação administrativa – através da eliminação da exigência de comprovativos de licenciamento, simplificação e aceleração do processo de pagamentos e comprovação do investimento realizado, eliminação da necessidade de pré-avaliação favorável no âmbito do SI Inovação, celeridade na resposta aos processos de alegações contrárias e de ajustamento de decisões, criação de um balcão único para apoio a empresas do

sector agro-alimentar e florestal, simplificação de formulários de candidatura e de pedidos de pagamento;

- Criação de uma nova tipologia de apoio no âmbito do SI Inovação – para projectos de serviços transaccionáveis de elevado valor acrescentado, foi permitido atribuir incentivo em função dos postos de trabalho criados e não do investimento em capital fixo.

Aliadas as estas medidas, de forma a garantir a desejável alteração do perfil produtivo, foi reforçada a concentração dos Sistemas de Incentivos QREN em actividades transaccionáveis (focalizando o apoio a empresas exportadoras), privilegiando a integração em Estratégias de Eficiência Colectiva. Estas medidas, com maior incidência na selectividade da procura, geraram uma resposta muito positiva de candidaturas permitindo seleccionar um conjunto de projectos de elevado interesse e impacte económico.

No final do ano, o Programa apresentava um nível de compromisso que se pode qualificar como de adequado face ao seu período temporal (taxa geral de compromisso na ordem dos 80%), muito alicerçado no apoio ao investimento empresarial (registando o Eixo II uma situação de *overbooking* de 115,6%).

Ao nível da execução regista-se igualmente um nível adequado, tendo sido antecipado em um ano o cumprimento da meta comunitária n+3 e encontrando-se a meta de 2012 praticamente cumprida.

**Tabela 7.1: Cumprimento em 2010 dos objectivos fixados em 2009**

| Objectivos  | Realização  |
|---|---|
| Atingir até final de 2010 uma taxa de compromisso de 75% da dotação total do Programa | A taxa de compromisso era de 80%  |
| Cumprir a meta N+3  | Apesar da flexibilização geral introduzida pela CE (adiando o cumprimento desta meta), o nível de execução permitiria o cumprimento claro da referida meta  |
| Realizar Pedidos de Pagamento FEDER à CE de 346 milhões de euros                      | Durante o ano a CE reembolsou um total de 372 milhões de euros  |
| Realizar, durante o ano, 426 milhões de euros de pagamentos a beneficiários           | Foram realizados pagamentos na ordem dos 454 milhões de euros   |
| Reduzir os prazos médios de comunicação aos promotores                                | Apesar de se ter mantido o prazo médio de comunicação na 2ª fase de 2009 (decidida em 2010) face à 2ª fase de 2008 (decidida em 2009), regista-se uma diminuição do desvio médio face ao previsto |
| Concluir a Certificação do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE (DSGC)             | A CE aceitou, sem qualquer reserva, a conformidade do SGC do COMPETE,   |

Conclui-se assim que a realização do Programa é positiva, não obstante os constrangimentos externos induzidos pela crise económica.

## 7.2 PREVISÕES PARA 2011

O ano de 2011 será marcado pelo contributo e esforço do COMPETE para a necessária superação da crise actual. Num quadro previsível de medidas de austeridade, o desafio do Programa assenta fundamentalmente no seu desempenho na urgente melhoria da competitividade empresarial.

Neste sentido, o COMPETE, no quadro das prioridades que têm sido desenvolvidas, centrar-se-á na focalização nos processos de internacionalização das empresas, designadamente na sua vertente exportadora, sem perder de vista o objectivo estrutural de apoio à inovação e às actividades com maior valor acrescentado e intensivas em conhecimento e tecnologia. Numa lógica de incentivo ao objectivo da especialização e alteração do perfil produtivo será acentuada a opção de concentração de projectos nas cadeias de valor com maior potencial de mercado dando relevo estratégico aos Pólos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e outros *Clusters*.

Em 2011 deverão ainda arrancar os procedimentos para a realização do estudo de Avaliação Intercalar do COMPETE, conforme o Plano de Avaliação do COMPETE. Durante o primeiro semestre concluir-se-á o estudo de Avaliação da Operacionalização dos Sistemas de Incentivos do QREN.

Em relação à componente de execução orçamental do Programa são assumidas, como principais metas para 2011:

- Cumprimento da regra n+3 de 2012;
- Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 467 milhões de euros;
- Reduzir os prazos médios de comunicação aos promotores.

### **PLANO ANUAL DE CONCURSOS DO COMPETE PARA 2011**

Para 2011, o Plano Anual contempla a realização de 18 concursos, calendarizados em duas fases, isto sem prejuízo de poderem ser abertos outros períodos para apresentação de candidaturas, nomeadamente no âmbito do SAESCTN, do SIAC ou das EEC.

### **EXECUÇÃO FINANCEIRA**

Conforme disposto no n.º 3 do artigo 76.º do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006 do Conselho, de 11 de Julho, a Autoridade de Gestão do COMPETE comunicou que prevê apresentar à Comissão Europeia 467 milhões de euros em Pedidos de Pagamento FEDER.

## INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Atendendo aos resultados da monitorização e avaliação efectuados, considera-se que a estratégia definida para a comunicação do Programa é adequada, mantendo-se as linhas condutoras principais: a aposta no *site* como veículo privilegiado de comunicação; a opção por campanhas de meios direccionadas e com recurso a meios diversificados; um trabalho de proximidade com os beneficiários em matéria de cumprimento das regras de publicidade e informação; a publicação da lista de beneficiários e a participação em eventos de amplo espectro que permitam alcançar o público em geral.

A área de comunicação do COMPETE trabalhará ainda em estreita colaboração com a AMA no novo portal do cidadão e da empresa, na criação das páginas específicas por serviço (entenda-se instrumento de apoio) e actualizando a informação relativa aos concursos abertos.

Em 2011, estão previstas campanhas de meios para a divulgação do plano de concursos dos SI ou de outros instrumentos cujas fases de candidaturas se pretenda ressaltar.

Manter-se-á a estreita colaboração na rede de interlocutores de comunicação do QREN e com a rede INFORM (DGRegio).

## CONTROLO

Estando conferida à área do Controlo Interno do COMPETE a missão de conceber, desenvolver e implementar um sistema de controlo interno que permita assegurar que o sistema de gestão e controlo funciona de forma eficaz bem como prevenir e detectar as situações de irregularidades, em 2011 prevê-se a implementação de um conjunto adicional de actividades associadas aos objectivos operacionais descritos no ponto 2.7.1.2., destacando-se:

- Elaboração e implementação do plano de auditorias de sistema e de auditorias de projectos/operações, relativo ao ano de 2011, a efectuar pela Autoridade de Gestão do PO, através de meios próprios ou com recurso a auditores externos;
- Elaboração do plano anual de 2011 das acções de acompanhamento para verificação da execução física das operações no seu local de realização a efectuar durante a execução dos projectos pela AG do COMPETE e/ou Organismo Intermédio;
- Acompanhamento do plano de controlo interno e do plano de verificações no local, ambos de 2010;
- Acompanhamento de todas as auditorias a que a AG esteja sujeita no âmbito das actividades de controlo do QREN e coordenação da elaboração do respectivo contraditório;
- Monitorização da aplicação das recomendações e medidas correctivas resultantes das acções de controlo interno e das acções de auditoria ao COMPETE realizadas no âmbito do sistema de controlo do QREN.

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>AAC</b>           | Aviso para Apresentação de Candidaturas                                 |
| <b>AC</b>            | Agenda para a Competitividade   |
| <b>AdI</b>           | Agência de Inovação   |
| <b>AG</b>            | Autoridade de Gestão  |
| <b>AICEP</b>         | Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal              |
| <b>AMA</b>           | Agência para a Modernização Administrativa                              |
| <b>ANCCT</b>         | Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva) |
| <b>APDC</b>          | Associação para o Desenvolvimento das Comunicações                      |
| <b>API</b>           | Agência Portuguesa para o Investimento                                  |
| <b>ARDU</b>          | Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos                          |
| <b>BEI</b>           | Banco Europeu de Investimento   |
| <b>CAE</b>           | Código das Actividades Económicas                                       |
| <b>CE</b>            | Comissão Europeia   |
| <b>CMC</b>           | Comissão Ministerial de Coordenação                                     |
| <b>COMPETE</b>       | Programa Operacional Factores de Competitividade                        |
| <b>DI&amp;D</b>      | Despesas em Investigação e Desenvolvimento                              |
| <b>DRE</b>           | Direcção Regional da Economia   |
| <b>DSGC</b>          | Descrição do Sistema de Gestão e Controlo                               |
| <b>EEC</b>           | Estratégias de Eficiência Colectiva                                     |
| <b>EEE</b>           | Estratégia Europeia para o Emprego                                      |
| <b>EMAS</b>          | Sistema de Eco-Gestão e Auditoria                                       |
| <b>ESCO</b>          | Empresas de Serviços de Energia   |
| <b>ETI</b>           | Equivalente a Tempo Integral  |
| <b>EUA</b>           | Estados Unidos da América   |
| <b>FACI</b>          | Ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo                            |
| <b>FAPPI</b>         | Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento Intermédio                 |
| <b>FBCF</b>          | Formação Bruta de Capital Fixo  |
| <b>FCGM</b>          | Fundo de Contragarantia Mútua   |
| <b>FCT</b>           | Fundação para a Ciência e Tecnologia                                    |
| <b>FCR</b>           | Fundo de Capital de Risco   |
| <b>FEADER</b>        | Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural                                 |
| <b>FEDER</b>         | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional                               |
| <b>FGA</b>           | Fundo de Gestão de Activos  |
| <b>FEI</b>           | Fundo Europeu de Investimento   |
| <b>FEP</b>           | Fundo Europeu das Pescas  |
| <b>FINOVA</b>        | Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação                              |
| <b>FSE</b>           | Fundo Social Europeu  |
| <b>I&amp;D&amp;I</b> | Investigação & Desenvolvimento & Inovação                               |
| <b>I&amp;DE</b>      | Investigação e Desenvolvimento Experimental                             |
| <b>I&amp;DT</b>      | Investigação e Desenvolvimento Tecnológico                              |
| <b>IAPMEI</b>        | Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento       |
| <b>ID&amp;DT</b>     | Investigação, Desenvolvimento e Demonstração Tecnológica                |
| <b>IDE</b>           | Investimento Directo Estrangeiro  |
| <b>IGF</b>           | Inspecção-geral de Finanças   |
| <b>IFDR</b>          | Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional                    |
| <b>INR</b>           | Incentivo Não Reembolsável  |
| <b>IR</b>            | Incentivo Reembolsável  |
| <b>JOUE</b>          | Jornal Oficial da União Europeia  |
| <b>LVT</b>           | Lisboa e Vale do Tejo   |
| <b>N.º</b>           | Número  |
| <b>NUTS</b>          | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos           |
| <b>OC</b>            | Outros Clusters   |
| <b>OI</b>            | Organismo Intermédio  |
| <b>OG</b>            | Orientação de Gestão  |
| <b>OT</b>            | Orientação Técnica  |
| <b>p.p.</b>          | Pontos percentuais  |

|                    |   |
|--------------------|---|
| <b>PCT</b>         | Pólo de Competitividade e Tecnologia                                      |
| <b>PDR</b>         | Plano de Desenvolvimento Regional   |
| <b>PIB</b>         | Produto Interno Bruto   |
| <b>PME</b>         | Pequenas e Médias Empresas  |
| <b>PNAEE</b>       | Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética                      |
| <b>PNE</b>         | Plano Nacional de Emprego   |
| <b>PO</b>          | Programa Operacional  |
| <b>POFC</b>        | Programa Operacional Factores de Competitividade                          |
| <b>POPH</b>        | Programa Operacional Potencial Humano                                     |
| <b>POR</b>         | Programa Operacional Regional   |
| <b>PP</b>          | Pedido de Pagamento   |
| <b>PPC</b>         | Paridade de Poder de Compra   |
| <b>PPS</b>         | Produto, Processo e/ou Serviço  |
| <b>PRIME</b>       | Programa de Incentivos à Modernização da Economia                         |
| <b>PROMAR</b>      | Programa Operacional Pesca  |
| <b>PROVERE</b>     | Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos                  |
| <b>QRN</b>         | Quadro de Referência Estratégico Nacional                                 |
| <b>RNG</b>         | Redes de Nova Geração   |
| <b>ROC</b>         | Revisor Oficial de Contas   |
| <b>RTV</b>         | Relatório Técnico de Visita   |
| <b>SAMA</b>        | Sistema de Apoios à Modernização Administrativa                           |
| <b>SAESCTN</b>     | Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional |
| <b>SAFPRI</b>      | Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco na Inovação         |
| <b>SBA</b>         | Small Business Act  |
| <b>SCTN</b>        | Sistema Científico e Tecnológico Nacional                                 |
| <b>SFC</b>         | System for Fund Management in the European Community                      |
| <b>SGM</b>         | Sociedades de Gestão de Activos   |
| <b>SI</b>          | Sistema de Incentivos   |
| <b>SIAC</b>        | Sistema de Apoio a Acções Colectivas                                      |
| <b>SI I&amp;DT</b> | Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico        |
| <b>SI Inovação</b> | Sistema de Incentivos à Inovação  |
| <b>SI PME</b>      | Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME         |
| <b>SNC</b>         | Sistema Nacional de Controlo  |
| <b>SPQ</b>         | Sistema Português da Qualidade  |
| <b>SWOT</b>        | Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças                                |
| <b>TIC</b>         | Tecnologias de Informação e Comunicação                                   |
| <b>TICE</b>        | Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica                      |
| <b>TIE</b>         | Tecnologias de Informação e Electrónica                                   |
| <b>TOC</b>         | Técnico Oficial de Contas   |
| <b>TP</b>          | Turismo de Portugal   |
| <b>UE</b>          | União Europeia  |
| <b>VAB</b>         | Valor Acrescentado Bruto  |
| <b>VE</b>          | Valia Económica.  |

## BIBLIOGRAFIA

Banco de Portugal, *Boletim Económico – Primavera 2011*, Banco de Portugal, vol. 17, n.º 1, Março 2011;

Banco de Portugal, *Boletim Económico – Inverno 2010*, Banco de Portugal, vol. 16, n.º 4, 2010;

Comissão Europeia, *European Economic Forecast - Autumn 2010*, Comissão Europeia, Outubro 2010;

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), *Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica*, DPP – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, n.º 3/2010, Outubro de 2010;

FMI, *Regional Economic Outlook – Europe Building Confidence*, FMI, Outubro de 2010;

Gabinete de Estratégia e de Estudos, Ficha de Competitividade – A promoção do Investimento, GEE, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, Março de 2011

GEE et al, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, n.º 2, GEE, Fevereiro de 2011;

GEE et al, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, n.º 3, GEE, Março de 2011;

GEE, *Indicadores de Actividade Económica*, GEE, Abril 2011;

OCDE, *OCDE Economic Surveys – Portugal*, vol. 2010/16, OCDE, Setembro 2010.



## ANEXOS

Anexo I - Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

Anexo III - Aprovações e execução por NUT III até 31.12.10 (valores acumulados)

Anexo IV – Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo V – Resumo Implementação Física – Indicadores de Eixo – Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 864/2009

Anexo VI – Resumo Implementação Física – Indicadores Comuns Comunitários – Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 864/2009

Anexo VII – Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

Anexo VIII – Regulamentação Específica / Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo IX – Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

Anexo X – Ficha de Grande Projecto

Anexo XI – Ficha de Projecto Ambiental

Anexo XII – Versão editável do Anexo II - *Templates Monitoring Report*, do documento COCOF n.º10-0014-04-EN, de 21/02/2011 - *Guidance Note on Financial Engineering Instruments under Article 44 of Council Regulation (CE) n.º 1083/2006*

Anexo XIII – Lista de Projectos aprovados ao abrigo da regra *Spill-Over Effects*